

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO

EMERSON URIZZI CERVI

OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICA NO BRASIL

O que o brasileiro pensa sobre política e porque isso interessa à democracia

RIO DE JANEIRO

2006

EMERSON URIZZI CERVI

OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICA NO BRASIL

O que o brasileiro pensa sobre política e porque isso interessa à democracia

**Tese apresentada ao Instituto
Universitário de Pesquisas do Rio de
Janeiro como requisito parcial para a
obtenção do grau de Doutor em Ciências
Humanas: Ciência Política.**

Orientador: Marcus Faria Figueiredo

**RIO DE JANEIRO
2006**

ficha catalográfica:

Cervi, Emerson Urizzi.

Opinião Pública e Política no Brasil: o que o brasileiro pensa sobre política e porque isso interessa à democracia: Emerson Urizzi Cervi -- IUPERJ -- Rio de Janeiro, 2006. vii, 359 f.

Tese (doutorado) – Ciência Política, 2006.

Orientação de: Marcus Faria Figueiredo.

EMERSON URIZZI CERVÍ

OPINIÃO PÚBLICA E POLÍTICA NO BRASIL

O que o brasileiro pensa sobre política e porque isso interessa à democracia

**Tese apresentada ao Instituto
Universitário de Pesquisas do Rio de
Janeiro como requisito parcial para a
obtenção do grau de Doutor em Ciências
Humanas: Ciência Política.**

Banca Examinadora:

Fabiano Santos (Presidente)

Marcus Figueiredo (Orientador)

Jairo Marconi Nicolau

Nelson Rojas de Carvalho

Yan Carreirão

A Tília, Thales e Tasso,
por existirem.

AGRADECIMENTOS

Como resultado de um trabalho coletivo, tenho a agradecer muitas pessoas que participaram direta e indiretamente na produção desta tese. Meu orientador, professor Marcus Figueiredo, por possuir as características indispensáveis em um mestre: inteligência e respeito pelo pensamento do outro. Sem o que, a interlocução intelectual torna-se impossível. Aos demais professores do IUPERJ que criam um ambiente de estímulo à pesquisa e ao saber. Aos funcionários, sempre prestativos, competentes e amigáveis no atendimento às demandas de todos e que são os principais responsáveis pelo bom funcionamento da infra-estrutura para o desenvolvimento dos trabalhos. Aos colegas das disciplinas de seminários de projeto e de tese, pelos comentários, sugestões e críticas, na maioria das vezes, fundamentais para a atual versão deste trabalho.

À CAPES e CNPq, que com bolsa de doutoramento e auxílios técnicos viabilizaram meus estudos e participações em congressos científicos, sem o que teria sido impossível dar continuidade ao trabalho. Ao Doxa, pela oportunidade de pesquisa, ao Arquivo Edgar Leuenroth, ao Cesop e a todos os institutos de pesquisa de opinião pública que disponibilizam resultados de seus trabalhos via Internet, sem o que este trabalho seria muito empobrecido.

A todos que, mesmo sem participar diretamente das discussões feitas neste trabalho, me estimularam e acompanharam-me durante todo o processo, em especial a Tulia, o Thales e o Tasso, que, mesmo sem saber, foram minha permanente motivação.

Por se tratar de uma versão já revisada após a defesa de tese, devo agradecer também aos comentários, críticas e sugestões qualificadas de todos os integrantes da banca, a maioria das quais se encontra incorporada ao texto.

As opiniões não são inatas, nem surgem do nada. A questão “o que é opinião pública?” é melhor respondida através de três processos e na seguinte ordem: (a) a disseminação de opiniões a partir de níveis da elite; (b) o borbulhar de opiniões a partir das bases; e (c) identificações com grupos de referência.
(SARTORI, 1994, p. 132)

RESUMO

A presente tese consiste na apresentação de um estudo sobre séries temporais de opinião pública brasileira. Parte do conceito de participação institucional e não institucional em democracias contemporâneas de massa para abordar a discussão a respeito dos processos de formação, manutenção, transformação da opinião pública e do seu papel na transmissão de demandas e posicionamentos do cidadão comum para a elite política em democracias complexas. A premissa adotada é a de que pelo menos para os temas próximos ao que gera mais interesse no público ou em relação a assuntos cujas opiniões são formadas historicamente os posicionamentos dos cidadãos comuns mantêm-se consistentes ao longo do tempo. Na segunda parte do trabalho analisam-se séries históricas de opiniões manifestadas em pesquisas de opinião pública ao longo de 25 anos (entre 1980 e 2005) no Brasil e entre 1950 a 1975 para a cidade do Rio de Janeiro sobre temas ligados à área social, política ou econômica. Busca-se, com a metodologia de análise aplicada, identificar padrões de manutenção ou mudança das opiniões a respeito de assuntos de interesse público ao longo do tempo. Tal metodologia baseia-se em estudo realizado sobre a opinião pública norte-americana por *Page e Shapiro* (1992), a partir do qual é possível responder se os líderes políticos nas democracias de massa devem dar atenção à opinião pública, caso ela seja corente, ou não, se volátil e sujeita a ações manipulatórias.

ABSTRACT

The thesis consist of the presentation of a study on temporary series of Brazilian public opinion. It leaves of the concept of participation institutional and not institutional in contemporary democracies of mass to approach the discussion about formation processes, maintenance, transformation of the public opinion and of your role in the transmission of demands and the common citizen's positionings for the political elite in complex democracies. The adopted premise is the that for the close themes to the that generates more interest in the public or in relation to subjects whose opinions are formed the common citizens' positionings historically there are stays consistent along the time. On second part of the work historical series of opinions they are analyzed manifested in researches of public opinion along 25 years (between 1980 and 2005) in Brazil and enter 1950 to 1975 for the city of Rio de Janeiro on linked themes to the social area, politics or economical. It is looked for to identify maintenance patterns or change of the opinions regarding subjects of public interest along the time. Such methodology bases on study accomplished on the North American public opinion by *Page and Shapiro* (1992), starting from which is possible to answer the political leaders in the mass democracies they should give attention to the public opinion, in case it's coerente, or not, if volatile and it subjects to manipulations.

LISTA DE TABELAS

4.1	SÉRIE TEMPORAL DE VOTO PERSONALISTA NO BRASIL.....	139
5.1	AUTO-REGRESSÃO PARA OPINIÃO SOBRE PRESIDENTE DA REPÚBLICA	154
5.2	AUTO-REGRESSÃO ENTRE MANDATO E AVALIAÇÃO DO PRESIDENTE.....	155
5.3	AUTO-REGRESSÃO PRESIDENTE E AVALIAÇÃO DO GOVERNO.....	156
5.4	AUTO-REGRESSÃO ENTRE LULA E AVALIAÇÃO DO GOVERNO	156
5.5	AUTO-REGRESSÃO ENTRE FHC E AVALIAÇÃO DO GOVERNO	158
5.6	AUTO-REGRESSÃO AVALIAÇÃO DO PAÍS, GOVERNANTE E GOVERNO COM VARIÁVEIS ECONÔMICAS	160
5.7	INTERVENÇÃO DE VARIÁVEIS ECONÔMICAS E SOCIAIS NA AVALIAÇÃO DO GOVERNANTE.....	164
5.8	AUTO-REGRESSÃO NO TEMPO DE VOTO PERSONALISTA	176
5.9	AUTO-REGRESSÃO ENTRE PREFERÊNCIA POR PARTIDO E VOTO PERSONALISTA NO BRASIL.....	178
5.10	TENDÊNCIA CENTRAL DO AUTOPOSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO BRASILEIRO	185
5.11	DIFERENÇAS DE PRIMEIRA ORDEM AUTOPOSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO BRASILEIRO.....	185
5.12	AUTO-REGRESSÃO POR POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO NO BRASIL	188
5.13	CORRELAÇÕES DAS DIFERENÇAS DE PRIMEIRA ORDEM DO AUTOPOSICIO- NAMENTO IDEOLÓGICO NO BRASIL.....	190
5.14	AUTO-REGRESSÃO DAS OPINIÕES SOBRE MELHOR SISTEMA DE GOVERNO	202
5.15	MEDIDAS DE TENDÊNCIA DA OPINIÃO FAVORÁVEL AO VOTO OBRIGATÓRIO	204
5.16	AUTO-REGRESSÃO DA OPINIÃO A FAVOR DO VOTO OBRIGATÓRIO AO LONGO DO TEMPO.....	205
5.17	MEDIDAS DE TENDÊNCIA SOBRE MUITO INTERESSE EM ELEIÇÕES	207
5.18	AUTO-REGRESSÃO DE "MUITO INTERESSE EM ELEIÇÕES" AO LONGO DO TEMPO	207
5.19	AUTO-REGRESSÃO COM OPINIÕES SOBRE PENA DE MORTE NO BRASIL.....	212
5.20	AUTO-REGRESSÃO OPINIÕES SOBRE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL EM DOIS PERÍODOS DISTINTOS	217
5.21	AUTO-REGRESSÃO ENTRE TAXA DE URBANIZAÇÃO E OPINIÕES SOBRE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	219
5.22	RESULTADOS DAS DIFERENÇAS DE PRIMEIRA ORDEM EM DOIS PERÍODOS PARA DESEMPREGO COMO MAIOR PROBLEMA DO PAÍS	221
5.23	RESULTADOS DAS DIFERENÇAS DE PRIMEIRA ORDEM PARA TAXA DE DESEMPREGO EM DOIS PERÍODOS NO BRASIL	223

5.24	AUTO-REGRESSÃO DAS OPINIÕES SOBRE DESEMPREGO SER MAIOR PROBLEMA DO PAÍS.....	223
5.25	AUTO-REGRESSÃO DE OPINIÕES SOBRE CORRUPÇÃO NO BRASIL	226
5.26	RESULTADOS DAS DIFERENÇAS DE PRIMEIRA ORDEM DAS OPINIÕES SOBRE ARMAS NO BRASIL.....	230
5.27	AUTO-REGRESSÃO DAS OPINIÕES "SIM" E "NÃO" NO REFERENDO 2005.....	231
5.28	AUTO-REGRESSÃO ENTRE TENDÊNCIA DE TAXA DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS E OPINIÕES SOBRE RESTRIÇÃO A ARMAS DE FOGO NO BRASIL	234
5.29	RESULTADOS DAS DIFERENÇAS DE PRIMEIRA ORDEM PARA TEMAS CONSIDERADOS MAIOR PROBLEMA DO PAÍS.....	237
5.30	AUTO-REGRESSÃO PARA MAIOR PROBLEMA DO PAÍS	238
5.31	CORRELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS CONSIDERADAS MAIOR PROBLEMA DO PAÍS.....	240
5.32	RESULTADOS DAS DIFERENÇAS DE PRIMEIRA ORDEM PARA CONFIANÇA EM INSTITUIÇÕES E VIOLÊNCIA NO BRASIL.....	246
5.33	AUTO-REGRESSÃO PARA CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES E VIOLÊNCIA NO BRASIL.....	247
5.34	CORRELAÇÕES ENTRE CONFIANÇA EM INSTITUIÇÕES E VIOLÊNCIA NO BRASIL	247
6.1	AUTO-REGRESSÃO DAS OPINIÕES SOBRE MUDANÇA DA CAPITAL.....	253
6.2	AUTO-REGRESSÃO DE OPINIÕES SOBRE DIVÓRCIO NO RIO DE JANEIRO	255
6.3	AUTO-REGRESSÃO PARA OPINIÕES SOBRE VOTO PERSONALISTA	257
6.4	AUTO-REGRESSÃO DAS PREFERÊNCIAS POR PARTIDO POLÍTICO	259
6.5	AUTO-REGRESSÃO ENTRE PREFERÊNCIA POR PARTIDO E VOTO PERSONALISTA.....	259
6.6	AUTO-REGRESSÃO PARA AVALIAÇÃO POSITIVA DO GOVERNO.....	261
6.7	COMPARAÇÃO DAS MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL SOBRE AVALIAÇÃO POSITIVA DO GOVERNO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO E BRASIL.....	268
6.8	ESTATÍSTICAS DAS DIFERENÇAS DE PRIMEIRA ORDEM SOBRE AVALIAÇÃO POSITIVA DO GOVERNO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO E BRASIL.....	269
6.9	AUTO-REGRESSÃO DAS AVALIAÇÕES POSITIVAS DO GOVERNO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO E BRASIL.....	270
6.10	AUTO-REGRESSÃO ENTRE AVALIAÇÃO POSITIVA DO GOVERNO FEDERAL E INFLAÇÃO PARA O RIO DE JANEIRO E BRASIL.....	272
6.11	MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL PARA INFLAÇÃO NOS PERÍODOS DO RIO DE JANEIRO E BRASIL.....	272
6.12	MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL PARA OPINIÕES SOBRE REFORMA AGRÁRIA NO RIO DE JANEIRO E BRASIL.....	274

6.13	DIFERENÇAS DE PRIMEIRA ORDEM SOBRE OPINIÃO CONTRÁRIA À REFORMA AGRÁRIA NO RIO DE JANEIRO E BRASIL.....	274
6.14	AUTO-REGRESSÃO DAS OPINIÕES SOBRE REFORMA AGRÁRIA NO RIO DE JANEIRO E BRASIL.....	275
6.15	MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL PARA PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA NO RIO DE JANEIRO E BRASIL	277
6.16	DIFERENÇAS DE PRIMEIRA ORDEM PARA PREFERÊNCIAS PARTIDÁRIAS NO RIO DE JANEIRO E BRASIL	277
6.17	AUTO-REGRESSÃO PARA PREFERÊNCIAS PARTIDÁRIAS NO RIO DE JANEIRO E BRASIL.....	278
6.18	MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL DO VOTO PERSONALISTA NO RIO DE JANEIRO E BRASIL.....	280
6.19	DIFERENÇAS DE PRIMEIRA ORDEM SOBRE VOTO PERSONALISTA PARA RIO DE JANEIRO E BRASIL.....	281
6.20	AUTO-REGRESSÃO DE VOTO PERSONALISTA NO RIO DE JANEIRO E BRASIL.....	281
6.21	AUTO-REGRESSÃO ENTRE PREFERÊNCIA POR PARTIDO E VOTO PERSONALISTA NO BRASIL E RIO DE JANEIRO	283

LISTA DE QUADROS

3.1	MODELO DE FLUXOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ADAPTADO DE DUMAZEIDER	123
3.2	PROCESSOS SOCIAIS PARA FORMAÇÃO DE OPINIÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA ADAPTADO DE ROVIGATTI	126
5.1	DEMONSTRATIVO DOS PADRÕES DE OPINIÕES SOBRE TEMAS POLÍTICOS NO BRASIL NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS	209
5.2	DEMONSTRATIVO DAS CORRELAÇÕES ENTRE OPINIÕES SOBRE TEMAS SOCIAIS NO BRASIL DAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS	210
5.3	DEMONSTRATIVO DOS PADRÕES DE OPINIÕES SOBRE TEMAS SOCIAIS NO BRASIL NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS	248
5.4	DEMONSTRATIVO DAS CORRELAÇÕES ENTRE OPINIÕES SOBRE TEMAS SOCIAIS NA OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRA DAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS	250
6.1	DEMONSTRATIVO DOS PADRÕES DA OPINIÃO PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO ENTRE 1950 E 1970.....	284
6.2	DEMONSTRATIVO DAS CORRELAÇÕES ENTRE OPINIÕES SOBRE TEMAS INTER-RELACIONADOS NO RIO DE JANEIRO ENTRE 1950 E 1970	285
6.3	DEMONSTRATIVO DA COMPARAÇÃO ENTRE OPINIÃO PÚBLICA CARIOCA DOS ANOS 50 A 70 E OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRA DAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS	285

LISTA DE GRÁFICOS

3.1	EXEMPLO DE DISTRIBUIÇÃO DE OPINIÕES SOBRE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA	132
3.2	EXEMPLO DA DIFERENÇA ENTRE OPINIÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA	133
4.1	EXEMPLO DE SÉRIES TEMPORAIS COM COMPORTAMENTOS DISTINTOS	143
5.1	SÉRIE MENSAL DE AVALIAÇÕES POSITIVAS E NEGATIVAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	152
5.2	SÉRIES TEMPORAIS DE AVALIAÇÕES POSITIVAS SOBRE PAÍS, GOVERNADORES DE ESTADO E PREFEITOS MUNICIPAIS	153
5.3	SÉRIE TEMPORAL DE OPINIÕES SOBRE RENDA PESSOAL	160
5.4	SÉRIE ANUAL AVALIAÇÃO POSITIVA E NEGATIVA DO PRESIDENTE	162
5.5	SÉRIES HISTÓRICAS DE AVALIAÇÕES DOS GOVERNANTES E DE VALORES DE SALÁRIO MÍNIMO	166
5.6	SÉRIES HISTÓRICAS DE AVALIAÇÕES DOS GOVERNANTES E OPINIÃO SOBRE CRESCIMENTO DA CORRUPÇÃO	167
5.7	SÉRIES HISTÓRICAS DE AVALIAÇÕES DOS GOVERNANTES E ÍNDICES DE INFLAÇÃO MENSAL	168
5.8	SÉRIES TEMPORAIS DE AVALIAÇÕES DE PRESIDENTES E SATISFAÇÃO COM O PAÍS	172
5.8.1	SÉRIES TEMPORAIS DE AVALIAÇÕES POSITIVAS DE PRESIDENTES DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS	173
5.9	SÉRIE TEMPORAL DE VOTO PERSONALISTA NO BRASIL	175
5.10	SÉRIES DE PREFERÊNCIA POR PARTIDO POLÍTICO E VOTO PERSONALISTA NO BRASIL	177
5.11	SÉRIE TEMPORAL DE AUTOPOSICIONAMENTO DE ESQUERDA NO BRASIL	186
5.12	SÉRIE HISTÓRICA DE AUTOPOSICIONAMENTO DE CENTRO NO BRASIL	187
5.13	SÉRIE HISTÓRICA DE AUTOPOSICIONAMENTO DE DIREITA NO BRASIL	188
5.14	OPINIÃO FAVORÁVEL À DEMOCRACIA	191
5.15	SÉRIE HISTÓRICA DE CONFIANÇA NA JUSTIÇA BRASILEIRA	194
5.16	SÉRIE HISTÓRICA DE CONFIANÇA NO CONGRESSO FEDERAL BRASILEIRO	195
5.17	SÉRIE HISTÓRICA DE CONFIANÇA NO GOVERNO BRASILEIRO	196
5.18	SÉRIE HISTÓRICA DA PREFERÊNCIA POR PRESIDENCIALISMO NO BRASIL	200
5.19	SÉRIE HISTÓRICA DA PREFERÊNCIA PELO PARLAMENTARISMO NO BRASIL	201
5.20	SÉRIE HISTÓRICA DE OPINIÃO FAVORÁVEL AO VOTO OBRIGATÓRIO NO BRASIL	203
5.21	PERCENTUAL DE ELEITORES QUE DIZ TER MUITO INTERESSE POR ELEIÇÕES	206
5.22	SÉRIE HISTÓRICA DE OPINIÕES SOBRE PENA DE MORTE NO BRASIL	211

5.23	SÉRIE HISTÓRICA DE OPINIÕES SOBRE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	213
5.24	CURVA DE CRESCIMENTO DA TAXA DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL	216
5.25	COMPARAÇÃO ENTRE OPINIÕES SOBRE REFORMA AGRÁRIA E TAXA DE POPULAÇÃO URBANA NO BRASIL.....	218
5.26	SÉRIE HISTÓRICA DE OPINIÕES SOBRE DESEMPREGO SER MAIOR PROBLEMA DO BRASIL.....	220
5.27	SÉRIE HISTÓRICA DE OPINIÃO SOBRE DESEMPREGO E TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL.....	222
5.28	SÉRIE HISTÓRICA DE OPINIÃO SOBRE CORRUPÇÃO SER MAIOR PROBLEMA DO BRASIL.....	224
5.29	SÉRIE DE OPINIÕES SOBRE AUMENTO DA CORRUPÇÃO NO BRASIL.....	225
5.30	SÉRIE DE OPINIÕES SOBRE TEMA DO REFERENDO 2005	228
5.31	TENDÊNCIA TEMPORAL DE MÉDIAS DE OPINIÕES SOBRE RESTRIÇÃO A ARMAS DE FOGO E TENDÊNCIA DE TAXA DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS.....	233
5.32	SÉRIE DE TEMAS CONSIDERADOS MAIOR PROBLEMA DO BRASIL.....	236
5.33	SÉRIE DE OPINIÕES SOBRE CONFIANÇA EM INSTITUIÇÕES E VIOLÊNCIA	245
6.1	SÉRIE DE OPINIÕES FAVORÁVEIS À MUDANÇA DA CAPITAL	252
6.2	SÉRIE DE OPINIÕES FAVORÁVEIS AO DIVÓRCIO NO RIO DE JANEIRO	254
6.3	SÉRIE DE OPINIÕES SOBRE VOTO PERSONALISTA NO RIO DE JANEIRO	256
6.4	SÉRIE DE PREFERÊNCIAS POR PARTIDO POLÍTICO	258
6.5	SÉRIE DE AVALIAÇÃO POSITIVA DO GOVERNO FEDERAL PELO CARIOCA.....	260
6.6	SÉRIE DE OPINIÕES FAVORÁVEIS À ELEIÇÃO DIRETA PARA PRESIDENTE NO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO	261
6.7	SÉRIES DE OPINIÕES CONTRÁRIAS À REFORMA AGRÁRIA NO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO.....	263
6.8	SÉRIE DE OPINIÕES FAVORÁVEIS DOS CARIOCAS À EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO POR EMPRESA ESTATAL BRASILEIRA.....	264
6.9	SÉRIE DE OPINIÕES FAVORÁVEIS ÀS RELAÇÕES COM URSS NO RIO DE JANEIRO	266
6.10	COMPARAÇÃO DE AVALIAÇÕES POSITIVAS SOBRE GOVERNO NO RIO DE JANEIRO E BRASIL.....	268
6.11	SÉRIES DE LOGS DAS AVALIAÇÕES POSITIVADOS DO GOVERNO FEDERAL E INFLAÇÃO PARA O RIO DE JANEIRO E BRASIL.....	271
6.12	OPINIÕES SOBRE REFORMA AGRÁRIA NO RIO DE JANEIRO E BRASIL	273
6.13	SÉRIES DE PREFERÊNCIAS PARTIDÁRIAS NO RIO DE JANEIRO E BRASIL.....	276
6.14	SÉRIES DE VOTOS PERSONALISTAS NO RIO DE JANEIRO E BRASIL.....	279
6.15	SÉRIES DE VOTO PERSONALISTA E PREFERÊNCIA POR PARTIDO POLÍTICO NO RIO DE JANEIRO E BRASIL.....	282

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
PARTE I	
CAPÍTULO 1 - DEMOCRACIA, INSTITUIÇÕES E LIBERDADES INDIVIDUAIS.....	38
1.1 TEORIAS DEMOCRÁTICAS COMPARADAS	40
1.2 DEMOCRACIA EM SOCIEDADES DE MASSA.....	57
CAPÍTULO 2 - ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO POLÍTICA EM DEMOCRACIA DE MASSA.....	72
2.1 COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE MODERNA	72
2.2 EFEITOS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOBRE A OPINIÃO PÚBLICA.....	81
2.3 MASSA E PÚBLICO	85
CAPÍTULO 3 - EM BUSCA DE UM CONCEITO DE OPINIÃO PÚBLICA	107
3.1 ORIGENS E TENDÊNCIAS DO DEBATE SOBRE OPINIÃO PÚBLICA	107
3.2 O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE OPINIÃO PÚBLICA	114
3.3 TRANSFORMANDO UM CONCEITO TEÓRICO INACABADO EM VARIÁVEL EMPÍRICA	130
PARTE II	
CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA PARA ANÁLISE DE SÉRIES TEMPORAIS DA OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRA	137
CAPÍTULO 5 - OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRA NOS ÚLTIMOS 25 ANOS.....	151
5.1 O BRASILEIRO E AS OPINIÕES POLÍTICAS.....	151
5.1.1 Variação Mensal da Opinião sobre Governo e Governantes.....	151
5.1.2 Avaliação Anual de Governantes	161
5.1.3 Avaliação Anual do Presidente e do País.....	171
5.1.4 Eleitores que Dizem Votar em Candidato e Preferência Partidária.....	174
5.1.5 O Brasileiro e a Ideologia Política	180
5.1.6 O Brasileiro e a Democracia.....	191
5.1.7 O Brasileiro e o Sistema de Governo	199
5.1.8 Obrigatoriedade do Voto e Interesse em Eleições no Brasil.....	202
5.2 OPINIÕES SOBRE TEMAS SOCIAIS	210

5.2.1	O Brasileiro e a Pena de Morte	210
5.2.2	O Brasileiro e a Reforma Agrária	213
5.2.3	Opinião sobre Desemprego	220
5.2.4	Corrupção como Maior Problema do País.....	224
5.2.5	A Opinião Pública e o Referendo 2005	227
5.2.6	Agendamento Público do Maior Problema para o Brasileiro.....	235
5.2.7	Consistência da Opinião Pública quanto a Temas Correlatos	243
CAPÍTULO 6 - OPINIÃO PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO ENTRE 1940 E 1970.....		251
6.1	O CARIOCA E A MUDANÇA DA CAPITAL	251
6.2	O CARIOCA E O DIVÓRCIO.....	254
6.3	O CARIOCA, OS PARTIDOS POLÍTICOS E AS ELEIÇÕES.....	256
6.4	O CARIOCA, O GOVERNO FEDERAL E A DEMOCRACIA.....	259
6.5	O CARIOCA E A REFORMA AGRÁRIA	262
6.6	O CARIOCA E A PETROBRÁS	264
6.7	O CARIOCA E A POLÍTICA EXTERNA	265
6.8	COMPARAÇÃO ENTRE OPINIÃO PÚBLICA CARIOCA E BRASILEIRA.....	267
6.8.1	Avaliação Positiva do Governo Federal.....	267
6.8.2	Comparação das Opiniões sobre Reforma Agrária	273
6.8.3	Comparação entre Preferências Partidárias nos dois Períodos.....	276
6.8.4	Personalismo Eleitoral nos Dois Períodos.....	279
CONCLUSÃO.....		286
REFERÊNCIAS		301
APÊNDICE		311
ANEXOS		314

INTRODUÇÃO

O debate sobre a opinião pública e seu papel nas democracias é tão antigo quanto o debate sobre a própria democracia. O que se destaca na evolução histórica sobre opinião pública, em especial nos estudos mais contemporâneos, é a possibilidade ou até mesmo a viabilidade da manutenção de relações democráticas estáveis. Isso, ao se levar em consideração a opinião pública na tomada de decisões políticas. Se, por um lado, a democracia, por princípio, deve considerar as aspirações dos cidadãos nos processos decisórios, por outro, deixa muitas dúvidas sobre a pertinência e racionalidade dessas aspirações. Leva-se em consideração ainda, segundo autores críticos da opinião pública, que ela tende a ser manipulada em função de interesses de minorias organizadas, o que a torna extremamente volátil e errátil. Soma-se a esse temor o fato de que a elite política tradicionalmente não dá atenção à opinião pública e ao fato de que o público – através de eleições periódicas nas democracias – se mostra satisfeito com esse tipo de participação. Essas observações garantem a manutenção do poder decisório, pelo menos no sentido de decidir quem tomará as decisões de fato.

A concepção de que o público não tem condições para participar racionalmente das decisões políticas nasce na Grécia antiga com Platão, segue durante toda a Idade Média e chega ao século XX tendo como seus principais expoentes os trabalhos de *Paul Lazarsfeld* - "*The People's Choice*" (1922) – e de *Angus Campbell et al.* - "*The American Voter*" (1960) –, que traçam um perfil pessimista das capacidades de racionalização e independência do eleitor e, conseqüentemente, do próprio cidadão nas democracias modernas.

Definições elitistas e minimalistas de democracia entram em conflito com posicionamentos a favor de uma maior ampliação do âmbito em que devem se encontrar os tomadores de decisão, ou pelo menos os influenciadores dessas, no sistema político. Porém, em sociedades modernas e complexas, o universo privado

domina os principais interesses da grande maioria dos integrantes de uma comunidade política. Sendo assim, torna-se impossível considerar a possibilidade de existência de uma democracia direta, que permita a participação de todos em todos os níveis e não apenas no referendo final.

Uma alternativa à impossibilidade de participação do indivíduo é a consideração de que, embora individualmente poucos tenham possibilidades de participar diretamente, em coletivos, as pessoas trocam informações e agem como grupo organizado na busca de seus interesses. É a harmonização desses interesses que torna a sociedade estável. Por isso, desse grupo maior de cidadãos, considerando a cidadania universalizada, é possível extrair opiniões coletivas a respeito dos principais temas debatidos em comunidade. É sabido que as decisões coletivizadas, como políticas, por serem soberanas e sancionáveis, representam um valor médio presente nesse coletivo e, se a minoria que ocupa os postos de efetiva tomada de decisão tiver acesso às posições coletivas para direcionar as decisões políticas, a arena política será ampliada, pois, apesar de poucos estarem à frente das decisões políticas, eles serão balizados pelas informações que recebem do conjunto da sociedade. Quando isso se aplica aos temas de domínio público, o posicionamento conjunto dos integrantes da coletividade é chamado de Opinião Pública.

Uma diferença importante das decisões coletivizadas, entre elas a opinião pública, em relação a outras é a que, para os integrantes do público, as decisões, por serem impessoais, apresentam poucos riscos e, quando existem, eles são externos e com baixo impacto à esfera privada dos participantes. Já para os ocupantes de postos de decisão, direta ou indireta, na arena política – a chamada elite política – existem custos internos, para cada decisão. Em uma democracia, esses custos envolvem principalmente a possibilidade de manutenção ou não do tomador de decisão nos postos decisórios. Para se entender o funcionamento de uma democracia como um todo, é preciso considerar não apenas as relações percebidas no ambiente interno na esfera política – instituições, atores e decisões

sobre políticas públicas –, mas também a relação que existe entre essa esfera e o restante da sociedade, em que se encontra o cidadão que, apesar de não participar diretamente dos processos decisórios, tem interesse por que suas opiniões sejam ouvidas e, por isso, oferece como contrapartida a possibilidade de - através do voto - manter ou substituir os tomadores de decisão.

Nesse sentido, Sartori (1997) mostra que, para se discutir democracia, é preciso pensar também em uma relação coletivizada, ou seja, impessoal, de representados com seus representantes. Sendo assim, os custos das decisões daqueles recaem sobre estes. Daí a importância de que as elites considerem as opiniões e decisões expressas através de demandas coletivizadas em um regime democrático. Essa necessidade pragmática entra em choque com as visões pessimistas sobre o papel da opinião pública na democracia moderna, quando comparada a outras formas de participação, tais como eleições, parlamento ativo, liberdade de imprensa. Por isso, a democracia depende da incorporação de valores democráticos nas práticas cotidianas dos indivíduos. De qualquer forma, a análise de processos sociais que integram as democracias não pode ficar restrita às instituições formais. Ela deve levar em consideração as relações sociais e a cultura como um todo, para aproximar os modelos teóricos das características empíricas nas democracias de sociedades complexas.

A teoria da democracia, ao se deparar com esse paradigma, estuda a hipótese de ampliar o número de atores, isto é, incluir, além dos institucionais estritos que integram as instituições políticas, também os participantes indiretos das decisões políticas – os integrantes do público. Deu-se, por isso, início a um novo debate: o cidadão comum, não integrante da elite política, tem condições e deve participar da democracia sendo ouvido em processos de consultas públicas, tais como em eleições periódicas. Se aceita como indispensável essa participação deve se dar através do conhecimento público das opiniões médias da coletividade; portanto, resta saber se essas opiniões apresentam condições mínimas de

racionalidade necessárias para serem levadas em consideração pela elite política ou se, ao contrário, o que as caracteriza, na prática, descredencia sua participação.

Para autores elitistas e institucionalistas, como as decisões políticas envolvem o domínio de uma série de informações e capacidades específicas que não estão ao alcance do público médio, as opiniões dos integrantes desse público não devem ser consideradas como elemento determinante da política, pois, ainda que ela se apresente bem intencionada, lhe faltarão instrumentos que garantam a coerência esperada da opinião. Na maioria das vezes, a literatura elitista apresenta a opinião pública como o resultado de uma série de processos sociais, nos quais há uma interação muito grande de elementos emocionais e manipulativos (LIPPMANN, 1922), aliados a pouca racionalidade (LE BON, 1999). Porém, se de fato a literatura sobre o tema ainda discute ou não a viabilidade de se ouvir o público, as democracias modernas estabeleceram como princípio que a decisão da coletividade é soberana sobre quem deve dirigir diretamente as instituições públicas. Mais do que isso, essa decisão é reformada em períodos preestabelecidos, através de eleições periódicas. E, a cada eleição, uma nova conformação de opinião pública se materializa nos temas discutidos e nas características dos “eleitos” para compor a elite política, a tomadora de decisões públicas.

Ao ser considerada como fator relevante para o funcionamento da democracia, a opinião pública pode ser conceituada como pública em um duplo sentido. Primeiro, porque ela surge do debate público e, segundo, porque seu objeto é qualquer coisa, desde que seja de domínio público. Sendo assim, opinião pública é uma opinião sobre assuntos que dizem respeito à nação ou a outro agregado social, expressa de maneira livre por homens que estão fora do governo, mas que reclamam o direito de que suas opiniões possam influenciar ou determinar ações governamentais (BOBBIO, 1998).

Grande parte da discussão sobre a opinião pública¹ nas democracias contemporâneas deriva do fato de que ela possa ser considerada uma influência legítima ou não nas decisões de governo.

A tradição crítica à consistência da opinião pública resiste até hoje através de afirmações sobre a inexistência de uma opinião pública, conforme se pode ver na tese defendida por Pierre Bourdieu (1983) e Patrick Champagne (1998), principalmente. Para rebater essa posição, autores como Benjamim Page & Robert Shapiro (1992) defendem que a opinião pública não é apenas resultado de manipulações emocionais. Como ela apresenta uma racionalidade que se diferencia da estabilidade absoluta por ser pública, essa opinião deve se remodelar sempre que houver uma alteração perene ou transitória na composição das relações sociais dos pertencentes ao público. A partir de resultados de trabalhos empíricos, eles concluem que a opinião pública é racional e coerente. Por isso, as preferências políticas coletivas são previsíveis, pois trata-se do resultado de avaliações públicas sobre políticas já implantadas.

Ao analisar opiniões do público norte-americano sobre temas públicos encontraram altos índices de consistência. Esta aumenta à medida que os temas em

¹Aqui é preciso fazer uma primeira distinção conceitual entre Opinião Pública e Opinião Publicada, pois alguns autores costumam confundi-los. Opinião Pública é a expressão de opiniões do público a respeito de temas de interesse comum, enquanto Opinião Publicada é a apresentação pública da opinião. Essa distinção foi feita pela primeira vez por *Floyd Allport* (1937) no texto "*Toward a Science of Public Opinion*", onde afirma que tratar Opinião Pública e Publicada como sendo a mesma coisa é uma falácia. Ela nasce da idéia de que os meios de comunicação, que publicam as opiniões, têm capacidade absoluta de influência sobre os públicos e, portanto, não faria sentido diferenciá-las. *Allport* é contrário a essa idéia de domínio dos meios de comunicação. Ele acredita que há uma complexa relação entre mídia e público, com pressão, resistências e influência mútua que inviabiliza a possibilidade de controle total de um ator pelo outro. Um exemplo da confusão entre Opinião Pública e Publicada pode ser encontrado no trabalho de *Susan Herbst* "*Public Opinion Infrastructures: meanings, measures, media*", onde a autora defende ser possível identificar o que ela chama de infraestrutura da opinião pública a partir da análise da produção cultural em determinado momento da história de uma sociedade. Para tanto, ela estuda os conceitos e opiniões transmitidas pelo filme "*Mr. Smith Goes to Washington*", dirigido por *Frank Kapra*. É evidente, de acordo com a definição apresentada por *Allport*, que as opiniões inseridas no enredo do filme foram as selecionadas pelo diretor, ou seja, são opiniões Publicadas e não Públicas.

discussão pública se tornam mais salientes. Nessas análises comprovou-se conforme "*The Rational Public*" que as maiores inconsistências na opinião pública foram encontradas nas opiniões formuladas sobre a política externa norte-americana.²

As opiniões a respeito de temas públicos são formadas a partir de complexos processos sociais que envolvem indivíduos, grupos e instituições de comunicação social. Segundo as teorias funcionalistas, as pessoas procuram ter opiniões coerentes com as do grupo a que pertencem, selecionam as informações, dão atenção àquilo com que concordam e se privam do que as desagradam. Ao mesmo tempo em que são desprezadas as mensagens contrárias, os integrantes do grupo percebem que determinadas opiniões e atitudes reforçam seus contatos com os demais, que exibem tendências similares. Mesmo que nem todos se exponham a mesma quantidade e forma de informação, cada pessoa tem sua própria experiência social, embora selecione elementos de acordo com padrões coletivos. Além disso, as opiniões individuais, quando agrupadas, são transformadas em uma postura coletiva em relação a determinado tema.

As primeiras pesquisas sociológicas empíricas no campo da opinião pública no século XX buscavam principalmente encontrar uma forma de explicar a fabricação do consentimento público para gerar progresso, aumentar o consumo, levar à aceitação das formas de organização do trabalho, etc. Tudo isso através da identificação e posterior conformação da opinião pública. Dessa forma, tornava-se necessário estudar em que condições as atitudes já existentes em determinado grupo perdem a estabilidade e tendem a se modificar. Como conclusão inicial tinha-se que essa instabilidade dependeria da ativação de idéias, crenças, valores ou experiências que as pessoas possuem, mas que elas mantêm "guardadas" porque

²Em uma pesquisa empírica recente, posterior à publicação do livro de Page e Shapiro, *Máxime Isaac* encontrou fortes evidências de que, a respeito de dois temas de política internacional, o público norte-americano (massacre de estudantes na praça *Tianan*, na Coreia, e uma crise durante o governo *Gorbachev* na Rússia). A Opinião Pública não se comportou de acordo com as visões transmitidas pelos líderes políticos ligados ao tema e também se mostrou instável, em sua opinião (ISAACS, 1998).

são contrárias aos interesses do grupo ou grupos a que pertencem. Além disso, a propaganda intensiva, contrária a esses princípios, é impossível de ser desconsiderada, leva à reestruturação de atitudes e novos comportamentos a curto e médio prazo, dependendo da intensidade da propaganda. De acordo com essas conclusões, seria muito arriscado para a elite política tomar como princípio de sua atuação o atendimento à opinião pública, visto que ela pode ser, através de instrumentos específicos, manipulada para atender a determinados interesses que não são os do bem comum (LIPPMANN, 1922).

A questão se torna mais premente em complexas sociedades contemporâneas, onde os indivíduos não pertencem a um só grupo. Eles têm adesões diferenciadas em relação a determinados temas, e o grau de adesão depende da classe social a que pertencem, também da cultura, dos padrões etários, etc. Além disso, em todo grupo social há pessoas mais ativas e capazes de se expressar em relação a outras. São dessa forma mais sensíveis aos interesses do grupo e mostram-se ansiosas por manifestação nos momentos importantes. São os chamados líderes de opinião, e a função deles é fazer a mediação entre os meios de comunicação e demais componentes do grupo. A diferenciação do público em pelo menos dois níveis gera uma complexidade do sistema de ativação de crenças e valores que praticamente inviabiliza a idéia de um controle uniforme, moldando a opinião pública de maneira consistente e definitiva.

Inicialmente, os autores defendiam que os indivíduos se informassem majoritariamente pelos meios de comunicação, porém pesquisas empíricas, a partir da segunda metade do século XX, constataram que os indivíduos adquiriam a maior parte das informações que sustentavam suas opiniões no contato com líderes de opinião e outros membros do grupo. Desses "achados", Stuart Hall (1980) desenvolveu-se trabalhos na linha de estudos culturais e Jesus Martin-Barbero (2001) sobre as mediações sociais. Para esses, de maneira geral, o objetivo do indivíduo médio que faz parte de um coletivo é manter o padrão de aceitação dos gostos do grupo e continuar cada vez mais integrado, visto que psicologicamente os

cidadãos não querem se isolar socialmente, como afirma Noelle-Neuman (1993). Nesse processo, os chamados líderes de opinião horizontais agem sem distinção hierárquica, adotando práticas que os demais integrantes do grupo levam em consideração, assim como acontece com os líderes de opinião verticais, normalmente notáveis na sociedade.

Como a opinião pública é aqui considerada o resultado da interação entre os indivíduos de determinados grupos, ela não pode ser explicada pelas ações individuais dos integrantes do grupo ou por suas opiniões prévias, pois é da troca de informações que se constrói a nova realidade que não existia antes. Essa troca acarreta em mudanças de opinião, que podem ser rápidas ou lentas. Quando são rápidas, as alterações geram variações de posições surpreendentes sobre determinados temas, cuja opinião até então era considerada estável. Quando são lentas, elas criam uma gradual redução da homogeneidade de posições a respeito de determinado assunto, fazendo com que gradativamente a opinião pública se desloque de sua posição original para um novo patamar. Segundo autores como Page e Shapiro (1992), a opinião pública não é um epifenômeno; ela apresenta características descritíveis e, portanto, sua composição pode ser não apenas analisada teoricamente como também servir de ponto de partida para a tomada de decisões pelos agentes públicos. Isso sem que essas decisões resultem em políticas públicas esquizofrênicas em função de uma suposta irracionalidade relacionada com as mudanças de opinião randômica.

Os geradores dessas mudanças consistentes na opinião pública podem ser reunidos em dois grandes grupos. O primeiro é de caráter individual, a partir de uma auto-reflexão; o segundo é de caráter social, definido aqui como rupturas ideológicas. Ao ocorrerem, as rupturas ideológicas resultam em mudanças na opinião pública, tal como aconteceu com a opinião pública norte-americana sobre os direitos civis e de minorias após os anos 50, quando os movimentos em favor dos direitos das mulheres e dos negros conseguiram incluir esse tema na agenda de debate público,

modificando comportamentos da elite política e das massas. Quando a ruptura ideológica se dá em uma democracia, as transformações na opinião são o resultado de um debate entre elite e massa. Identificar esse debate correlacionando-o aos momentos de significativas mudanças de opinião é fundamental para explicar as rupturas e, por consequência, a própria gênese da opinião pública.

Partindo do princípio de que as alterações na opinião pública podem ser explicadas, o debate sobre o tema em democracias modernas acontece principalmente em torno de três possíveis comportamentos: oscilação (que pode ser gradual ou abrupta), manutenção ao longo do tempo ou mudança consistente. Esse trabalho tem por objetivo identificar se há ou não consistência na opinião pública brasileira a respeito de temas conexos e com importância na arena política nacional. A pesquisa não tem o objetivo de identificar a origem da opinião pública brasileira. Nesse sentido, procura-se em primeiro lugar, mostrar, a partir de análises empíricas, os padrões de comportamento das opiniões, tendo como controle interno a persistência ou mudança de opiniões. Como controle externo estão os próprios acontecimentos da esfera pública, ou seja, externos ao mundo privado dos cidadãos, tais como os grandes fatos da história política e social que podem servir como hipóteses explicativas de possíveis alterações nos posicionamentos do público.

Identificar como se comporta a opinião pública é premissa fundamental para o debate sobre a validade ou não de se considerar as manifestações do cidadão médio sobre temas de interesse coletivo que são objeto de decisão da elite política. Para tanto, o trabalho parte da hipótese apresentada pelos pesquisadores norte-americanos Page e Shapiro no livro "*Rational Choice*" (1992). Neste, eles desenvolvem uma metodologia de análise do comportamento da opinião pública norte-americana em 50 anos ao longo do século XX. A partir dos resultados das pesquisas de opinião pública, identificam consistências na manutenção ou mudança na opinião pública norte-americana a respeito de vários temas políticos e social; mostram não apenas uma opinião pública estruturada, como também a necessidade

dos governantes em levá-la em consideração na tomada de decisões sobre políticas públicas.³ Resta saber se a mesma hipótese, qual seja, a de que a opinião pública é estruturada e racionalmente explicável, pode ser aplicada ao caso brasileiro.

O primeiro trabalho fora dos Estados Unidos a partir da metodologia proposta por Page e Shapiro foi realizado no Canadá por Eric Bélanger e François Pétry (2004). Estes analisam 60 anos de tendência da opinião pública canadense a partir de pesquisas de opinião. Bélanger e Pétry chegaram praticamente às mesmas conclusões de Page e Shapiro em relação à estabilidade e consistência das mudanças de opinião coletiva. No entanto, sem rejeitar a racionalidade da opinião, aqueles apontam para a necessidade de se considerar a complacência como um fator gerador de estabilidade e não apenas como manutenção de opiniões durante o debate público. Além disso, as análises realizadas por eles mostraram que a opinião pública pode ser afetada pela saliência de um tema, o que termina gerando as correntes de opinião a partir dos temas agendados pela cobertura que a mídia faz da esfera política.

Uma das principais críticas ao trabalho de Page e Shapiro é encontrada em um artigo anônimo⁴ publicado em uma página de internet vinculada ao portal da Universidade de Columbia, New York (s/d). Neste texto, o autor afirma que as conclusões a que chegaram Page e Shapiro são resultado de argumentos inconsistentes, pois elas estão baseadas apenas no uso de dados agregados para a explicação da manutenção das preferências políticas. Para o autor da crítica, sem considerar as mudanças nas opiniões dos indivíduos, não é possível falar em estabilidade ou mudança previsível, pois os indicadores agregados estarão ocultando as variações internas que não podem ser indicadas pelas medidas de tendência central. Citando

³No trabalho de Page e Shapiro 57% das opiniões sobre temas públicos mostraram-se consistentes ao longo do tempo.

⁴O texto sem indicação de autoria e data pode ser encontrado no endereço eletrônico <<http://www.columbia.edu/~gjlw10/paper.htm>>.

Zaller (1992), no texto "*The Nature and Origins of Mass Opinion*", a crítica defende que as opiniões das pessoas são mutáveis, o que faz com que suas atitudes públicas não possam ser previstas. Além disso, o indivíduo formula suas opiniões, sempre, com base nas informações mais recentes adquiridas, ou naqueles temas que estão mais salientes na sua mente.

O problema dessa crítica está no fato de que ela não se aplica à metodologia e objetivos apresentados por Page e Shapiro, como fica claro, já no prefácio, no início do livro, quando os autores dizem que estão interessados "na proporção do público a favor de determinada política em um dado momento, qual o nível de apoio da opinião e como ela muda ao longo do tempo" (1992, p.xii). Como se vê, não se busca explicar os padrões individuais dos integrantes da opinião pública, mas a forma como essa opinião se comporta ao longo do tempo em relação aos temas e políticas públicas. O mesmo se aplica ao trabalho aqui apresentado. Não é, portanto, objetivo discutir ou apresentar aqui os padrões individuais de comportamento da opinião do brasileiro, mas a tendência da opinião pública no Brasil em relação aos principais temas políticos e sociais.

A pesquisa apresentada aqui propõe o estudo do comportamento da opinião pública brasileira no sentido descrito acima, a partir de resultados de *surveys* nacionais disponíveis, principalmente aqueles que se encontram no Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) da Universidade de Campinas (Unicamp) dos últimos 30 anos⁵. Outra fonte importante de informações quantitativas sobre a opinião pública brasileira surge da parceria entre institutos de pesquisa e entidades de classes que, desde os anos 90, têm gerado periodicamente informações sobre a opinião do brasileiro. Ressalta-se então, pela importância na composição do banco de dados para a tese, duas dessas experiências. A mais antiga delas é fruto da

⁵O período temporal com informações que possam compor uma base para análise de séries de opinião pública no Brasil é menor que nos Estados Unidos, onde Page e Shapiro analisaram 50 anos, e no Canadá, onde Bélanger e Pétry analisaram 60 anos, pois é rara a produção de *surveys* com amostras nacionais brasileiras que permitam a formação de séries temporais, ou seja, séries com repetição de temas e perguntas, antes dos anos 70.

parceria entre o instituto de pesquisas Sensus, de Minas Gerais, e a Confederação Nacional do Transporte (CNT), que tem produzido pesquisas pelo menos bimestrais para medir a opinião pública do brasileiro sobre os principais temas políticos há quase dez anos. Nos mesmos moldes, as pesquisas produzidas pelo instituto Ibope e pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) também serviram de fonte para a criação do banco de dados deste trabalho.

Como o Instituto Ibope possui resultados de pesquisas feitas desde os anos 40 e esse acervo está disponível no Arquivo Edgar Leuenroth (AEL), também na Unicamp, essa é também outra fonte de dados para a pesquisa. O AEL reúne os resultados de todas as pesquisas do Ibope realizadas entre 1942 (ano da primeira pesquisa do instituto) até meados dos anos 70. São milhares de pesquisas que ainda não terminaram de ser catalogadas. O banco de dados montado para esta tese é composto por cerca de mil perguntas de questionários aplicados em pesquisas com amostras nacionais realizadas entre o início da década de 70 e o ano de 2005, chegando a 35 anos. São mais de 200 pesquisas que formam este banco de dados nacional. No entanto, só foram consideradas as séries temporais cujas questões são idênticas ao longo do tempo, ou seja, aquelas em que a pergunta se repete em diferentes questionários, para evitar que o respondente pudesse interpretar de maneira distinta duas questões sobre o mesmo tema. Além disso, há o banco de dados com informações sobre o público carioca e paulistano, principalmente o primeiro, entre a década de 40 e 70, que soma várias dezenas de questionários e centenas de perguntas.

Tomando emprestada a metodologia utilizada inicialmente por Page e Shapiro e a partir do banco de dados montado com informações disponíveis sobre opinião pública brasileira, tem-se como meta identificar se as opiniões agregadas do brasileiro sobre temas públicos se mantêm ao longo do tempo, se variam de maneira consistente ou se oscilam aleatoriamente. Para a realização deste trabalho, é preciso considerar a existência de duas dimensões da opinião pública que se

complementam. Há um estado de opinião latente (também chamado de primário ou aquele que se mantém), apresentando uma diversificação ao nível individual e oferecendo uma continuidade temporal a um esquema de referências em relação a determinado assunto público. Isso seria o equivalente a uma opinião estática ou permanente. Quando muda, normalmente o faz de maneira gradual. Além da opinião primária, existe a opinião dinâmica que corresponde ao aparecimento de uma tomada de posição pública frente a determinado problema, em um momento qualquer, a partir de novas informações, também chamada de corrente de opinião ou opinião secundária⁶.

Em seu livro, os autores Page e Shapiro usam como exemplo, para mostrar a diferença entre opinião primária e secundária do norte-americano, o conjunto de resultados de pesquisas feitas durante duas décadas (anos 70 e 80) a respeito do número de mísseis nucleares (MX) que o país deveria produzir. Cada pesquisa mostra um número médio de mísseis como ideal, influenciado pelo debate conjuntural. Porém, a reunião dos dados coletados ao longo do tempo permitiu identificar a opinião primária do norte-americano sobre esse tema (1992 p.20-21), ou seja, eles constróem a opinião primária a partir do agregado de tendências apresentadas pelas correntes de opinião a cada momento.

Vale ressaltar que, apesar de ainda não ter alcançado o *status* de objeto direto nas pesquisas da ciência política brasileira, a análise da opinião pública pela literatura internacional indica atualmente a existência de uma elaboração conceitual, embora controversa, bastante avançada. Não é objetivo deste trabalho abordar questões como origem e estrutura do conceito, mas identificar a consistência ou não da opinião pública ao longo do tempo, visto que é neste ponto que se encontra o foco do debate na Ciência Política sobre a viabilidade ou não de se considerar a opinião pública no processo de decisões políticas.

⁶A seguir chama-se Opinião Latente de Opinião Primária e Corrente de Opinião de Opinião Secundária.

O texto está dividido em duas partes, cada uma delas contendo três capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma discussão sobre os avanços da teoria democrática no que diz respeito à ampliação dos atores que participam da democracia. Partindo-se de um tratamento circunscrito de democracia – relacionada às instituições políticas e aos atores que atuam diretamente nessas instituições –, os teóricos passam a ampliar gradativamente essa esfera, na medida em que a sociedade como um todo ganha o *status* de ator político relevante e nela são identificadas as "ferramentas" pelas quais os indivíduos médios da sociedade se relacionam socialmente com os integrantes das elites políticas, tal como os meios de comunicação. Chega-se, então, ao tipo de sociedade a que essa democracia está vinculada, se de massas ou de público, conforme mencionam Przeworski (1996), Schumpeter (1975), Rueschemeyer (1992) Sartori (1997, 2001), Moisés (1995) O'Donnell (1974 e 1999), Mainwaring (2001), Kelsen (1945), Halebsky (1978), Buchanan (1982), Downs (1999), Dahl (1997), Miguel (2000) entre outros.

A seguir apresenta-se o debate realizado entre sociólogos, cientistas políticos e comunicólogos sobre a participação dos meios de comunicação para a conformação da sociedade moderna e dos ambientes políticos contemporâneos. Começa-se com o conceito de sociedade de massa, pois a ela está diretamente relacionada a discussão sobre se o cidadão médio, influenciado pelos meios de comunicação de massa das sociedades atomizadas e complexas da atualidade, tem capacidade para tomar decisões e formar opinião racionalmente. Aqui também é preciso considerar que a construção da opinião pública é um processo coletivo e que, portanto, direta ou indiretamente, as pessoas que fazem parte do público sofrem inferências de outros indivíduos, principalmente daqueles que pertencem ao mesmo grupo ou são portadores de características que os tornam exemplares, transformando-os em líderes de opinião. Este debate tem início no século XIX, quando as teorias davam maior importância para os meios de comunicação de massa na condução das vontades dos indivíduos; em meados do século passado, quando o modelo passa a sofrer

críticas e revisões, para chegar no século XXI relativizando completamente os efeitos dos meios de comunicação sobre os indivíduos na esfera pública e dando mais importância para as relações entre os públicos – as chamadas mediações –, como elemento fundamental para a formação de opinião. Passa-se, então, de uma visão inicial de controle e manipulação da sociedade para, no máximo, uma influência sobre aquilo que os integrantes da sociedade devem discutir e a partir do que formar opinião. Um ponto que merece ser destacado aqui é o conceito de Esfera Pública, traçado por Habermas, que posicionou distintamente as arenas do Estatal, do Privado e do Público propriamente dito. Este último é o espaço que interessa realmente como objeto deste trabalho. Para tanto, recorre-se a autores que tratam da questão entre política, comunicação e sociedade, abordando, ainda que de maneira indireta, a opinião pública nas organizações sociais contemporâneas. Tratam, portanto, do assunto, Amaral (2000), Baquero (1995), Campbell (1964), Champagne (1998), Figueiredo (2000), Lage (1998), Montoya (2004) Manin (1995) Goldman (1971), Wolf (2003), Breton (2002), Lazarsfeld (1940), Zaller (1992), Boudon (1994), Mannheim (1989), Thompson (1998), Hohlferldt (2001), Bourdieu (2002), Blanco (1999), Martin-Barbero (2001), Almeida (1999), Habermas (1971, 1981, 2003), Rezende (2004) e Blumer (1971).

Seja como manipuladores ou simples organizadores indiciáticos a respeito da realidade tangível pelo cidadão, os meios de comunicação de massa em sociedades democráticas contemporâneas desempenham seu papel na formação e transformação da opinião pública. Por esse motivo, o texto também aborda a presença da comunicação de massa na democracia moderna que inclui sociedade de um lado, elites e instituições políticas de outro, ainda que as teorias democráticas clássicas tenham desconsiderado os meios de comunicação como atores relevantes para a explicação da democracia. Antes de tratar da opinião pública em si, é preciso abordar a questão metodológica de aferição dessa opinião, considerando o debate iniciado por *Bourdieu* a respeito do tema nos anos 70. Nesse debate, o autor se posiciona

claramente a favor da tese de que se a opinião pública existe – e ele não nega isso no texto, apesar do título – esta não pode ser realmente apreendida pelos atuais instrumentos de coleta desses dados, que são os *surveys*.

No terceiro capítulo faz-se uma breve abordagem sobre a história do conceito de opinião pública, os principais debatedores do tema ao longo dos séculos até chegar ao século XX. Apresenta-se também a definição de opinião pública que servirá de base para as análises empíricas. Trata-se de uma breve abordagem sobre o debate conceitual por não haver ainda uma definição única do que seja opinião pública, mesmo que o tema já venha sendo discutido pelos filósofos gregos, essa definição vem sofrendo uma série de modificações ao longo dos séculos no que diz respeito ao seu tratamento, passando de algo negativo e perigoso para a democracia. Passa até por elemento fundamental das sociedades políticas, como é o caso dos autores iluministas, chegando a tratamentos instrumentalistas em favor da elite política, o que pode ser encontrado em Maquiavel. Por esse motivo, é preciso delimitar sobre qual opinião pública o trabalho trata e quais são os pressupostos necessários para transformar o conceito teórico em uma variável para análises empíricas. Os principais autores que aparecem nesse debate histórico-conceitual são Corrêa (1993), Figueiredo e Cervellini (1995), Howlett (2000), Lane e Sears (1964), Locke (2002), Maquiavel (1997), Miller (2001), Page e Shapiro (1992) Almeida (2002), Montoya (2004), Habermas (1981), Avritzer e Costa (2004), Fraser (1998), Luhmann (2000), Almond e Powell (1996), Patterson (1997), Key (1968), Davison (1968), Dader (1990).

Na segunda parte do trabalho, encontram-se as análises empíricas, divididas em três capítulos, seguidos da conclusão. Todos os gráficos do trabalho foram padronizados apresentando-se com amplitude de zero a cem no eixo da variável "y", onde estão os percentuais de opinião sobre determinado tema e no eixo "x" está o tempo percorrido em anos ou meses. Essa padronização da escala visa

facilitar a comparação visual entre diferentes curvas de opiniões plotadas em mais de um gráfico.

O capítulo quatro trata da metodologia de análise empírica utilizada para fazer os testes de regressão para séries temporais. O trabalho de Page e Shapiro é todo baseado em análises visuais de séries temporais de opiniões plotadas em gráficos, onde os limites superiores e inferiores de variação das curvas indicam a estabilidade ou instabilidade das opiniões. Aqui, além da análise visual, aplica-se ao banco de dados testes de auto-regressão temporal para verificar a consistência das manutenções ou quantificar o grau de mudança, no caso de alterações significativas. A auto-regressão também é usada para testar o grau de inferência de uma variável externa no comportamento da curva ao longo do tempo. Essa metodologia de análise é fartamente estudada nas ciências sociais, não apenas na forma de análises de séries temporais, mas também como estudos de séries interrompidas, estudos longitudinais e modelos de transferência ou de intervenção, principalmente por Gottman (1984), Morettin (2004), Fava (2000), Menard (1991), McDowall et al (1980), Ostram (1978), entre outros.

No quinto capítulo se apresentam os resultados das tendências de opinião pública brasileira a respeito de temas políticos e social, principalmente entre os anos de 1980 e 2005. Para algumas opiniões, a curva é ampliada até o início da década de 60, quando há dados de *surveys* nacionais sobre a opinião pública. No entanto, os dados existentes de pesquisas com amostras nacionais sobre temas públicos, que se repetem ao longo do tempo, passam a existir de maneira sistemática apenas a partir dos anos 80, acentuando-se a disponibilidade das informações a partir de meados da década de 90, quando institutos de pesquisas começaram a replicar as mesmas questões em pesquisas nacionais ao longo do tempo. Os temas políticos tratados neste capítulo são principalmente estes: opinião sobre o governo federal, em escala mensal e anual; opinião sobre as condições para se viver no país; tipo de voto, se a preferência é por voto personalista ou partidário; ideologia política do

brasileiro; preferência por partido político; opinião sobre a democracia; opiniões sobre desempenho e confiança nas principais instituições política brasileiras; opinião sobre sistema de governo, se presidencialista ou parlamentarista. Os dados das pesquisas de *survey* são descritos a partir de curvas que podem se mostrar estáveis, com alterações consistentes ou randômicas, além da interação que existe entre elas.

O fato de uma opinião não se manter estável ao longo do tempo pode ser explicado pelas mudanças geradas nos indivíduos médios em função do debate com a elite ou por força das modificações internas que esse sujeito sofreu. Porém, a mudança da opinião sobre determinado tema em direção oposta à opinião de outro tema correlato não pode ser explicada racionalmente. Por exemplo, a indicação de que ao longo do tempo houve um crescimento na opinião pública a favor do voto personalista, ao mesmo tempo em que cresce a opinião de que os partidos políticos são fundamentais em processos eleitorais. O que pode ser racionalmente explicado é a não existência de relação entre voto personalista e preferência por partido. Para tanto, são realizados testes de auto-regressão, correlacionando as curvas de opinião com variáveis intervenientes para sustentar a hipótese de racionalidade nas mudanças de opinião. Dentre os testes apresentados aqui estão aqueles a respeito da opinião sobre o governo e a expectativa de crescimento de renda; a opinião sobre crescimento da corrupção no País; taxa anual de inflação medida pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe); e das alterações da auto-identificação ideológica com as opiniões sobre melhor sistema de governo.

Há também análises sobre temas públicos que não são relacionados diretamente à esfera política, mas estão ligados à esfera social. Dentre elas encontram-se a opinião sobre a pena de morte, a reforma agrária e o desemprego como maior problema do País, entre outras. Os testes de auto-regressão com variáveis intervenientes abordam a relação que existe entre opinião favorável e opinião contrária à pena de morte – indicando não haver correlação entre as tendências, por exemplo; relação entre opinião a respeito da reforma agrária e taxa

de urbanização do Brasil; opinião sobre desemprego ser maior problema do País e taxa de desemprego medida pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). A hipótese inicial é a de que uma mudança na opinião racional precisa ser explicada, ou seja, apresentar correlação significativa com uma variável interveniente que esteja ligada a ela. Por exemplo, uma variável interveniente considerada para a avaliação da opinião pública sobre o governo federal é a taxa de desemprego ao longo do tempo. Em outro caso, o percentual de população urbana no Brasil é utilizado como variável interveniente para explicar as mudanças nas curvas de opinião favorável e contrária à reforma agrária. Os testes mostram que grande parte das alterações de opinião pública brasileira pode ser explicada por mudanças nas condições sociais a que os integrantes da esfera pública estão submetidos. Estas alterações são motivadoras de novos padrões de valores, novas opiniões e até mesmo novas crenças a curto e longo prazo. Ao todo, no capítulo cinco, são analisadas curvas de opiniões a respeito de 25 temas e subtemas públicos (políticos e sociais).

No capítulo seis, apresentam-se os resultados de análises empíricas para os resultados de pesquisas de opinião pública produzidas entre as décadas de 40 e 70, nos municípios do Rio de Janeiro e São Paulo, pelo Ibope. A maior parte dos dados disponíveis para a criação de séries históricas, ou seja, opiniões aferidas a partir de perguntas que se repetem ao longo do tempo, diz respeito ao município do Rio de Janeiro, que era a capital do Brasil no início do período analisado e sede do instituto de pesquisas Ibope. Como nesse período não existiam pesquisas com amostras nacionais no País, a disponibilidade dos dados sobre o que pensava o carioca e o paulistano em meados do século XX pode ser um indicador indireto de como pensava o brasileiro naquela época. Já a partir dos anos 80, enquanto as pesquisas nacionais mostram o que pensa o indivíduo e como se mantém ou muda a opinião atualmente. Os temas de que se tem informação sobre opinião pública carioca até os anos 70 dizem respeito à mudança da capital para Brasília; opinião

sobre divórcio; tipo de voto, se no candidato ou no partido; avaliação do governo; opinião sobre democracia; opinião sobre reforma agrária; opinião sobre intervenção do Estado na economia e opinião sobre política externa.

As curvas das opiniões na década de 60, em sua maioria, mostram uma estabilidade maior que a opinião pública brasileira a partir dos anos 80; porém, as mudanças são altamente consistentes, indicando uma sociedade em período de intensas transformações sociais, políticas e adaptações culturais. Prova disso é o resultado da correlação entre a opinião favorável ao voto personalista e a preferência por partido político no Rio de Janeiro entre 1949 e 1968. Essa correlação se mostra altamente consistente ao longo do tempo – o que já não acontece para a opinião pública brasileira das décadas seguintes. Ao todo, o capítulo analisa curvas de opiniões sobre nove temas e subtemas avaliados pelo público da época. Ao final do capítulo, são apresentadas as curvas comparativas de opiniões sobre os mesmos temas para o público carioca e brasileiro dos dois períodos.

Em função da limitação de informações de perguntas de *surveys* que se repetiram ao longo do tempo sobre o mesmo tema, nos capítulos cinco e seis é adotado o intervalo de tempo anual para a montagem da maioria das curvas de opinião. Em alguns casos não há dados disponíveis para todos os anos, mas quando a lacuna não interfere de maneira significativa na análise da curva, as informações são mantidas ou, então, através de técnicas estatísticas, as ausências são preenchidas por valores médios que permitem a realização de testes inferenciais.

Para montar o banco de dados com resultados de pesquisas de opinião pública deste trabalho, foram utilizadas respostas de questões relacionadas a temas públicos que somam mais de mil e cem ocorrências, considerando os relatórios de pesquisas, a divulgação dos resultados e os bancos de dados. Nem todas as informações serão registradas no trabalho em função de que para vários temas a questão não era reproduzida ao longo do tempo de maneira similar, o que impede a comparação das opiniões do período analisado.

O mesmo número de questões, aproximadamente, é utilizado para montar o banco de dados das seqüências históricas de temas de opinião pública do carioca e paulistano entre as décadas de 40 e 70 –, pois o volume de pesquisas realizadas no período pelo instituto Ibope foi maior. Existiam dois tipos principais de pesquisas. Uma delas era a pesquisa produzida para ser publicada em um informativo semanal do Ibope, chamado de "Boletim da Classe Dirigente". Isso representava mais de 30 pesquisas de opinião publicadas por ano, em média, durante o período analisado. Esse boletim mostra os resultados das pesquisas de opinião, principalmente no Rio de Janeiro. Além disso, existem as chamadas "Pesquisas Especiais", produzidas no Rio de Janeiro e São Paulo com uma periodicidade maior que a semanal, mas que reproduziam muitas questões aplicadas pelo "Boletim da Classe Dirigente" ao longo do tempo. Todos os dados utilizados no texto encontram-se na lista de anexos, junto com os respectivos resultados completos dos testes estatísticos, assim como a indicação da fonte da pesquisa de opinião. Cada pesquisa utilizada para formar o banco de dados foi codificada. Todos os gráficos da segunda parte do trabalho possuem as indicações de que pesquisas estão sendo consideradas em cada teste.

PARTE I

CAPÍTULO 1

DEMOCRACIA, INSTITUIÇÕES E LIBERDADES INDIVIDUAIS

*we need re-examine the schism between theory
and practice because it is at least as likely that the
ideal is wrong as it is that the reality is bad*

(SCHATTSCHNEIDER, 1975, p.128).

Neste capítulo não se pretende apresentar o debate acadêmico sobre a relação entre liberdades individuais, instituições de Estado e democracia de maneira exaustiva, por não ser esse o foco dos objetivos a que se propõe este trabalho. Faz-se aqui uma abordagem panorâmica sobre as mais influentes revisões da teoria da democracia, privilegiando o aspecto societal e a importância da relação entre representantes e representados nos regimes democráticos. O objetivo é demonstrar que a distância entre a teoria prescritiva sobre democracia e a interpretação da prática democrática é uma questão ainda a ser resolvida. Schattschneider (1975), há três décadas, tecia críticas à falta de habilidade dos cientistas políticos em formular boas definições para a democracia e, em consequência, à dificuldade de aproximar a teoria da prática democrática – no caso específico da análise do autor, em relação à democracia norte-americana da primeira metade do século XX.

A compreensão da democracia, tratada aqui como um conjunto de direitos civis, políticos e sociais, ultrapassa a concepção de democracia apenas como resultado de um arranjo institucional. Isso é, identificado principalmente pelo respeito aos processos de escolha da representação, já que o conjunto de direitos da esfera privada ajuda a reduzir a desigualdade na participação política.⁷ Esta desigualdade, portanto, afeta negativamente as instituições democráticas formais.

⁷Há um problema envolvendo questões relacionadas a poder quando existe autonomia dos atores para participar da esfera política de todas as formas aceitas no sistema democrático.

Um tipo específico de sociedade, a de massa, apresenta um sistema democrático com especificidades que muitas vezes não poderiam ser identificadas nas definições clássicas da democracia – o mesmo princípio vale para a democracia de públicos. Na democracia de massas, o indivíduo participa de vários grupos sociais, mas a lealdade a determinados grupos deixa de ser tão forte como antes, passando a um enfraquecimento gradativo. Além disso, a idéia clássica de identidade é substituída pelo individualismo. Surge daí uma tensão entre a dimensão cívica (pública) e a dimensão civil (privada).

Apesar de vivemos em tempos de consenso sobre a irreversibilidade da democracia como fato histórico, a democracia representativa, na qual o Brasil está inserido, negligencia a participação do cidadão de maneira direta e contínua, influenciando diretamente as instituições estatais. No caso do Brasil, trata-se de uma espécie de desgoverno por dois motivos: por um lado, porque o regime democrático brasileiro continua a adotar práticas oligárquicas; por outro, porque a memória coletiva autoritária leva a uma democracia não consolidada com a manutenção do clientelismo, personalismo e patrimonialismo.

Segundo Mainwaring (2001, p.225),

O clientelismo e o patrimonialismo exacerbam os problemas da legitimidade democrática, pois se esta se origina na percepção de que o governo promove o interesse público, o clientelismo atende a interesses particularistas.

Uma democracia institucionalizada formalmente depende de fortes instituições que sejam capazes de suplantar as limitações da cultura política não democrática. Porém, como a transição democrática nas instituições políticas brasileiras parece não terminar, o interesse em relação à cultura política voltou a ganhar espaço como elemento importante para a consolidação democrática (BAQUERO, 1995). De maneira geral, a cultura política do cidadão comum brasileiro apresenta como característica mais aparente a demonstração de desinteresse pela manutenção ou ampliação das instituições democráticas realmente públicas, conforme o sentido dado por Habermas,

ou seja, desinteresse externo às instituições do Estado e também à sua esfera privada. Isso pode indicar um desencanto pela política institucional. Na interpretação de Thompson (1988, p.165), "a esfera pública é uma instância social claramente situada entre a arena privada da família e o estatal ou governamental". Isto é, essa instância intermediária é a sociedade, que não é nem o Estado nem a família.

Nessas condições, o voto é visto como o ponto máximo da participação política efetiva, o que dificulta o surgimento, na esfera pública, de instituições que garantam uma democracia participativa de fato com novas formas de participação e que favoreçam uma renovação nas estratégias representativas que são apresentadas pelos atores políticos, tais como a videopolítica⁸. "A expressão videopolítica envolve somente um dos múltiplos aspectos do poder do vídeo: a sua incidência nos processos políticos, e por meio dele uma radical transformação da maneira de "ser político" e de "conduzir a política" (SARTORI, 2001, p.50). Como apresentada por Sartori, a videopolítica permite uma ampliação dos debates através das repercussões geradas pela mídia – não apenas a televisiva, mas, no caso brasileiro, principalmente pelo grande impacto quantitativo que esse meio de comunicação apresenta –, além de um fortalecimento da participação política por temas. Como se vê, é possível discutir a questão da democracia e da participação do cidadão comum considerando-a muito além das possibilidades previstas pelos arranjos institucionais do Estado e das elites políticas, embora a teoria da democracia tenha demorado a descobrir isso.

1.1 TEORIAS DEMOCRÁTICAS COMPARADAS

Em sua origem, o termo democracia começou a ser cunhado como a negação de elementos que eram considerados opostos a ela (KOSELLECK, 1999).

⁸Em uma citação de 1989 no *Homo Videns*, Sartori explica que entende a palavra vídeo como sendo a superfície do televisor na qual aparecem as imagens. Essa também é a acepção etimológica do termo, pois vídeo é uma derivação do latim *videre*, que quer dizer ver.

Para Guillermo O'Donnell, uma teoria adequada da democracia deveria especificar as condições históricas do surgimento de várias situações concretas, ou seja, deveria incluir uma sociologia política de orientação histórica. A questão é a de que as definições sobre democracia têm sido qualificadas em grande medida por conta da existência, nesses regimes, de elementos considerados "não democráticos". Por isso, faz-se necessário um esclarecimento conceitual do termo democracia e um tratamento de uma questão de ordem contextual da democracia, pois a maioria das definições condensa as trajetórias históricas e situações específicas de um país ou região. Ele⁹ sugere que as correntes sobre a democracia sejam revistas a partir de uma perspectiva histórica, contextual e legal. O resultado das análises de democracias específicas como base conceitual é uma definição minimalista, tal como propõem vários teóricos.

A teoria da democracia começou com uma preocupação central com os seus fundamentos. Com o avanço da pesquisa, o foco empírico da teoria voltou-se para o sujeito, o eleitor individual e sua aglutinação em maiorias. Mas, quanto mais a teoria segue esse caminho, mais fica evidente que a democracia não pode ser explicada apenas como uma sociedade política monitorada pela vontade da maioria (SARTORI, 1997). No fundo, a objeção à teoria da democracia liberal é insuficiente.

⁹ O'donnell publicou um artigo na coletânea Crise e Mudança Social (Mendes, 1974), no qual critica as tendências da época em relacionar diretamente o desenvolvimento econômico ao fortalecimento da democracia. Entre as principais críticas está o fato das medidas não serem congruentes, pois a democracia não se desenvolve equitativamente em função do avanço dos indicadores macroeconômicos de um país (O'donnell, 1974).

Em retrospectiva, podemos ver agora que a insuficiência da teoria anterior a Schumpeter é compensada por um excesso de prescrição relativamente à descrição: sempre que a teoria fica sem respostas, recorre a um dever ser. Isso acontece porque ela não entende o papel representado pelos mecanismos do sistema, pelo fato de seus operadores serem obrigados a competir frente a frente com o mercado consumidor (O'DONNELL, 1997).

Os comentadores de Schumpeter identificam nele um dos principais teóricos minimalistas da democracia. Após dizer que a democracia é um método político, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a decisões políticas, legislativas e administrativas, Joseph Schumpeter (1975) apresenta a definição do método democrático como sendo "o arranjo institucional para chegar a decisões políticas pelas quais os indivíduos adquirem o poder de decidir mediante uma competição pelo voto popular" (SCHUMPETER, 1975, p.242). Até aqui, além de minimalista, trata-se de uma definição pragmática de democracia. Porém, ele segue adiante, esclarecendo que o tipo de competição pela liderança que define a democracia depende da livre competição por votos livres, entendendo que, para isso acontecer, é preciso que sejam cumpridas algumas condições que vão além do processo eleitoral. Diz que "Isto exige na maioria dos casos, embora nem sempre, um grau considerável de liberdade de expressão para todos. Em especial, normalmente pressupõe uma grande liberdade de imprensa" (p.271). Sendo assim, para que a democracia exista, é preciso que também estejam presentes algumas liberdades básicas relacionadas com os princípios morais da comunidade, principalmente liberdade para circulação de informações e conseqüentes opiniões. Quando John Rawls, tratando do liberalismo político, define, portanto, a razão pública como uma característica central da sociedade democrática, ou seja, "como uma sociedade efetivamente regulada pela concepção política de justiça e cujos membros aceitam como tal" (RAWLS, 1993, p.35), ele aborda o que considera uma questão fundamental para a democracia – justiça –, mas não deixa de lembrar que além de ser justa, os integrantes da sociedade precisam aceitá-la como tal, o que só pode acontecer a partir da circulação de informações e debate de opiniões.

Voltando a Schumpeter fica claro que ele não tem como objetivo tratar de um acontecimento isolado e único, tal como eleger um governo, mas de um regime composto por relações políticas que se prolongam ao longo do tempo. Quando apresenta as condições necessárias para o êxito da democracia, além das comumente conhecidas, Schumpeter cita também o caráter nacional e "o fato de que todos os interesses que têm importância sejam praticamente unânimes não só na sua lealdade com o país, mas também com os princípios estruturais da sociedade existente" (SCHUMPETER, 1975, p.296). O objetivo aqui não é tentar transformar Schumpeter em um autor não elitista da democracia, mas mostrar que elitismo é diferente de minimalismo, indicando que é possível entender a definição Schumpeteriana da democracia não minimalista e não centrada no processo eleitoral, como na maioria de seus comentadores.

Uma definição minimalista é a de Adam Przeworski ao afirmar que democracia "é um regime no qual os cargos governamentais são preenchidos em consequência da disputa de eleições. Um regime só é democrático quando a oposição pode concorrer, ganhar e assumir os cargos que disputou" (PRZEWORSKI, 1996, p.42). Outras definições minimalistas da democracia podem ser encontradas em Samuel Huntington (1991), Giuseppe Di Palma (1990) ou em Kelsen (1945), para quem um sistema democrático moderno é, em grande parte, no seu funcionamento real, um sistema de partidos.

A democracia moderna baseia-se inteiramente em partidos políticos; quanto maior a aplicação do princípio democrático, tanto mais importantes os partidos. Os partidos também são formados como associações voluntárias e são, de fato, sua expressão política típica nas sociedades políticas democráticas de larga escala. De acordo com esse ponto de vista, os partidos são o tipo de organismo político que mais se parecem, ou mais devem se parecer, com o protótipo de toda democracia política autêntica" (KELSEN, 1945 citado por O'DONNELL, 1999).

Contrariando a definição anterior, Giovanni Sartori (1987) preocupa-se principalmente com o sistema de governo majoritário limitado pelos direitos da

minoria, acrescentando que, "para haver democracia, é preciso que exista uma opinião pública autônoma e estruturação policêntrica da mídia". (SARTORI, 1997, p.110). Por isso ele deixa claro o distanciamento desse autor com a conceituação minimalista de democracia. Partindo de perspectivas teóricas distintas, Dietrich Rueschemeyer afirma que democracia

Implica, primeiro, a eleição regular, livre e isenta de representantes pelo sufrágio universal e igualitário; segundo, a responsabilidade do aparelho de Estado perante o Parlamento eleito, e, terceiro, as liberdades de expressão e de associação, bem como a proteção dos direitos individuais contra a ação arbitrária do Estado (RUESCHEMEYER, 1992, p.43).

Percebe-se que para além de uma definição centrada nas instituições, o conceito de democracia ganha também o espaço da sociedade, indicando a necessidade da existência de formas para organização e expressão das opiniões dos cidadãos democráticos que muitas vezes participam apenas episodicamente das deliberações institucionalizadas do regime. Partindo das conceituações minimalistas, podemos, então, avançar para a suposição, ainda que de maneira implícita, de algumas liberdades simultâneas, ampliando-a.

Porém, apesar do avanço de todas as definições que incorporam a sociedade na concepção de uma democracia, não há uma clareza sobre como essa sociedade e o Estado se interligam para garantir o bom funcionamento da democracia. Isso se deve ao fato de que a maioria das teorias clássicas sobre a democracia desconsidera a existência e a participação da mídia na manutenção do funcionamento das democracias. No texto, "Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação", Luis Felipe Miguel mostra como as principais teorias da democracia relegam a um segundo plano a participação dos meios de comunicação nesse processo, o que leva a dois problemas para a ciência social moderna. Por um lado, a teoria política dá pouca atenção à importância real da mídia nas sociedades modernas. Por outro, há um exagero por parte das Teorias da Comunicação que superestimam o poder dos meios de comunicação, considerando-as entidades

capazes de manipular as ações humanas, transformando em secundários todos os demais fatores sociais intervenientes. Sendo assim, "ao mesmo tempo em que falta um modelo teórico de mídia na ciência política, o que faz com que os politólogos tendam a ignorá-la, há um exagero sobre os efeitos da mídia por parte dos comunicólogos" (MIGUEL, 2000a). Na mesma direção, Ancizar Narváes Montoya lembra que

a maioria das avaliações dos sociólogos sobre os meios de comunicação são ingênuas, visto que há um conjunto de saberes especializados que corresponde ao comunicólogo [...] da mesma forma como a maioria das afirmações dos comunicólogos sobre a política e sua relação com os meios de comunicação são superficiais, pois há também um conjunto de saberes sociológicos que o analista da comunicação desconsidera na hora de avaliar o papel dos meios (MONTTOYA, 2004, p. 7).

Ambas posições, tanto a dos cientistas sociais quanto a dos comunicólogos, geram uma tensão entre a lógica da política e a da mídia. Enquanto na política existe um conceito hegemônico de que a democracia depende de eleições, presente desde Schumpeter nas sociedades contemporâneas, o homem tem cada vez menos preferências políticas preestabelecidas e permanentes como princípio das escolhas políticas. Isso porque, desde meados do século XIX, o cidadão político tem tido acesso mais rápido às informações que vão além de suas capacidades físicas de percepção. Esta questão acaba tendo um peso importante nas escolhas a serem feitas, porque a partir de então elas estão sujeitas a reformulações. Isso não significa necessariamente que a democracia real esteja sendo substituída pelo espetáculo midiático. Para Miguel (2000a, p. 66), "ao ampliar o acesso ao número de informações, a mídia amplia a realidade, mas não a substitui". A mesma idéia é transmitida por Manin, quando analisa as modificações nos sistemas de governo democráticos representativos. Ele diz que

Cada vez mais os eleitores tendem a votar em uma pessoa e não em um partido. Esse fenômeno assinala um agastamento do que se considerava como comportamento normal dos eleitores em uma democracia representativa, sugerindo uma crise de representação política. Na realidade, a predominância das legendas partidárias na determinação do voto é característica apenas de um tipo específico de representação: a democracia de partido" (MANIN, 1995, p.25).

O fato dos eleitores ficarem "livres" das tradicionais ligações partidárias para decidir o voto¹⁰ nas democracias modernas é uma consequência da ampliação dos canais de acesso à informação política através da mídia desvinculada de ideologias partidárias, o que permite o alargamento da realidade citado por Miguel, mas de maneira alguma a sua substituição. Em outro texto, Miguel lembra que

escrevendo ainda nos anos 20 [do século passado], os sociólogos estadunidenses, *Helen e Robert Lynd*, creditavam o declínio da participação eleitoral à incapacidade da política para rivalizar com formas emergentes de entretenimento como o cinema, rádio e competições esportivas" (MIGUEL, 2000a, p.72).

E o próprio autor responde que

Formulada dessa maneira, parece uma asserção um tanto simplista e precipitada [...] Os meios de comunicação modificaram a percepção da realidade política, a rigor, a percepção de toda a realidade, porém a mídia transmite sua perspectiva da política não apenas nos espaços ostensivos dedicados a ela, mas também na programação de entretenimento, seja conformando uma visão geral sobre o que é ou deve ser a política, seja apresentando posições menos ou mais cifradas sobre as questões políticas em pauta no momento (MIGUEL, 2000a, p.73).

Em outro texto, falando especificamente dos efeitos da política midiaticizada para as eleições, Miguel lembra que

em uma campanha eletrônica do tipo presidencial brasileira, o discurso político pela TV e pelo rádio atinge todos os públicos, sem discriminação, e surge um paradoxo: cria-se a impressão de se dirigir a cada expectador individualmente, quando na verdade transforma todos em multidão (MIGUEL, 2000b, p.76).

Além da abordagem incompleta ou ingênua que os cientistas sociais fazem da influência dos meios de comunicação na política e, por consequência, da democracia,

¹⁰As três principais correntes norte-americanas sobre decisão do voto consideram apenas marginalmente, e nem sempre, o efeito da recepção de informações sociais para o processo de escolha de candidatos, tratando dos processos de relação interpessoal na Teoria Psicossocial e do déficit informacional nos estudos sobre Escolha Racional. Uma abordagem completa sobre os principais pressupostos dessas teorias pode ser encontrada em "A decisão do voto", de Marcus Figueiredo (1991).

um erro comum nas análises feitas pelos comunicólogos sobre os efeitos dos meios de comunicação na política é a supervalorização da mídia pela crença no fato de que uma vez difundida, determinada mensagem cumprirá automaticamente o fim para o qual foi criado – o que na maioria das vezes apresenta um cunho manipulatório e de controle da sociedade por parte da elite produtora de mensagens. Diz Goldman que,

quando se trata de fatos humanos, as estruturas conscientes [da elite] exigem a transmissão de certas mensagens, a deformação de outras e impede a elaboração e transmissão de uma série de mensagens que entram em conflito com a realização de seus fins (GOLDMAN, 1971, p.398).

Da mesma forma, Edgar Morin, um dos principais autores da Escola Culturológica Francesa, afirma o seguinte:

Trata-se de um diálogo entre desiguais, a produção prodigaliza contos, histórias, exprime-se usando uma linguagem. O expectador responde apenas com reações pavlovianas, com sim ou não, que decretam o sucesso ou insucesso (MORIN, 1962, citado por WOLF, 2003, p.97).

Na verdade, nas pesquisas empíricas da área de comunicação social constatou-se, já nos anos 60, que os conteúdos transmitidos não são apenas absorvidos pelos indivíduos. Eles passam por um processo interpretativo com base na experiência cotidiana de cada um antes da conclusão e interpretação final. Isso é demonstrado por Bretton, quando cita o “achado” de J. T. Klapper em 1960:

a comunicação de massa não tinha uma eficácia necessária e suficiente para conduzir a mudança de atitudes dos receptores; a comunicação de massa agia apenas no interior de uma complexa rede de canais possíveis de influência (BRETON, 2002, p.145).

Os resultados a que chegou Klapper mostram que justamente essa capacidade autônoma de interpretação das mensagens faz com que os indivíduos continuem independentes no que diz respeito à formação de suas preferências em democracias mediatizadas.

Além de depender de uma interpretação dos receptores, outro fator desconsiderado pelas teorias sociais em relação aos meios de comunicação é o de que as mensagens não atingem todos os indivíduos ao mesmo tempo e na mesma proporção. Grande parte das informações sobre política ou sociedade não chegam às audiências diretamente; as emissões iniciais passam por vários níveis de retransmissão e, por consequência, por diferentes filtros. Por exemplo, uma liderança local recebe uma nova informação por um meio de comunicação; a interpreta e retransmite a outros que repetirão o processo continuamente. De fato, o poder da mídia nas democracias é menor do que se costuma estimar, pois ela não controla as formas de propagação das mensagens entre integrantes das audiências e que formam o contexto social. Em outras palavras, "os efeitos provocados pelos meios de comunicação dependem das forças sociais que prevalecem num determinado período" (LAZARSFELD, 1940, p.330).¹¹ O processo de comunicação é unidirecional apenas em seu primeiro momento, quando as mensagens partem de um emissor para um número significativo de receptores; porém, não a sua totalidade. Esses primeiros receptores, os formadores de opinião, vão interpretar os conteúdos das mensagens políticas e retransmiti-los a um conjunto maior de receptores e assim sucessivamente.

Os líderes de opinião constituem um setor da população – transversal quanto à estratificação política e mais decidido nos processos de formação das opiniões e do voto [...] eles representam parte da opinião pública que tenta influenciar o resto do eleitorado e que mostra uma reação e uma resposta mais atenta aos eventos da campanha presidencial (LAZARSFELD-BERELSON-GAUDET, citado por BRETON, 2002, p.38).

¹¹Em 1944, Lazarsfeld e outros dois autores (Berelson e Gaudet) concluíram um estudo sobre os motivos e a modalidade com que se formaram as opiniões políticas durante a campanha presidencial de 1940, na comunidade de *Erie County* no Estado de Ohio. A pesquisa foi publicada com o nome "*The People's Choice. How the Voter Makes up his Mind in a Presidential Campaign*". Esse trabalho é importante porque é a primeira vez que aparece a figura do "líder de opinião" e o fluxo de comunicação em dois níveis, reduzindo o impacto das intencionalidades dos produtores das mensagens nos receptores finais.

Nesse contexto, a mídia é o espaço onde uma versão da realidade, que pode ser a realidade política, passa a ser ampliada. Isso tem um impacto significativo para a democracia, pois na mídia alguns temas são "iluminados", enquanto outros, não abordados, perdem espaço na arena pública. A informação e sensibilização dos homens, que geram as possibilidades de mudança nas preferências, dependem do grau de proximidade das mensagens com a realidade dos receptores mais interessados nos temas – os líderes de opinião. Quanto mais distantes ou estranhos forem os conteúdos, menor a capacidade de modelar a consciência dos indivíduos que entram em contato com as mensagens, seja direta ou indiretamente, no segundo estágio da comunicação.

Como principal potencializador do espaço público, em consequência da democracia, a mídia deveria receber a devida atenção dos cientistas sociais por apresentar algumas limitações na capacidade de ampliação e manutenção desse espaço. O primeiro deles, citado por Miguel, é o de que normalmente os mais necessitados de espaços públicos para apresentação de demandas apresentam também menor capacidade de acesso à mídia, já que os meios de comunicação geralmente tendem a atender as expectativas de indivíduos melhor posicionados na sociedade, gerando uma tendência de redução das diferentes "vozes" na mídia em sistemas de comunicação comercial (MIGUEL, 2000). Essa questão tem impacto direto para a teoria da democracia, pois quanto menores a diversidade e a qualidade das representações políticas, piores as condições para funcionamento de um sistema democrático.

Algumas definições pretensamente realistas da democracia apresentam características que não podem ser encontradas empiricamente. Uma delas é a afirmação de que o povo governa (SARTORI, 1987), embora não seja isso que aconteça nas democracias contemporâneas, independente da interpretação que se dê à palavra governo, que leve a atividade deliberada de um agente. Outro exemplo é o de Philippe Schmitter e Terry Lynn Karl (1993, citado por O'DONNEL, 1999), quando afirmam

que "a democracia política moderna é um sistema de governo em que os cidadãos responsabilizam os governantes por seus atos na esfera pública, agindo indiretamente por meio da competição e da cooperação dos seus representantes eleitos". O problema está no termo "agindo indiretamente" que fica sem explicação. Por outro lado, as definições realistas contrastam com as prescritivas que afirmam o que deveria ser a democracia. Essas não tratam satisfatoriamente de dois problemas. O primeiro é, já que o ponto de partida é como deveria ser a democracia, como devem ser caracterizadas as democracias reais – se elas podem mesmo ser consideradas democracias ou não. O segundo, como deve ser tratada, na teoria, a lacuna existente entre as democracias definidas de forma realista e as definidas prescritivamente – como no caso de Jürgen Habermas que, para legitimar a democracia, considera fundamental a existência de uma esfera deliberativa livre de impedimentos, o que é difícil de encontrar na prática. Habermas (1981, p. 43) diz que

o elemento central do processo democrático são os procedimentos da política deliberativa [...] e as únicas formas de ação válidas são aquelas com as quais todas as pessoas por elas afetadas poderiam concordar como partícipes de discursos racionais.¹²

Como se vê, a participação dos representados, principalmente através de eleições, é um fator decisivo para explicar a democracia. Por esse motivo, até o século XIX acreditava-se que a democracia só era possível em pequenos territórios. Em sua obra, "Democracia na América", Tocqueville mostra que isso não é verdadeiro, pois os sistemas democráticos podem funcionar em territórios razoavelmente grandes, como o dos Estados Unidos da América. Ao contrário, territórios pequenos são fracos e não têm segurança externa para garantir a

¹²Niklas Luhmann (2000) contrapõe-se a essa e a outras definições similares, afirmando que cada conceito dessa definição é explicado minuciosamente por Habermas, exceto a palavra 'poderiam'. Parece-me que a deliberação, o diálogo e o debate têm um lugar central na política democrática, o que não quer dizer que uma esfera pública hipotética e idealizada deva ser um requisito para a democracia.

manutenção dos princípios democráticos (TOCQUEVILLE, 1998). Segundo ele, os costumes são importantes para a democracia, em especial os costumes que dão suporte ético e moral às ações dos indivíduos. "A prática do autogoverno, ligada diretamente à possibilidade de emissão de opiniões, faz com que o cidadão prefira a revolução democrática à revolução violenta" (TOCQUEVILLE, 1998, p. 262). Tocqueville rompe com os pensadores do passado que se preocupam com a forma institucional dos governos, substituindo pensar a forma de governo pela forma de existência da sociedade, buscando, assim, o princípio da legitimidade democrática.

Nas definições realistas, além da presença relevante de eleições limpas, competitivas e inclusivas, estão as condições de liberdade e garantias políticas primárias, inclusive a de manifestação de opiniões, que são condições para a existência de eleições aceitas por todos, indicando uma relação de causalidade. Assim sendo, fica evidente que eleições competitivas não podem existir sozinhas. Para Dahl (1997), as liberdades relevantes são as de expressão, informação e de associação. Sem elas, ficaria difícil manter eleições limpas e competitivas por um período longo, pois os governantes em determinado momento poderiam manipular ou impedir a ocorrência de futuras eleições. Ao contrário dos atributos das eleições competitivas, que são definidas a partir de conceitos teóricos, as liberdades políticas resultam de uma avaliação empírica do impacto das últimas sobre as primeiras. A questão, levantada por O'Donnel (1999), é a de que não há uma sólida linha de demarcação entre as liberdades necessárias para a democracia e aquelas que são dispensáveis ao funcionamento do sistema. Isso explica porque não existe um acordo sobre quais liberdades políticas são relevantes, pois o temor em abrir uma "caixa de pandora" pode fazer com que os autores da teoria democrática prefiram definições minimalistas, com ênfase às eleições.

Além dos limites externos aos conceitos de liberdades políticas, elas também apresentam limites internos que, quando ultrapassados, ao invés de servirem como elemento constitutivo da democracia, podem prejudicá-la. Por exemplo, a liberdade

de associação não inclui organizações terroristas, assim como a liberdade de expressão apresenta evidentes limites que, ao serem desrespeitados, levam às queixas por calúnia ou difamação. Mas é importante perceber que isso não diminui a relevância das liberdades como fatores cruciais para a existência de eleições competitivas, pois a ausência de algumas dessas liberdades elimina a possibilidade de um regime baseado em eleições limpas. Para O'Donnel (1999), uma definição apropriada de democracia deve se concentrar em um regime que inclua um tipo específico de eleições, mas não se limite a este, incluindo algumas liberdades relevantes. O próprio autor considera essa definição como insuficiente, pois analiticamente remete o ponto central do conceito à existência de eleições. Segundo ele, um regime democrático consiste na atribuição legal dos direitos previstos na cidadania política, ou seja, ao mesmo tempo liberdades simultâneas e o direito de participar de eleições competitivas.

Segundo Tocqueville, por exemplo, o mais importante na análise de um regime democrático é mostrar a participação dos costumes na manutenção de um arranjo social, do qual se parte da sociedade para as instituições. Por isso, afirma que

Os homens em uma democracia têm prazer pela igualdade, que é maior que o gosto pela liberdade [...] A liberdade é um valor político, mas os benefícios da igualdade são encontrados todos os dias pelos cidadãos. Quando libertos, os homens tendem a esquecer os benefícios dela. Já os benefícios da igualdade são notados todos os dias (TOCQUEVILLE, 1998, p. 371).

Entre os direitos políticos citados por Dahl (1989), estão a liberdade de informação e seus correlatos, liberdade de opinião e expressão, presentes em todos os espaços sociais. Porém, para ser efetiva, essa liberdade depende de dois fatores: um contexto social pluralista e tolerante, além de um sistema legal que lhe dê sustentação. Aqui volta o problema dos limites da liberdade. Esses limites não são apenas os previstos legalmente, mas podem ocorrer também na prática, como se em determinado caso fosse permitido um amplo debate sobre questões políticas, porém com um pequeno número de temas a serem debatidos. Dessa forma, passará

a haver pouca participação na construção efetiva do regime democrático. Isso leva à seguinte questão: as pessoas podem até possuir direitos políticos, mas esses são muitas vezes mutilados, quando passam a ser inacessíveis. Ou seja, todos desfrutam de uma cidadania civil, mas, intermitente. Deve-se considerar ainda que muitas pessoas vivem em condições econômicas desfavoráveis, fazendo com que todas suas preocupações se direcionem para questões de ordem privada. A falta de oportunidades, recursos materiais, educação, tempo ou energia alia-se à pobreza legal e forma a realidade de boa parcela da população das democracias contemporâneas.

A existência de direitos civis como constituintes do sistema democrático não torna necessariamente a definição de democracia não elitista. Deve-se considerar que o poder político é distribuído de maneira desigual, em parte por conta dos fatores citados acima, embora isso gere uma elite que consiga controlar pontos-chave do sistema. Porém, é fundamental distinguir, tanto em nível terminológico quanto em conceitual, a estrutura de poder da estrutura da elite. Nem todos os grupos de controle são, por definição ou por qualquer necessidade, "minorias de elite"; podem ser apenas "minorias de poder" (SARTORI, 1997). Em relação ao modelo de classe dominante, considera-se que os grupos de controle constituem, em qualquer situação dada por uma consciência de grupo, coerência e conspiração; além de que as minorias nem sempre podem ser concretamente localizadas. Para Dahl (1997)¹³, a condição-teste para provar a existência de uma classe dirigente se dá pela identificação de numa série de decisões controvertidas, na qual aparece um

¹³Dahl opta por usar a palavra democracia para o sistema ideal e poliarquia para se aproximar do mundo real. Ele dá continuidade à tese da democracia competitiva de Schumpeter, com ênfase no pluralismo. Semanticamente, poliarquia contrapõe-se a oligarquia. Portanto, o termo poliarquia diz apenas que uma oligarquia está fragmentada, que se transformou numa constelação múltipla e difusa de grupos, que no melhor dos casos será aberta. As democracias instituem o controle recíproco entre líderes, porém, para Dahl, é fatal o surgimento do controle de líderes. Portanto, o importante para restringir, controlar e influenciar os líderes é ter poder pleno e irrestrito de escolhê-los através de eleições regulares e periódicas.

grupo que prevalece com regularidade nos processos decisórios. Nas palavras de Sartori (1997, p. 165),

de acordo com todos os critérios testáveis concebidos até hoje, as democracias são caracterizadas pela difusão do poder – na verdade, por uma difusão tão grande que invalida o modelo da classe dirigente [...] caracterizado pela multiplicidade de grupos de poder entrecruzados e envolvidos em manobras de coalizão.

Para esse autor, fica claro que se trata de um erro procurar a democracia nas estruturas e não nas interações: "querem descobri-la imobilizada dentro de alguma coisa ao invés de procurá-la como uma dinâmica entre grupos e organizações" (SARTORI, 1997, p. 167). Não se pretende reduzir a importância das estruturas, mas a democracia precisa ser pensada como um subproduto do método competitivo de renovação de lideranças, que se dá a partir do resultado das relações entre grupos de indivíduos em constante interação.

A democracia em Dahl passa a ser um procedimento que gera uma poliarquia aberta cuja competição no mercado eleitoral atribui poder ao povo e estabelece responsividade dos líderes aos liderados. Dessa forma, a democratização dos grupos dirigentes ocorre em duas direções: liberalização ou contestação pública e inclusão e/ou participação (SARTORI, 1994). Aqui aparece novamente, ainda que de forma implícita, a importância da participação dos liderados, através de deliberações no espaço público para a formação da poliarquia. Sartori distingue essa participação ou decisão do cidadão na democracia em quatro tipos: individual, grupal, coletiva e coletivista, definindo-as da seguinte forma:

As decisões individuais são tomadas por cada indivíduo isoladamente [...] as grupais implicam que as decisões sejam tomadas por um grupo concreto de indivíduos que interagem face a face e participam de forma significativa na tomada dessas decisões. As decisões coletivas em geral são consideradas decisões tomadas por muitos [...]. As decisões coletivizadas são aquelas que se aplicam a uma coletividade independentemente de serem tomadas por uma pessoa, por algumas ou pela maioria. Pode-se dizer que as decisões coletivas e coletivizadas compartilham a propriedade de não serem, em qualquer sentido significativo, decisões individuais. Apesar disso,

as decisões coletivizadas são muito diferentes de todas as outras formas" (SARTORI, 1994, p. 158).

Pode-se considerar decisões coletivizadas como políticas por serem soberanas e sancionáveis. Uma diferença importante das decisões coletivizadas em relação às demais é a de que estas sempre apresentam custos internos, para os próprios tomadores da decisão, enquanto aquelas, por serem impessoais, envolvem apenas riscos externos, ou seja, para quem recebe as decisões de fora do grupo, que podem ser os representantes políticos. Sartori está mostrando que, para uma teoria da democracia, é viável pensar em uma relação coletivizada, ou seja, impessoal, de representados com seus representantes, em que os custos das decisões dos primeiros recaem sobre os últimos. Daí a importância das elites considerarem as opiniões e decisões expressas através de demandas coletivizadas em um regime democrático.

A democracia participativa, ainda que através de representantes, não pode ser confundida com democracia ilimitada, o que a deixaria muito próximo do autoritarismo. Essa definição de democracia leva ao fato de que as decisões governamentais que afetam o conjunto da sociedade, e não apenas o Estado, são geradas por meio de discussões públicas e tomada de decisões nas quais participam todos os integrantes do conjunto social (de maneira efetiva ou potencial) nas mesmas condições. Aparece aqui, como em Sartori e nos integrantes da poliarquia de Dahl, como traço característico da democracia, a igualdade política entre as pessoas que têm direito de se associarem à comunidade e queiram fazê-lo. Todos são iguais perante a lei, cabe a cada pessoa, dependendo da sua vontade, exercer esse direito. Por isso, ao mesmo tempo em que é franqueada a participação de todos os cidadãos no processo de debate público, cabe ao Estado e seus agentes elencar algumas questões públicas, às quais será dada atenção, através da criação de políticas públicas que possam atender às demandas dos cidadãos. Quanto maior o número de demandas legitimamente debatidas pelo público, mais diversificada deve ser a capacidade do Estado em buscar atendê-las. O problema está no aumento do

número de atividades governamentais em que o cidadão pode participar, pois isso gera dificuldade na forma de mediação da própria participação. Está evidente que o Estado apresenta condições para atender apenas parte das demandas, fazendo com que o cidadão fique com a impressão de que somente alguns segmentos da sociedade são atendidos pelas políticas governamentais. Nas democracias contem-porâneas, os segmentos atendidos são aqueles que normalmente estão mais próximos e, portanto, melhor representados pelas maiorias legislativas.

Cabe ao cidadão, como alternativa, buscar o atendimento a suas demandas na própria sociedade ou através da economia livre dos "constrangimentos" estatais. Desde o século XVIII, pelo menos, já é conhecida a função política da economia de mercado, porém a capacidade dos mercados livres em coordenar as atividades das pessoas em uma ordem legal mínima e independente do controle governamental, compreende uma sociedade livre de um lado e uma economia de mercado de outro. Ambas poderiam oferecer um meio de controle dos poderes governamentais, o que interessa à elite política e econômica, mas também ao cidadão comum que faz parte da sociedade e não consegue ter acesso aos canais decisórios do Estado (BUCHANAN, 1982).

A idéia de que a função política do mercado diminui o poder do Estado se confunde com o objetivo liberal que busca minimizar a abrangência do Estado absolutista ou aristocrático do século XVIII. Isso pode levar à conclusão de que um Estado é suficientemente democrático quando apresenta eleições livres e aceitas por todos (definição minimalista). No entanto, a existência de condições para a competição em eleições livres, disputadas por partidos políticos, sujeitos à votação pelo sufrágio universal, como demonstração final de democracia, pode levar a uma condição de poder quase ilimitado para a ação das atividades governamentais, seja no Executivo ou Legislativo. Na verdade, não é apenas através de eleições periódicas que o cidadão democrático pode se manifestar, mas ele faz isso

cotidianamente ao debater, com outras pessoas, as questões públicas que formam a sociedade em que vive e ao formar sua opinião sobre esses temas.¹⁴

No próximo item, trata-se mais especificamente da discussão sobre a democracia que não pode ser caracterizada apenas pelos arranjos institucionais do Estado, mas também pela forma como os integrantes da sociedade agem e se relacionam com essas instituições.

1.2 DEMOCRACIA EM SOCIEDADES DE MASSA

Ao considerar a sociedade como um dos elementos fundantes da democracia, suas características passam a importar para uma identificação mais precisa das formas de relações existentes entre os cidadãos e o sistema político. Torna-se relevante uma análise sistêmica da base estrutural da sociedade, tal como dos comportamentos de subsistemas sociais, culturais e políticos para explicar a democracia. Como o indivíduo percebe e interpreta as circunstâncias políticas e sociais também é importante, pois dependendo da formação estrutural da sociedade democrática as relações entre seus integrantes sofrerão mudanças. Por exemplo, a democracia descrita por Tocqueville, de uma sociedade igualitária, ainda podendo ser identificada por grupos, é distinta de uma democracia do século XX, em que a forma de constituição desta está baseada na massa e não mais em grupos auto-identificáveis.

¹⁴O cientista político venezuelano Alfredo Ramos Jimenez aponta para uma característica específica da democracia e dos processos de democratização em países latino-americanos no último quarto do século XX: trata-se dos movimentos sociais de base, que no início dos processos de redemocratização mostraram-se como uma alternativa viável de representação política em substituição aos partidos e aos próprios meios de comunicação. Porém, com o tempo, as organizações de base mostraram-se incapazes de organizar o debate e fomentar a participação do cidadão comum. Nas palavras de Jimenez, o que se viu poucos anos após o início dos processos de redemocratização latino-americana foi "redução da capacidade de negociação nos sindicatos, mínima participação nos movimentos locais, feministas, de direitos humanos e no funcionamento das instituições estatais [...] em muitos casos as reivindicações próprias dos movimentos sociais foram assumidas diretamente pela classe política" (JIMENEZ, 1997, p.55).

Mas o que vem a ser uma sociedade de massas? A teoria política da massa tem sua herança conceitual em estudos seminais de autores conservadores do século XVIII e XIX – em sua imensa maioria "assustados" com as mudanças que descreviam a respeito de seu tempo. Pensadores como Maistre, Bonald, Burke, Le Bon, entre outros, desenvolvem vários temas importantes para a teoria das massas como uma crítica ao pensamento iluminista. Eles questionam o racionalismo presumivelmente ingênuo do Iluminismo, a racionalidade atribuída ao homem, bem como a afirmação de que o homem podia aplicar a razão em favor do desenvolvimento de uma sociedade melhor. Bramson, citado por Halebsky, resume os principais elementos desse pensamento conservador, como o seguinte:

É no contexto dos pequenos grupos (família, comunidade local, associações profissionais, grupos religiosos) que os homens encontram o apoio necessário à sua existência emocional. Abstrações, racionalidade, relações impessoais não serão suficientes para manter unida a sociedade. Na verdade, não é difícil ver, entre os conservadores de princípios do século XIX, o início de uma teoria da sociedade de massa. Na opinião conservadora, o enfraquecimento e o deslocamento dos laços tradicionais resulta na criação de uma massa de átomos individuais alienados e isolados, alvo fácil para o demagogo que oferece panacéias políticas para a salvação desse mundo (HALEBSKY, 1978, p.38).

Dessa origem conceitual deriva toda sorte de desconfianças em relação à capacidade do sujeito médio em tomar decisões que interessem a ele, sem ser mobilizado por uma liderança "demagoga". Uma das principais correntes que contribuíram para a teoria política das massas é a que se ocupou do caráter volátil da comunidade na sociedade ocidental. Tönnies, Maine, Durkheim e outros mostram as bases mutáveis da coesão social, declínio da comunidade, das relações interpessoais e a perda de um sentido e finalidade do indivíduo dentro de uma comunidade já no final do século XIX. Somada a ela, uma segunda tradição, representada principalmente por Weber, colabora para a teoria de massa ao analisar a racionalização das estruturas e padrões institucionais, ressaltando que a sociedade é instável em relação às estruturas organizacionais, aos critérios de comportamento e funcionamento individual dentro

deles. Explícita ou implicitamente, esses autores reconhecem o declínio da comunidade orgânica com laços íntimos gerais e tradicionalmente determinados pelas responsabilidades e direitos, compreendendo a sociedade moderna como inserida em crescentes processos com maior complexidade, diferenciadas e impessoais. Outro autor, Georg Simmel, analisa a ênfase individualista da sociedade moderna, bem como a ascensão da anonimidade e o desligamento emocional, aliado ao declínio da intimidade e a maior ênfase na racionalidade, impessoalidade e objetividade das relações entre os homens, com crescentes cálculos nas relações interpessoais, mantidas principalmente pelo interesse racional e impessoal (HALEBSKY, 1978).

Sobre a natureza da sociedade de massa, Gustave Le Bon, no século XIX, condenou violentamente a multidão "incontrolável e irracional" submetida a um contágio de excitação que punha em risco as instituições tradicionais da sociedade. Como diz Le Bon, "a multidão é útil apenas na destruição" (LE BON, 1999, p.53). Em parte, trata-se de uma resposta conservadora ao crescimento dos movimentos de trabalhadores, agitação radical, à Revolução Francesa e às idéias iluministas. O autor defende que está nas multidões a origem de todas as transformações sociais, inclusive as que têm aparentemente à sua frente um grande líder político. De fato, o que o líder faz é apressar ou retardar as manifestações das vontades das massas, desde que ele consiga percebê-las. E.V. Walter, citado por Halebsky (1978, p.62), explica que

Muitos autores usaram a idéia de degeneração temporária do complexo e civilizado para o simples e primitivo para explicar os fenômenos do comportamento da multidão [...] o termo massa podia referir-se a um estado psíquico ou a uma condição social e tendia a ser identificado com o conceito de multidão, emprestando um sentido pejorativo a expressões como comportamento de massa, histeria de massa. Essa palavra só teve uso favorável entre os socialistas, que dela se serviram, no plural, para referir-se "a classe escolhida".

Dentre as principais características atribuídas à massa por esses teóricos sociais estão a credulidade e a aceitação como realidade às imagens que lhe são evocadas, os exageros, o extremismo, a intolerância, perda de racionalidade e sensatez

individuais na multidão. Sendo assim, a teoria política da massa está baseada em proposições a respeito da mudança na sociedade ocidental, com alteração dos valores e das expectativas políticas, com o aparecimento das populações de massa, participação de maior proporção da sociedade nas instituições políticas e maior acessibilidade das elites (HALEBSKY, 1978). Esses elementos explicam as fontes de tensão política nas sociedades contemporâneas, que podem ser vistas como facilitadoras da substituição da democracia por regimes totalitários; do declínio da comunidade e da racionalização da sociedade, que dão origem às massas, podem ser interpretadas como uma forma crescente de democratização com redução da exclusividade elitista. De qualquer maneira, a ruptura e declínio das relações intermediárias e o da comunidade tiveram sérias conseqüências para a sociedade política e para a democracia. Com o enfraquecimento das relações interpessoais, as instituições mais adaptadas para a transmissão de informações ao grande número de indivíduos atomizados ganharam importância no sistema político. Assim, instituições que tradicionalmente eram responsáveis pela satisfação das necessidades sociais e psíquicas dos membros da sociedade, tais como família e religião, passaram a ser substituídas por uma "invenção" da sociedade racionalizada e em pleno desenvolvimento técnico: a mídia de massa. A comunicação política nas democracias de massa não está restrita aos grupos intermediários e segmentados. Ela ganha, portanto, um novo *status* e essa transformação resultará em mudanças profundas nas relações entre representantes e representados na esfera da política.

O foco da discussão sobre massas e democracia é identificar o tipo de relação que existe entre os líderes (elite) e a massa (liderados), pois será dessa interação que se moldarão as condições para o funcionamento da sociedade. Como e porque alguém aceita uma idéia em particular é um importante tema para as ciências humanas que tratam das relações entre elite e massa. Na maioria dos trabalhos sobre este assunto, as conclusões dos autores formam pelo menos um de três modelos gerais que explicam a adesão a determinadas idéias. A primeira

explicação é a de que existem razões para que uma pessoa acredite em um enunciado qualquer, tal como "dois e dois são quatro". Karl Mannheim (1989) fez uma distinção entre as crenças¹⁵ da área sociológica e aquelas de outras áreas. As crenças religiosas só podem ser explicadas se for considerado o contexto social em que elas surgem. Por outro lado, não há necessidade da inclusão de fatores sociais para explicar porque as pessoas acreditam que dois e dois são quatro. Segundo o autor, basta indicar a existência de razões objetivas para endossar essa afirmação.

Para Raymond Boudon (1994), existem basicamente duas causas de crenças. A primeira está baseada em razões que as pessoas usam para dar força à veracidade de determinada afirmação que levará à crença dessa declaração. A outra não tem como causa a razão que pode ser gerada por conhecimento, desejo ou afeição. A forma mais natural é o conhecimento, pois se sabe que não se deve acreditar em qualquer coisa a não ser naquelas que forem demonstradas verdadeiras. Porém, a mais comum é o desejo, pois as pessoas quase sempre são induzidas a acreditar não em provas, mas em fatores atrativos. O importante a notar é que existe uma relação entre a crença por conhecimento e por desejo, por exemplo, as pessoas dizem acreditar no amor (o que seria, per si, uma crença por desejo) sempre que elas sabem que há algum merecimento por esse amor (conhecimento). Boudon divide as crenças geradas por dois tipos de causas: aquelas causadas pela razão e, as outras, por fatores não racionais, ainda que indiretamente elas estejam relacionados à razão. Na segunda, há uma divisão entre causas não racionais afetivas, tais como o desejo, que também serve para explicar crenças dúbias ou fracas; e as causas não afetivas, que não estão ligadas a nenhuma racionalidade nem à paixão. O caso

¹⁵Neste trabalho, a distinção entre crença e opinião se faz necessária em função da literatura tratar a crença como um tipo de interpretação da realidade que não tem correspondência direta com processos racionais, enquanto a opinião requer um processo cognitivo, de busca de crenças anteriores, que irá conformar uma posição social com justificativa materializada em processos cognitivos. É verdade que todos os tipos de crenças têm alguma relação, ainda que indireta, com processos racionalizantes.

mais comum, citado por Boudon, é a mentalidade primitiva, que leva a crer em coisas por uma lógica específica, não estando relacionada à nossa racionalidade, mas também não sendo movida por paixão. Está relacionada a uma estruturação social e cultural específica. O tipo de crença primitiva não pode ser explicado apenas pelas paixões, tradição ou falta de afetividade, pois elas não são acessíveis pela observação direta.

Boudon (1994), por sua vez, considera que todas as crenças fracas, falsas ou desacreditadas podem ser explicadas pelas relações que elas apresentam com características de tipo afetivas. Aqui, é preciso considerar que muitas vezes a manutenção de normas milenares e desejos de ser bem sucedido podem levar os indivíduos a acreditarem em coisas que não lhes trazem nenhum benefício direto. A melhor explicação para crenças estranhas está nas causas destas e não na razão em si. O autor cita como exemplo que, ao ter muitos filhos, um camponês indiano colabora para a pobreza geral do país, mas os efeitos positivos para sua família, gerados pelo maior número de pessoas para trabalhar é maior que a pobreza da Índia, transformando uma razão aparentemente ligada à tradição em razão estritamente racional (BOUDON, 1994, p.9). Quando se olha apenas para as razões mais imediatas e aparentes, todas as explicações sobre crenças estranhas tendem a ser consideradas de segundo tipo (afetiva ou primitiva), o que é quase uma definição não racional, ou seja, o produto de fatores acima das razões, em grande parte por conta da tendência sociocentristas das análises.

Todos os procedimentos de transformação das informações recebidas sobre a política em crenças políticas acontecem no nível individual, porém sob influência dos difusores de informações políticas, principalmente aqueles que fazem parte da elite política. Autores de outras correntes teóricas, ao analisarem o tema, não culpabilizaram a massa pela sua suposta "voracidade" social, mas procuram encontrar na elite que emite as informações à massa com a finalidade de dirigi-la uma explicação para esse novo tipo de comportamento social. Segundo John Zaller,

no texto "*The Nature and Origins of Mass Opinion*" a importância em se analisar as opiniões da elite política, deve-se ao fato de que a elite não transmite informações neutras. Pelo contrário, as informações sobre política que chegam às massas são carregadas de estereótipos que visam reforçar a visão que a elite tem a respeito de determinados temas. Sendo assim, as opiniões políticas das pessoas passam a ser formadas a partir de um processo de correlação entre as informações recebidas e as predisposições existentes. Isso demonstra que o cidadão comum não está totalmente livre para formar suas opiniões, visto que as informações que ele recebe não são neutras (ZALLER, 1992). Se considerarmos ainda que as predisposições individuais no presente são opiniões do passado que se cristalizaram na personalidade das pessoas, sejam elas integrantes da elite ou da massa, o cidadão comum continua sofrendo influência da visão de mundo transmitida pela elite política, inclusive na forma como molda suas crenças e opiniões.

Para Zaller, os debates públicos, transmitidos principalmente pela mídia, apresentam informações e opiniões misturadas que ajudam a moldar crenças na massa, encobertas por uma aparente racionalidade, a partir da recepção de novas informações. São esses debates que servem como matriz para a formação da opinião pública. Aceitando a existência da influência da elite política na opinião do cidadão comum e o fato de que as informações transmitidas pela elite são difundidas principalmente pelos meios de comunicação, que por sua vez misturam opinião e informação, a mídia passa a ser um referencial para a identificação das opiniões predominantes nos indivíduos, servindo para a identificação inicial das origens das opiniões predominantes nas pessoas. A mídia, por assim dizer, atua como indicador agregado das opiniões majoritárias na sociedade (ZALLER, 1992, p.41). Uma confusão presente na literatura e que aparece em Zaller é a tentativa de transformar um dado agregado de origem da opinião em um indicador individual já construído, o que padronizaria o efeito médio que o processo de difusão das informações tem no espaço público – mais uma vez aparece a opinião publicada como sendo opinião

pública. Seria o mesmo que transformar a influência da elite sobre as massas em determinação ou controle absoluto da primeira sobre a segunda, o que pesquisas empíricas produzidas desde meados do século XX têm demonstrando não ser verdadeiro. Não é possível desagregar o efeito de determinada mensagem na Opinião Pública, porque existem variações de influência das informações e opiniões nos indivíduos. Nas palavras de Zaller (1992 p.16),

A difusão de informações da elite para a massa varia de acordo com a atenção que as pessoas dão às mensagens, ao nível de exposição às informações, a uma reação mais ou menos crítica dessas informações e até mesmo em função da influência de outras informações salientes no processo de transformação de informações em opinião pública.

A influência crescente da mídia de massa, desde o início do século XX, ocorreu simultaneamente à transformação de opiniões consistentes ao longo do tempo em opiniões cada vez mais voláteis e passíveis de transformações. Os constrangimentos que eram duradouros, quando relacionados a grupos como religião, família, ambiente de trabalho e classe social, abrem espaço para uma mutabilidade constante, o que demonstra um enfraquecimento dos constrangimentos tradicionais. A mídia tem influência nesse processo, pois ela individualiza e atomiza a recepção das informações. As pessoas não mais se informam concomitantemente com os demais integrantes de seus grupos primários. Elas têm uma relação direta e constante com os meios de comunicação, o que as tornam mais independentes em relação a outros indivíduos de seus grupos primários no processo de formação de opiniões. Evidente que nem todos os indivíduos demonstram ter o mesmo grau de interesse nas informações e opiniões políticas transmitidas pelos meios de comunicação.

Como a atenção da recepção é variada, existem também distintos níveis de influência sobre a opinião pública. Ao abrir mão de dar atenção às mensagens políticas, um indivíduo pode conscientemente ou nas palavras de Downs (1999), "racionalmente", optar por não investir tempo na avaliação desse tipo de mensagem e recorrer a outras pessoas de seu grupo primário para formar suas próprias opiniões. Nesse caso, a influência direta dos meios de comunicação na opinião individual

diminui, pois as informações e opiniões transmitidas a seus receptores foram avaliadas e transformadas por esses receptores que agora passam a ser os responsáveis pela emissão da informação/opinião a outro indivíduo.

Percebe-se que o cidadão individualizado tem maior liberdade de escolha de seus interlocutores do que nas sociedades anteriores à era midiática, quando o interlocutor era definido *a priori* pelo grupo a que o indivíduo pertencia. Por consequência, as opiniões estavam também definidas *a priori*. Nas sociedades contemporâneas, esse processo pelo qual o sujeito escolhe como se informar para formar uma opinião sobre apoiar ou rejeitar determinada política pública, por exemplo, que é resultado da avaliação entre informação/opinião da elite e predisposição individual, é similar à forma como os integrantes das massas escolhem seus candidatos em uma eleição.

Por conta disso, diz Zaller, candidatos a eleições majoritárias, portanto integrantes da elite política, tendem a aproximar sua imagem da opinião pública vigente a respeito dos temas que estão sendo discutidos durante o processo eleitoral. Dessa forma, ele passa a ter chances maiores de ser escolhido pelo eleitor entre os demais concorrentes ao cargo público. Assim, a opinião que o eleitor forma dos candidatos deve estar muito próxima daquela que ele tem sobre os temas que estão sendo tratados pelos candidatos (ZALLER, 1992, p.28). Como as mudanças de opiniões a respeito de temas públicos têm sido mais constantes nas sociedades de massa do que nas experiências históricas anteriores, a elite política também precisa estar em constante movimento de adaptação para se adequar às mudanças de opinião. Na verdade, apesar de passível de mudança, a opinião pública não é necessariamente errática, pois, como afirma Zaller (1992, p.14), "ela é dirigida por estereótipos transmitidos pelas elites durante o processo de difusão de informações".

O papel da mídia nas sociedades de massa é oferecer mais fontes de transmissão de informações/opiniões, promovendo uma pluralização dos estereótipos. Por exemplo, na Idade Média a Igreja detinha o controle dos meios de difusão das informações na Europa e seus estereótipos a respeito dos temas que prevaleceram

durante todo o período, garantindo uma certa estabilidade na opinião pública. Na Idade Moderna, o empresariado burguês passou a deter o controle dos meios de difusão das informações/opiniões, pois, com o crescimento dos Estados laicos, retirou-se da igreja grande parte de seu poder de influência.

É verdade que o poder econômico continua tendo importância na determinação da elite política, pois é a partir desse poder que a elite consegue condições necessárias para difundir informações/opiniões à massa, mas é possível imaginar que houve um avanço no sentido da pluralidade de fontes de emissão das informações ao cidadão comum. O aumento exponencial dos meios de difusão de informação, em especial com a difusão do mais recente: a Internet, pode levar a uma volatilidade maior da média das opiniões individuais e uma necessidade crescente de adequação das elites políticas às novas opiniões da massa em sociedade democráticas.

De acordo com Zaller (1992), toda opinião é o resultado da união entre informação e predisposição. Nesse caso, a informação tem o papel de formar uma imagem mental a respeito de determinado assunto, enquanto a predisposição motiva algumas conclusões a respeito dessa mesma imagem. Variações nas informações contidas no discurso da elite, diferenças individuais de atenção a esta informação e diferenças individuais de predisposições geradas por valores políticos distintos, reúnem-se para determinar a opinião a respeito de determinados assuntos e, além disso, dar contornos à opinião pública. É preciso considerar ainda que todo esse processo acontece em relação a uma variedade de assuntos, cujas informações chegam ao cidadão e são processadas mentalmente por ele ao mesmo tempo.

O autor define elite política como o conjunto de pessoas que dedica todo o seu tempo para tratar de aspectos a respeito do debate político e público. São exemplos de integrantes da elite política os funcionários públicos de altos escalões,

jornalistas e atividades de organizações da sociedade civil.¹⁶ Esse tipo de definição esvazia a esfera pública, pois considera todas as principais instituições sociais de participação política como pertencentes à esfera estatal.

O reconhecimento de quem faz parte da elite política é importante, porque, a partir das informações difundidas pela elite, o cidadão comum irá formar suas opiniões sobre os temas públicos. É à elite política que o eleitor recorre quando precisa de informações para confrontar com suas predisposições e chegar a uma conclusão a respeito de determinado assunto. Esse processo também pode ser invertido, quando a elite oferece, com maior intensidade, informações sobre determinados temas públicos em detrimento de outros. Partindo desse pressuposto, pode-se explicar a opinião pública norte-americana, por exemplo, da primeira metade do século XX, como favorável à segregação racial, porque a elite política dos Estados Unidos, naquele período, considerava existir, de fato, uma diferença de capacidades entre as raças, sendo os brancos considerados superiores aos negros, hispânicos e orientais. A partir de meados do século XX, a proporção de integrantes da elite política norte-americana que julgavam existir uma diferença natural entre brancos e outros foi sendo reduzida, chegando a permanecer apenas em pequenos grupos extremistas. Assim, os estereótipos a respeito da melhor forma de relação racial nos Estados Unidos também mudaram e como consequência houve a aceitação cada vez maior da sociedade como um todo na inclusão das minorias raciais ao conjunto de direitos civis já desfrutados pelos brancos.

É possível conhecer, na prática, os níveis de interação entre os estereótipos contidos nas informações da elite política e a formação da opinião pública a partir de três grandes conjuntos de indicadores. O primeiro é a variação agregada de informações contidas nos discursos da elite, incluindo os sinais dessa elite a respeito de como

¹⁶Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos, nos anos 80, indicou que apenas 1,9% dos norte-americanos dedicava a maior parte de seu tempo para a recepção e análise de informações a respeito de temas públicos (ZALLER, 1992).

novas informações devem ser avaliadas. O segundo é o nível individual de diferenças na atenção destinada a estes discursos e o terceiro, também individual, de diferenças nos valores políticos. A interação entre esses três conjuntos de variáveis é suficiente e necessária para a identificação do processo que termina no julgamento que as pessoas fazem sobre os temas políticos.

A análise compreensiva da opinião pública requer atenção para dois fenômenos: como os cidadãos apreendem os significados com a experiência imediata, e como eles convertem a informação adquirida em opinião (ZALLER, 1992, p.40).

Para tanto, ele chama atenção à "consideração" que os indivíduos podem ter a respeito de determinado assunto. Essa "consideração" é composta por um elemento de conhecimento e outro de afetividade. Quanto maior o volume de informações sobre determinados temas disponíveis no espaço público e quanto maior a proximidade afetiva com o indivíduo, maior será o grau de "consideração" do indivíduo em relação à recepção das informações. Esse termo pode ser substituído por saliência que aparece nas discussões sobre agendamento público pela mídia. A afetividade pode ser considerada uma crença relativa a um objeto. Sendo assim, toda avaliação depende de um conhecimento particular que se possua a respeito desse objeto. Sem essa proximidade cognitiva ou emocional com o objeto, dificilmente o cidadão comum irá dispor de seu tempo para receber informações a respeito de um novo tema, em outras palavras, nesse caso a "consideração" será próxima de zero.

Para Zaller, é preciso levar em conta ainda que existem dois tipos básicos de mensagens políticas: as persuasivas e as de sugestão. As persuasivas são argumentos ou imagens que permitem a tomada de uma posição ou definição e de um ponto de vista a respeito de determinado tema. Uma vez aceita pelo cidadão, essa mensagem persuasiva passa a ser considerada como definitiva. Já as mensagens de sugestão consistem em um tipo de informação contextual sobre as implicações ideológicas ou partidárias de uma mensagem persuasiva. A sua importância está em

permitir que o receptor da mensagem persuasiva utilize suas predisposições como resposta crítica a ela.

Algumas afirmações a respeito do processo de transformação de informações da elite política em opinião pública merecem destaque aqui. Por exemplo, em relação à recepção das informações, cujo nível individual de engajamento cognitivo a determinado tema tem relação direta a quanto o cidadão está exposto ao tema e qual a sua capacidade de compreensão das informações relativas a esse assunto. Pode-se esperar um comportamento coerente da opinião pública quando o conjunto de indivíduos que compõe o público tem algum conhecimento prévio sobre o tema a respeito do qual eles são chamados a opinar, ainda que esse conhecimento esteja ligado apenas a crenças geradas por tradição. Em outras palavras, independente da capacidade massificante das mensagens transmitidas pela elite política a respeito de determinado tema, se não for possível a compreensão por parte dos indivíduos destinatários – entendendo compreensão como capacidade de processamento e transformação em opiniões ou crenças – será baixa. Assim como um assunto de extenso domínio do cidadão que não for difundido publicamente, é óbvio, também não obterá grande atenção dos receptores, não havendo condições para formulação pública ou reformulação da opinião já existente sobre o tema.

Há ainda a resistência dos cidadãos às novas informações, pois as pessoas podem resistir a argumentos que são inconsistentes com suas predisposições políticas ou crenças já arraigadas (BOUDON, 1994). Isso é uma forma de extensão das informações contextuais que o cidadão dispõe para a percepção das relações entre novas informações e predisposições já existentes. Além da recepção e resistência, existe a acessibilidade que mostra as considerações mais recentes como mais fortes em relação às antigas, armazenadas na memória mais distante. Há, por fim, a produção da resposta individual, indicando que as respostas a questões de *survey*, por exemplo, são baseadas em informações mais salientes e imediatamente

acessíveis na memória, em detrimento daquelas armazenadas na memória mais distante.

A disponibilidade de atenção, a disponibilidade de novas informações, a aceitação das novas informações e a saliência do tema a que as informações estão relacionadas ao processo que começa com a recepção de informações e segue até a externalização de uma opinião. Além disso, ainda que em uma democracia o cidadão tenha a possibilidade de receber informações dos mais variados tipos e temas, é natural que exista um grau significativo de mudança nas opiniões dos indivíduos. Enquanto isso, em sociedades menos democráticas, onde predomina uma ou um número restrito de visões nas informações transmitidas a respeito de determinado tema, haja uma tendência maior de manutenção das opiniões já existentes e externalizadas no espaço público.

Strömbäck, a partir de vários autores que discutiram modelos de democracia nas últimas décadas, elenca cinco características distintivas que identificariam um país em regime democrático real. Essa definição é importante aqui por incorporar aos conceitos de democracia clássica a importância dos meios de comunicação. Para ele, um sistema democrático, de fato, precisa que os representantes públicos sejam escolhidos em eleições livres e periódicas, cujos resultados sejam aceitos por todos. É preciso que haja liberdade de imprensa, expressão e informação; que a cidadania deva ser inclusiva; que todos tenham direito de livre associação e que a sociedade precise ser governada segundo o que está previsto nas leis (STRÖMBÄCK, 2005, p.333).

Neste primeiro capítulo tratou-se da questão da democracia moderna, considerada não apenas sob a ótica minimalista do Estado e das regras constitucionais do jogo democrático, mas também da sociedade e do agregado dos agentes sociais, cuja manifestação pode ser apreendida como opinião pública. O objetivo foi localizar a discussão sobre o papel do público e da formação das opiniões na sociedade como elementos intervenientes para a constituição de uma democracia, que não

seja meramente prescritiva, incorporando o conceito de sociedade de massa nas explicações sobre o comportamento das democracias. Para tanto, apontou-se a inexistência da preocupação com o tema da esfera pública nas teorias democráticas clássicas e os avanços apresentados pela literatura. Isso com o intuito de incluir os meios de comunicação como instituição social relevante para a formação de uma atitude democrática, visto que os meios dependem da forma como estes espaços públicos são utilizados na relação travada entre elite e massa.

A seguir apresenta-se o debate teórico que envolve a questão da comunicação de massa propriamente dita e os efeitos que ela pode produzir para uma democracia de massas. Em outras palavras, debate sobre um regime democrático que funcione em uma sociedade com direitos universalizados e onde os cidadãos não apresentam fortes laços com instituições sociais tradicionais, tais como religião ou partidos políticos, mas que têm acesso ao debate político diretamente através dos meios de comunicação de massa. O objetivo não é abordar todo o debate teórico sobre meios de comunicação e massa, mas indicar o que esse debate tem de importante para a discussão sobre formação, manutenção ou transformação da opinião pública em um sistema político democrático.

CAPÍTULO 2

ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO POLÍTICA EM DEMOCRACIA DE MASSA

Communication, including massa mediated communication, is a necessary prerequisite for the functioning of any political system.

(Almond e Powell, 1996)

2.1 COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE MODERNA

Como tratado no capítulo anterior, quando cientistas políticos analisam as sociedades democráticas contemporâneas, normalmente fazem avaliações ingênuas sobre a participação dos meios de comunicação nas organizações políticas, pois há um conjunto de saber especializado de que não dispõem. Por outro lado, quando os comunicólogos abordam a política e sua relação com os meios de comunicação, tendem a ser superficiais, por não disporem do saber inerente de um cientista social. Este capítulo tem o objetivo de tentar aproximar a discussão dos comunicólogos de uma visão mais realista da política e, principalmente, da importância que as instituições comunicacionais têm para a formação da opinião pública, que é o objeto final de estudo deste trabalho. Dito em outras palavras, de um lado a mídia é criticada por seus conteúdos e efeitos negativos em relação à democracia, ao mesmo tempo em que essas críticas não esclarecem que padrões de democracia devem ser considerados quando se considera o papel “negativo” da mídia (STRÖMBÄCK, 2005). É desse impasse que surge a necessidade de discutir a comunicação em pesquisas sobre democracia e participação social.

Alguns autores resgatam de Aristóteles a primeira definição de comunicação, através do conceito de retórica, como "a busca de todos os meios possíveis de persuadir" (HOLHLFELDT, 2001 p.77). E, de fato, nos debates que dividiram sofistas e filósofos é possível identificar vários conceitos ainda hoje presentes nas reflexões.

Ainda na antiguidade, é possível encontrar um debate sobre persuasão, argumentação e verdade (*versus* falsidade). O direito à palavra (legitimidade do locutor), a relação com o outro, o espaço da interlocução e os temas a serem tratados no domínio público também são aspectos relevantes, ligados a questões como ética e cidadania.

Dando um salto para o século XX¹⁷, o surgimento das primeiras teorias da comunicação, na década de 1910, a partir da Escola de Michigan, centraliza as análises na temática "comunicação e poder". Assim como acontece cerca de dez anos depois na Alemanha, com o que ficaria conhecida como a Teoria Crítica ou Escola de Frankfurt. É possível identificar duas motivações básicas que impulsionaram esses estudos: a busca da eficácia da propaganda, como persuadir melhor; e a preocupação ética com o efeito dos meios, o que a mídia estava fazendo ou poderia fazer com as pessoas (WOLF, 2003). Ambas partiam da crença na possível onipotência dos meios de comunicação de massa.

O desdobramento desses estudos e a contribuição dos chamados "pais fundadores" da Teoria da Comunicação, entre eles Lasswell e Lazarsfeld da Escola de Chicago, voltou-se principalmente para os estudos das audiências e dos processos de influência. Vários avanços dessa fase dos estudos, que ultrapassaram a teoria da comunicação, podem ser registrados. Por exemplo, da figura do receptor atomizado e passivo (Teoria da Agulha Hipodérmica), passou-se para a descoberta da mediação exercida pelos líderes de opinião (*two steps flow*) até alcançar a compreensão da complexidade na inserção dos indivíduos na vida social (enfoque fenomênico já nos anos 40 do século XX). O papel dos grupos de pertencimento, a "filtragem" das mensagens operada pelo universo de valores, a exposição e recepção diferenciada a partir de sua situação e interesse específicos foram registrados pelos estudos dessa época, antecipando o que hoje é denominado de

¹⁷Antes do século XX, a revolução industrial, em especial a partir do século XVIII, provocou grandes transformações nos processos de comunicação social.

segmentação de mercado, também influenciaram as teorias políticas sobre a necessidade de análises empíricas a respeito das características dos processos comunicacionais (HOHLFELDT, 2001).

Ainda na primeira metade do século XX, as conclusões teóricas começam a amenizar a importância dos meios de comunicação para a sociedade moderna. Os modelos de controle e manipulação cedem espaço para persuasão e influência. Desse período, sob influência dos estudos de *Talcot Parsons*, nos Estados Unidos, surge o Modelo Funcionalista de Comunicação, indicando a existência de influência seletiva no público, a partir dos "usos e gratificações" que as mensagens desempenham em cada integrante do público (WOLF, 2003). Esse é o primeiro modelo teórico comunicacional em que o público tem participação ativa no processo de comunicação, exercendo a função de escolha entre as mensagens disponíveis para seu consumo. "Embora dentro do mesmo esquema behaviorista de estímulo – resposta, aqui são reconhecidos os obstáculos e resistências dirigidas a ele com o objetivo de alterar seu comportamento." (LIMA, 2001, p. 44).

No Brasil, com o processo de redemocratização nos anos 80, cresce a atenção dada à importância da mídia como construtora da realidade e conformadora do processo político. É desse período e a partir de estudos empíricos em vários países latino-americanos que surge na região a chamada "Teoria das Brechas", estabelecendo a possibilidade de, em alguns momentos, haver grande mobilização social, quando o público consegue inserir entre os temas tratados pela mídia aqueles que interessam principalmente ao primeiro, mesmo que contrariando a segunda. O exemplo brasileiro é o caso das Diretas-Já, um movimento político que começou a chamar a atenção do público antes de entrar na agenda da mídia e só depois do crescimento da pressão popular é que os meios de comunicação passaram a dar cobertura ao tema. A Teoria das Brechas prevê a possibilidade de contrafluxo no sistema de comunicação de massa, partindo da emissão inicial do público para os meios de comunicação.

Como um desdobramento da "Teoria dos Efeitos", nos final dos anos 60, surge a "hipótese da *Agenda-Setting*" que ganha força a partir dos anos 80 e 90 nas análises brasileiras. Essa hipótese está voltada para a análise dos efeitos da mídia não mais a curto prazo, mas a médio e longo prazo.¹⁸ Mais do que agendar temas específicos, a mídia molda formas de perceber e pensar, construindo os quadros de percepção. Trata-se de uma perspectiva relevante que avançou com relação aos estudos anteriores ao se dar conta de outras dimensões, além do imediatamente visível, por considerar as "estruturas de fundo", onde os meios atuam, que devem ser melhor conhecidas (McCOMBS e SHAW, 1979).

Nas duas últimas décadas do século XX, a prática e os ideários políticos aparecem convulsionados, escapando à lógica política tradicional, de forma que os meios de comunicação assumem um papel central nesse novo cenário. Vivemos uma "realidade midiática" e numa sociedade da comunicação, onde a esfera política parece se adaptar a essa nova realidade, porém a clássica questão do poder permanece. A análise do impacto da mídia na formação da opinião pública é uma questão central nos trabalhos e de especial importância para esta pesquisa que unifica a preocupação de pesquisadores vindos tanto do campo da ciência política quanto da comunicação, justamente por conta da manutenção da questão do poder. Sendo assim, é desnecessário realçar a importância do aspecto comunicacional nas análises políticas contemporâneas, como já demonstrado anteriormente.¹⁹ Pode-se afirmar que a

¹⁸Ela incorpora a base conceitual das teorias da construção social da realidade e aponta a intervenção dos meios de comunicação na conformação da estrutura cognitiva dos indivíduos.

¹⁹Para citar dois exemplos de trabalhos empíricos nessa área, pode-se ver a pesquisa feita por Maria Cavallari Nunes de como os eleitores brasileiros adquiriram informações sobre os candidatos e temas políticos durante a campanha presidencial de 1988. As conclusões são as de que a televisão desempenhou um papel fundamental. Outro trabalho sobre o mesmo tema é de Venício de Lima, onde ele afirma que a televisão, em especial a forma com que a TV Globo construiu a imagem dos candidatos, foi um fator decisivo para a eleição de Fernando Collor de Melo. Em uma crítica às conclusões, Carlos Eduardo Lins da Silva afirma que a eleição de Collor não pode ser imputada apenas à manipulação de imagens pela mídia. Ele defende que Collor apresentava características de líder político que, naquele momento, eram desejadas pelos eleitores brasileiros. Lins da Silva conclui dizendo que a televisão tem um papel importante em campanhas eleitorais no Brasil, porém não pode determinar – sozinha – os resultados de uma eleição.

articulação da comunicação com a política tem sido feita sob dois ângulos principais: através do resgate da dimensão simbólica e representacional que perpassa as práticas políticas e as faz assumir uma existência discursiva; a partir da ênfase no desenvolvimento da tecnologia da comunicação, com a presença da mídia no cenário e na configuração da sociedade contemporânea (WOLF, 2003).

A primeira perspectiva pode ser bem exemplificada pela contribuição relevante de Bourdieu (1983) a propósito do poder simbólico. Em outras palavras, se o campo da política é um campo de lutas, é principalmente no terreno do simbólico que essa luta se manifesta na disputa por parte dos diferentes grupos sociais, para impor uma definição de mundo social de acordo com seus interesses. Trata-se de uma luta para conseguir a aceitação de determinada representação da sociedade. Logo, ao mesmo tempo em que essa perspectiva resgata o papel do simbólico e realça a dimensão comunicativa das práticas políticas, ela também age em uma concepção bastante redutora do processo comunicativo.

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma origem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências (BOURDIEU, 2002, p.9).

O que está em jogo, lembra Bourdieu, é uma disputa de conteúdos (representações do mundo) e do lugar de fala, sem qualquer atenção à relação aí produzida ou à dimensão das formas criadas, promovendo uma evidente disjunção entre a forma e o conteúdo. No que diz respeito a esta perspectiva, pode-se pensar de maneira realçada o lugar da mídia como uma (nova) instância de poder. A formulação mais contemporânea dessa perspectiva aponta os aspectos de visibilidade e publicização inerentes às coisas públicas nas sociedades democráticas de massa (WOLF, 2003). Dentro dessa perspectiva e para os propósitos deste trabalho, é preciso ressaltar que a comunicação política não se resume à mensagem nem ao aparato técnico de produção, sendo mais do que um esquema operacional de transmissão, mas uma

prática instituinte que põe em cena interlocutores capazes de intervenção, reciprocamente referenciados; uma realização discursiva que ganha existência própria e assume papel de determinação; a constituição de um espaço comum, terreno de construção da intersubjetividade; e as marcas de sua inserção em um contexto sócio-histórico.

A respeito da constituição do espaço comum e da intersubjetividade, as teorias sobre os efeitos dos meios de comunicação na opinião pública podem ser distribuídas em três grandes grupos: as elitistas, que pressupõem que os meios exercem um controle quase total sobre o público passivo; as pluralistas, que concebem um conjunto de consumidores soberanos que apresentam uma demanda diversificada por audiências e interpretam com liberdade o conteúdo dos meios; e as elitistas institucionais, com as quais fica estabelecido que a opinião pública está condicionada, mas não determinada, por estruturas sociais e pela lógica institucional. É, por isso, também chamada de modo de funcionamento dos meios de comunicação. Nesta última abordagem admite-se que as estruturas sociais, tais como classe social, educação formal ou etnia exercem certas limitações materiais e culturais. Dessa forma, os interesses dos produtores midiáticos, fontes informativas, elites políticas e públicos mais privilegiados institucionalmente conseguem se impor na esfera pública (BLANCO, 1999). Dito em outras palavras, a opinião pública se nutre e se expressa através da mídia, reproduzindo as estruturas sociais e comunicativas existentes.

O elitismo como corrente teórica da comunicação política predominou até os anos 50, principalmente a partir das análises sobre a realidade norte-americana e alemã, que retomam sua força nos anos 70. Autores ligados a essa corrente, tais como Lippmann (1922), Katz (1957) e Lasswell (1936), afirmam que o cidadão só pode conhecer a realidade social através da mídia, dada a sua condição atomizada na sociedade. Os meios de comunicação, nesse caso, exerceriam efeitos muito

poderosos sobre a opinião pública em função da inexistência de uma intermediação entre a elite produtora das mensagens e a massa.

Por que a sociedade está formada por uma massa de indivíduos atomizados e porque entre os meios onipresentes e as massas não existe nada intermediando, a comunicação social se reduz à transmissão de mensagens, assimiladas em sua forma original por audiências que não dispõem de iniciativa, organização e relações interpessoais (BLANCO, 1999, p.131).

Sendo assim, em grande medida, as relações que se estabelecem entre o indivíduo e o mundo em que ele vive acontecem através dos meios de comunicação. São eles que constroem a conexão dos eventos sociais e as imagens deles na cabeça do cidadão. Há duas visões opostas a respeito desse paradigma: uma visão otimista, na qual as elites e os líderes de opinião geram na mídia um debate ilustrado ao mesmo tempo em que oferecem à massa modelos sociais e sinais de identidade coletiva (DEWEY, 1927, citado por BLANCO, 1999); enquanto uma visão negativa entende que as elites empregam os meios como poderosas plataformas para imprimir valores e estereótipos manipuladores na opinião pública (LIPPMAN, 1965, citado por BLANCO, 1999).

Já o paradigma pluralista está baseado em duas proposições principais. A primeira mostra que a recepção desempenha funções que dependem do uso que a audiência realiza dos meios de comunicação. A segunda assinala que o público determina o significado final das mensagens, pois as reconstrói e as reelabora no momento do consumo (MARTIN-BARBERO, 2001). Essa abordagem pluralista da comunicação de massa prevaleceu nos anos 60 principalmente através dos estudos de usos e gratificações da corrente funcionalista.

Pensar a política a partir da comunicação é pôr em primeiro plano os ingredientes simbólicos e imaginários presentes nos processos de formação do poder. O que leva a democratização da sociedade em direção a um trabalho na própria trama cultural e comunicativa da política. Pois nem a produtividade social da política é separável das batalhas que se travam no terreno simbólico, nem o caráter participativo da democracia é hoje real fora da cena pública que constrói a comunicação massiva (MARTIN-BARBERO, 2002, p.15).

Essa concepção vem sendo retomada, atualmente, através dos novos estudos culturais e de recepção que definem o consumo das mensagens como uma atividade criativa. Também estabelece que a audiência de qualquer processo comunicativo de massa, inclusive a comunicação política, não está submetida à persuasão ou reduzida a uma pseudo-realidade midiática. Além disso, é capaz de demandar conteúdos a partir de seus próprios interesses e de gerar interpretações plurais (BLANCO, 1999).

Por outro lado, Mazzoleni e Schulz (1999) ressaltam que a mediação²⁰ não acontece apenas entre os meios de comunicação e os atores sociais individuais, mas também entre a mídia e a esfera política propriamente dita. Para isso, eles diferenciam mediação, que tem sentido de neutralidade, de mediatização, que é o lugar onde as instituições políticas são mais dependentes da mídia, mas, mantém controle sobre os processos e suas funções políticas (MAZZONELI, 1999, p.247). Eles citam trabalhos empíricos de autores como Zaller (1998) e Benett (1998) para demonstrar como a mídia não conseguiu acabar com a democracia na Europa ocidental, embora a tenha transformado.²¹

A outra corrente teórica, o Paradigma Institucional da Comunicação Política, nasce com a sociologia da estruturação de Anthony Giddens (1995), no neo-institucionalismo da ciência política (HALL e TAYLOR, 1996) e na comunicação de massa (BENIGER e HERBST, 1990), estabelecendo que a opinião pública, como qualquer outro fenômeno social, surge da atividade humana desenvolvida em estruturas sociais. Essas estruturas não determinam a opinião por oferecer recursos ou capacidade

²⁰Aqui mediação pode ser definida como o processo pelo qual as instituições, as formas de expressão, as atitudes, os sentimentos e os comportamentos aparentes são articulados entre as manifestações culturais e práticas sociais ao longo do tempo (MAHAN, 2003).

²¹Com base nos resultados desses trabalhos, Mazzoleni afirma que duas tendências sociais da segunda metade do século XX, a crise dos partidos políticos e o enfraquecimento do cidadão sofisticado não são consequências da mediatização da política, mas de um processo que pode ser definido como uma evolução do *homo politicus*.

para atuar, mas por condicioná-la, apresentando regras e limitações. As estruturas políticas e as instituições midiáticas tornam possível o surgimento da opinião pública, mas também a restringem. Sendo assim, a opinião pública é um agente que se move em estruturas sociais, mas também o resultado dessas estruturas, afirma Giddens (1995). Ela está centrada em processos que revelam de forma explícita os recursos comunicativos dos atores sociais. Percebe-se, portanto, que as elites possuem a primazia da informação midiática, mas nem por isso elas deixam de estar condicionadas pelo público.

É possível encontrar três níveis distintos de efeitos de comunicação política via mídia de massa sobre a opinião pública, de acordo com essa abordagem: o primeiro é mais abstrato, sendo identificado como o domínio ideológico ou da hegemonia em uma versão mais branda que a do elitismo, o que significa que ela não é tão coerente ou sólida como pressupunha o primeiro paradigma – o elitista; o segundo nível diz respeito aos efeitos da mídia sobre outras instituições sociais, tais como o Estado, o Judiciário, a Religião, a Ciência, as Artes, que são alteradas pela própria lógica midiática, levando, entre outras coisas, à trivialização, à espetacularização e ao conflito; o último nível mostra que os meios exercem influência sobre comportamento e o conhecimento dos indivíduos. A sociedade, por isso, é capaz de apresentar opiniões sobre diferentes temas a partir das informações oferecidas pelos meios de comunicação, indicando que a opinião pública reage quase sempre em relação a um discurso das elites (BLANCO, 1999).

A opinião pública é capaz de elaborar preferências próprias, ainda que condicionadas aos temas apresentados pela elite. Para o paradigma do elitismo institucional, os efeitos da mídia são de ordem hegemônica, pois difundem a ideologia e os valores dominantes; também são de ordem institucional, pois influem nas demais instituições, além disso, são de ordem social e individual, com base nos indivíduos que as integram. Assim, o poder não reside mais na elite ou na massa, mas depende dos recursos existentes a partir das estruturas e instituições, nas quais

são desenvolvidas suas atividades. A opinião pública passa, então, a ser o resultado do embate dos atores políticos, da elite e da massa que se utilizam desses recursos estruturais e institucionais para tentar impor uma visão de mundo específica. Em função da centralidade da opinião pública neste trabalho, passa-se a tratar especificamente deste conceito no próximo tópico.

2.2 EFEITOS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOBRE A OPINIÃO PÚBLICA

Considerando as três abordagens tratadas anteriormente, a elitista, pressupõem que os meios de comunicação exercem um controle quase absoluto sobre o público; este, por sua vez, desempenha um papel de passividade, cabendo aos meios de comunicação a modelagem da opinião pública. As teorias elitistas predominaram até meados dos anos 40, afirmando que o cidadão só pode conhecer a realidade social através dos meios de comunicação, o que faz com que esses meios exerçam efeitos muito poderosos sobre a opinião pública já que a sociedade é formada por indivíduos atomizados e não há nenhuma instituição intermediadora entre os meios de comunicação e a massa. Os processos de comunicação social reduzem-se à transmissão de mensagens que são assimiladas na forma original pelas audiências sem iniciativa, organização psicológica ou relações interpessoais na formulação dessas mensagens. Sendo assim, faz com que a opinião pública seja o resultado direto da reprodução fiel das opiniões transmitidas nos conteúdos dos meios de comunicação.

A partir dos anos 70, duas novas teorias retomam em parte essa visão elitista da relação entre mídia e opinião pública. A teoria da *Agenda-Setting*²² parte

²²O conceito de *Agenda-Setting* foi apresentado pela primeira vez em 1963 por Cohen que a definiu como o processo pelo qual a mídia estabelece os temas que devem ser discutidos socialmente e influenciam a estruturação da agenda pública. Sendo assim, os meios de comunicação não conseguem decidir o que as pessoas devem pensar, mas sobre que temas elas devem discutir e formar uma opinião (COHEN, 1963). Os primeiros estudos de *Agenda-Setting* foram sobre campanhas

da premissa de que o estabelecimento de uma agenda temática, imposta pelos meios de comunicação, define sobre que temas o público deve pensar e formar opiniões, ou seja, a mídia seleciona os temas sobre os quais o público deve formar uma opinião, ainda que ela não seja capaz de impor a opinião já formada (McCOMBS e SHAW, 1972).

Em um trabalho empírico recente, ao analisar os efeitos de agendamento dos meios de comunicação durante as eleições presidenciais de 1996 nos Estados Unidos, McCombs e Kiousis (2004) encontraram fortes correlações entre a importância que a mídia dava para determinados atores políticos e a saliência de seus nomes na memória do eleitor comum. Esses resultados demonstram que existe uma ligação entre os personagens que são objeto da cobertura midiática e a posição em que essas pessoas se encontram na memória dos eleitores (McCOMBS e KIOUSIS, 2004 p.49).

A segunda teoria, a "Espiral do Silêncio", estabelece que os indivíduos tendem a fugir do isolamento social ao perceberem qual é a opinião majoritária, o que acaba gerando uma espiral que favorece a ampliação da discussão pública sobre determinados temas em detrimento de outros que tendem a ficar cada vez mais no esquecimento social. Esse efeito espiral constituiria uma lei fundamental da opinião pública, que é expressa por aqueles que se sentem como integrantes da maioria e que expressam suas opiniões, enquanto os setores minoritários tenderiam à autocensura (NOELLE-NEUMAN, 1974).

Através do processo de agendamento, a mídia implanta uma agenda temática que será discutida publicamente. Como alguns temas são enfatizados na cobertura dos meios de comunicação, isso definirá que tipo de assunto merece ganhar o *status* de acontecimento público. Os que não chegam a esse nível correm o risco de cair na espiral do silêncio. O acesso que algumas fontes políticas têm sobre a agenda midiática gera uma forma de distribuição desigual de poder, que é o poder de controle da

eleitorais, nos quais se calculava a relação entre os temas tratados pela mídia e o aparecimento destes mesmos temas no debate público.

agenda²³, ou seja, a capacidade de fazer com que os meios de comunicação considerem como relevante determinado tema social em detrimento de outro.

Em outro lado, estão as chamadas teorias pluralistas que concebem o público como um conjunto de consumidores soberanos representando demandas diversificadas por conteúdos, além de liberdade na interpretação desses conteúdos dos meios de comunicação. De acordo com essas explicações, a opinião pública formar-se-ia no seio do próprio público, sem a participação direta dos meios de comunicação.

As teorias pluralistas estão baseadas em duas proposições principais. Uma, em que a recepção das mensagens desempenha funções que dependem do uso que o público faz dos meios de comunicação e, a outra, a de que o público determina o significado final das mensagens, pois ele é capaz de reconstruí-las e reelaborá-las. Essas abordagens prevaleceram entre os anos 60 e 70, principalmente através dos estudos de usos e gratificações da escola funcionalista. Depois, porém, foram retomadas pelos estudos culturais e de recepção, que definem o consumo das mensagens como uma atividade criativa. Sendo assim, a audiência não estaria submetida à persuasão ou reduzida a uma realidade produzida pela mídia, mas demanda conteúdos a partir de seus próprios interesses como público, além de gerar interpretações independentes e plurais.

No terceiro grupo estão os elitistas institucionais (GIDDENS, 1995), estabelecendo que a opinião pública estaria condicionada, mas não determinada, assim como também não totalmente dissociada pelas estruturas sociais e pela lógica institucional – incluindo os meios de comunicação de massa. Aqui é admitido que as estruturas sociais, por exemplo, classes sociais, escola e grupos étnicos exercem limitações materiais e culturais para a opinião que será formada a partir de um estímulo qualquer que normalmente é transferido pelos meios de comunicação.

²³Essa articulação entre mídia e fontes políticas faz com que alguns atores sejam premiados; quando isso é feito sob o pretexto de critérios de noticiabilidade, a premiação passa a ser sistemática, enquanto outras fontes ou temas são penalizados também sistematicamente.

Segundo as premissas do elitismo institucional, os interesses dos produtores midiáticos, as fontes informativas e os públicos mais privilegiados institucionalmente conseguem se impor na esfera pública ou, por outro lado, a opinião pública se nutre e se expressa através da mídia, reproduzindo as estruturas sociais e comunicativas disponíveis ao público. Ela estabelece que a opinião pública, a exemplo de qualquer outro fenômeno social, surge de uma atividade humana que se dá em determinadas estruturas sociais. Essas, não são capazes de determinar a opinião, mas a condicionam no momento em que oferecem regras e limitações de recursos informativos. Sendo assim, as estruturas sociais e instituições midiáticas possibilitam o surgimento da opinião pública ao mesmo tempo em que a restringem. Logo, a opinião pública é um agente que perpassa estruturas sociais, mas também é o resultado da interação dessas estruturas. Percebe-se por essa explicação que as elites possuem primazia sobre as informações midiáticas, mas também estão condicionadas pelo público.

Os integrantes das audiências apresentam opiniões sobre temas distintos a partir das informações oferecidas pela mídia, ou seja, a opinião pública pode ser considerada um agente social capaz de elaborar preferências próprias, ainda que condicionadas pelos temas apresentados pelas elites. No paradigma do elitismo institucional, os efeitos da mídia são de ordem hegemônica por difundirem a ideologia e os valores dominantes. Além disso, são de ordem institucional por influenciarem a maioria das instituições sociais, e os efeitos também são de ordem social e individual sobre as comunidades de indivíduos que compõem as audiências.

Paralelo às abordagens menos instrumentalistas sobre a relação da mídia e opinião pública existe uma vasta literatura que trata dos efeitos da primeira sobre a segunda de maneira mais incisiva. Sendo assim, onde a mídia e aqueles que a comandam, passam a ter ampla capacidade de controle e direcionamento sobre a opinião pública. Essa linha de trabalhos críticos parte, na maioria das vezes, da descrição inicial de Habermas sobre a esfera pública original como a reunião de um

público, formado por indivíduos privados, que constróem a opinião pública com base na racionalização do melhor argumento, e sem contar com a influência dos poderes políticos e econômicos (ALMEIDA, 1999). Trabalhos críticos, que apontam a existência de um controle da opinião pública pela mídia, afirmam que a superficialização da política no debate político e a possibilidade do controle das opiniões dos indivíduos geram uma opinião inconsistente que, quando agregada, é chamada de opinião pública. Somado a isso estão as críticas aos métodos quantitativos e qualitativos de apreensão da opinião, principalmente em Bourdieu; a mercantilização, manipulação e o crescimento da importância do marketing no espaço público.

2.3 MASSA E PÚBLICO

Em "*Historia y critica de la opinión pública: la transformación estructural de la vida pública*", Habermas (1981) afirma que seu objetivo não é o estudo da esfera pública em geral naquele texto, mas a análise das origens e transformações da esfera pública ligada ao desenvolvimento da sociedade burguesa. De fato, esse tema percorre toda sua obra.

Após tratar da transformação estrutural da esfera pública, nos anos 70 e 80, ele desenvolve a teoria da ação comunicativa com a qual defende o debate público como a única alternativa para superar os conflitos sociais, visto que é nesse debate que acontece a busca pelo consenso e cooperação entre as partes. Como se vê, Habermas considera a questão da comunicação como uma peça chave para a política deliberativa, sendo fundamental para a superação de déficits democráticos (CUCURELLA, 2001). Em 1992, no texto "*facticidad y validez*", citado por Cucurella, Habermas apresenta o espaço público como o lugar em que é criada a opinião pública que pode ser manipulada, mas que ainda assim constitui o eixo da coesão social, da construção, da legitimação e da deslegitimação política.

A definição inicial de espaço público, encontrada em Habermas trata de algo que existe na vida social. Dessa forma, pode-se construir a opinião pública através

de diálogos entre indivíduos privados que se reúnem livremente como público para discutir temas de interesse comum.²⁴ O termo "livremente" aqui é importante, pois denota a inexistência de pressões externas ao interesse do indivíduo. Este, na verdade conta com a garantia mínima de poder se manifestar e publicar livremente sua opinião. Porém, Habermas fará uma observação para o caso de públicos muito grandes, cujo diálogo direto torna-se impossível. Nesse caso, a comunicação depende de meios de transferência e influência, tais como rádio, televisão, jornais e revistas "Não se trata de um espaço político, mas cidadão e civil, pertencente ao mundo da vida e não a um determinado sistema ou estrutura social", completa Cucurella (2001, p. 53).

A opinião pública e a esfera pública burguesa surgem como consequência da troca de informações iniciada com o capitalismo mercantil. Paralelo a isso acontece a nacionalização das economias, até então muito localizadas, além do desenvolvimento do Estado-nação, por consequência da centralização política no Estado moderno e a consolidação do poder estatal. Nesse processo histórico, percebe-se claramente o fortalecimento do Estado e da burguesia. Habermas diz que essa esfera pública burguesa é compreendida inicialmente como a esfera de pessoas privadas que se reúnem em público para defender a liberdade econômica e atacar o princípio de dominação vigente. Portanto, é diferente da esfera privada e visa questionar a esfera política por natureza, a estatal.²⁵

A esfera pública burguesa nasce em espaços culturais tornados públicos, gerando uma tensão entre Estado e sociedade civil burguesa. Como resultado das discussões travadas nessa esfera, a opinião pública está diretamente relacionada à

²⁴O autor também apresenta o espaço público político como um tipo específico de espaço público. Este se diferencia do espaço público literário, por exemplo, em função das discussões que acontecem nele terem relação com as práticas do Estado.

²⁵Para Habermas, o estado de bem-estar social, presente na política européia mais fortemente a partir do início do século XX, é uma forma de redução da Esfera Pública, pois a esfera estatal passa a interferir diretamente nos assuntos que deveriam ficar sob o domínio exclusivo da esfera privada.

crítica e ao controle que o público exerce de maneira informal sobre uma estrutura estatal organizada. Essa crítica e controles informais, que Habermas denomina opinião pública, podem se formalizar através do voto. A esfera pública burguesa surge, portanto, como uma esfera de proprietários privados, porém, ganha legitimidade na luta da sociedade civil contra o absolutismo, pois, ao conseguir converter interesses de proprietários privados com as liberdades individuais, fez com que a emancipação política da burguesia fosse confundida com a emancipação política geral.

Os processos de estatização do espaço público, seja através dos instrumentos de Estado propriamente ditos, seja pela forte influência que o poder estatal exerce sobre os meios de comunicação, são considerados por Habermas uma intromissão na vida dos cidadãos, visto que transforma gradativamente a mídia em um instrumento de entretenimento e dominação do público. Segundo Cucurella (2001, p. 58), "da publicidade como manifestação de opiniões e um público que discute, passou-se a um público que ou é uma minoria racional ou uma grande massa de meros receptores". Habermas, na verdade, constata que a dinâmica social moderna tem apresentado riscos de uma refeudalização da sociedade, cujo indivíduo não é o ideal imaginado pelo liberalismo. Este indivíduo forma grupos que defendem interesses particulares e, dessa forma, consegue influenciar as decisões políticas. Da mesma maneira, o Estado, através de sua capacidade de interferir na esfera privada, reduz a liberdade necessária para o funcionamento da esfera pública e, conseqüentemente, tem efeito direto sobre a opinião pública que surgirá dessa esfera.

Montoya (2004) faz uma periodização das transformações da esfera pública, tal como definida por Habermas. Para aquele, essa esfera pode ser dividida em três momentos distintos, cada um deles caracterizado pela sua abrangência. Trata-se de um espaço que fica entre o Estado e a família, um espaço específico para a abordagem de assuntos que não são afetos exclusivamente a cada uma dessas duas esferas.

O primeiro momento citado por Montoya surge entre os séculos XVI e XVII, junto com o aparecimento da burguesia ocidental, quando os burgueses criam esse espaço específico para abordar questões relacionadas principalmente a seus negócios. Por isso, seria redundante chamar essa esfera de esfera pública burguesa.

Em um segundo momento, a partir da segunda metade do século XIX, a esfera pública ganha a participação dos trabalhadores – o povo – que até então não fazia parte dela. Essa ampliação é constatada principalmente pelas manifestações de rua de trabalhadores e segmentos populares que acontecem em Paris naquele período.

Em um terceiro momento, a esfera pública passa a contar, além da burguesia e dos trabalhadores, com a participação de minorias sociais, tais como mulheres, jovens, imigrantes, etc. Essa fase da esfera pública tem seu marco inicial coincidindo com o início do século XX. O autor reafirma, então, que

Assim como a esfera pública burguesa se reinventa com a esfera pública massiva, esta esfera pública massiva, mas masculina, adulta e branca, é ampliada pela esfera pública plural de nossos dias, no que diz respeito aos sujeitos que compõem a esfera pública (MONTAYA, 2004, p. 12).

Vale ressaltar que Habermas não considera a terceira fase como uma ampliação do espaço ocupado pela esfera pública, mas sim como credenciamento de novos atores sociais que passam a integrar esse espaço. No caso das mulheres, esse credenciamento se dá pela inclusão delas no mercado de trabalho. Já os jovens e minorias se fazem representar na esfera pública em função da crescente escolaridade e incorporação desses segmentos ao consumo e economia (FRASER, 1998, p.133).

A definição de esfera pública a partir da conceituação habermasiana está focada, como demonstra a última frase da citação acima, nos indivíduos que compõem esse espaço localizado entre o privado e o estatal. Porém, além dos protagonistas, o espaço público também é formado por instituições responsáveis por publicizar informações de interesse coletivo, pelos meios de comunicação e por seus respectivos

espaços de atuação²⁶. Logo, espaço público só pode ser compreendido de fato quando considerado a partir dos agentes sociais que o compõe, somados aos meios de publicização, espaço físico, técnicas de comunicação e códigos.

A mídia amplia a esfera pública, mas, uma vez ampliada midiaticamente, essa esfera perde o conteúdo político original para poder ser mais vendável ou aceitável socialmente, fazendo com que a racionalidade ceda espaço para a forma, segundo a visão pessimista habermasiana. Com isso, os produtos descartáveis da mídia modificam a própria forma de comunicação, fazendo com que haja a substituição do público leitor pelo público consumidor.

Embora a opinião pública possa ser instrumentalizada e manipulada pela mídia, existe um custo inerente a esse "desvio", apontado por Habermas, como a perda de eficácia na legitimação política. Isso acontece porque o custo da instrumentalização da opinião pública é o distanciamento da realidade dos indivíduos e de suas vidas cotidianas. O indivíduo é o portador do espaço público para que nele expresse suas questões, através de uma interação comunicativa. É nesse intercâmbio comunicativo que são produzidos, então, argumentos, influências e opiniões (CUCURELLA, 2001). Quando o espaço público é instrumentalizado pelo Estado através dos meios de comunicação, esse espaço deixa de cumprir a função para a qual existe para o cidadão, que passa a não mais reconhecê-lo como um espaço plural e de liberdade também pertencente a ele, mas como mais uma instituição estatal. É aí que a política começa a perder legitimidade.

Para entender os efeitos negativos da instrumentalização do espaço público, é preciso conhecer a distinção que Habermas faz entre poder comunicativo

²⁶Nesse sentido, pensar que o caminho para a democratização política se dará apenas através da democratização dos meios de comunicação é acreditar que a esfera pública se restringe ao espaço físico, desconsiderando os atores sociais; sem contar que em uma democracia de mercado, onde os meios de comunicação são fundamentalmente empresas comerciais, falar em democratização seria o mesmo que pedir a democracia das demais empresas capitalistas. Os meios de comunicação participam da esfera pública, mas esta fica fora deles. A democratização da mídia se dará com a democratização da sociedade e da política e não o contrário.

e poder político. Enquanto o primeiro está relacionado à possibilidade de produzir discursivamente motivações e convicções que vão se transformar em vontade comum, o segundo diz respeito à pretensão de domínio que tem o sistema político e, para tanto, emprega o poder administrativo de que dispõe. É em função dessa diferença que, para Habermas, a esfera pública não pode ser entendida como uma instituição ou organização, pois trata-se de um emaranhado de normas com diferentes competências, regras e regulação das condições de pertencimento (CUCURELLA, 2001). Por não ser um sistema, como o encontrado na esfera política, ele tem horizontes abertos e porosos; trata-se de uma rede para a comunicação de conteúdos, fluxos de informação e formulação de opiniões sobre determinados temas.

Nesse cenário, o poder é exercido através de associações originárias da esfera privada, dos partidos políticos e do aparelho de Estado que, através da mídia, buscam o apoio do público. No entanto, isso não é uma nova característica da esfera pública, mas uma forma de utilização dela pela esfera estatal. Assim, os conteúdos transmitidos pelos meios de comunicação não precisam atuar apenas como forma de controle público do poder, mas podem ser um instrumento de manipulação da opinião que deixa de ser pública (ALMEIDA, 1999).

Habermas fala sobre uma refuncionalização da esfera pública que se comercializa. Com os novos meios de comunicação eletrônicos do século XX, principalmente rádio e televisão, a esfera pública se amplia e se modifica em função dos interesses privados presentes no sistema, fazendo com que, a partir de então, ao invés da mídia intermediar a opinião pública, ela passe a produzir elementos para a formação de opinião não pública. Ao mesmo tempo, desenvolvem-se técnicas de publicidade e relações públicas para que as grandes empresas do setor passem a moldar a opinião pública, construindo o consenso a partir de uma opinião pública encenada (ALMEIDA, 1999). Nessas condições, a crítica cede lugar ao conformismo e o consenso passa a ser uma boa vontade conquistada pela publicidade.

Ganha espaço o argumento de que o público não tem condições para participar das decisões políticas e, com o afastamento desse público das decisões, a esfera pública passa a ser mobilizada apenas periódica, temporária e transitoriamente em períodos eleitorais. Habermas dirá ainda que nem nesse momento ela se organiza de forma argumentativa, mas sim de modo demonstrativo e manipulador (HABERMAS, 1981). Na interpretação de Cucurella, sobre o argumento de Habermas também aparece esse caráter pessimista. Para ela, atualmente existem muitos motivos para ser cético sobre a possibilidade de existência de espaços públicos não manipulados que permitam a sobreposição do poder comunicativo sobre o político.

Os meios de comunicação desempenham um papel que, em muitos casos, serve apenas aos interesses de grupos poderosos econômica e socialmente, de maneira que a ocupação do espaço público pode alterar a realidade humana. Habermas critica a instrumentalização dos meios de comunicação de massa, mas afirma que não se tem um conhecimento global de sua incidência e que, em qualquer caso, as instituições devem regular e corrigir os excessos, fazendo efetivo o respeito à promoção dos direitos humanos (CUCURELLA, 2001, p.68).

Na versão crítica da análise sobre as relações entre meios de comunicação e opinião pública, a mídia passa a ser transmissora de mensagens publicitárias e as manifestações do público passam a ser espasmódicas, não racionais e originárias de um agregado de indivíduos sem autonomia que, ao invés de participar da vida política, faz pressão como consumidor, no sentido de que o Estado atenda as necessidades identificadas em pesquisas de opinião, já que até a manipulação tem limites e precisa atender, pelo menos em parte, essas demandas. Lipovetsky (1989) critica a postura pessimista de Habermas, mas reconhece que a mídia moderna não é capaz de criar um espaço comunicativo assim como teria sido a esfera pública burguesa; porém, discorda que em função disso não exista mais possibilidade de existir crítica racional no público. Para Lipovetsky, essa idéia parte do princípio de que "aquilo que diverte não pode educar, o que distrai só pode desencadear atitudes estereotipadas e o que é fácil e programado só pode produzir o assentimento

passivo" (LIPOVETSKY, 1989). O autor considera que não é possível falar em desintegração da esfera pública, se considerarmos que se trata do lugar onde se forma a opinião e a crítica do público. Há vários trabalhos que se contrapõem a ele, mostrando como os conteúdos dos meios de comunicação são construídos (OROZCO, 1994; ORTIZ, 1994; MARTIN-BARBERO, 2001).

Há também autores que defendem que tanto o modelo funcionalista, em que os indivíduos agem estrategicamente em defesa de seus interesses, quanto o modelo teórico-discursivo de Habermas apresentam problemas. De um lado, os atores também são capazes de fazer relações públicas além da argumentação e, por outro, isso não impede que eles possam participar do processo de constituição da base de um poder fundado comunicativamente se as organizações forem permeáveis aos impulsos da base da sociedade para a esfera pública (COSTA, 1995). Assim como, segundo Gilberto Almeida (1996) tem havido um declínio do capitalismo social democrata, mas também um fortalecimento de novos agrupamentos e organizações não-governamentais que ampliam a esfera pública, o que pode ser considerado como o fortalecimento da sociedade civil. Para Schudson (1994), o conceito de esfera pública é indispensável como modelo de sociedade; porém, ele se afasta de Habermas ao afirmar que o Estado também faz parte do espaço público e não é algo fora dele, ao contrário do que acontece com a maioria dos comentadores de Habermas.

Nesse sentido, o parlamento passa a ser uma esfera pública no interior do Estado. Como o parlamento é provido de poder de decisão, trata-se de uma esfera pública forte, enquanto a esfera pública da sociedade civil é fraca, pois apenas emite opiniões, sem tomar decisões. Schudson discorda da idéia de uma sociedade civil em oposição ao Estado e ao poder econômico (1994). Ele considera que a relação entre Estado e esfera pública é indissolúvel, pois não existiria opinião pública fora do Estado, assim como não é possível existir opinião pública sem partidos políticos. Para ele, se hoje há pouca participação política do cidadão comum, afastando os integrantes dos grupos que compõem a opinião pública do centro decisório, com

exceção de raros momentos históricos, esse foi sempre o padrão de intervenção do público na política. "Não se trata de uma maior ou menor participação ou racionalidade no debate político, pois o voto continua sendo o momento central de uma democracia, para o qual converge a discussão" (SCHUDSON, 1994). Ele critica ainda aqueles que defendem a existência de várias esferas públicas, visto que é possível a emergência de discursos de vários pontos da sociedade civil – o que, aliás, seria positivo –, mas todos devem convergir para a única esfera pública em que se tomam decisões. Na mesma direção, Dominique Wolton (1996) mostra que a comunicação de massa é a condição funcional e normativa do espaço público alargado e da democracia de massa, mas que ela não pode, sozinha, garantir a qualidade do funcionamento do espaço público. Um dos problemas que provoca discussões sobre a qualidade do espaço público é gerado pelo papel regular das pesquisas de opinião, que constróem uma representação permanente da opinião pública e passam a ser condição para o funcionamento desse espaço público em uma democracia de massa (WOLTON, 1996). Some-se a isso o fato de que o público não vota sobre a grande maioria das questões abordadas pelas pesquisas de opinião pública.

Antes de publicar o texto *"Historia y crítica de la opinión pública: la transformación estructural de la vida pública"*, na Alemanha, em 1965, Habermas produziu um texto que trata mais especificamente da opinião pública, chamado "Comunicação, opinião pública e poder", onde delineia as idéias gerais que darão forma ao conceito de estrutura da esfera pública. Para ele, já nesse momento, o Estado moderno tem a legitimidade da sua dominação política baseada na soberania popular, sendo que a opinião pública passa a ser a fonte de autoridade nas discussões que comprometem o todo. Isso torna a opinião pública o centro do poder político no Estado moderno e, portanto, um foco natural de disputa pelo poder.

Habermas cita que a primeira definição que existe de opinião pública vem do liberalismo, visto que a comunicação entre integrantes de um círculo restrito de pessoas que gravitam em torno dos representantes públicos transforma-os em

formadores de opinião e, por conseqüência, em público raciocinador frente à grande maioria que é aclamadora (HABERMAS, 1971). Outra definição de opinião pública é institucionalista. Esta, para ele, apresenta uma série de problemas, pois desconsidera critérios como racionalidade e representatividade. A opinião pública passa a ser, então, a concepção dominante no parlamento que está ligado ao governo, mostrando a este seus desejos. Assim, o partido majoritário passa a ser o representante da opinião pública. A questão, dada por Habermas aqui é a de que os portadores da opinião deixam de ser os sujeitos para passarem a ser as instituições.

Para criticar a impossibilidade de racionalização da opinião pública como representante da maioria dos indivíduos, Habermas cita Gabriel Tarde. Este que teria tratado primeiramente da opinião pública como uma opinião das massas, na qual não há discussão, mas dominação política.

Ela [a opinião pública] se vê separada da conexão funcional das instituições políticas e prontamente despida de seu caráter de opinião "pública"; ela é tomada com o produto de um processo de comunicação no interior de massas, que não é referido seja aos princípios da discussão, seja à dominação política (HABERMAS, 1971, p.191).

Habermas ainda cita Bentley, para dizer que é impossível existir opinião pública como atividade que reflita comportamentos de um grupo ou conjunto de grupos. E, em uma definição de Dobb (1948), opinião pública refere-se a atividades de pessoas diante de uma questão, quando elas fazem parte de um mesmo grupo social. Habermas chama a atenção para o fato de que essa definição exclui uma característica fundamental do conceito Liberal que é identificar a opinião pública primeiramente com a massa e depois com o público. Para Habermas, opinião pública só pode ser definida em termos de manipulação, "na qual os detentores de poder político tentam harmonizar as disposições da população à doutrina e estrutura política e aos resultados do processo de decisão corrente" (HABERMAS, 1971, p.192). Além disso, o conceito de opinião pública no direito público, a institucionalista, é uma

ficção, e o conceito sócio-psicológico, uma evolução do Liberal, é diluído ao tentar explicar como os indivíduos pensam em sociedade.

Essa opinião pública de que trata Habermas inclui todo tipo de comportamento, inclusive os de origem privada, tais como a vontade de comprar uma geladeira misturada com a opinião sobre a viabilidade da democracia. Ele identifica a formação de três tipos de opiniões nos indivíduos. O primeiro tipo é o das opiniões informais, que não são verbalizadas, e surgem a partir de evidências culturais não discutidas. Normalmente são muito rígidas e podem ficar fora de qualquer reflexão, como, por exemplo, a opinião sobre pena de morte. O segundo tipo é o das experiências fundamentais pouco discutidas em função da novidade do tema. Também estão abaixo do nível da reflexão, podendo ser identificadas mais como vontades geradas por demandas até então inexistentes. Por exemplo, as atitudes em relação à guerra ou o desejo de segurança. O terceiro tipo são as opiniões que surgem de evidências freqüentemente discutidas e que são resultantes da ação da indústria cultural, tal como a publicidade ou a manipulação pela propaganda (HABERMAS, 1971). Como se pode perceber, as opiniões do primeiro tipo são arraigadas e quase imutáveis, enquanto as do terceiro tipo são efêmeras, mutáveis e artificiais. Porém, todas elas são opostas a uma opinião racional formada por meios literários.

Todo o debate proposto por Habermas sobre a impossibilidade de uma opinião pública racional está baseado na distinção que ele faz entre público e massa. Para o autor, a opinião pública na sociedade moderna não parte de um público letrado e capaz de debater os temas gerais, mas sim de uma massa que apresenta grande facilidade em se deixar dominar politicamente. Ele cita Wright Mills, para distinguir público de massa: o público é apresentado como sendo o lugar onde virtualmente tantas pessoas expressam opiniões quantas as que as recebem; a comunicação consegue expressar qualquer opinião em público; é possível encontrar uma via de ação efetiva por parte do público, mesmo quando for contra o sistema de autoridade preponderante. Já a massa é apresentada como possuidora

de um número menor de pessoas que exprimem suas opiniões do que as que as recebem; a organização das comunicações torna impossível ao indivíduo dar respostas imediatas ou com algum efeito prático; a conversão da opinião em ação é controlada por autoridades que organizam os canais e a massa não goza de autonomia das instituições (HABERMAS, 1971). Como se percebe, Habermas identifica a opinião pública das sociedades modernas muito mais como uma opinião de massas do que com a do público.

Posteriormente, em 1990, numa reedição alemã do texto "*Historia y critica de la opinión pública: la transformación estructural de la vida pública*", Habermas faz uma revisão das teses centrais explicitadas anteriormente. Nessas, o centro do debate não é mais o tipo de grupo que origina a opinião pública, se público ou massa, mas os usos que os integrantes desse grupo são capazes de fazer das informações recebidas. No prefácio da nova edição, ele diz que o espaço público continua estabelecendo a mediação necessária entre sociedade civil e sistema político, sendo insubstituível para a constituição democrática da opinião e vontade coletiva (citado por AVRITZER e COSTA, 2004). Dentre as principais revisões feitas por Habermas nos anos 90 está a relativização da tese de que a sociedade de massa teria transformado os cidadãos de politicamente ativos e atores da cultura em simples consumidores de entretenimento e privatistas. Para ele, é preciso levar em conta o potencial crítico e de seleção do público, que é capaz de manter diferenças internas e pluralidade, ainda que sofra intensas pressões homogeneizadoras da mídia. Além disso, para ele, a fonte da legitimidade política não pode ser a vontade do cidadão individual, mas o resultado do processo de comunicação que forma a opinião e vontade coletiva.²⁷ Esse processo permite que os impulsos originados da

²⁷Para o Habermas dos anos 90, o espaço do livre para a formação da opinião pública continua sendo o motor da política democrática no sentido empírico e também normativo. O conhecimento das características desse espaço público e de suas possibilidades permite redimensionar aspectos procedimentais. O autor propõe o modelo de política deliberativa para superar as debilidades das democracias atuais. Nesse modelo, a soberania popular, como livre formação de opinião e vontade

sociedade cheguem até as instâncias de tomada de decisão. Outra importante revisão feita por Habermas nesse período foi a consideração da existência de diferentes grupos que juntos conformam a sociedade como um todo. Esses grupos, principalmente associações da sociedade civil que são desvinculadas do Estado, seriam responsáveis pela canalização das informações originadas na sociedade para os centros decisórios (AVRITZER e COSTA, 2004).

À crítica amenizada de Habermas à opinião pública, no que diz respeito aos processos da sua formação, há também os ataques de Pierre Bourdieu sobre a impossibilidade de se conhecer a opinião pública através das pesquisas quantitativas e qualitativas de opinião. Bourdieu, no texto "A Opinião Pública Não Existe" (1983), questiona três postulados dos instrumentos de pesquisa: o de que qualquer pesquisa supõe que todos os integrantes do público devem ter uma opinião sobre o tema; o de que todas as opiniões têm o mesmo valor e o de que, pelo fato de se apresentar a mesma pergunta a todos, fica implícita a hipótese de que há um consenso sobre os problemas e a respeito de que questões devem ser colocadas.

Para Bourdieu, todos os problemas propostos pelas pesquisas de opinião estão ligados a interesses políticos e isso acaba direcionando o significado das respostas. Sendo assim, as pesquisas de opinião passam a ser um instrumento de ação política e "sua função mais importante é impor uma ilusão de que existe uma opinião pública que é a soma aditiva das opiniões individuais" (BOURDIEU, 1983 p.174). Como artefato, a opinião pública passa a ter a função principal de dissimular que determinada opinião é resultado de um sistema de forças e tensões que não pode ser considerado adequado para representar o estado da opinião de fato.

Destaca-se claramente que em seu texto, Bourdieu, ao contrário dos autores tratados anteriormente, não está discutindo diretamente a existência ou a maneira como a opinião pública se conforma, mas sim os instrumentos disponíveis para

apreendê-la. Tanto que o autor afirma que "todo exercício da força é acompanhado de um discurso visando legitimar a força de quem o exerce [...] tal é o efeito fundamental das pesquisas de opinião: construir a idéia de que existe uma opinião pública unânime" (BOURDIEU, 1983, p.175). As pesquisas de opinião teriam a finalidade de gerar um efeito de consenso na sociedade, indicando determinada opinião como sendo majoritária, ainda que não fosse de fato. As respostas a essas pesquisas não poderiam ser consideradas como o espelho da opinião pública existente, porque, em primeiro lugar, é preciso considerar que nem todos têm opinião formada sobre os mesmos temas, ou seja, as taxas de não respostas não podem ser ignoradas no momento da análise dos resultados de pesquisas de opinião. As não respostas oferecem importantes informações por poderem ser anteriores à direção da opinião. Outro ponto importante apresentado na argumentação de Bourdieu diz respeito ao fato de que todas as respostas são resultados da reinterpretação das perguntas em função de interesses das pessoais às quais elas são apresentadas. "Um dos efeitos mais perniciosos das pesquisas de opinião consiste precisamente em colocar pessoas respondendo perguntas que elas não se fizeram" (BOURDIEU, 1983, p. 176). Por outro lado, é preciso considerar que as perguntas são feitas a indivíduos que vivem em grupos e com constantes relações sociais de diferentes níveis. Por isso, as pesquisas de opinião não buscam apenas as respostas individuais, mas a agregação de respostas de indivíduos que, de alguma maneira, estão se comunicando. O próprio Bourdieu minimiza os efeitos gerados pelo título do seu texto o seguinte:

O que quis dizer foi que a opinião pública não existe, pelo menos na forma que lhe atribuem os que têm interesse em afirmar sua existência. Disse que por um lado havia opiniões constituídas. Mobilizadas por grupos de pressão em torno de um sistema de interesses explicitamente formulados (BOURDIEU, 1983, p.182).

Segundo Maria José de Rezende (2004), Bourdieu está apontando para a fragilidade das pesquisas baseadas no acúmulo de opiniões que não possuem a

mesma força real, o que acaba gerando os chamados "artefatos sem sentido". Para ela, Bourdieu chama a atenção para o fato de que a problemática dominante nas pesquisas de opinião interessa essencialmente às pessoas que detêm o poder. Os organizadores de pesquisas de opinião podem formular questões que facilitem a exaltação de determinadas posturas políticas, impedindo o desenvolvimento de outras. Tais resultados, quando divulgados pela mídia não contribuiriam para um debate público que potencializaria uma maior racionalidade do público. Percebe-se claramente que os debates propostos por Bourdieu e seus comentadores estão mais relacionados com os interesses daqueles que formulam as pesquisas de opinião do que mais diretamente com a própria opinião pública. Mais uma vez, é preciso destacar que a identificação da "saliência" de temas entre os integrantes do público é desconsiderada por Bourdieu e seus comentadores.

As duas principais críticas ao conceito de opinião pública e seus estudos apresentadas até aqui mostram que em Habermas²⁸ há a impossibilidade de sua existência (antes das revisões dos anos 90) e em Bourdieu a impossibilidade dela ser apreendida, ainda que exista. Na verdade, estão baseadas em grande medida na não distinção entre público e massa. Se a opinião pública for extraída da massa realmente, ela tenderá a ser tão volátil (Habermas) que acabará se transformando em algo intangível (Bourdieu). Por isso, é fundamental uma clara distinção entre massa e público. Vale dizer que outros grupamentos sociais merecem atenção de estudos sobre a sociedade desde o século XIX, tais como a multidão e a própria sociedade.

²⁸ A exemplo do que acontece com Page e Shapiro (1992), nos textos pós-revisões dos anos 90 Habermas classifica a Opinião Pública em diferentes níveis. Ele chama de opiniões informais ou não-públicas, por um lado, e opiniões formais ou institucionalmente autorizadas, por outro. As opiniões não-públicas de Habermas se aproximam das opiniões primárias em Page e Shapiro, segundo a definição dada pelo próprio autor, são opiniões (...) "normalmente excluídas da própria discussão, como por exemplo, o posicionamento frente a pena de morte ou moral sexual, etc." (2003, p. 284). Já as opiniões formais em Habermas podem ser consideradas equivalentes às correntes de opinião em Page e Shapiro.

Em um texto chamado "A massa, o público e a opinião pública", Herbert Blumer (1971) distingue objetivamente os dois tipos de grupamentos humanos e apresenta uma definição de opinião pública como resultado do debate entre públicos e não da massa. Para ele, a massa está ligada a uma agitação coletiva, de modo que existe uma diversidade de seus participantes que possuem distintas vinculações culturais, profissionais e materiais. Ela é composta por indivíduos anônimos, com pouca interação e troca de experiências entre eles. Além disso, a organização interna da massa é frágil e incapaz de agir de forma ordenada; considerando que a origem cultural dos integrantes da massa é distinta e os interesses de cada um deles situam-se fora do âmbito específico do grupo, o que dificulta a compreensão das questões de forma ordenada (BLUMER, 1971).

Percebe-se pela definição acima que a massa é destituída de características da sociedade ou comunidade. Ela não possui organização social, costumes, tradição, regras e lideranças institucionais fortes. Além disso, na massa, o indivíduo busca atender objetivos próprios, não há cooperação, lealdade ou fidelidade entre eles o que gera um comportamento instável em função de um processo confuso de seleção das idéias. Blumer cita como exemplos de massas a corrida ao ouro e às terras do oeste norte-americana no século XIX. No Brasil, pode ser exemplo de comportamento de massa, por essa definição, os intensos processos migratórios ocorridos em meados do século XX do campo para os grandes centros urbanos e industriais. Para Blumer (1971) as massas são resultado de aglomerações de indivíduos retirados de seu convívio social em busca de objetivos individuais, o que por um lado impede a formação de uma identidade comum e relação entre os integrantes da massa; por outro, facilita a manutenção da busca por objetivos individuais.

Já o público, para Blumer, é formado por pessoas que estão, de alguma maneira, envolvidas no debate de uma questão qualquer; portanto, sempre existirá divisão entre os integrantes do público, o que gera uma constante discussão sobre o problema. Só é possível a formação do público quando há uma questão que gera

discussão e resulta em uma opinião coletiva. A existência de um comportamento coletivo específico que diz respeito a uma questão dada, leva ao fato de que o público desconsidera a tradição social ou padrões culturais, sendo tratada por meio do debate. Sendo assim, público é um agrupamento natural, espontâneo, e não preestabelecido. Ele depende do desacordo e da discussão para sua manutenção, o que leva a um tipo específico de interação por caracterizar-se pelo conflito e não pela unanimidade (BLUMER, 1971).

Se por um lado a sociedade age a partir de um padrão definido e de consenso, a massa age pela simples convergência de escolhas individuais e o público busca uma decisão ou opinião coletiva. Por isso, a opinião coletiva, que só pode ser obtida a partir da discussão pública, é chamada de opinião pública aqui. Segundo o mesmo autor, a opinião pública é um produto coletivo; logo, não constitui uma opinião unânime e pode ser diferente da opinião de qualquer integrante do grupo individualmente. Trata-se, na verdade, da tendência central fixada pela competição de opiniões antagônicas. Sendo assim, ela representa o público como um todo, possibilitando a ação em conjunto, mas que não é necessariamente baseada no consenso, pois ela é capaz de levar a uma decisão, ainda que não seja unânime.

Outra característica importante é a de que a opinião pública forma-se durante uma discussão, que possui argumentação e contra-argumentação, e, para isso, é preciso que exista o que Blumer chama de "universo de discurso", definido como a linguagem comum, compreendida e dominada por todos. Sendo assim, a formação da opinião pública exige, além da compreensão coletiva, que as pessoas estejam dispostas a partilhar experiências e fazer concessões (o que não está presente na massa), pois sem isso o público não poderá agir de forma unificada.

Os indivíduos que compõem o público podem ser divididos em dois tipos. Existem os indivíduos que pertencem a grupos de interesse e aqueles desvinculados desses grupos, chamados de desinteressados, que normalmente formam a grande maioria. Os debates e confrontos sobre temas públicos são resultado da oposição

de pontos de vista de grupos de interesse distintos. Todo grupo de interesse, quando defende determinada opinião, busca ganhar a simpatia dos espectadores desinteressados que, no início do debate, encontram-se à margem da disputa. Uma vez que determinado tema controverso entra no espaço público, os indivíduos desinteressados passam a agir como árbitros da questão, enquanto os integrantes dos grupos de interesse tentam defender suas posições. "Por isso uma opinião pública parece se situar a meio caminho entre um ponto de vista altamente emocional e preconceituoso e uma opinião inteligente e reflexiva" (BLUMER, 1971, p. 185). Os grupos de interesse usam de todos os meios publicitários disponíveis para gerar atitudes emocionais e difundir desinformação, visando beneficiar seu ponto de vista. Para Blumer, esse fato tem levado muitos estudos a desconsiderarem o caráter racional da opinião pública, enfatizando sua emocionalidade e irracionalidade. Porém, ele defende que, ao fazer uma avaliação a partir do confronto e julgamento, a opinião pública é racional, mas "não precisa ser necessariamente inteligente" (BLUMER, 1971). Isso porque o resultado a que chega o público em relação a determinado tema depende do volume de informações disponíveis sobre essa questão e a forma como elas foram apresentadas pelos grupos de interesse. Aqui entra, portanto, o papel fundamental dos meios de comunicação, pois a existência da opinião pública depende da atuação e vigência de uma discussão pública, que passa pela mídia na sociedade moderna.

Os meios de comunicação transformaram-se no principal canal de difusão de informações sobre temas públicos e de tentativas de convencimento dos indivíduos desinteressados por parte dos grupos de pressão. O problema é a existência de um limite, seja na capacidade de discussão do público, seja na difusão de informações e opiniões pelos grupos de interesse. Quando há muitas questões públicas em debate e as oportunidades para discussão aprofundada delas são limitadas, cresce a possibilidade de manipulação dos indivíduos desinteressados por parte da propaganda produzida pelos grupos de pressão.

Fica evidente que os meios de comunicação são um importante elemento constituinte do espaço público, embora não possam ser confundidos com ele, pois não são os únicos a desempenharem a função de publicização de informações e idéias entre os atores sociais desse espaço. Partidos políticos, por exemplo, conseguem permear o espaço público e servir como instrumento de difusão de idéias e opiniões. Por competirem pelo mesmo espaço, em sociedades onde os partidos políticos são melhores estruturados, eles conseguem representar melhor a demanda do público, reconfigurando-o ao mesmo tempo e reduzindo-o ao espaço de atuação dos meios de comunicação.

Em democracias como a brasileira, onde o sistema de representação política e os partidos, por conseqüência, não têm uma tradição de continuidade, sofrendo várias rupturas e adaptações aos interesses da elite política ao longo de sua história, a mídia ganha espaço e importância como mediadora de informações e opiniões na esfera pública. Há uma corrente de autores que consideram a interferência na mídia nos processos políticos extremamente negativa. As maiores críticas são dirigidas pela incoerência seqüencial e pela ordem de importância dada aos eventos políticos pela mídia. De acordo com Wilson Gomes,

Do que parece extremamente importante hoje, pode-se não mais falar depois de amanhã. Fatos, pessoas, povos e eventos aparecem na televisão e a preenchem por semanas como se tivessem saído do nada, para onde poderão retornar quando não mais produzirem audiência (GOMES, 2004 p.65).

Doris Graber (2003) vai além e afirma que, se considerarmos que os meios de comunicação possuem características muito heterogêneas, não podemos generalizar um único tipo de relação entre democracia e mídia. Isso porque a diversidade da mídia é resultado das diversidades de condições sociais, econômicas e políticas de uma sociedade democrática. "Os efeitos da mídia na política dependem de interações complexas sobre inúmeros fatores que incluem desde as instituições políticas e da mídia, até as características do cidadão individual" (GRABER, 2003, p.141). De outra forma, sem ter a mesma visão negativa da relação entre mídia e

política, afirma que ao ocupar o espaço das mediações que é próprio da política, a mídia estabelece uma nova diagramação dos espaços públicos.

No mesmo sentido, Mazzoleni (1999) diz que, para se entender a política moderna, é preciso descrever o que caracteriza seus sistemas de atuação. Ele dá ênfase à mídia, pois considera que em um sistema político, as entradas – que podem ser demandas ou expressões dos cidadãos –, na esfera estatal, são articuladas pela comunicação de massa que as canaliza em direção à arena política. Posteriormente, essas demandas podem ser convertidas em ações ou políticas públicas. Da mesma forma, as decisões tomadas na esfera estatal e que se transformaram em políticas são relatadas ao público através da mídia (MAZZOLENI, 1999). Por isso, ao mesmo tempo em que reconhece a participação central da mídia na organização da opinião pública, Mazzoleni também aponta para dois problemas gerados nos sistemas democráticos, cuja centralização do contato entre esfera estatal e esfera pública se dá por meios de comunicação comerciais. O problema está, na verdade, no fato de que, a elite política, enquanto ocupa os espaços da esfera estatal, sofre algum tipo de controle social, ainda que seja apenas através de eleições periódicas. A mídia, no entanto, não precisa fazer nenhum tipo de prestação de contas da sua atuação à sociedade, ou seja, enquanto a elite política tem sua prática pautada na manutenção de valores sociais e desenvolve suas atividades em função desses valores para continuar demonstrando possuir condições de representação política, a mídia não tem esse compromisso (MAZZOLENI, 1999, p.248). O que o autor desconsidera é a existência de controles sociais formais que não deixa a mídia totalmente livre de comprometimentos, pois em sistemas de comunicação comerciais ela é "controlada" pelo mercado que, em boa medida, também defende os valores encontrados na sociedade. O segundo problema apontado por ele está no fato de que a mídia tem a capacidade de selecionar alguns atores e temas para dar ênfase na esfera pública, negligenciando demais temas e atores.

Outro autor, Patterson (1997), antes de Mazzoleni, fez afirmações na mesma direção. Segundo ele, a mídia é um ator político autônomo, diferente de instituições políticas que visam manter os valores sociais para que a elite política permaneça no poder. A mídia tem como objetivo final difundir informações através de histórias, sem preocupação com os valores sociais (PATTERSON, 1997, p.446). No entanto, essas questões só podem ser colocadas quando a mídia passa a ter um papel central, deslocando da arena propriamente política a capacidade de mediação dos temas públicos com a sociedade, ou seja, da esfera pública para a conformação da opinião pública. A identificação desse deslocamento é importante porque a política passa a ter que se adaptar às regras da mídia, tornando inevitável o tráfego de idéias e valores políticos na esfera pública a partir da gramática midiática. Sendo assim, segundo Luhmann,

Se os meios de comunicação são lúdicos-afetivos e são espetaculares, por que devem deixar de ser assim quando tratarem de política? O discurso político midiático não é predominantemente político, mas midiático e as possibilidades comunicacionais dos meios impõem as condições para o conteúdo (LUHMANN, 2000, p.91).

Um dos comentadores de Luhmann, Jorge Pedro Sousa, lembra que a opinião pública não é inteiramente livre, mas manifesta-se em função da importância que os meios de comunicação dão aos temas políticos. Por isso, o critério está baseado na idéia de noticiabilidade. Para Sousa (2004 p.297),

esse tipo de investigação está orientada para a compreensão e avaliação dos efeitos sócio-cognitivos da comunicação social nas sociedades pós-industriais, partindo da idéia de que se precisa encontrar um novo conceito de opinião pública que se ajuste à complexa sociedade atual.

A forma como a transmissão de informações e a formação de opinião no espaço público acontece está diretamente relacionada aos instrumentos de publicização de idéias que a esfera pública tem a sua disposição. No caso brasileiro, a mídia comercial, que tende à neutralidade, tem sido o principal canal de acesso do cidadão

comum às informações necessárias para dar início ao debate público, a partir do qual será formulada, então, a opinião pública.

É indiscutível que o crescimento da tecnologia de comunicação de massa a partir do século XIX tenha gerado mudanças profundas na forma de construção dos discursos e até mesmo das práticas políticas que são voltadas ao público. É provável que exista uma relação direta das alterações de conteúdos com as mudanças sociais vividas nos dois últimos séculos; porém, a forma do discurso político teve que ser adequada às novas modalidades narrativas dos jornais, rádio, televisão e, mais recentemente, da internet. Essa forma de publicizar um discurso político aproxima-se da narrativa argumental ou novelada, como citado por Fermín Bouza (1998), acrescentando aos elementos políticos tradicionais algumas características literárias típicas de narrativas mitológicas como heróis, tragédias, frustrações, além de finais felizes ou dramaticamente infelizes.

É preciso considerar ainda que a retórica da política na era midiática também apresenta fundamentos não próprios dos meios de comunicação. Esses fundamentos estão ligados diretamente às características da sociedade em que eles se inserem. Ainda que os meios de comunicação consigam impor uma gramática própria para o discurso político, é um equívoco debitar na mídia a responsabilidade exclusiva pelos complexos fenômenos sociais que permeiam as relações entre os indivíduos e grupos políticos de uma democracia. A realidade é muito mais ampla que a capacidade da mídia em retratá-la a seu modo (BOUZA, 1998). Sendo assim, o conceito de opinião pública só será formulado de maneira completa se levar em consideração a forma como os conteúdos são veiculados na esfera pública. A discussão de Luhmann, antecipada na citação acima, será aprofundada no próximo capítulo, quando se trata da formulação de um conceito de opinião pública mais próximo daquilo que importa ao trabalho. Porém, este não será completo se desconsiderar a forma dada aos conteúdos informacionais sobre os quais se trava o debate público entre elite e massa.

CAPÍTULO 3

EM BUSCA DE UM CONCEITO DE OPINIÃO PÚBLICA

A teoria científica apresenta-se como um programa de percepção e de ação só revelado no trabalho empírico(...) Teoria é uma construção provisória elaborada para o trabalho empírico e ganha menos com a polêmica teórica do que com a defrontação com novos objetos.

(Pierre Bourdieu, 2003)

Aqui, pretende-se aprofundar a discussão anterior sobre participação da sociedade na esfera política a partir da esfera pública. O capítulo está dividido em três tópicos. No primeiro, apresentam-se sumariamente os passos históricos que o conceito de opinião percorreu desde a antiguidade grega até o final do século XX. Em seguida, faz-se uma discussão sobre o conceito teórico atual que servirá de base para a variável analítica, justificando a definição. Por fim, apresenta-se o modelo extraído do trabalho de Page e Shapiro, o qual serve de base para testar as hipóteses dos autores norte-americanos, aplicando-o à opinião pública brasileira.

3.1 ORIGENS E TENDÊNCIAS DO DEBATE SOBRE OPINIÃO PÚBLICA

O início do debate sobre opinião pública remete à antiguidade. Platão não considerava importante o papel do cidadão comum na política. Para ele, o povo era incapaz de compreender o funcionamento do governo, e o governante não deveria se preocupar com as reivindicações. Assim, a opinião pública não era considerada essencial para o bom funcionamento do governo. A *doxa* platônica representa o mais baixo nível de conhecimento, identificada como uma forma de semi-ignorância, baseada em ambigüidades que são consideradas reais pelo cidadão comum. Enquanto a ciência se ocupa do ser, a opinião se preocupa com a sombra. Para

Platão, o público é o grande sofista (MUÑOZ-ALONSO, 1992, p.24), pois aparece aqui um vínculo entre opinião e povo despreparado. Essa conexão vai perdurar através dos séculos, dando início a uma interpretação pessimista e pejorativa da opinião pública que chega até nossos dias.

A distinção entre esfera pública e privada se obscurece durante os primeiros séculos da Idade Média, apesar de que o consentimento popular, junto da moderna opinião pública, tenha uma importância decisiva e crescente, ainda que esse consentimento não seja tanto um ato de vontade, mas o reconhecimento de que o direito existe e as leis são respeitadas. Para Thomas Hobbes, um dos principais teóricos do absolutismo, a opinião pública deve ser condenável por introduzir no Estado um germe de anarquia e de corrupção (HOBBS, 1999). Sendo assim, primeira reivindicação clara de autonomia da opinião pública só se dá de maneira estruturada no pensamento liberal.

Porém, antes dos liberais, Maquiavel (1997) concluiu que a opinião pública poderia ser útil aos interesses do governante e ao bem comum do Estado. Ele foi o primeiro a dar uma feição pragmática ao uso da opinião pública como instrumento para alcançar e manter o poder, pois sugere que a opinião pública pode ser manipulada ou acomodada, mas nunca ignorada. Praticamente em todo "Príncipe" é possível encontrar elementos de uma ciência da opinião e propaganda e até rudimentos de relações públicas que devem ser tomadas por um governante precavido. No capítulo IX, Maquiavel considera a reputação como elemento importante para adquirir o poder. Já no capítulo XVIII, depois de afirmar que o príncipe não deve se preocupar em ser infiel a suas promessas, porém, torna-se fundamental esconder a natureza de suas ações, transformando-se em um grande simulador e dissimulador (MUÑOZ-ALONSO, 1992, p.29). É interessante perceber que Maquiavel, autor preocupado com a imagem do Príncipe e um teórico da monarquia absoluta, leva em consideração a opinião pública com uma visão pejorativa inaugurada pelos gregos. Até o final do século XVIII, a opinião pública não é valorizada, devendo ser levada

em conta apenas em função de sua utilidade como, por exemplo, para quem deseja se manter no poder. Maquiavel também não a considera como geradora de posições sociais consistentes a respeito das questões do Estado.

Já para Rousseau, a opinião pública expressa juízos morais, mas tais juízos estão de acordo com a política e com os canais institucionais por meio dos quais se exprimem. Há, no contrato social, portanto, uma revalorização da instituição da censura, sendo o censor o ministro da lei da opinião pública (ROUSSEAU, 1999).

Por outro lado, é nos primeiros séculos da Idade Moderna, e apesar do regime monárquico absolutista que imperava em quase toda Europa, que se criaram condições para a existência de uma opinião pública autônoma a respeito do poder político. Ao mesmo tempo em que os governantes passavam a ter consciência de que necessitavam da opinião e da reputação como fundamento de seu poder. Nesse período reaparece, então, uma distinção nítida entre o público e o privado (MUÑOZ-ALONSO, 1992, p.32).

Com o Renascimento, a ênfase no indivíduo e em sua razão dá aos pareceres individuais – ponto de vista exposto racionalmente – um valor que não tiveram no universo medieval, baseados em critérios de autoridade e enfoques dogmáticos. A passagem do teocentrismo medieval para o antropocentrismo moderno oferece uma das principais condições para a consolidação da opinião individual, ultrapassando o monolitismo ideológico da Idade Média, substituído por um pluralismo de fato que, por sua vez, originou a opinião pública.

A idéia da existência de uma opinião pública consistente e coerente, como defendida por Page e Shapiro (1992), aparece inicialmente no Iluminismo, sendo impulsionada pelos pensadores liberais. Entre eles, John Locke foi o primeiro a falar de uma lei da opinião ou reputação que é uma verdadeira lei filosófica: ela é a norma das ações, serve para julgar se os atos públicos são virtuosos ou viciosos. Para ele, ao formar a sociedade política, os homens abdicaram de seu poder individual em favor do poder político, do uso da força contra os concidadãos, mas mantiveram intangível

o poder de julgar a virtude e o vício, além da bondade e da maldade de suas ações. Na estruturação do Estado liberal, há uma radical distinção entre a lei moral, expressa pela opinião pública, e a lei civil, expressa pela assembléia representativa (LOCKE, 2002).

Os pensadores liberais ingleses e franceses dão continuidade ao pensamento de Lock com Burke, Bentham, Constant e Guizot, acrescentando a função política da opinião pública, tornando-a intermediária entre o eleitorado e o poder legislativo, por exemplo. A opinião pública tem por função permitir a todos os cidadãos uma ativa participação política, colocando-os em condições de poder discutir e manifestar as próprias opiniões sobre as questões de interesse geral. Apesar do tema ser ainda recente na literatura política nacional, a teoria social brasileira tem-se ocupado dele há pelo menos três décadas.

O conceito de opinião pública obteve um novo *status* após o iluminismo e a partir dos escritos de John Locke sobre a lei da opinião como forma de controle do Estado, mas, em seguida, a primeira redesvalorização da opinião pública aparece em Hegel. Para ele, trata-se da manifestação de juízos, opiniões e pareceres de indivíduos a respeito de interesses comuns, sendo possível defini-la apenas como fenômeno, que possui uma generalidade meramente formal, incapaz de atingir o rigor da ciência. A sociedade civil, onde surge a opinião pública, seria um conjunto anárquico e antagônico de tendências que não elimina as desigualdades. Sendo assim, de interesses particulares não se pode chegar à universalidade.

A própria geração de liberais que sucedeu Constant começou a temer que a opinião pública não fosse tão incorruptível como se acreditava até então, pois, de acordo com Kant, o perigo da corrupção não vinha tanto do governo, mas da própria sociedade, através do despotismo da maioria ou do conformismo da massa. Kant tratou de modo sistemático a função da opinião pública no Estado Liberal, mesmo sem ter usado esse termo, pois ele fala sobre a "publicidade" ou o "público". Perguntando a si mesmo o que é iluminismo, responde que consiste em fazer uso da

própria razão em todos os campos. Antes de tudo, quem deve esclarecer o povo sobre seus direitos e deveres não podem ser oficiais designados pelo Estado, mas livres cultores do direito, filósofos: aqui, na desconfiança para com o Governo, pronto sempre a dominar, fica clara a distinção entre política e moral, além da autonomia da sociedade civil, composta por indivíduos racionais, frente ao Estado.

A crítica mais contundente à existência de uma opinião pública coerente é a que considera que, em uma sociedade complexa, essa opinião deixa de ser espontânea e racional – como postulada pelo liberalismo – para ser artificial, construída externamente às esferas da sociedade livre, além de ser manipulada, principalmente pelos meios de comunicação nas sociedades modernas (AMARAL, 2000). Essa crítica está presente em Pierre Bourdieu (1983) e em Patrick Champagne (1998). Considerando a informação como um bem de consumo, ela também é um produto consumido desigualmente. Sendo assim, se constituiria em uma "fantasia liberal" sobre a existência da opinião pública em uma sociedade manipulada por um sistema de comunicação que transita do oligopólio ao monopólio, fazendo com que interesses particulares suplantem as demandas gerais da sociedade. O debate sobre a existência ou não de uma opinião pública autônoma é superado no trabalho de Page e Shapiro, pois eles distinguem a opinião pública primária da secundária. Nesse sentido, a opinião de que trata Bourdieu, Champagne e os críticos que os seguem não poderia ser estruturada e consistente, visto que se trata de opiniões secundárias que, por natureza, sofrem influência de fatores conjunturais.

Já usando técnicas de amostragem e pesquisas de opinião, Angus Campbell, no livro *The American Voter*, faz críticas à suposta sofisticação do eleitorado. Ele afirma que

A opinião pública aparentemente não tinha uma estrutura lógica geral; existia uma correlação muito frágil entre termos que presumivelmente estavam correlacionados e as crenças sobre determinados temas não eram estáveis ao longo do tempo (CAMPBELL et al., 1964, p. 76).

A conclusão, a partir de dados de *survey*, foi que o eleitor norte-americano é quase completamente incapaz de julgar a racionalidade das ações do governo, ou seja, de formar uma opinião pública coerente e racional. Enquanto o trabalho de Campbell indica que a opinião do eleitor norte-americano sobre políticas públicas não é consistente, Page e Shapiro (1992) criticam essa conclusão, mostrando que a maioria das opiniões sobre políticas públicas mantêm-se ao longo do tempo, enquanto outras apresentam mudanças consistentes com alterações sociais ou de rupturas ideológicas.

Uma retomada dos princípios liberais clássicos sobre a opinião pública é encontrada nas análises realizadas por Page e Shapiro no início dos anos 90, nos Estados Unidos, com base em dados de seqüências históricas que permitem afirmar

Que: (a) as preferências sobre política pública do coletivo norte-americano são reais, conhecidas, diferenciadas, modeladas e coerentes; (b) que as preferências sobre políticas públicas geralmente são estáveis e quando mudam isso ocorre em função de fatores compreensíveis e previsíveis; (c) que os cidadãos não são incapazes de conhecer seus próprios interesses ou o bem comum; (d) que o público geralmente reage a situações e informações novas de modos sensatos e razoáveis; (e) que a falta de informação disponível aos governantes sobre a opinião pública faz com que os governos não respondam a ela (PAGE e SHAPIRO, 1992, p.383-394).

Como se vê, o debate conceitual histórico sobre opinião pública, principalmente o mais recente, apresentado por Page e Shapiro, acontece em torno de três possibilidades a respeito do seu comportamento: oscilação randômica, manutenção ao longo do tempo ou mudança consistente (que pode ser gradual ou abrupta). Como se afirmou no início, este trabalho não tem como objetivo traçar a origem da opinião pública brasileira, mas a de mostrar se há consistência entre as opiniões ao longo do tempo. Nesse sentido, procura-se identificar os padrões de comportamento das opiniões, tendo como controle interno a persistência ou mudança de padrões de opiniões e como controle externo os próprios acontecimentos da esfera pública, ou seja, externos ao mundo privado dos cidadãos, tais como grandes fatos da história política e social, no mesmo período, para explicar possíveis mudanças.

Ainda que de maneira indireta, existe na literatura política brasileira um início de discussão sobre o papel da opinião pública nos processos políticos, principalmente aqueles ligados às formas de representação. No Brasil, a partir dos anos 70, já com o uso de pesquisas quantitativas, entra na agenda dos pesquisadores a necessidade de estabelecer, primeiramente, um perfil do eleitor. Foi a partir desses trabalhos que o tema opinião pública passou a ser tratado, ainda que marginalmente, nos estudos nacionais da ciência política. Essas pesquisas iniciais constatavam baixos níveis de informação política no eleitor médio e por isso ele é visto como sendo amorfo, com pouca participação política e quase nenhuma capacidade de conscientização. Parece que fatores de natureza conjuntural seriam mais importantes para conformar as predisposições eleitorais do brasileiro e, por conseqüência, para uma parte importante da opinião pública. Fica evidente que isso acontece porque o instrumento de coleta de dados só permite ter informações em momentos específicos, que são influenciados por questões conjunturais – tais como as campanhas eleitorais. No entanto, essas análises mostram-se incompletas quando voltadas para a questão da opinião pública, pois ela vai além das influências conjunturais.

O problema para o debate sobre opinião pública na ciência política brasileira é ele não ter sido, até aqui, infelizmente, um objeto em si de estudos. Trabalhando mais sobre temas gerais como os da ordem institucional, do autoritarismo, da dominação, da democracia e do voto, autores como Victor Nunes Leal, Assis Brasil, Oliveira Vianna, Gilberto Freire, Octávio Ianni, principalmente, tratam do público, das massas, dos eleitores, das classes sociais e do papel da opinião pública indiretamente. Mais recentemente, através dos estudos sobre eleições, voto e sistema partidário, o debate sobre a gênese da opinião pública no Brasil começou a ganhar corpo. Entretanto, tais estudos ocupam-se mais do comportamento eleitoral do que propriamente da formação da opinião.

3.2 O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE OPINIÃO PÚBLICA

Tratar do conceito de opinião pública não é simples, visto não existir ainda uma base conceitual consolidada. Em 1968, Victor O. Key (p.17) dizia ser impossível falar sobre opinião pública por se tratar de uma tarefa muito difícil. Na mesma época Philip Davison dizia que uma definição geralmente aceita de opinião pública não existia, embora o uso do termo à época fosse crescente (DAVISON, 1968, p.188). Para Jorge Luis Dader (1990), um enfoque sistêmico-estrutural sobre opinião pública, apresentado por Otto Baumhauer, tem um rendimento significativo para a ciência política. Segundo Dader, para Baumhauer, a opinião pública não pode ser considerada algo estático, mas um fenômeno sujeito a transformações constantes em diferentes contextos sociais. Sendo assim, diz que

Para Baumhauer, trata-se de um sistema aberto porque é um sistema psicosocial de opinião pública que equivale a um ciclo com três momentos: uma recepção de informação; a transformação da informação recebida, e; a produção de opiniões compartilhadas com integrantes de grupos sociais mais ou menos numerosos (DADER, 1990, p.191).

Seguindo essa conceituação, é preciso diferenciar o primeiro e o terceiro momento, caso contrário seriam o mesmo ponto de um ciclo que se completa. Baumhauer faz a distinção a partir das idéias de clima de opinião e corrente de opinião, para identificar cada um dos pontos extremos indicados acima. Para ele, clima de opinião consistiria em um conjunto de informações e idéias prévias, incluindo opiniões preexistentes, que, a partir de algum elemento incentivador, geram uma nova discussão pública e condicionam as correntes de opinião ou novas opiniões elaboradas. Já a corrente de opinião se diferencia do momento anterior, indeterminável, pelo fato de se mostrar altamente reconhecível como um grupo organizado de uma expressão manifesta através dos principais meios de comunicação pública (DADER, 1990).

Um conceito contemporâneo, mas um pouco diferente do apresentado por Baumhauer, é o de Elisabeth Noelle-Neumann (1974). Para ela, a opinião pública é

muito parecida com a idéia de consenso básico existente em uma sociedade, sem significar que se trata de uma espécie de pacto social racional ou conscientemente acordado. Pelo contrário, ela surge de maneira espontânea e em todos os casos consegue atingir a todos os indivíduos, pois o princípio básico da psicologia humana é o medo de sentir-se isolado do resto do grupo. Isso não significa que opinião pública, para ela, seja uma opinião majoritária ou unânime. Noelle-Neumann afirma que podem existir várias correntes de opinião sobre o mesmo assunto. Como característica básica da opinião pública, ela apresenta que são aquelas opiniões pertencentes ao terreno da controvérsia, que podem ser expressas em público sem se isolar dos demais.

Habermas também contribuiu para o conceito de opinião pública, além da atenção específica que deu para a esfera pública. Ao tentar resumir um conceito de opinião pública relacionada ao conceito de esfera pública, tratado no capítulo 2, Habermas (1981) indica que essa opinião pode significar duas coisas diferentes. Ela pode ser uma instância crítica dos cidadãos privados que participam de processos de comunicação racional, tendo como interlocutores os integrantes da esfera estatal, tais como representantes de instituições políticas, por exemplo, em que há uma possibilidade real da realização de um debate público, aberto e democrático. Essa é a opinião pública ideal ou paradigmática. Porém, a esfera pública também pode ser uma instância meramente receptiva, em que os indivíduos isolados e sem possibilidade de comunicação real com os representantes de instituições políticas, reaja apenas aclamando, enquanto os representantes usam esse espaço para a divulgação manipulativa das mensagens (citado por DADER, 1990, p.199). Essa segunda definição é chamada de opinião manipulada. Para Habermas, é possível encontrar no espaço público as duas formas de relação entre integrantes do público

e representantes de instituições políticas, os chamados notórios, mas lamentavelmente tende a predominar a segunda definição, a receptiva, por uma série de motivos.²⁹

Outro autor do século XX que propõe uma definição conceitual para a opinião pública, é o sociólogo alemão Niklas Luhmann (2000), para quem a opinião pública é tão básica e imensa quanto a estrutura temática da comunicação política. Por considerar a importância da estrutura dos meios de comunicação na definição de opinião pública, o conceito de Luhmann é tido como institucionalista, ao contrário de Habermas e Noelle-Neuman. Segundo os dois últimos, a opinião pública deixa de ser o resultado da discussão racional de temas de interesse público pelos integrantes da sociedade civil, para passar a ser a coincidência efêmera que leva em consideração alguns assuntos mais relevantes que outros. Sendo assim, o fenômeno refere-se à coincidência da atenção geral e não ao tema, suas características ou a instituição que o suscita (citado por DADER, 1990, p.209). De acordo com Luhmann, opinião pública é a conversão do sistema político e social de maneira transitória e parcial; porém, essa transformação não é controlada pelas regras de tomada de decisão, que são racionais, mas pelas regras da atenção e curiosidade. São estas últimas que vão definir os temas que alcançarão o ponto de discussão.

Como demonstrado até aqui, durante toda a história do conceito e mesmo entre os autores que trataram mais recentemente da opinião pública, o tema passou a ser entendido de vulgar, comum ou majoritário, transformando-se em opinião popular com repercussão política na forma de vontade geral, ou ainda, um conjunto de opiniões coletivas organizadas, de autoridade moral na sociedade estabelecida ou discutida, com consenso social básico, representação institucional de várias opiniões; chegando até a opiniões sobre temas concretos ou um conjunto de

²⁹Como se pode perceber, em ambas definições de opinião pública apresentadas por Habermas não se considera a relação comunicacional, seja racional ou manipulativa, entre cidadãos comuns. Ele sempre está tratando do tipo de comunicação que se dá entre os notórios e o cidadão comum.

opiniões divulgadas pela mídia (DADER, 1990, p.187). Algumas das definições sumariadas acima são, inclusive, contraditórias; portanto, é preciso definir um conceito de opinião pública que será transformado na segunda parte deste trabalho em variável empírica, permitindo a análise desse fenômeno tão controverso na prática. Sendo assim, conceitualmente, para este trabalho, a opinião pública é pública em um duplo sentido. Primeiro, porque ela surge do debate público e, segundo, porque seu objeto é qualquer coisa, desde que seja de domínio público.

A opinião pública que interessa aqui é uma opinião sobre assuntos que dizem respeito à nação ou a outro agregado social, expressa de maneira livre por homens que estão fora do governo, mas que reclamam o direito de que suas opiniões possam influenciar ou determinar ações governamentais (BOBBIO, 1991).

Para Lane e Sears, uma das principais funções da opinião pública é oferecer suporte a determinado regime político estável. É essa opinião que oferece uma efetiva legitimidade ao sistema político e no qual inexistente legitimidade, o descontentamento pode ser expresso por uma forma específica de apatia que é a alienação política destrutiva e irracional (LANE e SEARS, 1964, p.2).

A elaboração de um conceito ou teoria da opinião pública tem início formalmente no final do século XVII e segue até a primeira metade do século XIX. Nesse período, multiplicavam-se as reflexões sobre o que é a opinião pública, especialmente sobre seu papel na nova ordem política. Era baseada no poder limitado, dividido, na garantia dos direitos, da liberdade do indivíduo e na publicidade da ação política. Esta, então, fica submetida à vigilância dos cidadãos, ou seja, da opinião pública. Apesar de o conceito de opinião pública ter ainda nos nossos dias uma formação intelectual inacabada, o fenômeno a que se refere o conceito supõe alguns comportamentos coletivos e uma determinada atitude a respeito de quem exerce o poder. É, na verdade, um fenômeno tão antigo quanto a própria sociedade humana.

Grande parte da discussão sobre a opinião pública nas democracias contemporâneas deriva do fato de ela ser considerada como influência legítima ou

não nas decisões de governo. A literatura a respeito do tema mostra que existe uma crítica contundente em se considerar a opinião pública para a tomada de decisões governamentais, visto que haveria uma "irracionalidade" nas manifestações da opinião, uma vez que ela oscilaria de forma randômica ou em função de influências conjunturais. Sendo assim, não serviria para direcionar decisões de políticas públicas. Essa tradição de pensamento nasce em Platão e resiste até hoje através de afirmações sobre a inexistência de uma opinião pública, conforme tese defendida por Angus Campbell, Pierre Bourdieu e Patrick Champagne. Para debater essa teoria, pesquisadores norte-americanos Benjamim Page e Robert Shapiro desenvolveram uma metodologia de análise do comportamento da opinião pública norte-americana ao longo de 50 anos, conseguindo identificar consistências na manutenção ou mudanças da opinião pública norte-americana a respeito de temas de políticas públicas. Isso indica não apenas a existência de uma opinião pública estruturada, como também a pertinência dos governos em levá-la em consideração antes de tomar decisões.

A análise da opinião pública pela literatura internacional indica atualmente a existência de uma elaboração conceitual bastante avançada. Desse conceito constam duas dimensões principais:

- a) Direção, já que uma opinião tem direção quando inclui alguma qualidade emocional de aprovação ou desaprovação a respeito de algo, e;
- b) Intensidade, visto que as pessoas pensam mais sobre algumas de suas opiniões do que em relação a outras.

O primeiro elemento identificado em uma opinião é a direção, pois tanto individualmente quanto do ponto de vista coletivo, são produzidas disposições gerais no sentido de adesão ou rejeição a uma idéia, com respostas positivas ou negativas. Além do direcionamento da opinião, os indivíduos sentem-se mais interessados e aptos a formularem opiniões sobre alguns temas em detrimento de outros. Essa característica diz respeito à dimensão da intensidade. As diferentes intensidades,

quando estáveis ao longo do tempo, também servem para indicar uma maior lealdade dos indivíduos ao grupo a que pertencem, pois eles permanecem discutindo e apresentando opiniões sobre temas mais relevantes ao grupo.

Ao se conhecer a direção e a intensidade da opinião individual, é possível não apenas posicionar um indivíduo ou grupo em relação à opinião geral, mas também determinar a relação dos padrões individuais com o padrão coletivo, além de identificar a própria opinião pública a partir dos agregados de direções e intensidades. De maneira geral, Lane e Sears mostram que pessoas com maior nível educacional tendem a apresentar opiniões mais consistentes sobre temas congêneres. No entanto, as duas dimensões de todas as opiniões individuais, que darão origem à opinião pública, são influenciadas pelo contexto em que ela é formada – independente do nível educacional do cidadão. Esse contexto, por sua vez, é composto pelos seguintes elementos:

- a) Estabilidade, que diz mais respeito ao portador da opinião do que à própria opinião. A estabilidade garante a manutenção da intensidade e direção ao longo do tempo. Quando ela não está presente, esses dois fatores sofrem modificações;
- b) Conteúdo informacional, pois as opiniões são formuladas e sustentadas por maior ou menor grau de informações disponíveis ao indivíduo a respeito do tema em questão;
- c) Organização, que demonstra a capacidade de uma opinião em se integrar ou não a opiniões a respeito de outros assuntos importantes;
- d) Consistência, tem relação com a organização, pois quanto maior o grau de consistência interna de uma opinião, melhor será a organização de um *cluster* de opiniões;
- e) Componente político, que está relacionado à questão da inconsistência de uma opinião pessoal sobre determinado assunto em função de

diferentes situações de estímulo. Esses estímulos são chamados de componentes políticos da opinião (LANE e SEARS, 1964, p.14-16).

Como o indivíduo formula opiniões sobre diferentes temas e as mantém ao longo do tempo, é possível que algumas delas apresentem inconsistências em relação às outras. Uma das explicações para isso é a de que as pessoas formulam suas opiniões em função de diferentes condições sociais. Como nem todas as condições mudam ao mesmo tempo, algumas opiniões podem acompanhar as transformações de maneira mais rápida, enquanto outras permanecem praticamente estáveis. Essa explicação diz respeito aos motivos externos ao indivíduo para a mudança de opinião. Existem, no entanto, motivações internas, das quais se tratará mais adiante.

Uma vez identificadas as principais características intrínsecas da opinião, os geradores de mudanças consistentes da opinião pública podem ser agrupados em dois grandes grupos. O primeiro é de caráter individual, gerado por auto-reflexão; o segundo é de caráter social, definido aqui como rupturas ideológicas. Quando ocorrem, as rupturas resultam em mudanças na opinião pública, tal como aconteceu com a opinião pública norte-americana sobre os direitos civis e de minorias após os anos 50, quando os movimentos a favor dos direitos das mulheres e dos negros conseguiram incluir esse tema na agenda de debate público, modificando comportamentos da elite política e das massas. Quando a ruptura ideológica se dá em uma democracia, as transformações na opinião são o resultado do debate entre elite e massa. Identificar esse debate, correlacionando-o aos momentos de significativas mudanças de opinião, torna-se necessário para explicar as rupturas. Essas rupturas ideológicas só são possíveis porque apesar dos líderes políticos e autoridades serem respeitadas popularmente e receberem obediência do público, os mesmos integrantes desse público podem reservar algumas qualidades de independência e autonomia.

As pessoas podem não fazer parte de um partido político ou grupo que represente seus interesses, mas ser um participante crítico; assim como alguns podem ser intensamente interessados e outros pouco interessados,

mas todos terão algum tipo de interesse e valores a serem apresentados e defendidos (LANE e SEARS, 1964 p.18).

Interesse e participação implicam, no entanto, em responsabilidades na busca de informações para formular e reformular (quando necessário) as opiniões. Além de ter acesso às informações, o indivíduo precisa ter condições para interpretá-las e aplicar essa interpretação a problemas específicos. Por isso Lane e Sears consideram mais importantes capacidades individuais de interpretação da realidade do que as próprias fontes de informação de massa para a construção da opinião. Eles ressaltam que as primeiras opiniões dos indivíduos são formadas na infância, sob influência exclusiva dos pais e, muitas vezes, essas opiniões iniciais servem de matriz para a formulação de novas opiniões até em pessoas com idade avançada. Além disso, a disponibilidade individual para reformulação de opiniões já construídas também varia ao longo do tempo. Nas palavras dos autores citados

Está relacionada à opinião pública um padrão histórico de mudança nas opiniões individuais, que apresenta diversas forças. As crianças tendem a aceitar os sentimentos de seus pais com muita facilidade, mas conforme vão envelhecendo os indivíduos passam a adotar posturas mais conservadoras. É, portanto, no período entre a adolescência e a idade adulta, que se encontram as maiores possibilidades de inovação ou mudança de opinião, pois nesse período os indivíduos encontram-se mais ativamente em contato com professores, colegas de trabalho, líderes políticos, personalidades, que podem influenciar suas posições (LANE e SEARS, 1964, p.30).

Espera-se que pelo menos uma parcela dos integrantes da sociedade esteja disponível para rever suas opiniões em determinado momento. Dessa forma, trata-se de um equívoco bastante comum acreditar que, pelo menos em parte, a opinião pública não é capaz de reagir a mudanças em situações sociais específicas. No entanto, também é preciso considerar que as mudanças nos filhos e mais jovens são mais rápidas que as percebidas nos pais ou nas pessoas com idade mais avançada.

As fontes de influência na opinião individual, além da difusão de informações pela mídia, podem ser divididas em três grupos. O primeiro é chamado de grupo primário, visto que as relações entre os indivíduos acontecem face a face. São a

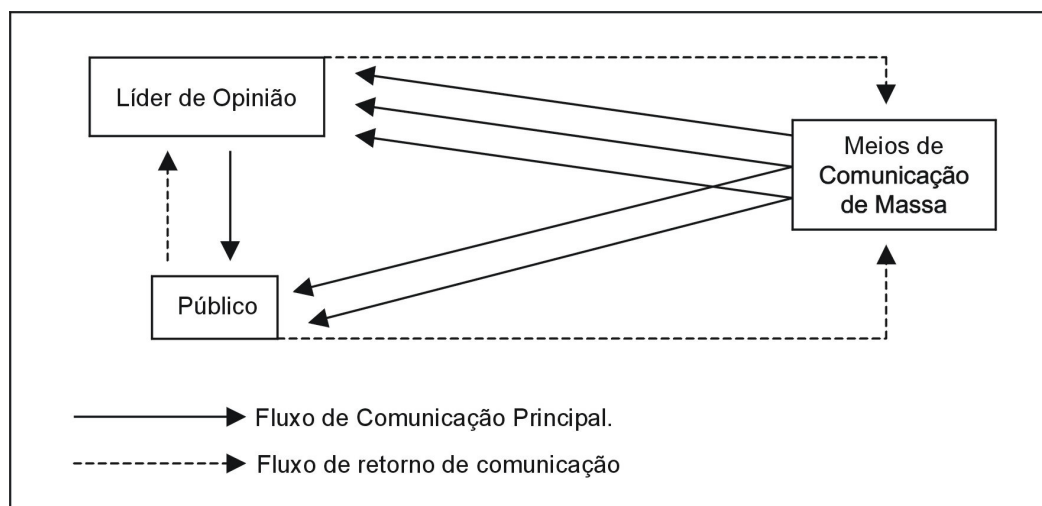
família, colegas de trabalho e outros. Quando a relação face a face entre quem emite uma mensagem ou opinião e quem a recebe é rara, trata-se de um grupo secundário, podendo ser um sindicato, um partido político, uma entidade representativa de segmento social, etc. O outro grupo é chamado de terciário, não sendo constituído de uma organização formal entre seus membros que se identificam como participantes do mesmo grupo por pertencerem a uma mesma categoria. Pode ser uma comunidade, uma região geográfica, uma classe social ou simplesmente ser um homem ou uma mulher (LANE e SEARS, 1964, p.34).

A identificação das diferenças entre os grupos é importante, pois elas representam distinta intensidade nos processos de influência para a mudança de opinião. Essa mudança pode ser estimulada através da comunicação direta entre integrantes de um mesmo grupo, quando, por exemplo, um colega de trabalho transmite uma nova informação com a intenção de convencê-lo a mudar de opinião a respeito de determinado tema público. Outra forma de influência a favor da mudança de opinião se dá pela persuasão massiva, feita por um dos integrantes do grupo a um número maior de indivíduos, como por exemplo, durante o discurso de um líder político aos integrantes do diretório de seu partido em uma convenção partidária.

Existe também uma terceira forma de influência para a mudança de opinião. Ela se dá através de pontos de referência que ajudam os indivíduos a reformularem suas opiniões, embora ninguém, individualmente, tenha tentado modificar suas posições a respeito de um tema público. Isso acontece quando as normas de um grupo servem como ponto de referência ao indivíduo. Nesse caso, o coletivo é chamado de grupo de referência (LANE e SEARS, 1964).

Percebe-se que a ênfase na análise da formação e alteração da opinião pública dada pelos autores está centrada nas relações interpessoais diretas, relegando a um segundo plano a mídia como provedora de informações públicas e como grande influenciadora das opiniões individuais. De qualquer maneira, a evidência de desempenho na função de provedor de informação dos líderes de

opinião reforça a idéia de uma interrelação entre os meios de comunicação, os indivíduos portadores de características exemplares e o próprio público que, através de uma complexa relação permite o fornecimento de informações à opinião pública, como demonstra o quadro esquemático a seguir. Ele é adaptado do modelo de Dumazeider sobre a função dos líderes de opinião nos fluxos de comunicação social (CORRÊA, 1993, p.27).



QUADRO 3.1 - MODELO DE FLUXOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ADAPTADO DE DUMAZEIDER

No esquema de Dumazeider, os líderes de opinião desempenha um papel fundamental pois servem de intérpretes às mensagens emitidas pelos meios de comunicação de massa para boa parte do público e também são exemplos que estimulam a participação do cidadão comum no debate público. Esse predomínio dos grupos e líderes de opinião na literatura recente sobre processos de formação de opinião pública é percebido porque os autores, ao tratarem dos integrantes de grupos públicos, pensam primeiramente naqueles indivíduos com atividade direta e mais intensa na política, tais como políticos, dirigentes públicos, parlamentares, burocratas. Os demais, chamados de público geral apresentam um interesse menor, possuem um volume de informações também pequeno e, por isso, estão mais suscetíveis aos processos persuasivos dos meios de comunicação de massa,

contribuindo para a formação e mudança da opinião pública. Uma questão relevante é a fonte, que em qualquer situação de persuasão, seja ela mídia ou outro indivíduo em uma relação pessoal, "sempre tenta persuadir alguém a adotar determinada posição" (LANE e SEARS, 1964, p.44).

Este trabalho parte do princípio de que a opinião pública não é capaz de promover mudanças em si mesma, visto que ela é o resultado dos agregados de alterações nas opiniões particulares. Além disso, as mudanças nas opiniões individuais acontecem a partir de uma complexa matriz que envolve direção, intensidade, contexto, organização e bases informacionais (não necessariamente originárias da mídia). Os processos de influência a favor da transformação de opiniões individuais apresentam, portanto, três componentes básicos:

1. Opinião do indivíduo que está sendo influenciado;
2. Avaliação que este indivíduo faz da fonte de influência, e;
3. Percepção que ele tem da posição da fonte de influência.

Se a opinião do indivíduo não for intensa; se ele confiar na fonte de influência e se identificá-la em uma posição próxima à sua, formam-se as condições para a mudança de opinião. No entanto, existe uma série de razões para que uma pessoa apresente resistência a mudar de opinião. Isso pode se dar pelos seguintes fatos: quando a opinião já foi testada na realidade e aprovada; quando existe algum tipo de autoridade na fonte originária da opinião que impeça a mudança; quando a opinião é ancorada nos mesmos valores que os apresentados pelos membros do grupo de referência; quando o indivíduo usa a opinião para sustentar publicamente uma posição; quando a opinião desempenha uma função social, econômica ou psíquica para o indivíduo, também dificultando o processo de mudança (LANE e SEARS, 1964, p.54).

Ainda que as relações inter-pessoais, através dos três tipos de grupos, são consideradas mais importantes para a influência direta da formação da opinião pública, ainda assim os autores consideram que os indivíduos buscam a mídia para se informar sobre temas públicos e interpretar o debate público devido a outras

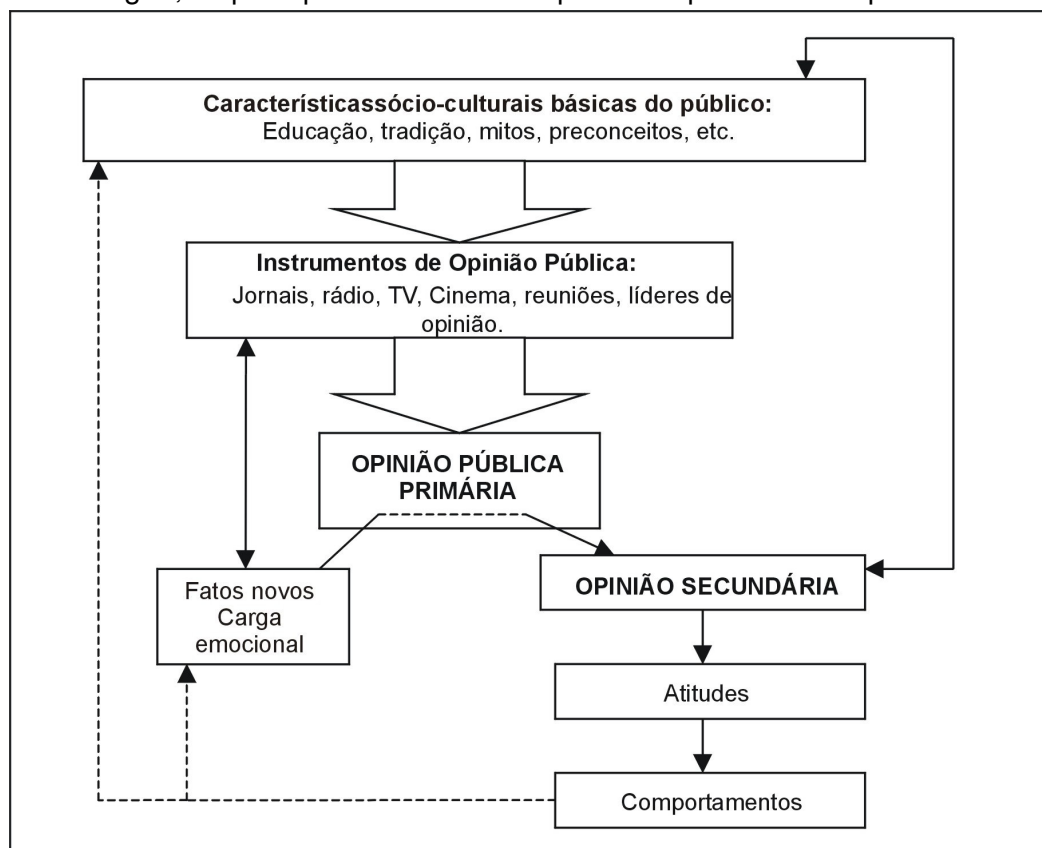
funções inerentes aos meios de comunicação, tais como servir de uma ferramenta para transmissão de informações à sua vida cotidiana; servir como lazer, através dos conteúdos de entretenimento e por gerar prestígio social; conhecer o que determinado articulista ou comentarista disse ou escreveu recentemente. Dentro dessa lógica, as pessoas encontram evidências sobre o debate público nos meios de comunicação quando recebem informações dos líderes ou das instituições políticas, ou quando os assuntos são públicos e falam sobre o que o governo está fazendo. Portanto, é possível considerar uma decisão racional na busca por informações na mídia, ainda que ela não seja a fonte principal para a formação e mudanças na opinião individual.

Como o cidadão racional está aberto a novas informações, e ele faz isso sobre os assuntos mais importantes do momento que se encontram na agenda da mídia; essas novas informações podem ser compatíveis com a opinião já existente, ou em função das mudanças sociais, acabarem gerando inconsistências nas opiniões já existentes em relação às informações recebidas recentemente pelos meios de comunicação. Em função disso, o sujeito racional, que busca informações na mídia sobre temas públicos, pode reformular suas opiniões a partir das informações disponíveis e selecionadas por ele em função da relevância do tema. Essa pressão que o consumidor de informações sobre temas públicos na mídia sofre, deixa-o exposto a um aumento de inconsistências nas opiniões individuais sobre temas correlatos. Por isso, dizem Lane e Sears (1964, p.73), o processo de ganho informacional para o sujeito racional pode torná-lo apto a tolerar e perceber inconsistências em relação a determinadas opiniões, estando mais capacitado a rever suas posições. Logo, considera-se opinião racional³⁰ aquela formada com base em informações recebidas

³⁰A idéia de racionalidade em Lane e Sears não a contrapõe à existência de uma carga emocional para a formação da opinião. Eles consideram a existência de um equilíbrio entre lógica e emoção. Eles dizem, portanto, que "as formas como muitas opiniões são formadas contrariam a lógica da racionalidade pura, pois muitas pessoas estão sob influência dos pais, ou a partir de normas de grupos ou até mesmo sobre temas pouco conhecidos" (LANE e SEARS, 1964, p.74).

pela mídia e por integrantes de grupos que são intermediários dessas informações sobre a realidade. Nesse sentido, Michael Kunczik (1997, p.290) assegura que "a mídia interage com outros fatores intermediários de tal maneira que normalmente a comunicação de massa não é a única causa da opinião, mas um fator entre vários que reforçam as condições existentes".

Um modelo mais completo que o de Dumazeider para explicar os processos de recepção de informações e formação de opinião é proposto por Vitalino Rovigatti. Este, divide a opinião pública em dois níveis. Um primeiro, chamado de opinião pública matriz, e um segundo, influenciado pelo que ele chama de fatos da atualidade e carga emotiva. Para adaptar a terminologia aos conceitos aplicados a este trabalho, o termo opinião pública matriz será substituído por "opinião primária", enquanto o juízo de opinião pública será chamado de "opinião secundária". É possível mostrar, no quadro a seguir, os principais momentos do processo para formar opiniões.



QUADRO 3.2 - PROCESSOS SOCIAIS PARA FORMAÇÃO DE OPINIÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA ADAPTADO DE ROVIGATTI

Segundo esse modelo adaptado de Rovigatti (CORRÊA, 1993, p.37), as opiniões secundárias são responsáveis pela geração de atitudes e comportamentos medidos através de respostas a perguntas de *surveys*. No entanto, essa opinião é resultado da intervenção direta de dois fatores. Primeiro tem-se a opinião pública primária e as características sócio-culturais da sociedade, que também ajudam a conformar a opinião primária. Depois, há ainda a incidência indireta de fatos novos e carga emocional na opinião secundária, através do filtro da opinião primária. Esses fatos novos chegam à opinião primária diretamente, através dos meios de comunicação de massa ou dos líderes de opinião. Ambos, por sua vez, são responsáveis pela transmissão de valores sociais básicos à opinião pública primária. Por fim, todo esse sistema formado por características sócio-culturais básicas, meios de comunicação e outros instrumentos de formação de opinião, opinião pública primária e carga emocional são "realimentados" pelos comportamentos que materializam em forma de atos sociais a opinião pública secundária. Como demonstra o esquema, a centralidade dos instrumentos de opinião pública deve-se ao fato de que esses próprios instrumentos levam a uma generalização de manifestações do público a respeito de quase tudo (CORRÊA, 1993).

O debate teórico sobre o tema pela literatura internacional contemporânea mostra tratar-se, em última análise, de um fenômeno político e social. Por isso, a opinião pública só existe em relação a um grupo, cujo modo de expressão se difunde através de redes de comunicação específicas. Aqui surge como questão saber qual a origem das informações que são acessadas pelos integrantes do público para formarem suas opiniões. Luis Martino, ao citar resultados de pesquisas de Greenberg, explica que essa questão pode ser respondida ao se identificar a probabilidade de se saber de um acontecimento pela mídia ou por intermédio de alguém. Portanto, todas as possíveis fontes de informação são reunidas nesses dois grandes grupos: mídia ou indivíduo. Para Martino:

De acordo com o modelo de Greenberg, a probabilidade de tomar conhecimento de qualquer fato através da mídia será maior nos casos extremos de retenção social do tema, isto é, em que pouca gente conhece o fato ou que todos estão a par dele. No primeiro caso, das notícias setorializadas, que são discutidas por grupos específicos, ou quando as informações são de interesse social amplo, a maior probabilidade é de se tomar conhecimento pela mídia; entre esses dois extremos estão os temas não segmentados e sem tanto interesse público, cuja dependência do indivíduo em relação à mídia para obter novas informações é quase absoluta (MARTINO, 2003, p.95).

Considerando o esquema de Greenberg, a abrangência social de um tema ajuda a identificar a fonte de informação pública que o indivíduo terá à disposição para formar suas opiniões. Como a opinião depende de informações que são constantemente atualizadas, é esperado que ela seja mutável ao longo do tempo, porque exprime um juízo consciente, o que demonstra uma intenção de racionalidade. Além disso, ela apresenta um aspecto apaixonante por também se situar no plano emocional e no plano das crenças (FIGUEIREDO e CERVELLINI, 1995). A existência de opinião pública, tal como a conhecemos atualmente, é um fenômeno moderno que pressupõe uma sociedade civil distinta do Estado, livre e articulada, em que existam centros que permitam a formação de opiniões não individuais e que estejam fora do aparato público oficial, tais como jornais, clubes, salões, partidos políticos, associações e mercado, interessados em controlar ou interferir na política do governo e dos governantes, mesmo sem desenvolver uma atividade política imediata e continuada (MUÑOZ-ALONSO, 1992).

Em complemento, é preciso considerar que a opinião pública nas sociedades modernas faz parte do processo de comunicação, portanto, podendo ser entendida como um dos efeitos do sistema de comunicação coletiva. Pressupõe-se, para tanto, a existência de um estímulo, mensagem ou conteúdo de significados, produzido ou emitido por alguém, e captado pelo todo ou por parte da sociedade. (CORRÊA, 1993). A opinião pública é resultado da interação entre indivíduos. Logo, não pode ser explicada pelas ações ou opiniões prévias aos fatos a que se refere. Na verdade, a troca de informações e de influências, que se acelera diante de novas ocorrências, gera uma concepção da realidade que poderia não ter existido antes.

Pessoas tentam manter opiniões coerentes com as do grupo a que pertencem, selecionando informações das mensagens (ou as próprias mensagens) a que se expõem, dando atenção àquilo com o que previamente concordam e privando-se do que as desagrada. Ao mesmo tempo em que as pessoas tendem a desprezar mensagens contrárias às atitudes do grupo, os homens vêem esse mesmo comportamento reforçado em seus contatos com os companheiros que exibem tendências seletivas similares. Isso não significa que todos se exponham exatamente à mesma quantidade e tipo de informação, ou que sejam influenciados pelos mesmos aspectos da vida social. Cada um tem seu fundo particular de experiências e seu catálogo privado de dados, embora selecione e julgue esses itens de acordo com padrões coletivos (LAGE, 1998).

É essencial entender, entre outras coisas, em que condições as opiniões primárias amplificadas pela dinâmica de grupo perdem a estabilidade e se transformam. Isso depende da ativação de idéias, crenças, valores ou experiências que as pessoas mantêm em recesso, exatamente porque contrariam escolhas ou interesses do grupo a que pertencem em dada época ou até mesmo pela ausência de novas informações sobre o tema circulando no meio social. Circunstâncias como crises pessoais, afastamento ou rejeição do grupo, submissão à propaganda contrária impossível de ser desconsiderada podem levar à reestruturação de atitudes e, talvez, a novas afiliações – neste caso, com mudanças significativas da opinião. (FIGUEIREDO, 2000). Compreendendo este processo de transformação das opiniões, é possível julgar se ele se dá de maneira aleatória e totalmente irracional ou se há uma estruturação racional que possa explicar as conformações e transformações da opinião.

Além disso, deve-se levar em conta que os homens nas sociedades modernas não pertencem a um grupo só. Eles têm, certamente, algumas adesões maiores à classe social, à cultura nacional e regional, a padrões que decorrem da faixa etária, além de participarem de comunidades específicas, tais como os locais de trabalho e as famílias, em que desenvolvem uma política de identificações e rejeições. Em cada um desses grupos sociais, há pessoas particularmente ativas e capazes de se

expressar; são mais sensíveis do que outras aos interesses do grupo e mais ansiosas de se manifestar em momentos importantes. Uma das funções desses líderes é a mediação entre os meios de comunicação e os demais componentes do grupo, os menos ativos (FIGUEIREDO, 2000). Os estudos nessa área têm identificado pelo menos três públicos: aqueles orientados para um único assunto ou tema (desemprego, habitação, meio ambiente, etc.); os organizados ou corporativos (sindicatos, associações, etc.); os ideológicos (se posicionam sobre assuntos públicos ditados pela natureza da ideologia) (BAQUERO, 1995).

De qualquer maneira, pode-se definir de forma geral que a opinião pública na sociedade contemporânea é bastante diferente daquela descrita nos séculos XVII e XVIII. Atualmente, ela pode ser considerada como o resultado da crise do modelo anterior, mas também é marcada pelas condições sociais particulares. João Esteves destaca duas dessas características por considerá-las fundamentais na definição da opinião pública moderna e por estarem intimamente relacionadas entre si: "a democracia de massa, em torno da qual se consolidou a vida das sociedades ocidentais, e a extraordinária aceleração dos fluxos de comunicação e de informação proporcionada pelos dispositivos tecnológicos de mediação simbólica" (ESTEVES, 1997).

3.3 TRANSFORMANDO UM CONCEITO TEÓRICO INACABADO EM VARIÁVEL EMPÍRICA

Para uma análise empírica sobre a opinião pública é preciso considerar a existência de duas esferas de opinião que se complementam. Há um estado de opinião latente (também chamado de primário ou aquele que se mantém), ao se apresentar uma diversificação em nível individual e ao oferecer uma continuidade temporal a um esquema de referências em relação a determinado assunto público. Isso seria o equivalente a uma opinião estática ou permanente. Quando muda, normalmente o faz de maneira gradual e em uma única direção. Além da opinião

primária, existe a opinião dinâmica que corresponde a uma tomada de posição pública frente a determinado problema em um momento específico, também denominada de corrente de opinião ou opinião secundária.

As mudanças nas correntes de opinião, ou opinião secundária, ocorrem em ondas, às vezes rápidas, que percorrem a sociedade gerando a inflexão de posições antes identificadas como estáveis. Atitudes podem ser tomadas coletivamente com base em opiniões não-homogêneas. Diante das tendências coletivas, cada pessoa busca em seu passado argumentos que justifiquem sua adesão, e tais argumentos podem se diferenciar bastante. Por isso transformações tecnológicas nas sociedades, por exemplo, são vetores de inflexões em opiniões públicas estáveis.

As opiniões individuais, tomadas em dado momento do tempo, têm propriedades distintas da opinião pública coletiva. Há uma influência nas predisposições das pessoas na formulação das opiniões, mas a influência pessoal muitas vezes é maior que a importância dos temas. A opinião primária pode ser considerada inicialmente como racional, enquanto as preferências secundárias são influenciadas pela conjuntura e altamente voláteis quando comparadas com a primeira. Os cidadãos formam opiniões secundárias de acordo com as informações que recebem a cada momento. Sendo assim, as respostas que o cidadão dá ao *survey* em dado momento levam em conta essa opinião secundária (PAGE e SHAPIRO, 1992).

Dada a complexidade e as incertezas dos temas, é fácil ver como uma opinião individual pode flutuar para baixo e para cima, até mesmo mostrando não-attitudes, dependendo das informações recebidas mais recentemente (ALDÉ, 2001). A repetição de uma questão, ao longo do tempo, termina aproximando a visão dos indivíduos de um agregado coletivo. A opinião secundária é temporariamente afetada, enquanto a média das opiniões gera tendências a longo prazo e preferências coletivas (HOWLETT, 2000). A opinião pública primária, por sua vez, pode ser caracterizada pela agregação de crenças individuais e das preferências ao longo do tempo.

Page e Shapiro usam como exemplo, para mostrar a diferença entre opinião primária e secundária do norte-americano, o conjunto de resultados de pesquisas

feitas durante duas décadas (anos 70 e 80) a respeito do número de mísseis nucleares MX que o país deveria produzir. Cada pesquisa mostra um número médio de mísseis como ideal, influenciado pelo debate conjuntural, mas a reunião dos dados coletados ao longo do tempo permitiu identificar a opinião primária do norte-americano sobre esse tema (PAGE e SHAPIRO, 1992, p.20 e 21).

Toma-se um exemplo hipotético para entender a diferença entre opinião primária e secundária, analisando o que poderia ser a opinião pública brasileira a respeito da participação do Estado na economia. A representação da distribuição das opiniões sobre qual deveria ser o percentual de participação do Estado na economia brasileira em um *survey* se dá através de uma curva normal, como mostra a ilustração a seguir, considerando que as opiniões sobre o grau de participação do Estado na economia poderia variar de nenhuma a total.

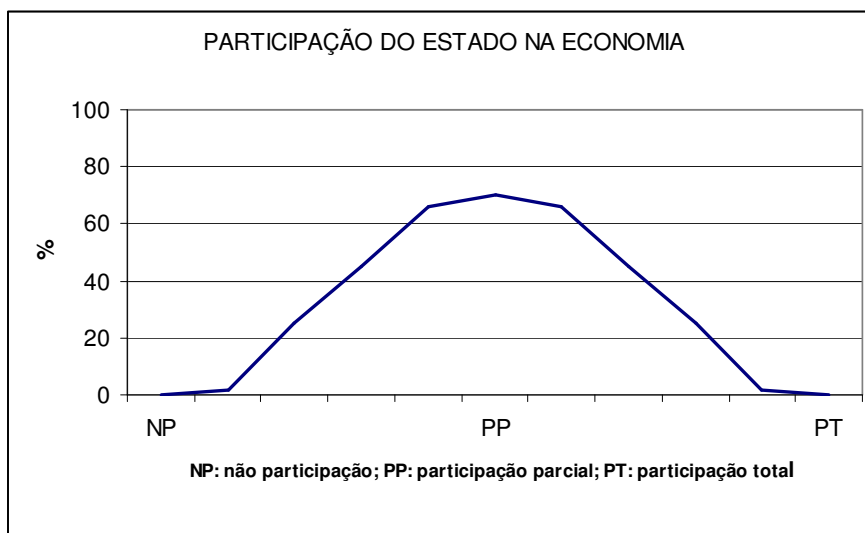


GRÁFICO 3.1 - EXEMPLO DE DISTRIBUIÇÃO DE OPINIÕES SOBRE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA

Na ilustração, a curva normal indica a distribuição do percentual de participação do Estado na economia, segundo as opiniões coletadas em um dado momento. A obtenção de informações em um único *survey* mostra a opinião secundária da população a respeito do tema, o que leva considerar as influências

externas à opinião, visto que o debate público sobre o Estado na economia é controverso. Provavelmente, as respostas favoráveis à participação do Estado na economia em uma pesquisa realizada nos anos 40, quando o debate público era favorável à intervenção direta estatal no setor econômico – como forma de incentivo ao desenvolvimento nacional –, teriam um percentual mais elevado do que em uma pesquisa feita nos anos 90, quando o debate apresentava principalmente aspectos desfavoráveis à participação do Estado na economia. Assim, em cada uma das pesquisas isoladas teria-se a indicação de opiniões secundárias distintas, podendo mostrar flutuações aleatórias ou até mesmo a inexistência de opinião formada a respeito desse tema.

Para identificar a opinião primária do brasileiro sobre a participação do Estado na economia, seria necessário obter uma série histórica de opiniões secundárias e, partindo dela, estabelecer uma curva normal da opinião primária (M), como mostra a ilustração abaixo. Isso indica que a distribuição normal das opiniões ao longo do tempo (coletadas em vários *surveys*), quando agregada, indica a opinião primária.

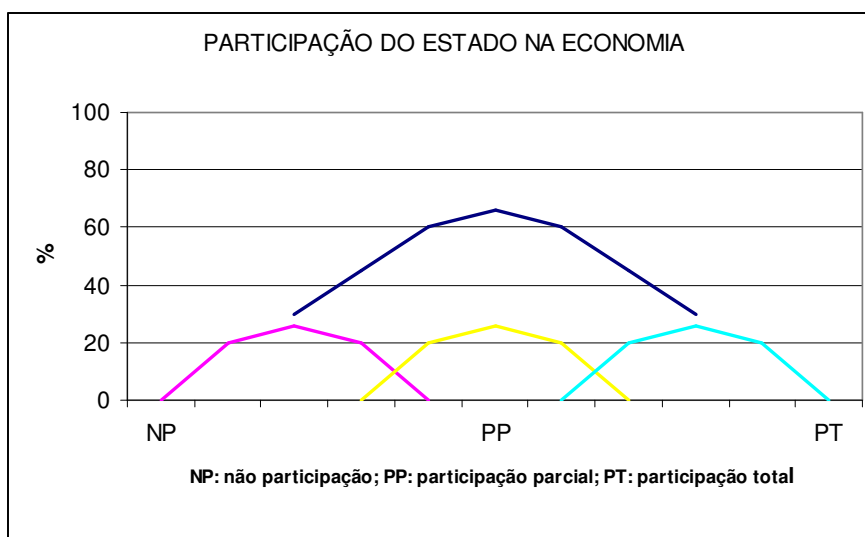


GRÁFICO 3.2 - EXEMPLO DA DIFERENÇA ENTRE OPINIÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA

Não existe oposição entre as duas formas, visto que uma opinião primária pode ser mobilizada por determinado acontecimento e, em função disso, fazer surgir uma corrente de opinião secundária. Quando se fala em formação da opinião secundária, o correto seria dizer formação de uma corrente de opinião, muitas vezes criada a partir da influência dos meios de comunicação ou dos líderes de opinião. Essas correntes de opinião podem ser influenciadas, por exemplo, por políticos quando se tratar de temas públicos (PAGE e SHAPIRO, 1992). A distinção entre os dois momentos da opinião se faz fundamental para avançar no debate sobre o conceito em questão e oferece uma ferramenta importante à metodologia de análise empírica.

Os procedimentos para análises elaboradas por Page e Shapiro podem ser divididos em três passos principais. Em primeiro lugar, eles averiguaram se 1.128 questões de *survey*, repetidas ao longo de 50 anos apresentaram ou não mudanças significativas da opinião apurada a respeito de dezenas de temas. Isso foi feito da seguinte forma: depois de excluirmos as respostas "não sabe" e "não respondeu"³¹, eles estabeleceram como ponto de corte a marca de seis pontos percentuais a 0,05 de nível de confiança. Isso significa que qualquer variação abaixo desse número foi desconsiderada, e a opinião foi tomada como estável, pois a variação poderia ter sido gerada por erro amostral ou qualquer outra interferência na coleta de informações através de *surveys*. Em seguida, para as mudanças significativas encontradas, eles classificaram os diferentes comportamentos, usando uma unidade para a análise da magnitude e da velocidade das alterações na opinião. Por fim, os autores calcularam a existência ou não de flutuação da opinião, isto é, se houve ou não mudanças

³¹ A opção neste trabalho de manter a exclusão das não-respostas (Não Sabe e Não Respondeu) tem por objetivo aferir apenas as respostas válidas às perguntas sobre temas públicos; no entanto, reconhece-se que isso pode gerar uma perda de informação que em alguns casos poderia ser importante, pois, no limite, os percentuais de NS e NR podem ser maiores que as respostas válidas. Porém, discutir a relação entre respostas válidas e não-válidas não é objetivo da pesquisa.

significativas para baixo ou para cima em curtos espaços de tempo. Uma questão metodológica apresentada como importante pelos autores é a de que as respostas comparadas precisam ter sido dadas a perguntas idênticas e não apenas semelhantes, pois diferenças na forma de apresentação de determinada questão podem gerar interpretações distintas por parte dos respondentes de cada uma das pesquisas, impossibilitando a comparação entre elas.

Em seu trabalho, Page e Shapiro partem da premissa de que a opinião pública norte-americana é basicamente racional, comporta-se e se expressa após deliberações cognitivas públicas. Para efeito de hipótese de trabalho, assume-se a mesma premissa para o caso brasileiro. A partir do próximo capítulo testa-se, então, esses pressupostos na opinião pública brasileira a partir dos resultados de pesquisas de opinião realizadas no País.

PARTE II

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA PARA ANÁLISE DE SÉRIES TEMPORAIS DA OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Neste capítulo, apresentam-se as principais técnicas de análise de séries temporais, e suas adaptações, que serão utilizadas na pesquisa empírica sobre opinião pública brasileira, em análises das séries de opiniões políticas e social do brasileiro médio. No trabalho pioneiro sobre séries temporais de opinião pública, para identificar coerência ou volatilidade, quando tratavam da opinião do norte-americano médio, Page e Shapiro (1994) fizeram suas aferições a partir da verificação visual das curvas de opinião plotadas em gráficos de linha. Esses gráficos permitem identificar não apenas a direção da curva, como também a velocidade das transformações, indicando quantitativamente as variações de opiniões. Aqui, além da análise visual, apresentar-se-á como contraprova do comportamento das curvas, os resultados de testes estatísticos específicos para análises de séries temporais que, além de indicar quanto uma opinião muda em relação ao tempo e se essa mudança é significativa, permitem mostrar quanto uma variável externa, que pode ser econômica ou social³², pode explicar da mudança em uma opinião, considerada como variável dependente.

De acordo com Ostram (1978, p.9), uma série temporal é um conjunto de dados específicos ordenados ao longo do tempo, e essa ordenação possibilita a exploração de um conjunto de questões como a análise do comportamento de uma variável no passado ou como ela pode se comportar no futuro. Como essas análises são feitas a partir de adaptações de testes convencionais de regressão, adaptações são necessárias devido a quebra de um pressuposto básico da regressão simples.

³²Como variável externa econômica cita-se a taxa de desemprego, inflação ou valor do salário mínimo como intervenientes na opinião pública brasileira sobre governos e governantes. Como variável social, pode-se citar como exemplo a taxa de urbanização brasileira ou o percentual de brasileiros cristãos. Esses exemplos podem explicar mudanças ou manutenções em opiniões sobre temas sociais.

No caso, é a existência de autocorrelação entre os dados presentes na curva. A maior vantagem da análise de regressões de séries temporais é o fato de que ela possibilita tanto explorar o passado como prever o comportamento futuro das variáveis. Para isso, o trabalho é feito em duas etapas: na primeira, trata-se do mecanismo específico que descreve a evolução da variável ao longo do tempo, e, na segunda, pode-se acrescentar um mecanismo matemático de previsão de futuro. A pesquisa apresentada aqui trata apenas da primeira parte das possibilidades analíticas, isto é, a descrição da trajetória das curvas de opinião pública no Brasil.

Morettim (2004) acrescenta à definição de séries temporais o fato de que elas possam ser discretas ou contínuas, embora muitas vezes aquelas sejam resultado da agregação, em intervalos de tempos iguais, de séries de observações contínuas. O autor destaca a existência de dois enfoques de série temporais,

Um deles é chamado de análise no domínio temporal, com modelos paramétricos e número finito de parâmetros, onde é usado o método ARIMA de análise. No outro, a análise parte do domínio de frequências e os modelos não-paramétricos são testados por análises espectrais (MORETIM e TOLOI, 2004, p.2).

Como este trabalho visa analisar variáveis contínuas, isto é, os percentuais de opiniões válidas obtidas a partir de *surveys*, a análise ficará restrita ao domínio temporal, com testes paramétricos, principalmente os de regressão específicos para séries temporais. Basicamente, pretende-se mostrar a história de uma curva de opinião a partir da identificação de sua posição em determinado momento do tempo (Op_{t1}) e suas possíveis variações em outro momento do tempo (Op_{t2}).

A metodologia de análise, utilizada para estudos de seqüências temporais de opinião pública, pode ser dividida em três passos principais anteriores aos testes estatísticos específicos para esse tipo de série de dados: em primeiro lugar, averiguam-se as questões de *survey* repetidas ao longo do tempo sobre determinados temas de opinião pública. O objetivo é identificar se as opiniões apresentam ou não mudanças significativas entre os diferentes pontos de coleta de informação. Para

isso, deve-se excluir as respostas "não sabe" e "não respondeu", pois o que se busca são os posicionamentos daqueles que têm opiniões. Após excluir as não-respostas é feito o percentual de respostas, agora considerando como 100% o total das respostas efetivamente dadas. Verifica-se, por exemplo, a linha temporal de opinião dos brasileiros sobre como escolher o candidato, se através de partidos/legenda ou pelo candidato, sem considerar o partido (voto personalista).

TABELA 4.1 - SÉRIE TEMPORAL DE VOTO PERSONALISTA NO BRASIL

ANO	% ESCOLHE PELO CANDIDATO	NS/NR	% VÁLIDO ESCOLHE PELO CANDIDATO
1972	49,5	30,2	70,92
1982	36,6	26,5	49,80
1985	47,5	37,6	76,12
1988	51,2	15,1	60,31
1989	30,5	20,4	38,32
1998	78,0	11,0	87,64
2004	55,7	6,5	59,57

Se fossem tomadas as opiniões aferidas diretamente nos *surveys*, os percentuais de voto em candidato ficariam subestimados, pois eles estariam levando em consideração um percentual de eleitores que não souberam ou não quiseram responder a pergunta. Logo, só se pode identificar uma ausência de opinião deles a respeito desse tema. Além disso, dependendo do percentual que diz não ter opinião ou não querer responder, o impacto no tamanho percentual de determinado grupo é significativo.

No primeiro ano da tomada de opinião, em 1972, 30,2% dos entrevistados disseram não saber ou não querer responder. Isso gerou um impacto de mais de 20 pontos percentuais entre o número dos que disseram escolher primeiro pelo candidato no total da amostra e o percentual válido (excluindo as não opiniões) dos que escolhem pelo candidato, passando, então, de 49,5% para 70,9%.

Já em 1998, com apenas 11% de não respostas, o percentual válido ficou apenas nove pontos percentuais acima do aferido, passando de 78% para 87,6%.

Essa diferença de não-respostas pode gerar uma falácia, pois dá a falsa impressão de que a opinião mudou significativamente quando, na verdade, pode ser apenas uma mudança no percentual dos que não têm opinião ou não querem expressá-la – o que em si fornece outra informação, que não diz respeito à opinião pública, mas ao grau de participação do público quando procurado para expressar suas opiniões. Por isso, há a necessidade de se extrair o percentual da opinião pesquisada a partir do total das opiniões e não do total das respostas. Para tanto, basta excluir as não respostas da pesquisa e refazer os percentuais a partir das respostas válidas.

O importante é perceber que mudanças substanciais nos percentuais de não respostas em diferentes pesquisas sobre a mesma opinião quase sempre geram a impressão de uma mudança significativa nas opiniões, ainda que ela não exista de fato. Em outras palavras, isso acontece se em uma pesquisa, em um dado momento, sobre uma opinião qualquer forem constatadas as seguintes respostas: 20% a favor, 40% contra e 40% não respostas sobre um tema qualquer. Em uma pesquisa realizada em outro momento, as respostas para uma questão semelhante foram: 30% a favor, 60% contra e 10% não respostas. Ainda que os valores pareçam bastante distintos, ao se considerar apenas as respostas válidas, ter-se-á exatamente o mesmo resultado nas duas pesquisas: 33,33% a favor e 66,66% contra. A diferença nos valores brutos iniciais é causada pela redução no percentual de não-respostas da segunda pesquisa em relação à primeira.

O segundo passo da metodologia de análise visual das curvas de opinião é estabelecer como ponto de corte a marca de seis pontos percentuais, considerando que grande parte das pesquisas de opinião pública produzidas apresenta um nível de confiança de 0,05 e o tamanho de amostras em torno de 600 indivíduos, o que resulta em uma margem de erro aceitável de cerca de 4 pontos percentuais. Isso significa que qualquer variação abaixo desse número deve ser desconsiderada, e a opinião tida como estável, pois uma variação dentro desses limites poderia ter sido

gerada por erro amostral ou qualquer outra interferência na coleta de informações dos *surveys*.

Se as pesquisas fossem realizadas por amostras aleatórias simples, o ponto de corte poderia ficar em três pontos percentuais. Esse é o valor mais apropriado sob a ótica da técnica de análise por amostras, considerando o erro aceitável nesse tamanho de amostras. Porém, como as pesquisas de opinião pública não têm amostras aleatórias simples, mas estratificadas, sistemáticas ou por conglomerados³³, a possibilidade de ocorrência de diferença por erro amostral cresce. Sendo assim, o critério de seis pontos percentuais, já utilizado por Page e Shapiro (1994), elimina as chances de variações provocadas por erros de amostragem serem consideradas mudanças reais de opinião e vice-versa. Em outras palavras, a ocorrência de erro estatístico de tipo 1, quando se rejeita a hipótese nula de não independência entre as observações mesmo ela sendo verdadeira, não ocorre.

Em terceiro lugar, no caso de existirem mudanças significativas na opinião ao longo do tempo, ou seja, acima de seis pontos percentuais, é feita uma classificação dos diferentes comportamentos da curva, usa-se, então, uma unidade para a análise da magnitude (temporária ou permanente) e outra para velocidade (gradual ou abrupta) das alterações na opinião.³⁴

Em um experimento de séries temporais, existem basicamente dois conjuntos de variáveis: as variáveis dependentes que se estuda ao longo do tempo (chamadas de "y") e as intervenientes, que atuam de diferentes formas ao longo do tempo (chamadas de "x"). Este trabalho parte da premissa de que a opinião pública brasileira – variável "y" –, na maioria dos temas públicos, é basicamente racional,

³³Para uma definição sobre tipos de amostras ver ALMEIDA, Carlos Alberto. **Como são feitas as pesquisas eleitorais e de opinião**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

³⁴Uma questão metodológica importante está nas respostas comparadas que precisam ter sido dadas a perguntas idênticas e não apenas semelhantes, pois diferenças na forma de apresentação de determinada questão poderiam gerar interpretações distintas por parte dos respondentes de cada uma das pesquisas.

comportando-se e expressando-se após deliberações cognitivas públicas. Isso significa que, mesmo com mudanças na opinião, em sua grande maioria, elas podem ser explicadas por alterações estruturais da sociedade, através do debate público entre elite e massa, ou estimulada por fatores conjunturais que têm efeitos temporários sobre as curvas de opinião. Como a opinião pública sobre determinado tema é o resultado do debate travado na sociedade a respeito de vários temas que estão sendo debatidos ao mesmo tempo, pode-se imaginar que as mudanças de algumas opiniões passam a interferir em outras. Além disso, os acontecimentos em um dado momento podem ter influência na direção e na velocidade da mudança de uma curva de opinião. Também existem opiniões sobre temas com características específicas (muito sensíveis a eventos factuais) que não podem ser consideradas racionais por oscilarem de maneira randômica ao longo do tempo.

Como exemplo de opinião volátil sobre um tema público, pode-se perceber no gráfico a seguir que o percentual de eleitores brasileiros que diz decidir o voto pela pessoa do candidato, independente do partido a que ele pertença, apresenta variações significativas ao longo do tempo, pois ultrapassam o limite de seis pontos percentuais, chegando a uma variação total de 30 pontos percentuais – o que contraria a idéia de estabilidade ou mudança consistente ao longo do tempo. Entre 1985 e 1988, a diferença é de mais de 20 pontos percentuais, bastante acima do limite de seis pontos percentuais para considerar a curva estável, como demonstra o gráfico 4.1. Além disso, as mudanças na curva não seguem uma única tendência, caracterizando-se por oscilações em diferentes direções. Nesse sentido, o crescimento dos percentuais entre 1996 e 1998 também chega a 20 pontos percentuais. Por outro lado, a segunda variável incluída no gráfico, a opinião de que corrupção é o maior problema do país, coletada entre 1986 e 2002 não apresentou variações acima dos 6 pontos percentuais, mostrando ser uma opinião estável durante todo o período, tendo variado entre 6% e 3%. Com essa variação, considerando o erro

amostral, não é possível falar, sequer, em uma tendência de queda, pois as diferenças dos percentuais entre cada ponto no tempo são muito pequenas.

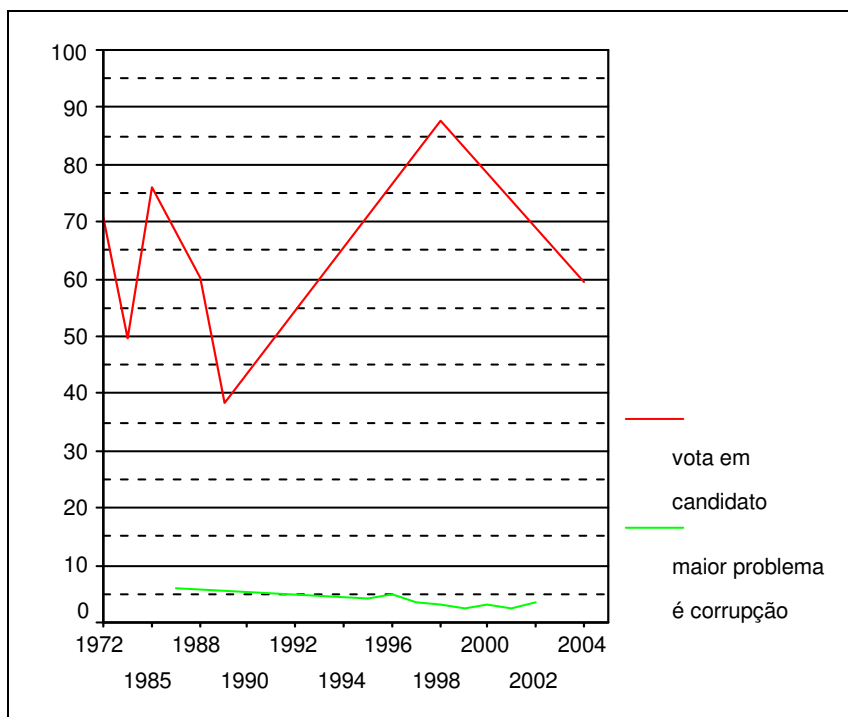


GRÁFICO 4.1 - EXEMPLO DE SÉRIES TEMPORAIS COM COMPORTAMENTOS DISTINTOS

Assim como os exemplos mostrados no gráfico acima, de maneira geral, as séries de tempo resultam da combinação de funções deterministas do tempo (tendência, ciclo e sazonalidade) e de um termo aleatório. Essas funções deterministas são chamadas por Morettim e Tolo (2004) de três componentes não-observáveis que apresentam média zero e variância constante quando se trata de ruído branco ou curva estacionária.

Porém, se a média for diferente de zero ter-se-á uma série não estacionária e para tornar essa série estacionária é preciso deixá-la livre dos efeitos da sazonalidade, pois como a tendência tem uma relação muito forte com a sazonalidade, ajustando essa, combate-se o efeito não estacionário daquela (MORETTIM e TOLOI, 2004, p.50).

Na prática, não é possível isolar um componente sem afetar o outro.

Sua fórmula pode ser representada da seguinte maneira:

$$Y_t = T_t \times S_t \times E_t$$

Onde,

Y = série temporal;

T = tendência;

S = Sazonalidade;

E = Erro aleatório.

A série só se desvia do traçado indicado pela função determinista do tempo pela presença do erro aleatório (FAVA, 2000a, p 201). Segundo a autora,

Uma abordagem alternativa a essa é a que considera as séries de tempo como sendo integralmente geradas por um mecanismo aleatório, denominado processo estocástico, onde em cada instante de tempo existe uma família de valores que a série pode assumir, aos quais estão associadas probabilidades de ocorrência.

Como é possível que para cada instante de tempo haja uma probabilidade própria de ocorrência de determinado valor, considera-se que cada variável possa ter média e variância específicas, podendo identificar o mecanismo gerador de uma série estocástica a partir da média dos valores efetivamente observados no tempo, "porém, esse procedimento só é válido se o processo estocástico for estacionário" (FAVA, 2000a, p.201).

Como se pode perceber, a viabilidade da análise estatística de séries temporais, além da simples verificação visual, depende da existência de estacionaridade na curva. Uma das suposições mais comuns sobre a série temporal é que ela é estacionária, ou seja, que se desenvolva no tempo aleatoriamente, ao redor de uma média constante, mostrando alguma forma de equilíbrio estável. A questão está, na verdade, no fato de que a maioria das curvas temporais apresenta algum tipo de sazonalidade ou intervenção externa, tornando-as não-estacionárias e inviabilizando os testes estatísticos de regressão simples. Como a maioria dos modelos de análise

das séries temporais parte do princípio de que elas são estacionárias, é necessário fazer uma transformação dos dados originais, quando não estacionários. A transformação mais comum se dá pelas diferenças sucessivas da série original até obter uma série estacionária. Outra forma comum de estacionarização da curva é pelos retornos. Eles são importantes para as análises de séries temporais, pois raramente apresentam tendências e sazonalidades, além de normalmente não serem auto-correlacionados (MORETTIM e TOLOI, 2004, p.5). Para este trabalho, a constatação da não estacionaridade em uma curva de opinião já oferece uma informação importante, isto é, a sua completa manutenção ao longo do tempo, sem a intervenção de variáveis externas, tendências ou sazonalidade. Porém, isso não significa que a curva será estável ao longo do tempo, pois ela pode sofrer alterações em uma mesma direção ou mudar randomicamente.

Quando se analisa apenas a mudança de uma opinião ao longo do tempo, está-se avaliando a evolução da curva de opinião. Dessa forma, levando em consideração o tempo transcorrido, trata-se de uma análise univariada – com apenas uma variável. Porém, é possível também fazer a análise das variáveis a partir da inclusão de outras séries no modelo, para estabelecer o grau de relação entre elas ao longo do tempo. Quando existe a inclusão de uma segunda variável (x) na seqüência temporal, é possível que as mudanças nesta possam explicar a dinâmica da variável y . Em alguns casos, pode-se identificar a forma de intervenção de x ; em outros, tanto x e y são separadas na série temporal (GOTMAN, 1984, p.49).

A partir dessas interações, há melhores condições para a adoção de hipóteses sobre a forma da intervenção. Quando a série incluída é uma variável quantitativa, trata-se de um modelo de transferência. Quando são variáveis binárias (presença ou ausência), o objetivo é captar o efeito de eventos específicos e não mensuráveis. Então, esse modelo é chamado de análise de intervenção (FAVA, 2000b, p.205).

Nos próximos capítulos, usam-se testes univariados, quando é analisado o comportamento de uma curva de opinião ao longo do tempo, para saber se essa curva é estável ou apresenta alterações acima do erro esperado durante o período. Em alguns casos, serão incluídas variáveis intervenientes externas como forma de explicação das mudanças. Essas variáveis podem ser contínuas, quando, na análise de transferência, por exemplo, a taxa de população urbana brasileira aparece como variável interveniente para a mudança nas opiniões sobre reforma agrária. Também podem ser binárias (análise de intervenção) quando há presença ou ausência de determinado presidente para explicar a mudança de avaliação do governo durante o período.

Considerando os objetivos deste trabalho, define-se a intervenção ou a transferência de um efeito qualquer como a ocorrência em um determinado momento do tempo, visto que precisa ser conhecido *a priori* e manifestar-se por um intervalo de tempo posterior, afetando temporária ou permanentemente a série em análise. Esse impacto pode gerar um efeito em forma de degrau na curva de opinião, quando for permanente. Por outro lado, apresentar uma forma de pulso, quando temporário.

Em geral, o efeito de uma intervenção muda o nível da série ou a sua inclinação. No entanto, há três fontes de ruídos que podem deixar o efeito da intervenção invisível: tendência, sazonalidade e erro aleatório [...] De fato, se houver uma tendência em determinada série, o fato do nível pós-intervenção ser maior que o nível pré-intervenção pode ser em função apenas da tendência e não da intervenção (MORETTIM, 2004, p.283).

É bom lembrar que há também a possibilidade do impacto do evento na curva ser nulo, ou seja, não causar mudanças nas opiniões. Porém, quando têm importância, os eventos intervenientes podem criar quatro padrões de mudanças na série temporal. A diferença entre esses padrões está relacionada com a duração da mudança, que pode ser permanente ou temporária, e com a magnitude (também chamada de formato), que pode ser abrupta ou gradual. Sendo assim, a mudança causada por um componente interveniente da opinião pode ser permanente e gradual ou permanente e abrupta; se a mudança for temporária, ela também pode ser gradual ou abrupta, conforme resume a figura a seguir.

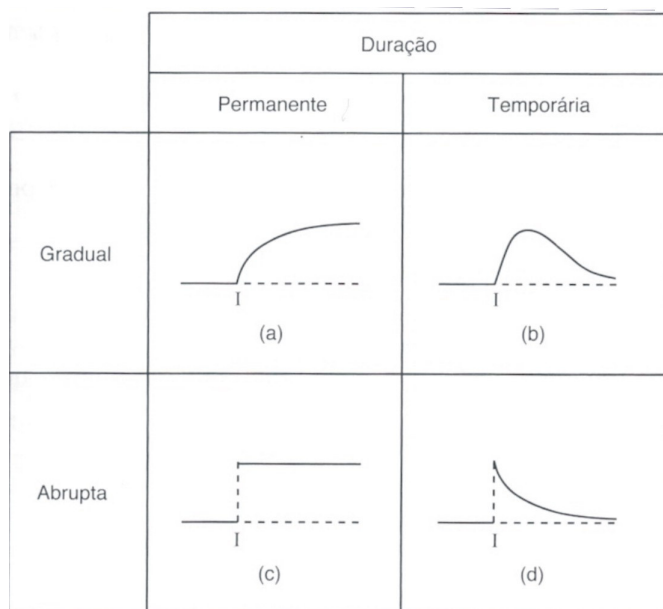


FIGURA 4.1 - PRINCIPAIS FORMATOS DE CURVAS TEMPORAIS SOB INTERVENÇÃO EXTERNA

FONTE: Morettin e Toloi (2004, p. 285).

Três desses modelos de impacto podem ser determinados por um componente interveniente simples (a, c e d). O padrão b (impacto gradual e temporário) não pode ser identificado tão facilmente. Esse padrão costuma ser menos útil entre os quatro por conta das diferentes variáveis intervenientes que podem atuar nele (GOTMAN, 1984).

Um tipo específico de análise de intervenção merece um detalhamento maior pelo rendimento analítico que possibilitará nas próximas seções: trata-se da análise de séries temporais interrompidas ou de intervenção. Esse modelo analítico parte dos princípios básicos da análise de séries temporais, acrescentando uma intervenção discreta na curva (variável *dummy*). Nesse teste, a hipótese nula (H_0) se dá através da intervenção pontual de uma variável externa, visto que tem impacto no comportamento da série temporal em análise. Segundo McDowall et al., esse tipo de teste depende da existência de uma série temporal e de um evento discreto que será relacionado a ela. Por isso, "os elementos que entram no cálculo do comportamento da curva são a análise de um ponto antes da intervenção, a análise

de um ponto após a intervenção e um erro associado à curva temporal". (McDOWALL et al., 1980, p.12). Busca-se responder, com esse tipo de experimento, se a série estava mudando antes da intervenção da mesma forma como após. Figueiredo e Aldé³⁵ usaram as técnicas de análise de intervenção em séries temporais para descrever as curvas históricas de intenção de votos de candidatos a presidente do Brasil nas campanhas de 1989 a 2002. Isso se deu a partir da intervenção do início do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), quando, através da técnica de auto-regressão, se obtém diferentes impactos do fator interveniente HGPE no desempenho das intenções de voto de cada candidato. Como conclusão, os autores afirmam, entre outras coisas, que "Nas quatro eleições analisadas, o modelo analítico comportou-se de forma esperada, mostrando claramente o efeito da entrada da propaganda na distribuição da intenção de voto para cada um dos candidatos." (FIGUEIREDO e ALDÉ, 2004, p.4).

Nos próximos capítulos deste trabalho, todos os testes estatísticos de análises de séries temporais³⁶, seja univariada (apenas uma variável em relação ao tempo), seja de transferência, de intervenção e de séries interrompidas, serão feitos a partir do método de auto-regressão. Trata-se de um procedimento de estimação por coeficientes de regressão para séries temporais com erros autocorrelacionados de primeira ordem. Esse teste mostrou ser o mais apropriado para a coleção de dados disponíveis sobre opinião pública brasileira no trabalho, por três motivos

³⁵Os pesquisadores Marcus Figueiredo e Alessandra Aldé apresentaram o texto "Opinião Pública e Audiências" na 15.^a Mesa do VI LUSOCOM na Universidade da Beira Interior Covilhã, Portugal, em abril de 2004.

³⁶O método estatístico mais difundido para análise de séries temporais é o ARIMA (Modelo Auto-Regressivo Integrado de Médias Móveis); porém, para um trabalho como este, em que os testes são feitos em curvas com poucos pontos e em muitas vezes com dados faltantes, o modelo pode se tornar muito complexo e pouco prático. O método de auto-regressão utilizado aqui equivale a um ARIMA (1, 0, 0), ou seja, um modelo com um retorno, sem integração e sem médias móveis. Para maiores detalhes sobre ARIMA, ver John M. Gottman (**Time-Series analysis**: a comprehensive introduction for social scientists. Cambridge: Cambridge University Press, 1984).

principais. Em primeiro lugar, a auto-regressão é um teste que parte do princípio da inexistência de estacionaridade na curva e faz, automaticamente, a estacionarização através do método de retorno de primeira ordem. Como se vê a seguir, todas as curvas de opinião tornam-se estacionárias após o retorno de primeira ordem como acontece com a maioria das séries temporais. Em alguns casos, apesar da presença de estacionaridade, foi mantido o método por auto-regressão para dar maior robustez estatística aos resultados. Segundo, a auto-regressão é um método que permite trabalhar com curvas de pequena duração (poucos dados), o que é importante quando se está usando métodos mais sofisticados de análises de séries temporais, previstos para serem aplicados a centenas de pontos no tempo, enquanto as séries de opinião pública brasileira que constam neste trabalho, apresentam, em média, dez pontos ao longo do tempo. Por fim, o método autoregressivo possibilita trabalhar com dados faltantes na curva (em função da presença do algoritmo de máxima semelhança exata), o que nem sempre é possível em outros testes estatísticos para séries temporais.

Vale relembrar que a inclusão de séries temporais de opinião pública em testes estatísticos próprios, como a auto-regressão, não fez parte da proposta analítica original de Page e Shapiro (1992), que basearam suas conclusões sobre a opinião pública geral em análises visuais do comportamento das curvas em gráficos.

No próximo capítulo apresentam-se as curvas temporais de opiniões políticas e sobre a sociedade brasileira. Essas curvas foram captadas em *surveys* aplicados em amostras nacionais que identificaram a opinião do brasileiro sobre variados temas, principalmente, nas últimas duas décadas e meia. Após as análises visuais das curvas plotadas em gráficos, são apresentados os resultados de testes de auto-regressão³⁷ para análises temporais. Além das análises univariadas, ou

³⁷O passo a passo dos critérios utilizados em testes de auto-regressão nos próximos capítulos está no Apêndice Metodológico A. Junto com os bancos de dados em anexo, as informações no apêndice mostram como realizar os testes utilizando o pacote estatístico SPSS.

seja, sobre o comportamento de uma variável apenas ao longo do tempo, para identificar a manutenção ou não de determinada opinião no período, são incluídas variáveis intervenientes como possíveis explicações para as mudanças. Embora o objetivo do trabalho não seja aprofundar a explicação da intervenção de cada variável na opinião, o que se busca são possíveis explicações para uma oscilação da opinião que poderia levar, erroneamente, à idéia de volatilidade da opinião pública. Considerando que é a contínua relação entre público em geral, elites e Estado a responsável final pela moldagem e remodelagem da opinião pública, e considerando também, que a sociedade está em constante transformação, é possível imaginar que a opinião pública – resultado de intervenções de agentes sociais em permanente evolução – apresente modificações ao longo do tempo. O importante é mostrar se existe alguma possibilidade dessas modificações serem explicadas por efeitos de variáveis intervenientes que ocorrem ao longo do tempo ou se, ao contrário, elas são randômicas e não podem ser explicadas.

CAPÍTULO 5

OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRA NOS ÚLTIMOS 25 ANOS

5.1 O BRASILEIRO E AS OPINIÕES POLÍTICAS

5.1.1 Variação Mensal da Opinião sobre Governo e Governantes³⁸

Antes de começar as análises das variações de opiniões políticas ao longo dos anos, a coleção de dados já disponíveis no Brasil sobre opinião pública permite a realização de testes com variações mensais das opiniões sobre os governantes, com seqüência temporal que começa no final dos anos 80 e segue até 2005. As pessoas são perguntadas se aprovam, desaprovam e se confiam ou não confiam no governante, que pode ser o presidente da república, o governador ou prefeito. Além disso, há também a aferição da imagem do País para a opinião pública brasileira, independente de quem seja o governante. Como os testes de séries temporais demandam um número maior de observações que o disponível nas séries anuais, o objetivo dessa análise inicial das opiniões sobre os governantes é utilizar os resultados dos testes de auto-regressão em uma coleção maior de dados para identificar a manutenção ou mudança das opiniões a respeito dos governos e do País. É possível estabelecer como hipótese inicial, a partir do que mostra o gráfico 5.1, que a opinião sobre os governantes seja altamente sensível ao desempenho dos próprios governos a curto prazo, sofrendo alterações constantes, o que aproxima a curva de um estado de opinião secundária, ou movida por correntes de

³⁸O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo A.

opiniões, como mostra o gráfico a seguir, sobre a avaliação positiva e negativa do Presidente.

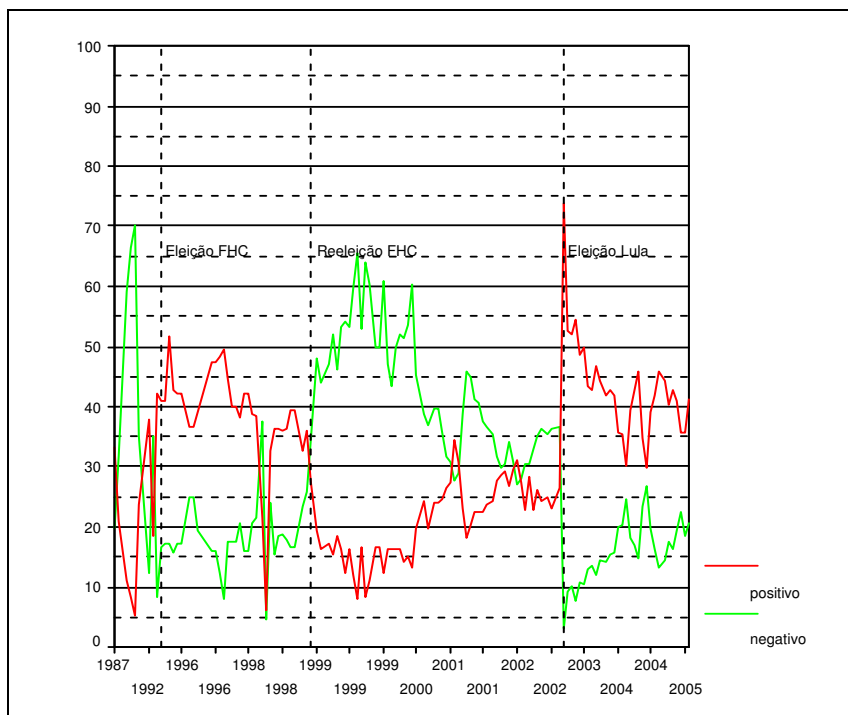


GRÁFICO 5.1 - SÉRIE MENSAL DE AVALIAÇÕES POSITIVAS E NEGATIVAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ID: 01 A 138 – ANEXO A)

Percebe-se que há uma grande volatilidade na avaliação positiva e negativa do governo federal. No gráfico estão marcados os momentos eleitorais, deixando claro que nas duas eleições de Fernando Henrique Cardoso (1994 e 1998) as avaliações positiva e negativa do governo estavam muito próximas, com diferença de 15 pontos percentuais aproximadamente nos meses da campanha eleitoral. Deve-se considerar aqui que em 1998, apesar da proximidade entre as duas curvas o presidente foi reeleito. No período eleitoral de 2002, quando ocorreu a eleição de Lula, a diferença aproximada nos meses eleitorais caiu para cerca de 10 pontos percentuais. Como Lula era o candidato da oposição, a proximidade das curvas poderia indicar uma relação entre o desempenho do governo e o resultado eleitoral, o que será testado a seguir.

Outras opiniões com seqüências próximas a mensais a partir do final dos anos 80 podem ser relacionadas à avaliação do País, dos governadores e dos prefeitos. O gráfico 5.2 mostra as opiniões positivas nas três curvas. Como se pode perceber, a opinião positiva sobre o país apresentou um crescimento significativo a partir de 1994, estabilizando-se em 1998, quando começou a oscilar significativamente. Em 2000, ela voltou a estabilizar-se próximo a 75% de avaliação positiva do País. Já a série de avaliações positivas dos governadores, que começa em 1995, apresenta-se mais estável durante todo o período, porém, é clara a tendência de queda até 2000, quando há uma mudança abrupta e permanente de quase dez pontos percentuais, estabilizando-se próximo a 45% de avaliação positiva dos governadores. No caso das avaliações dos prefeitos, a série histórica é menor. Tendo começado em 1999, ela se mostra em forma de mudança gradual e contínua até 2001, quando apresenta uma queda abrupta de 10 pontos percentuais, para estabilizar-se em torno de 45% a partir de 2001.

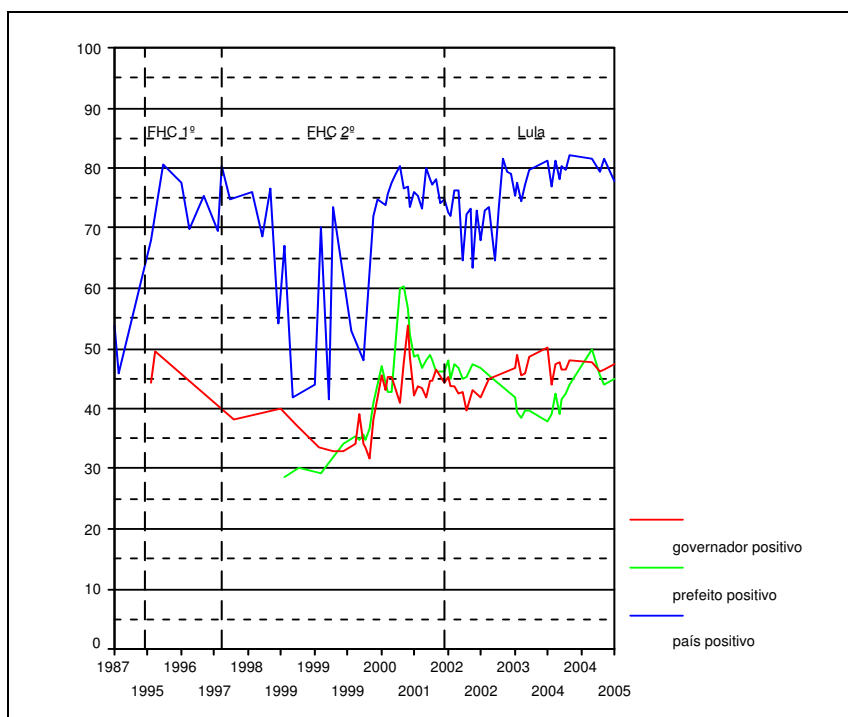


GRÁFICO 5.2 - SÉRIES TEMPORAIS DE AVALIAÇÕES POSITIVAS SOBRE PAÍS, GOVERNADORES DE ESTADO E PREFEITOS (ID: 01 A 138 – ANEXO A)

Como se pode perceber, a avaliação positiva do País está descolada das avaliações dos governantes. Aquela se mostra instável no período em que acontecem as crises econômicas internacionais, da Rússia e do Oriente, no final dos anos 90 – durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso –, para depois voltar a se estabilizar. No caso das avaliações positivas de presidente (gráfico 5.1), há uma grande volatilidade, que se apresenta em queda no período das crises econômicas. É possível, pois, identificar alguma relação com o governante, ou seja, dependendo do presidente, ela se modifica. Já as curvas de opiniões positivas sobre governadores e prefeitos são mais estáveis, principalmente a partir do final da década de 90.

Passando aos testes de auto-regressão para séries temporais, relacionou-se as avaliações positivas e negativas dos governantes com algumas variáveis explicativas, tais como o próprio tempo; a existência ou não de processos eleitorais, no caso de presidente com os mandatos dos diferentes presidentes. A indicação de uma mudança consistente ao longo os 18 anos pesquisados apenas na opinião positiva sobre os prefeitos e a opinião positiva sobre o País. As demais opiniões não apresentaram resultados de alterações dentro da margem de erro, mostrando que variaram de maneira inconsistente ao longo do tempo, como indicam os gráficos anteriores.

TABELA 5.1 - AUTO-REGRESSÃO PARA OPINIÃO SOBRE PRESIDENTE DA REPÚBLICA

REGRESSOR	VARIABLE	B	APROX. PROB.
Ano	Presidente Positivo	1,078	0,106
	Presidente Negativo	-1,481	0,102
	Aprovação Desempenho	1,808	0,310
	País Positivo	1,498**	0,003
	Governador Positivo	0,702	0,157
	Prefeito Positivo	3,221**	0,010

** Significativo ao nível de 0,01

Quando considerada a variável dicotômica ano eleitoral (sim ou não) como variável independente da auto-regressão, as curvas de opinião sobre desempenho

do presidente, aprovação do governo e avaliação do País não são significativamente relevantes, indicando a possibilidade de estabilidade ou oscilação randômica. No caso da avaliação positiva do País, trata-se de estabilidade visualmente percebida. Já para as avaliações do governante, há mudanças randômicas na curva. Isso indica que o impacto dos processos eleitorais nas avaliações que o cidadão faz dos governantes e do País é muito pequeno.

TABELA 5.2 - AUTO-REGRESSÃO ENTRE MANDATO E AVALIAÇÃO DO PRESIDENTE

REGRESSOR	VARIABLE	B	APROX. PROB.
Eleição	Presidente Positivo	1,347	0,688
	Presidente Negativo	2,226	0,454
	Aprovação Desempenho	-13,761	0,821
	País Positivo	0,047	0,989

Ao substituir a variável independente Período Eleitoral pelo governo³⁹, percebe-se um crescimento no número de relações significativas ao longo do tempo, ou seja, de mudanças consistentes (em uma direção principal). As variáveis dependentes Avaliação Positiva do Presidente e Avaliação Positiva do País apresentam crescimento ao longo do tempo, indicando que os presidentes mais recentes apresentaram desempenho melhor nessas opiniões em relação aos presidentes do início da curva, como mostra a tabela 5.3. O mesmo acontece com a Avaliação Negativa do Presidente, que diminui ao longo do tempo de maneira consistente, mostrando que os presidentes mais recentes tiveram avaliações negativas em índices historicamente menores que os presidentes do início da curva. Porém, a curva de aprovação do desempenho dos governos não apresenta mudança significativa em uma única direção ao longo de todo o período. A avaliação do País também cresce

³⁹Aqui são considerados quatro períodos distintos sendo diferentes os governos de Lula, Fernando Henrique Cardoso e Sarney, enquanto Fernando Collor de Melo e Itamar Franco são considerados no mesmo governo.

significativamente nos períodos dos últimos governantes, quando comparados aos do início da curva.

TABELA 5.3 - AUTO-REGRESSÃO PRESIDENTE E AVALIAÇÃO DO GOVERNO

REGRESSOR	VARIABLE	B	APROX. PROB.
Nome Presidente	Presidente Positivo	8,288**	0,005
	Presidente Negativo	-10,683**	0,005
	Aprovação Desempenho	10,725	0,270
	País Positivo	7,982**	0,002

** Significativo ao nível de 0,01

Os resultados acima não são suficientes para explicar se as mudanças acontecem em um governo específico ou se elas são resultados de alterações ao longo do período, independente do governante. Por isso, justifica-se analisar as curvas de opinião em cada governo, comparando-as com os demais períodos. Na tabela 5.4, comparando o governo Lula com o restante do período, percebe-se que o único resultado significativo estatisticamente é o da Avaliação Positiva do País, com índice positivo em relação aos demais governos. Todas as outras variáveis apresentam relações muito fracas ao longo do tempo, mostrando que até agosto de 2005 o governo Lula não apresentava alterações significativas na opinião pública em relação aos seus antecessores no que diz respeito à avaliação positiva, negativa e aprovação do desempenho.

TABELA 5.4 - AUTO-REGRESSÃO ENTRE LULA E AVALIAÇÃO DO GOVERNO

REGRESSOR	VARIABLE	B	APROX. PROB.
Lula	Presidente Positivo	7,955	0,095
	Presidente Negativo	-7,919	0,192
	Aprovação Desempenho	10,725	0,270
	País Positivo	7,895*	0,052

* Significativo ao nível de 0,05

Na comparação do governo de Fernando Henrique Cardoso, considerando os dois mandatos, não há nenhuma alteração consistente das curvas ao longo do tempo com os demais governantes, segundo a tabela 5.5. O mesmo acontece quando

se considera apenas o primeiro mandato, ou seja, naquele momento a opinião pública avalia o governo FHC de maneira parecida com que são avaliados os presidentes anteriores e posterior. Já no segundo mandato, percebe-se a existência de índices de auto-regressão fortes e consistentes ao nível de significância de 0,01 para Avaliação Positiva do Presidente e Aprovação do Desempenho do Presidente, ambos coeficientes de relação no tempo negativos. Isso mostra que, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, os índices de aprovação popular foram significativamente menores que os dos demais presidentes. A Avaliação Negativa do Presidente também variou de maneira consistente ao longo do segundo mandato de FHC de forma positiva, ou seja, crescente em relação aos mandatos anteriores. Quando comparados, os resultados dos dois mandatos de FHC se mantêm consistentes com os anteriores, pois, em relação ao segundo mandato, o primeiro apresenta um índice estatisticamente significativo para a Avaliação Positiva do Presidente e para Aprovação do Desempenho (este é significativo ao nível de 0,01). Em outras palavras, se de maneira geral o primeiro mandato de FHC ficou na média das avaliações dos presidentes dos últimos 18 anos, há uma variação significativa entre os dois mandatos, pois, no segundo, ele apresentou uma queda nas avaliações positivas e crescimento nos índices de rejeição que foram consistentes ao longo do tempo, quando comparados aos demais períodos. Demonstra haver, portanto, uma opinião pública não uniforme a respeito dos temas entre os dois mandatos.

TABELA 5.5 - AUTO-REGRESSÃO ENTRE FHC E AVALIAÇÃO DO GOVERNO

REGRESSOR	VARIABLE	B	APROX. PROB.
FHC tudo	Presidente Positivo	3,583	0,421
	Presidente Negativo	-6,354	0,229
	Aprovação Desempenho	-10,725	0,270
	País Positivo	-3,564	0,418
FHC 1.º mandato	Presidente Positivo	6,538	0,137
	Presidente Negativo	-4,569	0,391
	Aprovação Desempenho	12,435	0,235
	País Positivo	0,716	0,895
FHC 2.º mandato	Presidente Positivo	-20,917**	0,000
	Presidente Negativo	22,069**	0,000
	Aprovação Desempenho	-32,442**	0,000
	País Positivo	-5,399	0,177
FHC 1.º mandato e FHC 2.º mandato	Presidente Positivo	7,416*	0,043
	Presidente Negativo	-3,238	0,521
	Aprovação Desempenho	29,098**	0,000
	País Positivo	5,572	0,289

* Significativo ao nível de 0,05

** Significativo ao nível de 0,01

Considerando que foi no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso que aconteceram as principais crises econômicas internacionais do período, é possível indicar a existência de uma correlação entre a avaliação econômica que o cidadão faz do País com a do governante. Por isso, inclui-se como variável dependente no modelo a avaliação que as pessoas fazem de suas próprias rendas nos seis meses anteriores à pesquisa e a expectativa que elas têm em relação à própria renda para os próximos seis meses. O gráfico 5.3 mostra uma constante estabilidade ao longo do tempo para as respostas de crescimento da renda nos últimos seis meses – em torno de 15%. Já a curva de expectativa de crescimento de renda no próximo semestre apresenta uma volatilidade grande durante todo o período. Até 2000, ela tinha uma tendência de queda, quando subiu significativamente o percentual dos que esperavam melhoria na renda em um futuro próximo, para voltar a cair até 2002 e depois reapresentar uma curva de oscilação entre crescimento e queda. Outra informação importante fornecida pelo gráfico é o de que até 2004 a distância entre a expectativa de melhoria de renda e a melhoria efetiva de renda ultrapassava, na maioria das vezes, dez pontos percentuais, chegando a 50 pontos

percentuais em 2003. Porém, a partir de então, as duas curvas começaram a convergir e o percentual de brasileiros que acreditam que sua renda melhorará nos próximos seis meses passou a ser de apenas 10 pontos percentuais superior ao percentual dos que disseram que sua renda aumentou efetivamente no último semestre. Testes de auto-regressão vão mostrar a existência ou não da relação entre essas variáveis econômicas e as avaliações dos governantes. Um dos primeiros trabalhos a relacionar avaliação de governos democráticos com situação econômica foi de Inglehart (1988), quando ao comparar a opinião pública de vários países sobre o quadro político com a situação pessoal, o autor argumenta que existem tendências de curto e longo prazo nas avaliações dos governantes. A característica de longo prazo está relacionada à cultura política e tende a se manter no tempo, apesar das oscilações causadas pela conjuntura econômica; nesse caso, o nível de satisfação com os governantes tende a declinar rapidamente em democracias atingidas por crises econômicas (INGLEHART, citado por MUSZYNSKI, 1990). O gráfico 5.3 mostra as oscilações ao longo do tempo na opinião pública brasileira sobre a perspectiva de melhoria da renda nos próximos meses e se isso aconteceu de fato nos meses anteriores. Como pode-se perceber, a curva de expectativa de melhoria é sempre superior à do aumento de renda real. A questão é saber se tanto a expectativa quanto o ganho real de renda têm impacto nas avaliações dos governos brasileiros, como identificado por Inglehart nas democracias européias dos anos 80.

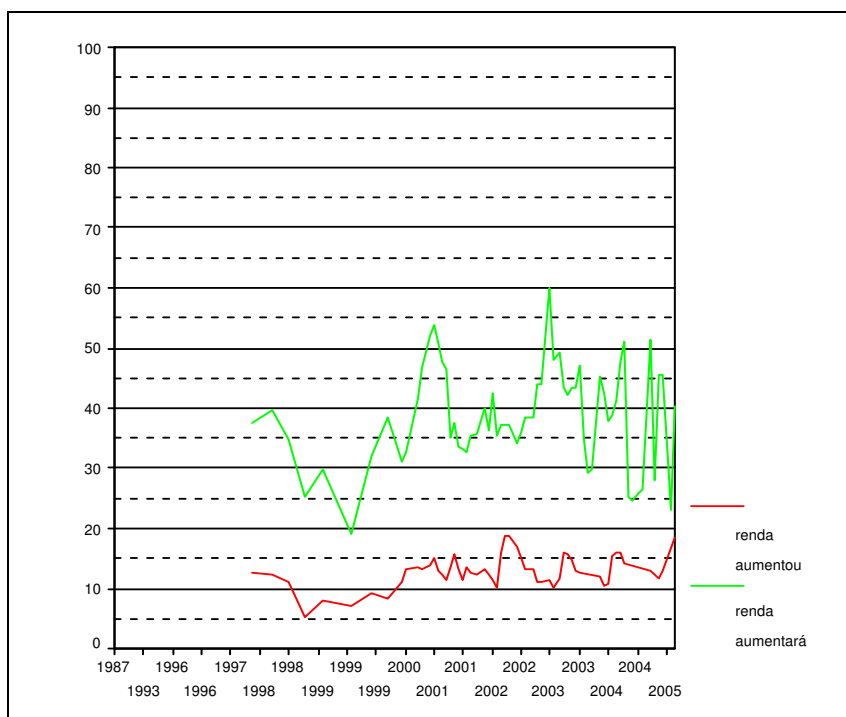


GRÁFICO 5.3 - SÉRIE DE OPINIÕES SOBRE RENDA PESSOAL (ID: 01 A 138 – ANEXO A)

Para os testes de auto-regressão foram consideradas as respostas positivas, ou seja, o percentual dos que responderam que a renda cresceu nos últimos seis meses e que crescerá no próximo semestre. As variáveis regressoras são a avaliação positiva do País, do presidente e do governo (nome do presidente). Porém, em relação ao governo Lula foi até agosto de 2005 e em relação ao segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, já a curva de respostas sobre renda começa apenas no segundo semestre de 1997.

TABELA 5.6 - AUTO-REGRESSÃO AVALIAÇÃO DO PAÍS, GOVERNANTE E GOVERNO COM VARIÁVEIS ECONÔMICAS

REGRESSOR	DEPENDENTE	B	APROX. PROB.
País Positivo	Renda aumentou	-0,131	0,615
	Renda vai aumentar	0,340**	0,001
Presidente Positivo	Renda aumentou	0,329	0,404
	Renda vai aumentar	0,856**	0,000
Lula	Renda aumentou	0,002	0,705
	Renda vai aumentar	0,002	0,468
FHC 2.º mandato	Renda aumentou	-0,008	0,303
	Renda vai aumentar	-0,010**	0,004

** Significativo ao nível de 0,01

Os resultados mostram que não existe relação ao longo do tempo entre a variável econômica "renda cresceu nos últimos seis meses" e todas as variáveis regressoras incluídas no modelo. Porém, a expectativa de crescimento da renda no próximo semestre aponta para mudanças significativas ao longo do tempo em relação a algumas variáveis regressoras. É o caso da avaliação positiva do País e a expectativa de aumento da renda. Também há uma relação significativamente positiva entre a expectativa de aumento da renda e a avaliação positiva do presidente, confirmando a hipótese inicial de relação entre avaliação econômica e avaliação do desempenho do governante. Já em relação aos diferentes mandatos, ao governo Lula especificamente e ao primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, as alterações na expectativa de aumento de renda não são significativas. No entanto, a expectativa de crescimento de renda no segundo mandato de FHC é significativamente menor que nos demais períodos, indicando uma relação direta entre a variável econômica e o desempenho dos governantes.

5.1.2 Avaliação Anual de Governantes⁴⁰

Faz-se a análise da mudança de opinião anual sobre os governos e governantes a partir de dados coletados nos mesmos meses de cada ano da curva. Considerando que as variáveis econômicas apresentaram rendimento analítico para explicar a volatilidade nas opiniões sobre os governos, serão incluídos outros dados de origem econômica para aprofundar a explicação. A opinião pública sobre aprovação ou rejeição de governos e governantes carrega por origem a volatilidade como característica, pois é esperado que ela se mostre sensível às mudanças de governos, de políticas públicas e, como resposta, aos resultados das ações políticas

⁴⁰O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo B.

das diferentes esferas de poder político. O gráfico 5.4 mostra a dinâmica da opinião do brasileiro a respeito do desempenho do presidente da república, quando os respondentes avaliam de maneira positiva ou negativa o governo federal.

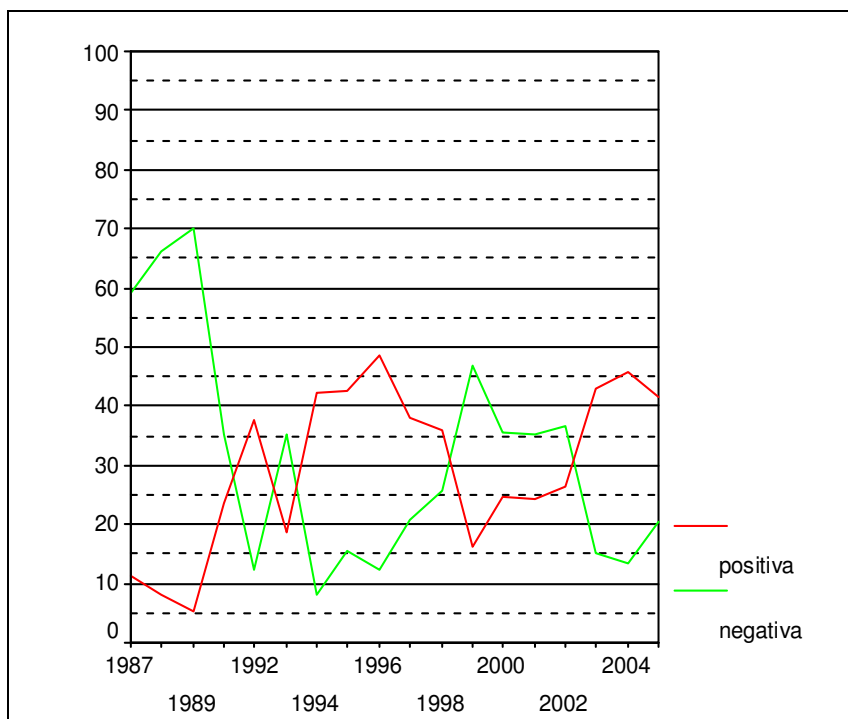


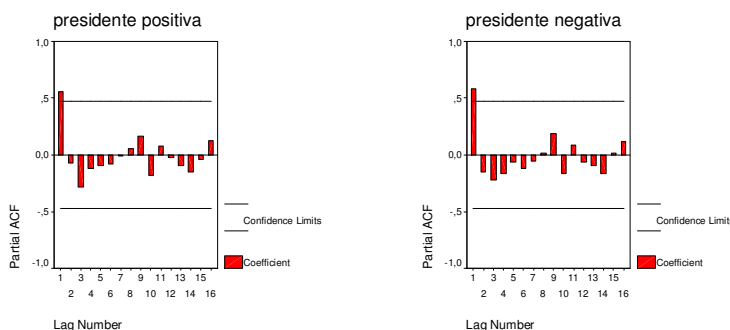
GRÁFICO 5.4 - SÉRIE ANUAL AVALIAÇÃO POSITIVA E NEGATIVA DO PRESIDENTE (ID:4
A 7;9 A11;1,25,31,36,64,79,91,107,119,131,138 – ANEXO B)

É possível perceber uma oscilação muito grande nas tendências das curvas sobre as opiniões a respeito dos governos dos presidentes entre 1987 e 2005. A opinião negativa a respeito do governo varia entre 70% em 1989 até 9% em 1994. Já a opinião positiva vai do mínimo de 5% em 1989 até 47% em 1996. Apesar das grandes oscilações, as somas das primeiras diferenças nas duas variáveis indica uma tendência histórica de crescimento da opinião positiva, pois o resultado é de 30,16 e uma queda na tendência de avaliação negativa com o resultado da soma das primeiras diferenças resultando em -38,16. Como a queda nas opiniões negativas foi maior que o crescimento nas opiniões positivas, quando consideradas as diferenças de primeira ordem, pode-se concluir que uma parte do público deixou

de avaliar negativamente o governo nesse período, mas não passou a avaliá-lo positivamente, ficando na avaliação regular.

Como os resultados dos testes de auto-regressão indicam que os valores das opiniões positivas e negativas sobre os governos apresentam não-estacionariedade⁴¹, não é possível usar os testes de regressão linear clássicos para medir o tamanho da mudança ao longo do tempo. Os resultados das autorregressões de séries temporais confirmam o que foi indicado pela soma das primeiras diferenças, porém em uma proporção menor em função do ajuste pela desconsideração dos efeitos retardados. Pelo teste, ao longo do tempo, o coeficiente Beta para a opinião positiva em relação ao governo foi de 1,50, o que significa um ganho de 1,5 ponto percentual a cada ano nesse tipo de avaliação do governo ao longo da curva. O resultado é não-significativo, pois há um coeficiente com significância de 0,060. Já a auto-regressão para a opinião negativa sobre o governo em relação ao ano apresenta como resultado um Beta de -1,99 ponto percentual, o que significa que, para cada ano, a avaliação negativa do governante cai quase dois pontos considerando as variações na curva histórica sem os efeitos retardados. Aqui o coeficiente de significância é ainda menor, ficando em 0,091. Esses testes mostram

⁴¹O teste autocorrelação indica que o coeficiente de primeira ordem ultrapassa os limites de confiança para a opinião positiva e negativa a respeito do governo do presidente, como mostram os gráficos abaixo. Nesses casos, recomenda-se o uso do teste de auto-regressão de séries temporais, pois há quebra dos pressupostos de independência das observações. A auto-regressão usa um retorno, retirando o efeito de correlação entre as observações.



que, ao desconsiderarmos os efeitos passados das opiniões, a mudança ao longo do tempo na avaliação dos governos dos cinco presidentes que constam na série histórica não apresenta uma alteração consistente.

É possível que outras variáveis expliquem a mudança na opinião pública a respeito dos governantes, como aconteceu com as variáveis econômicas das séries mensais. As categorias usadas como variáveis intervenientes nos processos de avaliação dos governantes podem ser de ordem social, tal como a redução da pobreza, resultando em um suposto efeito positivo para o governo; ou de ordem econômica, tal como a redução da taxa de desemprego, da inflação ou da diferença real no valor do salário mínimo, o que gera uma satisfação maior no público e por consequência uma aprovação do governo. Pode-se considerar ainda que as opiniões sobre determinados temas tenham impacto na avaliação dos governantes como, por exemplo, a opinião sobre o crescimento da corrupção que resulta em um crescimento da avaliação negativa do governo. Além disso, as diferenças nas avaliações positivas e negativas dos governantes devem-se às diferenças dos próprios governos. Os resultados das auto-regressões das opiniões positivas e negativas dos governantes com as variáveis intervenientes para o período em análise encontram-se resumidos na tabela 5.7.

TABELA 5.7 - INTERVENÇÃO DE VARIÁVEIS ECONÔMICAS E SOCIAIS NA AVALIAÇÃO DO GOVERNANTE

VARIÁVEL INTERVENIENTE	AVALIAÇÃO POSITIVA		AVALIAÇÃO NEGATIVA	
	B	sig	B	sig
Salário mínimo	0,120**	0,000	0,167**	0,003
Índice de Pobreza	0,956**	0,006	1,540**	0,002
Opinião de que corrupção está crescendo	- 0,426*	0,049	0,395**	0,000
Taxa anual de inflação	- 0,702**	0,001	0,997**	0,000
Taxa de desemprego	2,012**	0,000	- 0,116	0,993
Mandato	- 2,588	0,281	8,421**	0,000
Tempo de governo	0,123	0,946	11,610**	0,000

* Significativo ao nível de 0,05
 ** Significativo ao nível de 0,01

Os testes de auto-regressão apresentam resultados significativos para a maioria das variáveis intervenientes na relação com a avaliação positiva e negativa do governo federal. A regressão com salário mínimo real mostra um coeficiente Beta de 0,120 com nível de significância de 0,000, demonstrando que é significativa do ponto de vista estatístico o aumento da avaliação positiva do governo em anos nos quais há um maior crescimento real do valor do salário mínimo. A regressão da curva de avaliação negativa do governante com a variável salário mínimo real apresenta um Beta de 0,167, com nível de significância de 0,003. Como o valor B é positivo, as variáveis mudam no mesmo sentido. A princípio, parece pouco racional que a opinião pública brasileira negativa em relação ao governante cresça com algum grau de determinação de crescimento do salário mínimo real; foi o que aconteceu no período analisado. O gráfico 5.5 mostra que até 1992 o valor real do salário mínimo apresentou uma queda, enquanto o percentual de avaliação positiva do governo aumentou. A partir de 1992, o valor real do salário mínimo apresentou crescimento contínuo, enquanto a avaliação positiva do governante manteve-se oscilando entre 20% e 40% do total. Portanto, deve-se considerar a inexistência de impacto da variação do valor real do salário mínimo na curva de avaliação do governo federal.

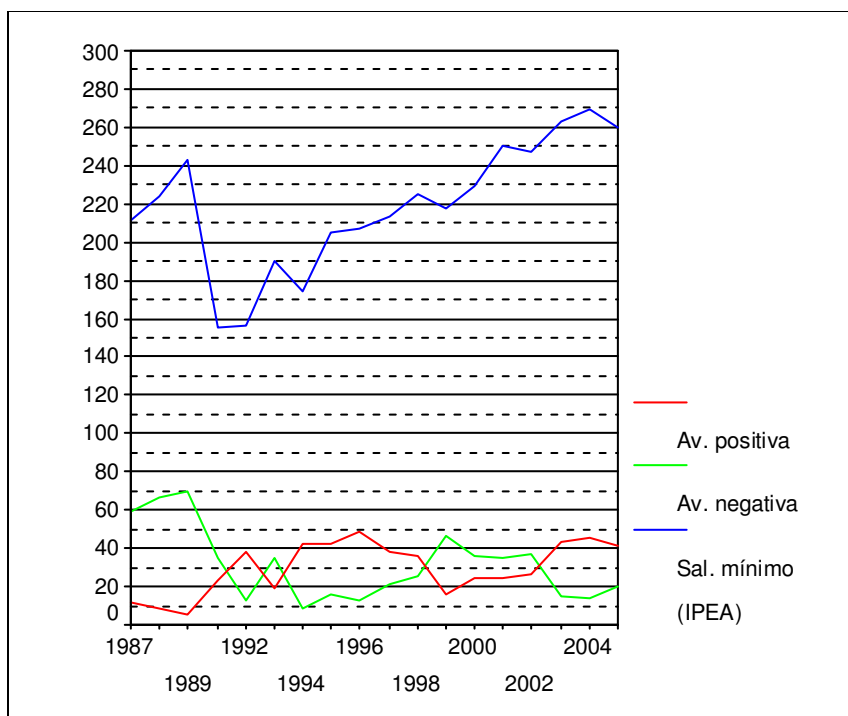


GRÁFICO 5.5 - SÉRIES DE AVALIAÇÕES DOS GOVERNANTES E DE VALORES DE SALÁRIO MÍNIMO (ID:4 A 7;9 A11;1,25,31,36,64,79,91,107,119,131,138 – ANEXO B)

Na auto-regressão entre avaliação positiva do governo e opinião sobre o crescimento da corrupção do País a relação também é significativa, com nível de significância de 0,049 e um Beta de $-0,426$, ou seja, quando a opinião pública afirma que a corrupção está crescendo há uma significativa queda na avaliação positiva do governo. A corrupção e a avaliação negativa também apresentam uma relação na mesma direção, o que é significativo, pois há um Beta de $0,395$ e nível de significância de 0,000, ou seja, quando uma opinião apresenta queda, a outra está em alta. A partir do gráfico 5.6, é possível perceber como as curvas de aumento de corrupção e avaliação negativa apresentam praticamente os mesmos movimentos.

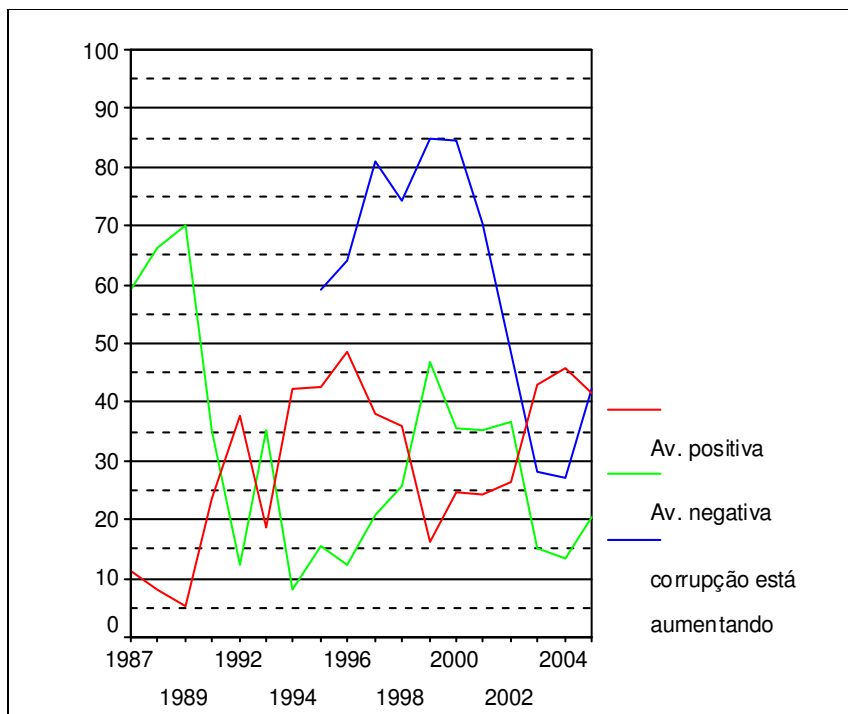


GRÁFICO 5.6 - SÉRIES DE AVALIAÇÕES DOS GOVERNANTES E SOBRE CRESCIMENTO DA CORRUPÇÃO (ID:4 A 7;9 A 11;1,25,31,36,64,79,91,107,119,131,138 – ANEXO B)

Outra relação inversa com índice significativo é entre o índice de inflação e a avaliação positiva do governo. O coeficiente Beta é de -0,702, com sig⁴² de 0,001. Já a relação com avaliação negativa apresenta um sig de 0,000 e coeficiente Beta de 0,997. As opiniões positivas e negativas em relação ao governante mostram-se oscilantes durante todo o período analisado, enquanto o índice de inflação mensal a partir de 1994 fica estável, de acordo com o gráfico 5.7, mostrando uma independência entre as variáveis. Porém, os testes estatísticos indicam a existência de relação consistente e inversa entre as opiniões manifestadas.

⁴²A partir daqui, o termo nível de significância será substituído, sempre, pela sigla sig.

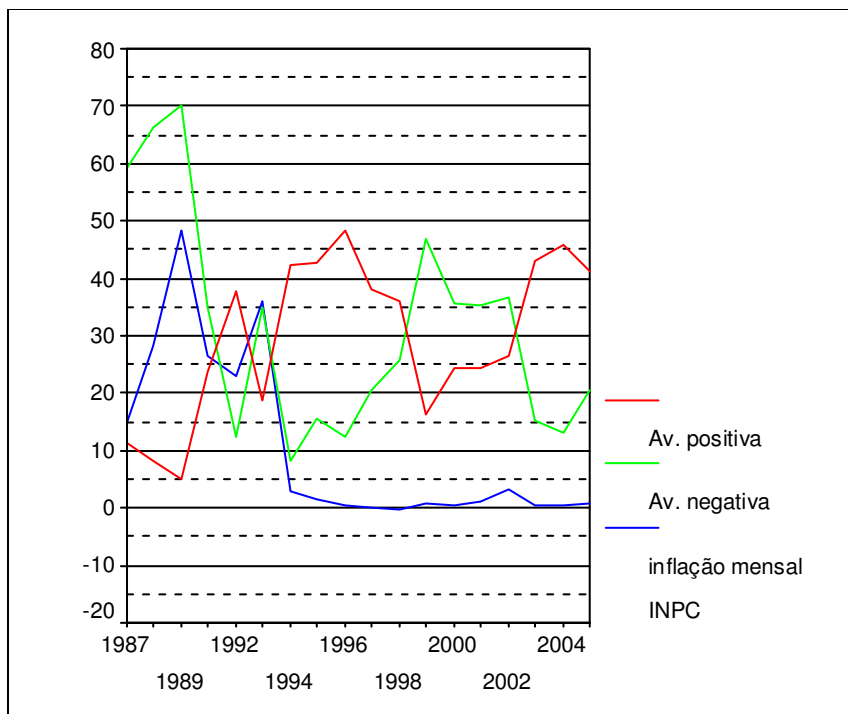


GRÁFICO 5.7 - SÉRIES HISTÓRICAS DE AVALIAÇÕES DOS GOVERNANTES E ÍNDICES DE INFLAÇÃO MENSAL (ID:4 A 7;9 A11;1,25,31,36,64,79,91,107,119,131,138 – ANEXO B)

As regressões não significativas com avaliação positiva foram com a variável "mandato", indicando que independe do presidente que está no governo, pois no período não há impacto na relação com a avaliação positiva do governo com sig de 0,281. Além disso, a regressão com o número de anos de governo, apresentou um sig de 0,946. Isso mostra que o tempo transcorrido do mandato não tem influência significativa na variação da avaliação positiva do governo.

Outra mudança significativa no mesmo sentido se dá na relação entre aumento da pobreza e aumento da avaliação negativa, com coeficiente Beta de 1,540 e nível de significância de 0,002. Em outras palavras, conforme crescem os índices de pobreza no país, cresce também o percentual de avaliação negativa do presidente.

No caso da avaliação negativa, a variável "mandato" e "anos de governo" apresentam-se com nível de significância alto, o que não acontece com a "avaliação positiva". A variável mandato apresenta um coeficiente de auto-regressão Beta de

0,842, com nível de significância de 0,000, indicando que, dependendo do presidente, no período há um significativo crescimento da avaliação negativa. Em relação ao tempo de mandato, medido em anos de governo, a relação com avaliação negativa pela opinião pública também se apresenta significativa e na mesma direção, pois manifestam Beta de 11,610 e nível de significância de 0,000 – ou seja, quanto mais tempo percorrido em um mandato, maiores as chances de crescimento de avaliação negativa do governante. A única variável interveniente, entre as testadas, que se apresentou com nível de significância acima do limite crítico, com sig de 0,993, foi a Taxa de Desemprego, indicando que o aumento ou redução do índice de desemprego no País tem um impacto não significativo na avaliação do governante.

A relação que existe entre avaliação positiva e negativa do desempenho do presidente da república com as variáveis intervenientes permite que se faça alguns apontamentos a respeito da dinâmica da opinião pública sobre o tema. O que a princípio parecia ser opinião randômica, pautada, possivelmente por manifestações pouco racionais nas avaliações dos governos, pois alterna movimentos de crescimento e queda muito acelerados e curtos, mostra-se como uma opinião fortemente relacionada com as alterações de algumas variáveis intervenientes de ordem econômica e social. As opiniões sobre o governante estão diretamente relacionadas com as opiniões sobre crescimento da corrupção, o que indica uma relação da opinião pública com critérios morais de avaliação dos governos. Também há forte relação com a taxa de desemprego; conforme ele aumenta, cresce a avaliação negativa do governo e diminui a positiva. Essas duas variáveis, uma de caráter moral e outro econômico, mostraram-se como as mais fortemente relacionadas às avaliações de governantes. Já a variável tempo de governo não mostrou relação significativa com nenhuma das opiniões sobre os governantes, contrariando a idéia de que, conforme se aproxima o final do mandato, tende a aumentar os índices de rejeição.

Nem sempre é assim. Os diferentes presidentes do período não se mostraram intervenientes no que diz respeito à opinião positiva, porém houve relação significativa com a avaliação negativa, indicando que um ou alguns dos presidentes do período, embora tenham tido avaliações positivas similares, apresentaram discrepâncias no que diz respeito à opinião negativa. Como o coeficiente Beta é positivo, as discrepâncias foram no sentido de que em alguns dos mandatos apresentaram percentuais de opinião negativa muito acima dos demais. Isso aconteceu principalmente na última parte do governo Sarney, que aparece no início da curva.

As variáveis "taxa de desemprego", "índice de pobreza" e "valor real do salário mínimo" apresentaram relação significativa e na mesma direção que a avaliação negativa, ou seja, conforme cresciam seus índices também aumentava a avaliação negativa do governo. Porém, a relação também se mostrou positiva com avaliação positiva do governo.

A princípio, pode parecer uma contradição, mas é preciso considerar que o desempenho dos três indicadores citados está diretamente relacionado a uma política econômica ampla, que tem por objetivo garantir a estabilidade da economia, através de uma política de juros que gera, entre outros efeitos, recessão econômica. Como a opinião pública mostra-se favorável a esse tipo de política durante todo o período (ver relação com taxa de inflação), é possível conceber que em favor de um resultado mais amplo, a estabilidade, a opinião pública reconhece como "efeito colateral" da política econômica o crescimento do desemprego e da pobreza.

Em suma, a opinião negativa a respeito do governante mostrou-se mais permeável pelas variáveis intervenientes analisadas aqui do que a avaliação positiva, o que indica uma maior capacidade de relacionar o desempenho da economia e de variáveis sociais com crítica ao governante. Enquanto isso, a avaliação positiva mostra-se menos sensível às variáveis intervenientes tratadas aqui, embora também se apresente estatisticamente significativa para a maioria dos casos. Como se pode perceber, a análise da relação entre a opinião pública a respeito do desempenho do

governante, que a princípio parecia ser volátil, ao ser comparada com algumas variáveis intervenientes, mostrou-se que é racionalmente explicável.

Esse tipo de relação econômica na política vem sendo fartamente documentado pela literatura internacional em estudos de comportamento dos eleitores. A teoria do voto retrospectivo (KEY, 1968; FIORINA, 1981) e do voto prospectivo (LANOUE, 1994) têm demonstrado como o eleitor pode considerar os ganhos passados ou as expectativas de ganhos futuros para decidir em quem votar.⁴³ Morris Fiorina, em seu trabalho "*Retrospective Voting in American National Elections*", apresenta uma série de resultados de testes de independência (Qui-quadrado) estatisticamente significativos na relação entre avaliação da situação financeira, das condições econômicas e do voto para o congresso norte-americano. Os resultados dos testes de auto-regressão acima indicam que a avaliação econômica não deve ser aplicada apenas ao comportamento do eleitor no momento da decisão do voto, mas também ao do cidadão que, a qualquer instante, quando chamado a avaliar o governante, faz relações com variáveis econômicas, especialmente para considerar negativamente o governo.

5.1.3 Avaliação Anual do Presidente e do País⁴⁴

Na comparação entre a opinião pública em relação ao País e aos governantes, é possível indicar, em primeiro lugar, que a avaliação positiva do Brasil mostra-se com uma dinâmica distinta das opiniões sobre o presidente, conforme o gráfico 5.9. A avaliação positiva do Brasil passa a ser superior à avaliação positiva do governo de 1990 até 2005, com índice crescente até 1998 e estabilidade entre 70% e 80% a

⁴³Em sua dissertação de mestrado, Malco Camargos Braga, após analisar o comportamento do eleitor na eleição de 1994 para presidência da república conclui que o eleitor age racionalmente. Uma parcela significativa deles apresenta consistência partidária em suas escolhas, por isso as variáveis econômicas tiveram pesos diferenciados nos votos a Fernando Henrique Cardoso e Lula (BRAGA, 1999).

⁴⁴O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo B.

partir de então. Por outro lado, a aprovação do governo apresenta as variações nos dois sentidos durante o período, como demonstrado anteriormente. O isolamento da avaliação positiva do País indica que o brasileiro médio consegue distinguir os resultados dos governos das expectativas a respeito do Brasil.

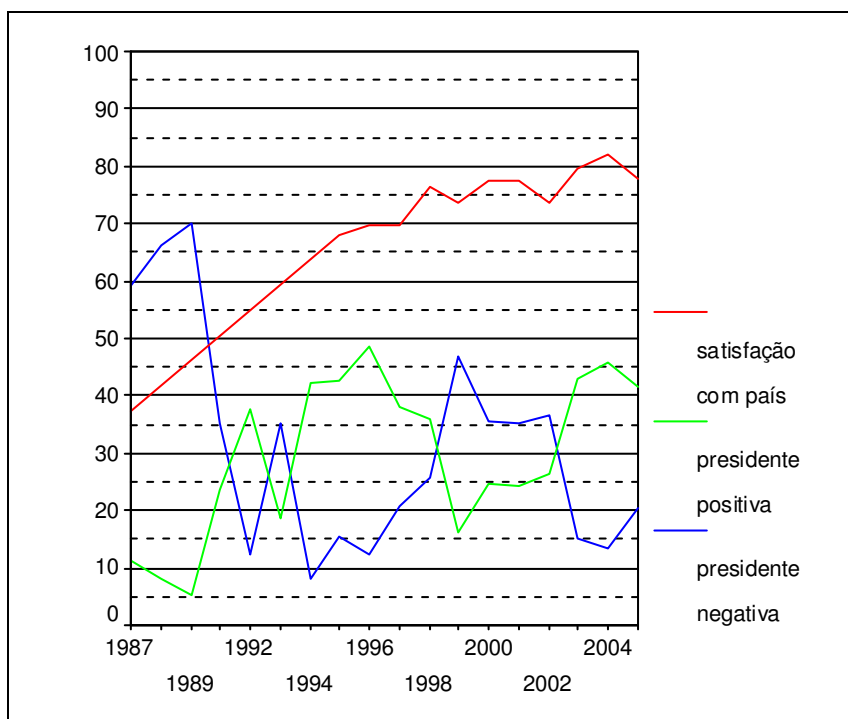


GRÁFICO 5.8 - SÉRIES TEMPORAIS DE AVALIAÇÕES DE PRESIDENTES E SATISFAÇÃO COM O PAÍS (ID:4,15,25,31,36,64,79,91,107,119,131,138 – ANEXO B)

A auto-regressão de séries temporais, considerando a avaliação positiva do Presidente como variável independente e "satisfação com o País" como dependente, confirma a inexistência de relação direta entre a opinião do brasileiro médio sobre o País e o desempenho dos governantes. Em relação à avaliação positiva, o coeficiente Beta é de $-0,085$, com índice de significância de $0,877$, enquanto em relação à opinião negativa do governante, a relação com a opinião positiva sobre o País é de Beta de $-0,366$ e nível de significância de $0,442$. A literatura sobre o tema tem apontado para uma forte relação entre variáveis econômicas e expectativas políticas, inclusive quanto à democracia, mostrando que há uma relação direta entre a satisfação com a renda, aprovação de políticas

públicas e instituições políticas. Porém, a opinião pública brasileira não relacionada satisfação com o País com o desempenho do governante.

A avaliação positiva do presidente do Brasil não é o único caso de oscilação randômica, quando analisada isoladamente. A avaliação positiva dos norte-americanos a respeito de seu presidente também apresenta fortes oscilações ao longo do tempo, não sendo possível identificar nenhum padrão consistente, como demonstra o gráfico abaixo, que compara as avaliações positivas dos brasileiros e dos norte-americanos a respeito do presidente da república. A série norte-americana⁴⁵ é muito mais extensa que a brasileira, pois tem início em 1937 e desde então a mesma pergunta sobre avaliação do presidente é repetida pelo menos uma vez ao ano. No caso brasileiro é possível identificar uma repetição da pergunta sobre avaliação do presidente a partir de 1989.

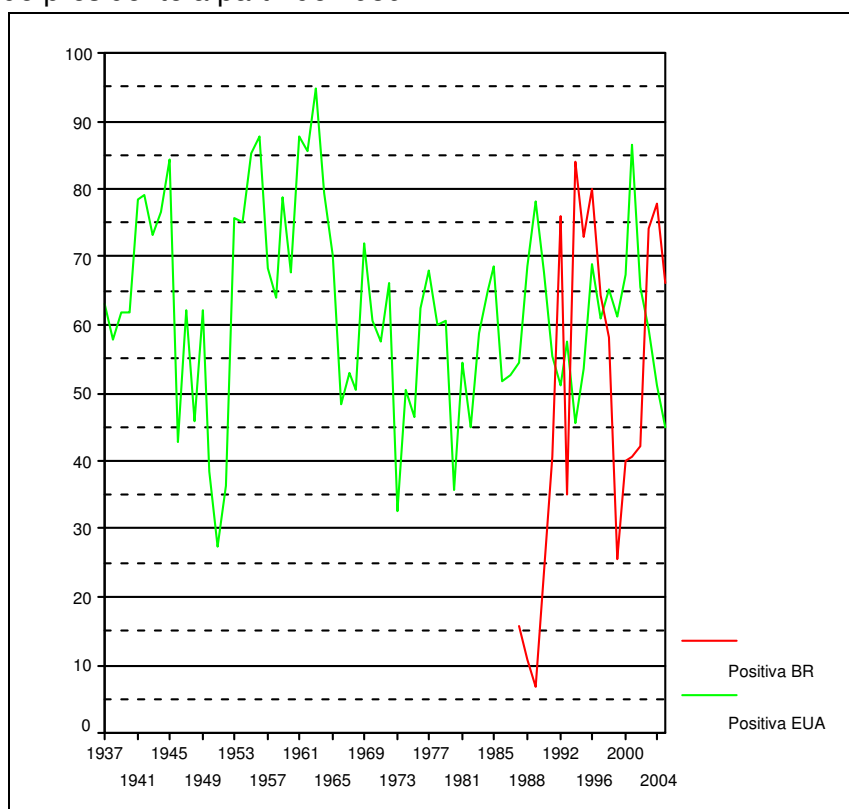


GRÁFICO 5.8.1 - SÉRIES TEMPORAIS DE AVALIAÇÕES POSITIVAS DE PRESIDENTES DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS

⁴⁵ A série apresentada aqui foi retirada da página na internet do Roper Institute.

Os testes de auto-regressão indicam resultados não-significativos para os dois países. No brasileiro, o nível de significância fica em 0,102 para autoregressão com Ano de realização pesquisa. No caso dos Estados Unidos, o nível de significância é de 0,350 para o mesmo teste. Isso indica que assim como no Brasil, a opinião favorável ao presidente dos EUA oscila ao longo do tempo, não podendo ser explicada por si própria, mas, como foi visto anteriormente na opinião pública brasileira, em função de mudanças nas opiniões sobre temas relacionados ao desempenho do presidente da república, como variáveis econômicas e políticas.

5.1.4 Eleitores que Dizem Votar em Candidato e Preferência Partidária⁴⁶

Entre 1972 e 2004 houve uma grande variação do percentual de eleitores brasileiros que escolheram em quem votar em função do candidato ao invés de votar a partir da escolha em determinado partido político. Esse é um caso em que a opinião pública apresenta-se com alterações significativas, acima do intervalo de cinco pontos percentuais e não há indicação de uma única direção na mudança da opinião. O menor percentual de personalismo do voto é encontrado em 1989, quando ele foi de 39%, enquanto o maior percentual de voto no candidato aparece em 1998, com 86% do total. No período analisado, a média de eleitores que decidem o voto de forma personalista é de 64% ao longo do tempo.

⁴⁶O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo C.

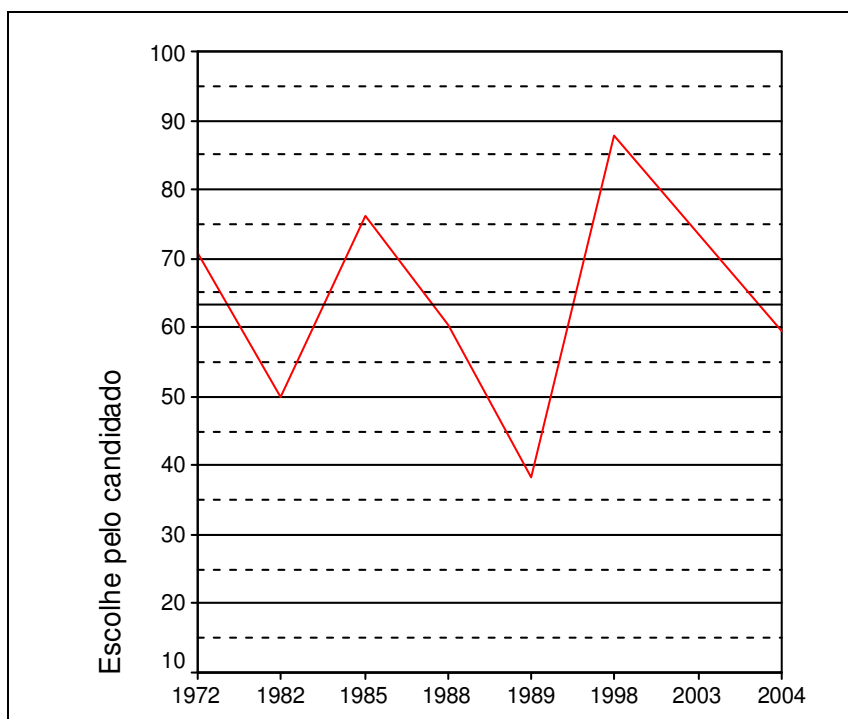
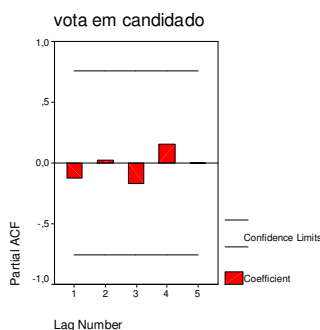


GRÁFICO 5.9 - SÉRIE TEMPORAL DE VOTO PERSONALISTA NO BRASIL (ID: 139, 140, 141, 143, 144, 153, 159 – ANEXO C)

Como os resultados da autocorrelação parcial das variáveis de tempo e de voto personalista indicam a inexistência de estacionaridade nas variáveis⁴⁷, é possível fazer análises a partir de regressão linear com a variável "vota em candidato" como dependente. No entanto, será utilizado o teste de auto-regressão

⁴⁷Conforme indicam os gráficos abaixo de autocorrelação da variável voto personalista entre "vota em candidato" e "ano" há estacionaridade, pois os coeficientes ficam abaixo dos limites de confiança, como mostra o gráfico abaixo. Apesar disso, para dar mais consistência aos testes, será usado o método de auto-regressão.



para dar mais consistência estatística aos resultados. Intuitivamente pode-se imaginar que a relação entre o percentual de voto personalista e o tempo será muito baixa, pois as mudanças na direção da curva acontecem durante todo o período, indicando fortes alterações de direção da curva. Justamente é isso o que mostram os resultados dos testes de auto-regressão da variável ao longo do tempo. O nível de significância do teste é de 0,358, muito acima do limite aceitável e o coeficiente Beta fica em $-0,643$, conforme mostra a tabela 5.8.

TABELA 5.8 - AUTO-REGRESSÃO NO TEMPO DE VOTO PERSONALISTA

REGRESSOR	VAR. DEPENDENTE	BETA	SIG
Ano	Escolhe candidato pela pessoa	-0,643	0,358

Também é possível analisar a seqüência temporal de preferências partidárias, comparando-a com a seqüência de voto "no candidato" para tentar identificar alguma relação entre essas duas opiniões eleitorais.

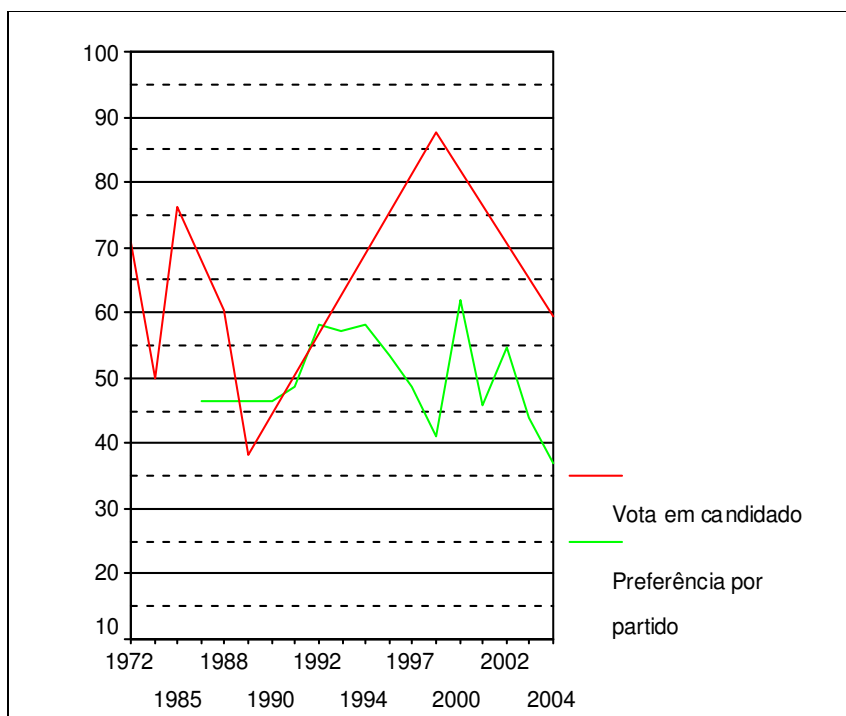


GRÁFICO 5.10 - SÉRIES DE PREFERÊNCIA POR PARTIDO POLÍTICO E VOTO PERSONALISTA NO BRASIL (ID: 139, 140, 141, 142, 143, 144 A 153, 155 A 159 – ANEXO C)

O gráfico 5.10 mostra uma relação, ainda que fraca, entre as duas tendências, isto é, quando a preferência partidária é alta, o voto personalista tende a apresentar uma curva em queda. Quando este último cresce, o primeiro apresenta uma queda. No entanto, apesar da relação inversa, não é possível indicar que uma seja fortemente determinada pela outra apenas a partir das distribuições temporais das opiniões. Não significa que não se possa indicar uma relação inversa entre essas duas opiniões. Aplicando às duas variáveis o teste de autocorrelação,⁴⁸ considerando a preferência por partido como variável independente, percebe-se uma fraca correlação entre as duas variações ao longo do tempo, com valor de sig 0,864 e coeficiente Beta de $-0,060$. Mostra-se isso na tabela 5.9, indicando que a opinião sobre escolher candidato de maneira personalista independe do nível de preferência partidária informado pelos eleitores.

⁴⁸Isso é possível, pois o teste de autocorrelação parcial para a preferência por um partido político indica que não existe estacionaridade, visto que os coeficientes ficam abaixo dos limites de confiança.

TABELA 5.9 - AUTO-REGRESSÃO ENTRE PREFERÊNCIA POR PARTIDO E VOTO PERSONALISTA NO BRASIL

REGRESSOR	VAR. DEPENDENTE	BETA	SIG
Preferência por partido	Escolhe candidato pela pessoa	-0,060	0,864

Tanto a análise visual das curvas de opinião quanto os testes realizados mostram que a decisão do brasileiro em preferir votar em pessoas e não em partidos é dissociada do percentual de eleitores que dizem ter preferência por algum partido político. Em outras palavras, ter preferência por um partido político não é garantia da redução do voto personalista no Brasil. Variáveis distintas devem explicar esse comportamento do brasileiro médio em relação aos candidatos e aos partidos políticos. Além disso, as curvas também mostram que ambas opiniões dos brasileiros não seguem padrões históricos definidos, sofrendo grandes variações a curtos espaços de tempo. Kinzo (1990) lembra que o sistema eleitoral presidencialista e sua regulamentação no Brasil devem ser considerados como importantes fatores em favor do personalismo nos processos de decisão de voto. Citando Epstein, ela apresenta que "o simples fato de se pedir aos eleitores que votem em indivíduos [...] estimula campanhas personalizadas" (KINZO, 1990, p.33). Para a autora, no caso brasileiro, além da experiência partidária descontínua do último século e dos partidos pouco enraizados socialmente, há também uma autonomia do Poder Executivo que muitas vezes suplanta o papel que deveria ser desempenhado pelos partidos políticos. Some-se aos aspectos específicos da experiência brasileira, o fato dos partidos políticos estarem perdendo força como organizadores dos processos eleitorais em democracias consolidadas e, ainda, a profissionalização das campanhas que utiliza como argumento para o voto cada vez menos as características das agremiações partidárias e cada vez mais os atributos pessoais dos candidatos.

Em texto ainda não publicado⁴⁹, o cientista político David Samuels (2004) contraria a corrente majoritária da literatura sobre partidos políticos que afirma que o Brasil apresenta um sistema partidário incipiente e um dos mais baixos índices de identificação partidária por parte do eleitor. Ele mostra, através da análise dos resultados da pesquisa ESEB, aplicada no período pós-eleitoral de 2002, que existe institucionalização de partidos políticos no Brasil, com índices de identificação acima de vários outros países latino-americanos e até mesmo de democracias européias consolidadas. De acordo com os dados apresentados por Samuels, que ficam muito próximo dos apresentados aqui em uma análise temporal, no Brasil, mais de um terço dos eleitores manifesta ter preferência por um partido político – a média dos dados disponíveis aqui, entre 1987 e 2004, é maior que a sugerida por Samuels, ficando em 49% dos eleitores visto que nesta tese são tratados os dados válidos às respostas, enquanto Samuels utiliza o conjunto de respostas.

Porém, ele mostra que essa identificação é enviesada, pois está predominantemente ligada a um único partido: o Partido dos Trabalhadores. Além disso, não há uma relação direta entre identificação partidária e voto, pois o PT, que apresenta os maiores índices de preferência, obteve nas eleições legislativas de 2002 um percentual menor de votos que o percentual de identificação partidária indicada pelos eleitores. Todos os demais partidos tiveram percentuais de voto superiores aos percentuais de identificação partidária. Indicando uma relação extremamente fraca entre a distribuição dos votos nas eleições legislativas e a identificação partidária. Isso corrobora a afirmação de Miller e Klobucar (2000, p.675, citados por SAMUELS, 2004), de que as preferências partidárias podem não estruturar as compreensões cognitivas da política. Outras variáveis são capazes de explicar a diferença entre voto e identificação partidária, tais como a relação direta com lideranças políticas, as identidades de grupo, o grau de inserção do eleitor em redes de instituições sociais e os atributos individuais dos próprios eleitores.

⁴⁹Paper apresentado no Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), em 2004, sob o título "*The Initial Emergence of Mass Partisanship: evidence from Brazil*".

No capítulo oito do livro "*Elections and the Political Order*"⁵⁰, Philip Converse analisa a relação que existe entre adesão partidária e nível informacional a partir de resultados de surveys aplicados a eleitores norte-americanos durante os períodos das eleições presidenciais de 1956 e 1960 nos Estados Unidos. Ele encontra uma correlação significativa entre nível informacional e a manutenção de voto em candidato de um mesmo partido nas duas eleições. Além disso, os eleitores que demonstram ter maior volume de informação sobre política também demonstram maior consistência na identificação partidária ao longo do tempo (CAMPBELL et al, 1967, p.139). No Brasil, trabalhos, como o de Carreirão (2002), também têm apontado para uma consistência maior nas posições políticas de identificação e preferência partidária em faixas do eleitorado com maior nível educacional, com resultados de pesquisas feitas em um único ponto do tempo; de onde se pode inferir maior grau de informação sobre política. Porém, como este trabalho não tem o objetivo de identificar as posições políticas de parcelas do público e as informações disponíveis não permitem correlacionar, ao nível individual, duas variáveis, já que os dados são agregados para toda a amostra, não é possível aqui especular sobre possíveis padrões com desempenho distinto ao longo do tempo sobre as preferências partidárias e suas manutenções ou mudanças.

5.1.5 O Brasileiro e a Ideologia Política⁵¹

Ideologia é um dos temas mais abrangentes e, por consequência, mais debatidos da ciência política. Há pouco consenso quando o conceito é aplicado ao cidadão médio das democracias, que é levado a responder a uma pergunta de *survey* mostrando em que posição ele se coloca dentro de uma escala ideológica

⁵⁰O livro "*Elections and the Political Order*" foi escrito pelo mesmo grupo de autores do "*The American Voter*" e é considerado como uma continuidade das pesquisas e resultados apresentados neste.

⁵¹O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo D.

que vai da Extrema esquerda até a Extrema direita ou ainda responder a uma série de perguntas que, em seguida, formarão uma *proxy*, que servirá para o pesquisador classificar cada respondente na escala original. Existem, na verdade, dois aspectos da discussão sobre ideologia política. Em um, a ideologia é colocada em oposição ao pragmatismo; visão comum na ciência política a partir dos anos 50, quando ideologia é atribuída a crenças, doutrinário ou dogmatismo, com forte componente passional. Em outro, a concepção de ideologia está ligada a todo o debate iniciado nos anos 60 sobre o fim da ideologia, travado principalmente por Raymond Aron, Daniel Bell e Seymour Lipset. De acordo com esse debate, o pragmatismo da ação política, voltada ao atendimento de demandas específicas e mutáveis ao longo do tempo, por parte dos agentes políticos, teria acabado com a importância da ideologia política. A respeito das posições doutrinárias de esquerda/direita e as práticas das elites políticas no poder, o filósofo espanhol José Ortega y Gasset antecipou em 1926 no livro *"A Rebelião das Massas"*, o debate sobre ideologia que se fortaleceria quatro décadas depois. Ele diz que

[...] a persistência destes qualificativos contribui não pouco a falsificar mais ainda a realidade do presente, já fala per si, porque se encrespou o crespo das experiências políticas a que respondem, como o demonstra o fato de que hoje as direitas prometem revoluções e as esquerdas propõem tiranias (ORTEGA Y GASSET, 2001, p.14).

Por outro lado, há um significado forte de ideologia no marxismo, pois ela está relacionada a idéias socialmente determinadas pela dominação entre as classes, gerando uma falsa consciência social. Esse significado de ideologia está intimamente relacionado a dois elementos constitutivos de toda sua trajetória, ou seja, a sua própria falsidade e determinação social.⁵² Esse debate sobre o conceito

⁵²O objetivo desse item não é esgotar, nem mesmo fazer uma abordagem panorâmica do debate sobre o conceito Ideologia, mas apenas apresentar a discussão teórica que existe sobre o tema, para em seguida tratar das possibilidades de sua aferição empírica. Até porque o debate é bastante extenso, começa com o uso do termo "ideologia" pelo filósofo francês Destutt de Tracy, em 1796, ligado à análise sistemática das idéias e sensações; na geração, combinação e conseqüências das mesmas. De Tracy argumentou que não se pode conhecer as coisas em si mesmas, mas apenas

de ideologia política está ligado diretamente às questões que dizem respeito às práticas das elites políticas. Considerando que as massas não têm a mesma consistência na formação do caráter político individual, de acordo com uma visão elitista, pode-se imaginar –pois existem poucos trabalhos empíricos sobre a compreensão e importância da ideologia para o cidadão médio – que o indivíduo médio apresente maiores dificuldades para identificar a importância da ideologia na tomada de posições políticas.

O trabalho de André Singer, "Direita e Esquerda no Eleitorado Brasileiro", é um dos que apresenta evidências de que a ideologia é uma variável relevante para a explicação do voto e, por consequência, de alguma forma explica o comportamento político do cidadão comum. Para a literatura especializada, há duas grandes linhas consensuais acerca do que é uma posição de esquerda e de direita para aqueles que não integram a elite política, a econômica e a dos costumes. Na dimensão econômica, como diminuição da intervenção e regulamentação estatal estão associadas à direita, enquanto o crescimento da intervenção do estado na economia relaciona-se à esquerda. As concepções econômicas de esquerda e de direita, sintetizadas na noção de intervencionismo *versus* não-intervencionismo estatal na economia, estão em consonância com visões de mundo e programas de ação em

as idéias formadas pelas sensações que temos delas. Se pudesse ser feita a análise dessas idéias e sensações de uma maneira sistemática, poderia-se garantir uma base segura para todo o conhecimento científico e tirar conclusões de cunho mais prático. Concebida como uma ciência superior, a ciência das idéias, que, ao oferecer uma teoria sistemática do nascimento, combinação e comunicação das idéias, apresentaria a base para um conhecimento científico em geral e facilitaria a regulação natural da sociedade em particular. Quando o conceito passou para a arena política, deixou de se referir apenas à ciência das idéias e começou a se referir também às idéias mesmas, isto é, a um corpo de idéias. A contribuição específica de Karl Marx ao conceito de ideologia consiste no fato de que ele assumiu o sentido negativo, oposicional, implícito, transformando-o e incorporando-o a um marco referencial teórico e a um programa político. Os escritos de Marx ocupam uma posição central na história e no conceito de ideologia. O trabalho dele oferece não tanto uma visão singular e coerente do mundo sócio-histórico e de sua constituição, de sua dinâmica e desenvolvimento, mas, uma multiplicidade de visões que são coerentes em alguns aspectos e conflitantes em outros, pois convergem em alguns pontos e divergem em outros.

diversas áreas que se relacionam diretamente a valores e costumes.⁵³ Por exemplo, a intervenção estatal está ligada à regulação do mercado de trabalho através do salário mínimo; das propostas de redistribuição de riquezas; das ações afirmativas, tais como as políticas de cotas, etc. Sendo assim, identificando as opiniões dos eleitores sobre diversos temas econômicos e de valores, é possível posicioná-los em uma determinada posição na escala ideológica, basicamente da mesma forma em que são classificados os partidos políticos, embora medir o posicionamento dos partidos seja mais direto, pois pode ser feito através de documentos internos, programas e prioridades de políticas públicas.

Por outro lado, existe uma vasta literatura sobre a validade de se aplicar os conceitos de direita e esquerda para o cidadão médio, pois uma parcela pouco significativa dos eleitores consegue identificar as diferenças reais entre as distintas posições no espectro ideológico. Porém, trabalhos, como o de André Singer (2000), apontam para uma validade na aplicação do conceito para as massas. Segundo ele, a identificação ideológica no contínuo esquerda-direita, ainda que difusa e cognitivamente desestruturada, sinaliza uma orientação política geral e tende a apresentar uma forte correlação com posição eleitoral (SINGER, 2000, p.43). Para Debrun (1989), é possível fazer uma diferenciação entre dois níveis de ideologia, a chamada primária e a secundária no cidadão comum, porém, essa definição não deve ser confundida com a divisão da opinião pública entre primária e secundária. Ele defende a idéia de que as pessoas constroem sua ideologia a partir de algum referencial mais enraizado culturalmente, denominado de ideologia primária, que corresponde ao conjunto de atitudes e orientações dos cidadãos em relação aos fenômenos políticos.

⁵³Em um estudo de caso sobre o significado do eixo Esquerda-Direita para o eleitorado Chileno, Arturo Fontaine Talavera (1995) demonstra que, apesar de suas imperfeições, a distribuição esquerda-direita faz algum sentido e tem validade para o eleitor chileno, porém, ele diz que esse eixo não é definido em função de fatores religiosos, étnicos ou culturais, mas se relaciona com três eixos principais que são o sócio-econômico (desenvolvimento-igualdade), o político (ordem-liberdades) e o histórico (Allende-Pinochet).

A produção de ideologias em relação a temas específicos é exemplo de ideologia secundária (DEBRUN, 1989, p.175). Sendo assim, as ideologias são formuladas a partir de um referencial simbólico, tal como a cultura política, compartilhado pelos integrantes de uma sociedade que dá condições para que seja operado socialmente. A ideologia secundária também age no sentido de alterar o referencial simbólico primário, de acordo com o tipo de dominação que a elite política pretende estabelecer, através do embate público entre elite e massa. As ideologias primárias são as engendradas na prática imediata dos atores, em especial dos atores dominantes (DEBRUN, 1989, p.19) Enquanto isso, a ideologia secundária, longe de representar a essência da ideologia, só se desenvolve quando surgem ameaças para o predomínio de determinada ideologia primária. (BORBA, 2005). Em pesquisas de opinião pública, realizadas com amostras nacionais, foi perguntado ao brasileiro médio em que posição do espectro ideológico de extrema esquerda a extrema direita ele se localiza. Os resultados indicam a cada momento se há manutenção ou mudança na relação entre ideologia primária e secundária do brasileiro médio. O que interessa aqui é saber não apenas qual o posicionamento ideológico do brasileiro médio, mas principalmente se há uma consistência ao longo do tempo nesse posicionamento. Se for constatada uma manutenção das opiniões em relação à posição ideológica, é possível imaginar que há uma relação ao menos instrumental racionalizada entre o que o brasileiro médio entende por ideologia e sua posição no espectro ideológico, a despeito da consistência nas definições que ele possa dar sobre o que é ser de esquerda e o que é ser de direita.

Durante o período analisado aqui, que vai de 1989 a 2002, as três principais posições ideológicas (esquerda, centro e direita) apresentaram, em pelo menos algum momento, uma variação real, ou seja, acima do erro aceitável, apontando para a mudança consistente ou oscilante das opiniões do brasileiro médio. Como mostra a tabela 5.10, entre os eleitores que se autoposicionaram como sendo de esquerda nos 13 anos analisados, o ponto médio ficou em quase 24% do total, variando de 16% a 39%, ou seja, uma amplitude de 25 pontos percentuais. Já os autoposicionados como sendo de centro apresentaram as maiores variações, entre

16% e 50%, com média de 34,5% no período e amplitude de 34 pontos percentuais. Os de direita apresentaram uma média de 41,45% do total, com variações de 32% a 60% e amplitude de 28 pontos percentuais. A menor variação foi encontrada naqueles que se autoposicionam na esquerda, mas ainda assim bastante acima das margens de erro, indicando uma variação real ao longo do tempo.

TABELA 5.10 - TENDÊNCIA CENTRAL DO AUTOPOSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO BRASILEIRO

PERÍODO (1989 a 2002)	ESQUERDA	CENTRO	DIREITA
Média	23,95%	34,59%	41,45%
Desvio Padrão	8,33 pp	13,98 pp	10,14 pp
Valor Mínimo	16,68%	16,27%	32,87%
Valor Máximo	39,75%	50,45%	60,45%

Os resultados mostram também que durante esse período os autoposicionamentos de direita apresentaram desempenhos maiores que os de centro e esquerda, indicando que, na média, o posicionamento ideológico do eleitor brasileiro é de centro-direita. Como a posição no Centro apresentou a maior amplitude, pode-se antecipar que aqui aconteceram as principais variações no período. Porém, ainda não é suficiente para indicar se as variações foram aleatórias ou consistentes ao longo do tempo.

É possível identificar a intensidade das variações através da média e da soma dos valores da variável transformada pelo critério das primeiras diferenças. A tabela 5.11 apresenta os resultados.

TABELA 5.11 - DIFERENÇAS DE PRIMEIRA ORDEM AUTOPOSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO BRASILEIRO

PERÍODO (1989 a 2002)	1.ª DIFERENÇA		
	Esquerda	Centro	Direita
Média	-3,202	2,148	1,054
Soma	-19,21	12,89	6,32

Percebe-se que durante o período analisado a única média negativa entre as variáveis transformadas por primeiras diferenças é a posição de Esquerda, com -3,20 pontos percentuais. O Centro e a Direita apresentaram médias positivas de 2,14 e 1,05, respectivamente, indicando um crescimento durante o período, porém,

não é suficiente ainda para indicar se esse crescimento é consistente em uma direção ou aleatório, com pequenos ganhos em favor dos valores positivos. A soma dos valores, que considera o resultado entre os negativos e positivos, indica que as maiores variações foram da Esquerda, com $-19,21$. Depois vem o Centro, com soma das diferenças de $12,8$ e a posição ideológica mais estável ao longo do período foi a de Centro, com $6,32$ pontos percentuais de resultado da soma das primeiras diferenças, confirmando o que apontam as médias das primeiras diferenças. Esses resultados demonstram ainda que as autodefinições como sendo de direita foram as mais estáveis no período, enquanto as de Centro e Esquerda apresentaram as maiores modificações. Falta identificar se essas mudanças foram consistentes ao longo do tempo ou aleatórias.

Em relação aos eleitores que se denominam como sendo de esquerda, a curva da opinião pública brasileira indica uma significativa queda entre 1989 e 1990, de 39% para 17%. Desde então, na última década e meia, a parcela de brasileiros que diz ser de esquerda tem se mantido estável, entre 16% e 25%.

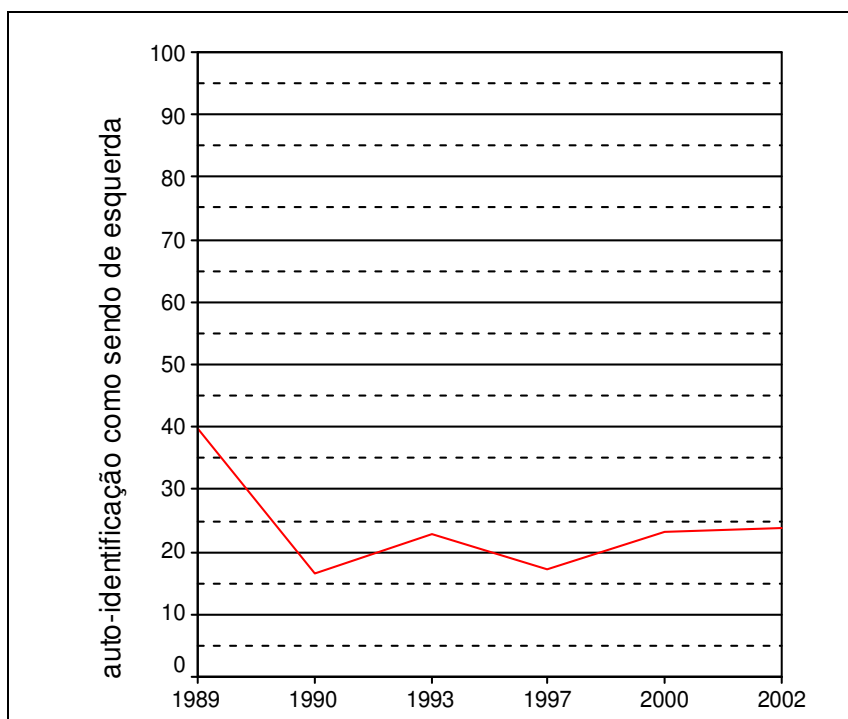


GRÁFICO 5.11 - SÉRIE TEMPORAL DE AUTOPOSICIONAMENTO DE ESQUERDA NO BRASIL (ID: 161 A 166 – ANEXO D)

Já no caso de eleitores que se autoposicionam no centro da escala ideológica, há uma variação significativa em praticamente todo o período. Eles saem de 21% em 1989, atingem 50% em 1990; oscilam para baixo até chegar a 16% em 2000 e voltam a subir para 31% em 2002. Essa curva mostra-se com significativa volatilidade durante todo o período analisado, como indicado no gráfico 5.12.

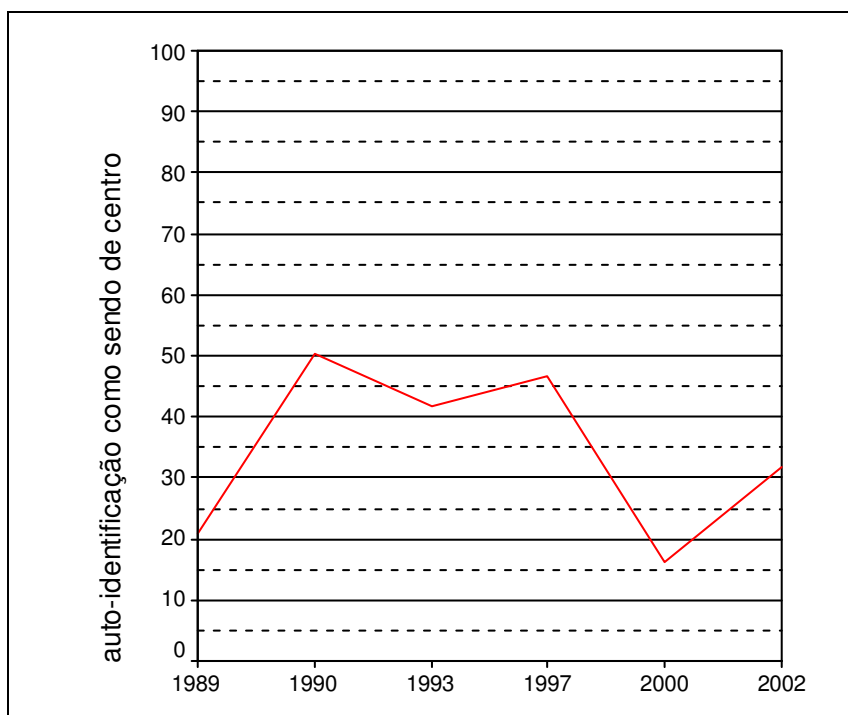


GRÁFICO 5.12 - SÉRIE HISTÓRICA DE AUTOPOSICIONAMENTO DE CENTRO NO BRASIL
(ID: 161 A 166 – ANEXO D)

Aqui vale ressaltar que entra a discussão teórica sobre o conceito de centro, visto que há indicação de que não existe uma definição positiva, mas sim negativa, por tratar-se de uma oposição às outras posições ideológicas (esquerda e direita). Em relação aos eleitores que se autodenominam como sendo de direita, a curva apresenta uma estabilidade em quase todo o período. Entre 1989 e 1997, o percentual de eleitores nessa posição variou entre 39% e 34%, ficando dentro da margem de erro aceitável. Em 2000, o percentual de brasileiros que se identifica com a posição de direita no espectro ideológico sobe para 61%. Já em 2002, cai para 45%.

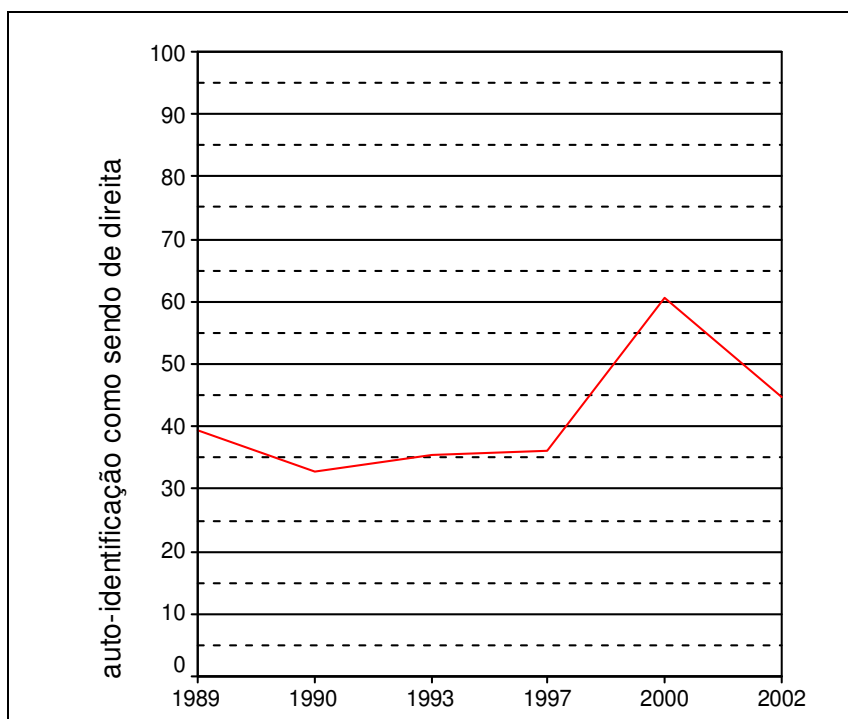


GRÁFICO 5.13 - SÉRIE HISTÓRICA DE AUTOPOSICIONAMENTO DE DIREITA NO BRASIL
(ID: 161 A 166 – ANEXO D)

Testes de auto-regressão entre as posições ideológicas e o tempo mostram diferentes níveis de correlação, conforme demonstra tabela 5.12. As autocorrelações entre as variáveis naturais mostram que as correlações entre as mudanças de percentuais de brasileiros se auto-identificando como de esquerda, centro ou direita não são suficientemente explicativas, pois nenhuma correlação é significativa.

TABELA 5.12 - AUTO-REGRESSÃO POR POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO NO BRASIL

REGRESSOR	VAR. DEPENDENTE	NATURAL	
		B	Ap Prob.
Ano	Esquerda	-0,322	0,556
	Centro	-1,092	0,338
	Direita	1,472	0,616
Esquerda	Direita	0,222	0,757
	Centro	-1,222	0,159
Direita	Centro	-0,994*	0,008

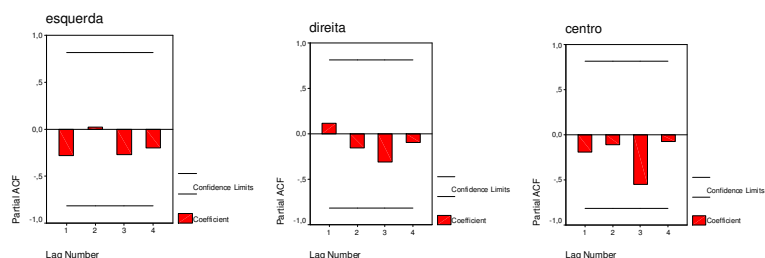
* Significativo ao nível de 0,05

A correlação entre ano e esquerda mostra-se não-significativa e com um dos menores coeficientes Beta entre as correlações, isto é, de -0,322 ponto

percentual para cada nova observação. A relação entre ano e Centro apresenta o maior Beta, com $-1,092$ pontos percentuais a a menos para cada nova observação, não sendo estatisticamente significativo. Também não há correlação significativa entre mudança de ano e autoposicionamento de Direita ao longo do tempo. Isso se dá em função da estabilidade da curva ao longo da maior parte do período. Pode-se afirmar, portanto, que a mudança em 2000 indica uma alteração da opinião pública secundária ou da corrente de opinião, devendo, com o passar do tempo voltar aos níveis anteriores de estabilidade.

Quanto às auto-regressões entre as diferentes posições no espectro ideológico ao longo do tempo, há uma correlação significativa apenas entre as posições de Direita e Centro ($-0,994$), mas não há correlação significativa ao longo do tempo nas variações de percentuais entre o autoposicionamento de Direita e Esquerda. Isso mostra uma coerência na opinião do brasileiro médio em relação à ideologia expressa publicamente, pois pessoas que se autodefinem como de direita podem, no máximo, mudar de posição para o centro em outro momento do tempo. O mesmo acontece com as respostas como sendo de Esquerda. Porém, quem se autodenomina de Esquerda não muda para a Direita e vice-versa.

Correlações lineares⁵⁴ entre as primeiras diferenças dos autoposicionamentos de Direita, Centro e Esquerda apontam para a mesma direção.



⁵⁴Os testes de autocorrelação das três variáveis mostraram-se abaixo dos limites de confiança para a existência de estacionaridade, como mostram os gráficos abaixo, permitindo a realização de testes de correlação entre as variáveis.

TABELA 5.13 - CORRELAÇÕES DAS DIFERENÇAS DE PRIMEIRA ORDEM DO AUTOPOSICIONAMENTO IDEOLÓGICO NO BRASIL

VARIÁVEIS		DIF. 1.ª ORDEM		
		Esquerda	Centro	Direita
Esquerda	Coeficiente de Pearson		-0,812*	0,439
Dif. 1.ª ordem	Nível de Significância		0,050	0,384
Centro	Coeficiente de Pearson	-0,812*		-0,881*
Dif. 1.ª ordem	Nível de Significância	0,050		0,020
Direita	Coeficiente de Pearson	0,439	-0,881*	
Dif. 1.ª ordem	Nível de Significância	0,384	0,020	
Ano	Coeficiente de Pearson	0,508	-0,327	0,091
	Nível de Significância	0,304	0,527	0,864

* Significativa ao nível de 0,05.

O coeficiente de correlação linear de Pearson indica uma correlação negativa de 81,2% (-0,812) entre posição de Centro e Esquerda, demonstrando que, quando aumenta o percentual de pessoas que se autoidentificam como sendo de centro, diminui o percentual de Esquerda e vice-versa em uma proporção de diferenças estatisticamente significativas. A correlação linear praticamente se repete entre as variáveis de Centro e Direita, com 88,1% negativos (-0,881). Já a correlação entre Direita e Esquerda aponta para um coeficiente muito menor que os anteriores e não-significativo estatisticamente. Enquanto as correlações lineares entre o ano e as três posições no espectro ideológico também resultam em não-significativo para todos os casos, demonstrando não haver uma mudança consistente ao longo do tempo entre as posições ideológicas, ou elas se mantiveram estáveis em grande parte do período, como é o caso de Esquerda e Direita, ou elas variaram aleatoriamente, como é o caso do Centro.

Estes resultados dizem respeito ao autopoicionamento ideológico do brasileiro médio ao longo do tempo, sem considerar as variações internas entre subgrupos do público pesquisado. Estudos realizados, levando em consideração diferentes níveis educacionais, mostraram uma forte correlação entre eleitores com alto nível educacional e forte consistência ideológica ao mesmo tempo em que eleitores com baixo nível de escolaridade tendem a não apresentar um voto ideológico, ou seja, baseado em um sistema estruturado de crenças (CARREIRÃO, 2002a e 2002b).

5.1.6 O Brasileiro e a Democracia⁵⁵

Entre 1988 e 2004, a curva da opinião pública brasileira a favor da democracia, apenas considerando aqueles que respondem que a democracia é o melhor sistema de governo, pode ser dividida em dois momentos distintos. Entre 1988 e 2000, essa opinião variou de 40% a 50%. Já, a partir de 2000 e até 2004, a opinião oscilou muito pouco, mostrando também uma tendência de manutenção da opinião; porém, aqui as variações foram entre 30% e 41%, indicando uma queda de quase dez pontos percentuais de 1988 a 2004, ressaltando que não se trata de uma queda gradativa, mas de uma mudança abrupta de patamares que aconteceu entre 1999 e 2000. De 1988 a 1999, a média de preferências pela democracia na opinião pública brasileira era de 46,3%. Entre 2000 e 2004, essa média caiu para 36,4%.

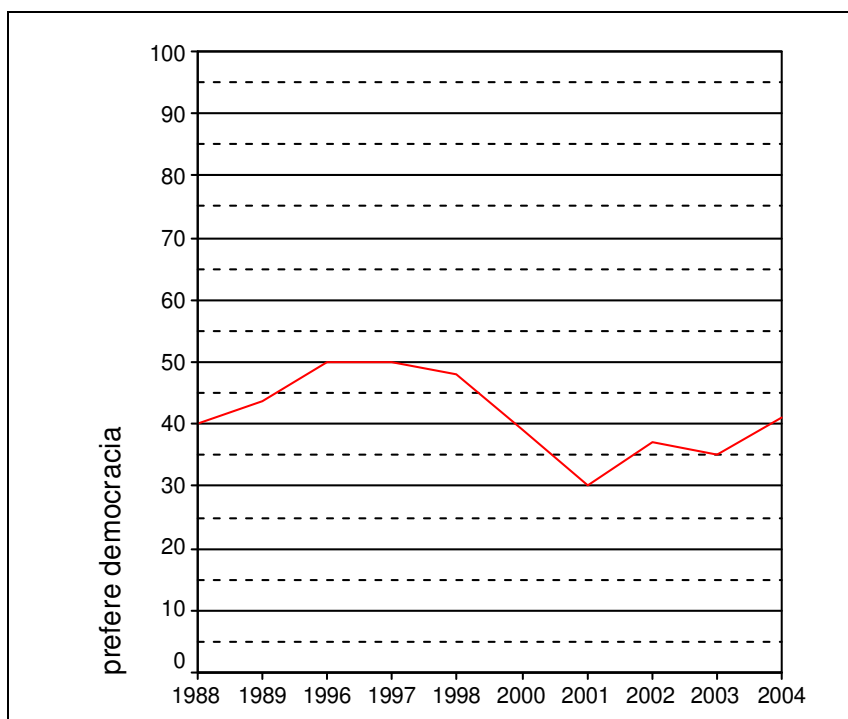


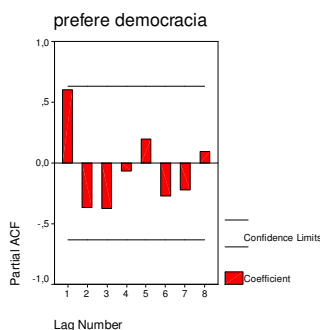
GRÁFICO 5.14 - OPINIÃO FAVORÁVEL À DEMOCRACIA (ID:168,169,172 A 181 – ANEXO E)

⁵⁵O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo E.

A auto-regressão⁵⁶ do percentual de preferência por democracia ao longo do tempo mostra um coeficiente Beta de $-0,065$, com nível de significância de $0,833$. É um percentual bastante acima do aceitável, o que não permite que se considere a existência de uma mudança consistente na opinião do brasileiro favorável à democracia ao longo do período analisado, embora as mudanças tenham ultrapassado os limites de 5 pontos percentuais de margem de erro. Porém, apesar da fragilidade dos resultados do teste, pode-se perceber que o coeficiente Beta é negativo, com valor de $-0,065$, demonstrando que, conforme passa o tempo, a tendência é de uma pequena queda da confiança na democracia na opinião pública brasileira.

A recente literatura internacional sobre o tema tem apontado para a queda nas preferências democráticas em vários países, principalmente naqueles em que a democracia está mais consolidada. Os países latino-americanos, de fato, nunca apresentaram os mesmos índices por preferência democrática que os europeus, embora estes também tenham se mostrado em queda (POWER e JAMISON, 2005). Essa literatura aponta que a queda na preferência pela democracia está relacionada com a redução nos índices de confiança nas instituições democráticas.

⁵⁶É possível usar a auto-regressão entre as duas variáveis originais, pois os testes de autocorrelação parcial mostraram que não existe estacionaridade nos valores aferidos, apesar da primeira coluna ficar muito próxima do limite de significância. Como se vê nos gráficos a seguir, os coeficientes ficam abaixo das linhas do limite de confiança.



No Brasil, a opinião pública apresenta um elevado nível de desconfiança em relação às instituições democráticas como se verá a seguir. Em média, mais de 60% dos brasileiros diz não confiar no parlamento, partido, poder executivo, tribunais de justiça e serviços públicos. A média de confiança na justiça entre 1995 e 2003 ficou em 26,2%, com uma soma das diferenças de primeira ordem de $-41,25$, indicando um resultado negativo das opiniões de confiança na justiça nesse período. No caso da confiança no governo brasileiro, a média ficou em 32,37%, bastante acima da confiança na justiça. Porém, apresenta uma soma das diferenças de primeira ordem de $-85,67$, o que mostra uma queda mais acentuada que a da justiça. Os períodos de análise não são os mesmos. No caso da confiança no governo, os dados compreendem o período de 1972 a 2003. Já no que diz respeito à confiança no congresso, a média no período com dados disponíveis ficou em 21,95%, compreendendo também os anos de 1972 a 2003. A soma das diferenças de primeira ordem da confiança no congresso no período é de $-49,81$.

Como se pode perceber, essas três instituições democráticas do País apresentaram quedas na média das opiniões no mesmo período em que se constatou uma redução na preferência pela democracia. Vale ressaltar ainda que a soma das primeiras diferenças da preferência pela democracia entre 1988 e 2004 resultou no valor um, praticamente estável e positivo, ao contrário do que indica visualmente o gráfico. A conclusão a que se chega é a de que a preferência pela democracia tem caído menos que a confiança nas principais instituições democráticas. Esta apresentou queda constante durante todo o período. É importante, portanto, ver também o tipo de curva de opinião sobre confiança em cada uma das instituições.

Do ponto de vista conceitual, a confiança envolve a expectativa racional de um indivíduo qualquer (confiante) em relação às ações adotadas por outro (o confiado). Em função da imprevisibilidade da natureza humana, não é possível controlar completamente o comportamento de outros indivíduos de maneira absoluta. Isso implica que a relação de confiança quase sempre apresenta um grau de vulne-

rabilidade do confiante em relação ao confiado (ROSENBERG, 1956). Dessa forma, confiança passa a ser uma aposta com base na crença de que interesses comuns dos indivíduos envolvidos são condição suficiente para gerar benefícios comuns e evitar abusos. O gráfico 5.15 mostra a confiança da opinião pública na justiça brasileira. Trata-se de uma curva descendente gradativa que apresentou um momento de reversão em 2000 (opinião secundária), mas voltou a cair em 2003. A auto-regressão ao longo do tempo indica um coeficiente Beta relativamente alto, de $-5,141$; porém, não significativo, com sig de $0,104$.

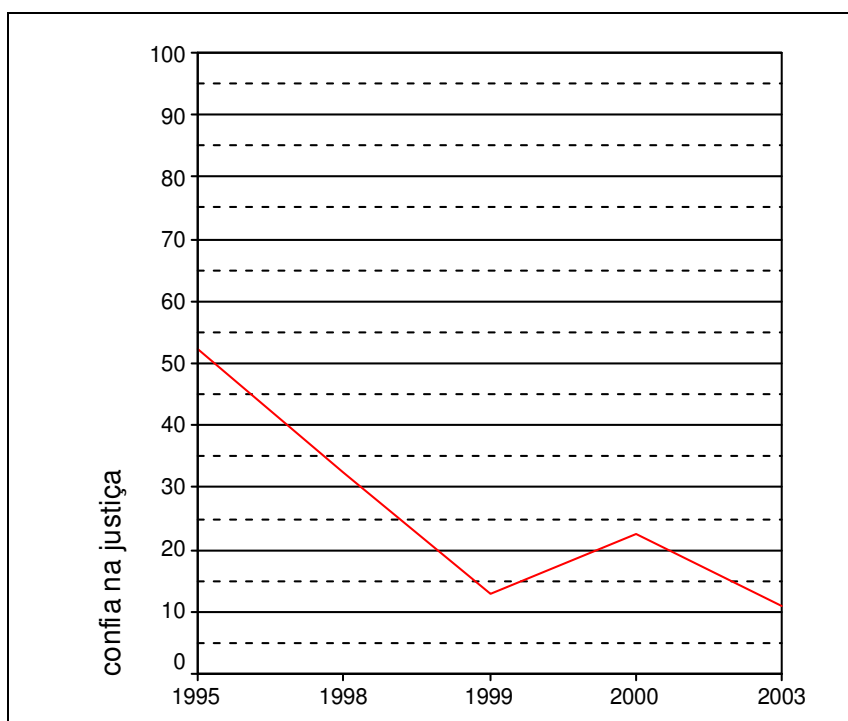


GRÁFICO 5.15 - SÉRIE HISTÓRICA DE CONFIANÇA NA JUSTIÇA BRASILEIRA (ID: 172, 175 A 177, 180 – ANEXO E)

No caso da curva de confiança no congresso, há uma estabilidade entre 1972 e 1989. Vale ressaltar que, nesse período de 17 anos, foram aferidas as opiniões apenas nos dois extremos. Entre 1989 e 1991, apresenta-se com um significativo aumento da confiança no Congresso, chegando a 51% da opinião pública. Esse foi o ano em que o congresso iniciou o processo de cassação do presidente Fernando Collor de Mello por corrupção. A partir de 1992, a curva de

confiança no congresso apresenta-se em um movimento contínuo e gradativo de queda. É preciso ressaltar também que, desde 1991, o congresso brasileiro vem sendo alvo de repetidas denúncias de corrupção por parte de seus integrantes,

Tudo começou com o escândalo dos "anões do orçamento", chegando às denúncias de compras de voto para a emenda constitucional da reeleição e troca de partidos por parte dos congressistas, até as denúncias sobre existência de "mensalão" em 2005. O teste de auto-regressão também mostra um coeficiente não significativo, de 0,558, e um coeficiente Beta de $-0,434$. Esse resultado é claramente produto do crescimento da confiança no Congresso entre 1989 e 1991, o que se mostrou como um movimento em forma de pulso (rápido e temporário) da opinião secundária.

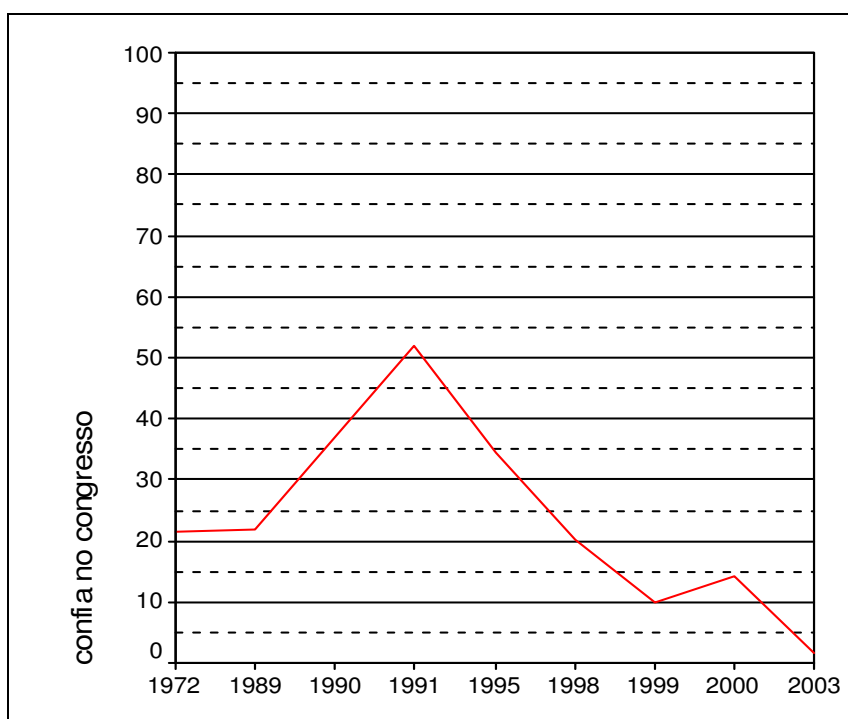


GRÁFICO 5.16 - SÉRIE HISTÓRICA DE CONFIANÇA NO CONGRESSO FEDERAL BRASILEIRO
(ID: 167, 169 A 177, 180 – ANEXO E)

Para a curva de confiança no governo, as oscilações são maiores. Ela começa em 75% em 1972, chegando a 25% em 1989. Entre esse ano e o de 1995, houve uma tendência de aumento gradativo da confiança ao governo. Desde então, até 2003, percebe-se uma gradativa e constante queda na confiança no governo. Os índices decrescentes de confiança foram os únicos que se mostraram estatisticamente significativos nos testes de auto-regressão: um coeficiente Beta de $-2,11$ e sig de $0,016$, demonstrando haver uma mudança consistente e gradual da confiança no governo, mas para baixo, durante o período analisado.

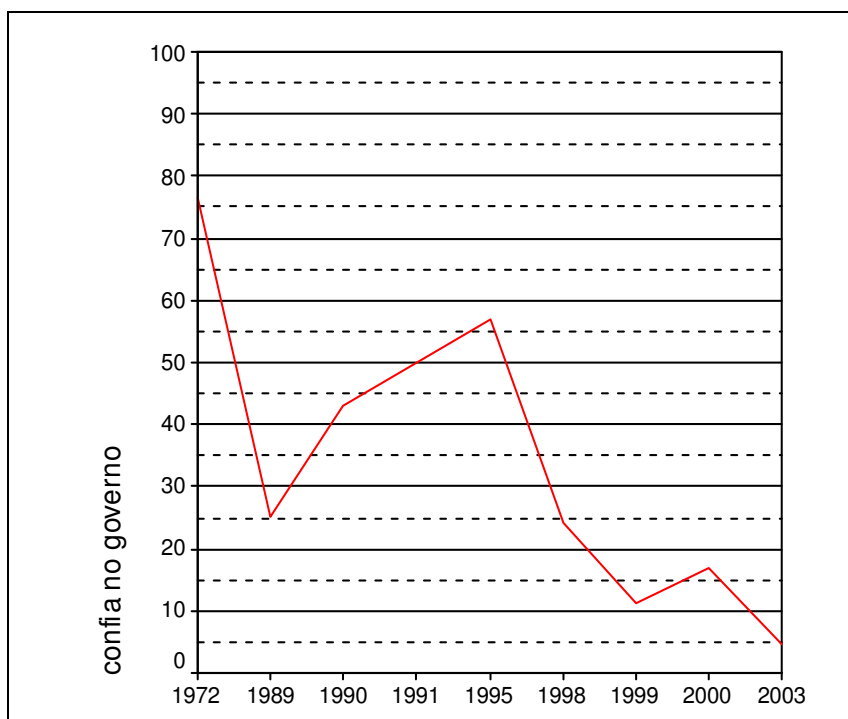


GRÁFICO 5.17 - SÉRIE HISTÓRICA DE CONFIANÇA NO GOVERNO BRASILEIRO (ID: 167, 169 A 177, 180 – ANEXO E)

Algumas hipóteses para explicar a desconfiança nas instituições políticas democráticas é a corrupção, visto que ela vem recebendo atenção contínua dos meios de comunicação no Brasil. Nesse caso, a desconfiança estaria fundada na conduta de autoridades, observada em escândalos de corrupção e ética (PHARR, 2000, p.199). Outra hipótese coloca a desconfiança em função do volume de informação. Como os meios de comunicação são acusados de apresentar um viés negativo em

relação às percepções políticas, um aumento da exposição aos meios provedores de informação faz com que cresça a desconfiança nos políticos (PUTNAM, 2000). Outra explicação coloca a confiança política como função da falta de *accountability* das instituições, como no caso dos parlamentos e dos partidos. Quando as instituições fazem com que o público perceba as autoridades como distantes e impossíveis de serem cobradas, a confiança política diminui. Como se pode perceber, as explicações mais correntes apresentadas pela literatura sobre o surgimento de uma desconfiança geral são a economia, a corrupção e o uso instrumental das instituições políticas.

Embora todas as instituições apresentadas acima apresentem quedas de confiança por parte da opinião pública, há diferenças no padrão dessas opiniões. Em alguns casos, a baixa confiança é histórica e aparece de forma consistente ao longo do tempo. É o caso de confiança no congresso que se apresenta alta quando há uma motivação para alteração da opinião secundária. Em outros casos, a mesma curva apresenta-se de maneira randômica, estando sujeita a eventos específicos. É o caso da confiança no governo. Apesar de não ser objeto deste trabalho, vale ressaltar que, no Brasil, *surveys* produzidos nos anos 90 revelaram que essa percepção negativa atravessa todos os segmentos de renda, classe social, escolaridade, idade e distribuição geográfica (MOISÉS, 1995).

A literatura sobre o tema tem mostrado que as democracias mais consolidadas, as que apresentam processos permanentes de qualificação dos cidadãos e instrumentos que garantam a efetiva participação política, tendem a estimular a desconfiança nas instituições e, em consequência, a desconfiança na própria democracia, por parte de segmentos melhor informados do público, o que faz com que aumentem as críticas às instituições (INGLEHART, 1999, PUTNAM, 2000). Isso, como mostrado acima, não é percebido no Brasil, onde a desconfiança se generalizou. A manifestação de desconfiança em relação à democracia e instituições democráticas em pesquisas de opinião pode ser encarada não apenas como uma desconfiança em relação às instituições em si, mas em função de resultados indesejados por parte dos

tomadores de decisões de políticas públicas. Isso porque o voto isolado não garante os resultados esperados pelo público, pois este tem objetivos considerados como ideais ou necessários do ponto de vista coletivo. Cabe às instituições de representação a implementação de políticas públicas que assegurem a distribuição de poder, garantam uma ligação entre a avaliação dos cidadãos sobre prioridades públicas e proporcionem a tomada de decisões de gestores das instituições públicas (HADENIUS, 2001).

Uslaner sustenta que em uma sociedade com mais distribuição de riqueza há mais otimismo, resultando em mais confiança (USLANER, 2001). Para testar essa hipótese, mais adiante apresentam-se resultados da relação entre perspectiva de melhoria econômica por parte do público e avaliação do desempenho dos governos. É preciso considerar também que os indivíduos de sociedades democráticas, aqueles que passaram por crescimento econômico significativo, avaliam seus líderes e instituições de acordo com padrões mais exigentes que os de tempos passados (INGLEHART, 1999, p.295). Isso significa que o crescimento da crítica não afasta os cidadãos da política; ao contrário, pode ser um sinal de sua aproximação.

Por outro lado, autores da escolha racional argumentam que não faz sentido falar em confiança nas instituições, porque quem confia não tem como conhecer os interesses e motivações dos indivíduos que dirigem as instituições (HARDIN, 1999). A confiança em instituições estaria baseada no fato de os cidadãos compartilharem uma perspectiva comum relativa à comunidade na qual pertencem. Trata-se de uma circunstância implícita na justificativa normativa das instituições. Nessas condições, os julgamentos dos cidadãos para decidir confiar em instituições referem-se à performance destas e a uma avaliação da consistência e da coerência internas, mais do que a avaliação do comportamento individual dos administradores. Por isso, alguns autores sustentam que a confiança em instituições pode ser vista como um caso especial de confiança em pessoas (COHEM, 1999). Também é preciso considerar

que em sociedades em que a confiança interpessoal é baixa,⁵⁷ como a brasileira, não se deve esperar uma postura diferente da confiança nas instituições de maneira geral (POWER e JAMISON, 2005).

5.1.7 O Brasileiro e o Sistema de Governo⁵⁸

A opinião sobre sistema de governo no Brasil é um exemplo de estabilidade da curva a partir do final dos anos 80, com a maioria dos brasileiros preferindo o sistema presidencialista. A curva mostra os resultados de uma pesquisa realizada em 1962, quando foram realizadas as discussões para a reforma constitucional e pouco antes da experiência parlamentarista no Brasil. Depois, as pesquisas nacionais passaram mais de duas décadas sem replicar a questão, voltando a tratar do tema em 1988, quando foi terminada a discussão da nova constituição que previa a realização de um plebiscito em 1993, para que os eleitores brasileiros escolhessem o regime e o sistema de governo. Em função da grande distância temporal sem informações entre 1962 e 1988, fica impossível estabelecer os movimentos reais da curva nesse período. O que pode ser afirmado de fato é que, em 1962, 66% dos brasileiros preferia o presidencialismo, enquanto em 1988 esse percentual era de apenas 51%. Como mostra o gráfico 5.18.

⁵⁷Em um estudo de caso, aplicado à opinião pública espanhola, José Ramón Montero et al. constataram diferenças significativas na opinião pública daquele país no que diz respeito à legitimidade da democracia em relação ao descontentamento e à alienação política. Os testes indicaram que, para aquele país, o descontentamento com a política não significa a redução da credibilidade na democracia (MONTERO, 1999).

⁵⁸O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo F.

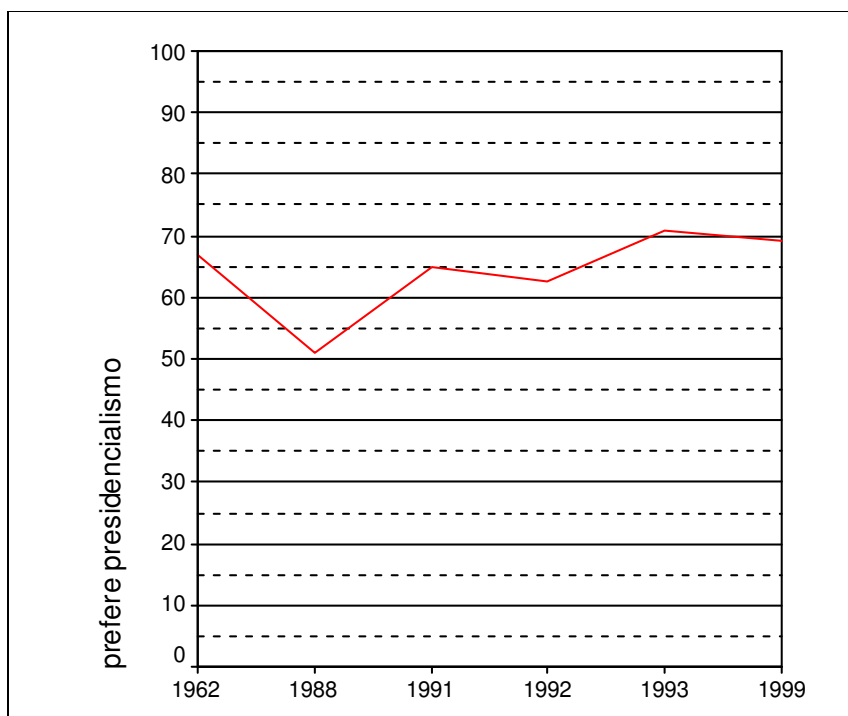


GRÁFICO 5.18 - SÉRIE HISTÓRICA DA PREFERÊNCIA POR PRESIDENCIALISMO NO BRASIL
(ID: 182 A 187 – ANEXO F)

A partir de 1988, a opinião pública favorável ao presidencialismo passou a apresentar um acréscimo acentuado até 1991, quando se estabilizou em 1999 entre 64% e 71%. A mesma tendência de movimento gradual e constante, seguido de estabilidade, é percebida na curva de preferência pelo parlamentarismo, porém no sentido inverso. Entre 1988 e 1991 o percentual de brasileiros com opinião favorável ao parlamentarismo caiu de 49% para 36%. Esse percentual ficou estável em 1992, voltando a cair em 1993 para 29%. Deste ano até 1999 a opinião favorável ao parlamentarismo se estabilizou entre 29% e 31%.

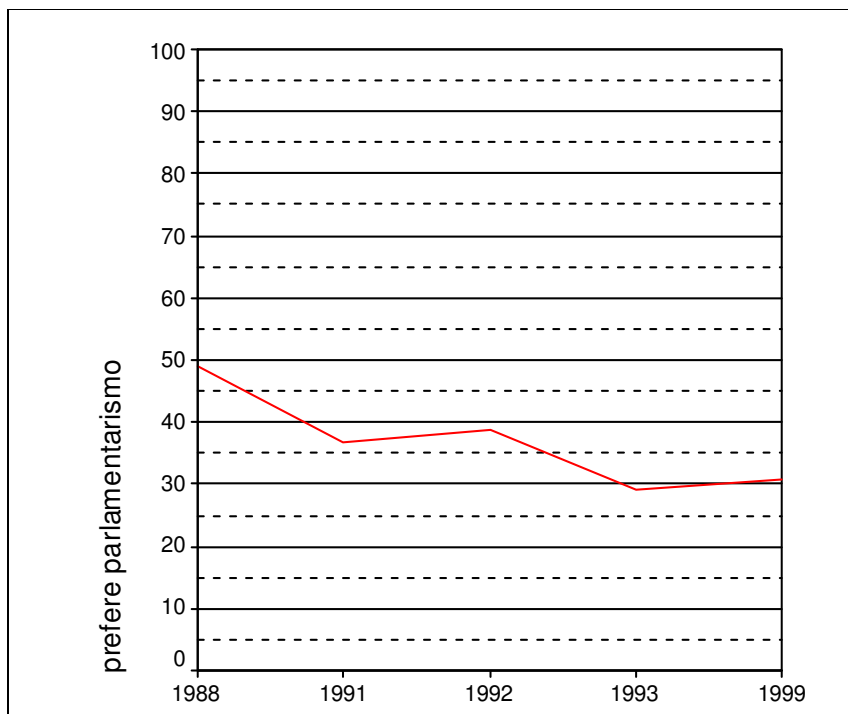


GRÁFICO 5.19 - SÉRIE HISTÓRICA DA PREFERÊNCIA PELO PARLAMENTARISMO NO BRASIL
(ID: 182 A 187 – ANEXO F)

Como as variações são pequenas e as duas curvas apresentam-se muito próximas da estabilidade, os índices de auto-regressão ao longo do tempo mostram-se não-significativos para a preferência por presidencialismo, indicando uma estabilidade na opinião e coeficiente significativo com indicador de queda gradual para opinião favorável ao parlamentarismo. A auto-regressão ao longo do tempo entre as duas variáveis mostra uma relação significativa e negativa, ou seja, conforme diminui o percentual de opinião favorável ao parlamentarismo, cresce em relação ao presidencialismo, conforme tabela 5.14.⁵⁹

⁵⁹É possível usar o teste de correlação de *Pearson* nas duas variáveis originais, pois os testes de autocorrelação parcial mostraram que existe estacionaridade e correlação transversal quando comparados entre si. Como se vê nos gráficos a seguir, os coeficientes de correlações cruzadas ficam abaixo das linhas do limite de confiança, com o coeficiente tocando a linha apenas para o valor de retorno zero, o que indica a não-existência de relação entre valores de tempos anteriores.

TABELA 5.14 - AUTO-REGRESSÃO DAS OPINIÕES SOBRE MELHOR SISTEMA DE GOVERNO

REGRESSOR	VAR. DEPENDENTE	COEFICIENTE BETA	NÍVEL SIGNIFICÂNCIA
Ano	A favor presidencialismo	0,191	0,557
	A favor parlamentarismo	-1,896*	0,040
A favor presidencialismo	A favor parlamentarismo	-0,990**	0,005

* Significativo ao nível de 0,05

** Significativo ao nível de 0,01

Quando é considerado como regressora a variável "tempo" em anos, o nível de significância dos testes em relação às opiniões favoráveis ao presidencialismo fica acima do limite aceitável (0,557), e apresenta um coeficiente Beta baixo (0,191). Quando a regressão é com a opinião favorável ao parlamentarismo, percebe-se um coeficiente Beta de -1,896, com nível de significância de 0,040, portanto aceitável estatisticamente, indicando uma queda gradativa e consistente dessa opinião ao longo do tempo. A relação mais consistente do ponto de vista do nível de significância se dá entre as opiniões favoráveis ao presidencialismo e ao parlamentarismo, com sig 0,005 e coeficiente Beta de -0,990, demonstrando uma consistência na mudança das opiniões dos brasileiros a respeito desse tema.

Os gráficos e testes demonstram que as opiniões a favor do presidencialismo e do parlamentarismo são excludentes, ou seja, uma cresce na medida em que a outra diminui. Isso não acontece sempre em opiniões que à primeira vista parecem ser naturalmente contraditórias, como se verá mais adiante em relação às opiniões sobre pena de morte.

5.1.8 Obrigatoriedade do Voto e Interesse em Eleições no Brasil⁶⁰

Uma das características do sistema político brasileiro é a obrigatoriedade do voto, fazendo com que haja um "estímulo" legal para a participação dos eleitores

⁶⁰O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo G.

nos processos eleitorais. A consequência mais imediata é uma redução nos índices de abstenção dos eleitores, ficando abaixo das médias percebidas em democracias onde o voto não é obrigatório. Em uma pesquisa desenvolvida pelo Idesp (Instituto de Estudos Sociais, Econômicos e Políticos de São Paulo), realizada no final da década de 70 na periferia da cidade de São Paulo, constatou-se que o eleitor tinha duas definições distintas para a função do título de eleitor, como citado por Figueiredo (1990)

[o eleitor] via o título eleitoral como um documento necessário, dada sua exigência para se conseguir emprego [...] por outro lado os entrevistados explicavam sua baixa disposição para votar por não ver no ato a eficiência que gostariam que tivesse para mudar as coisas (FIGUEIREDO, 1990, p.39).

Diante dessas considerações do eleitor sobre a efetividade da participação eleitoral, vale identificar qual a tendência da opinião pública brasileira a respeito da obrigatoriedade do voto. O gráfico 5.20 mostra uma curva com variações abruptas ao longo do tempo, porém, com uma tendência de crescimento.

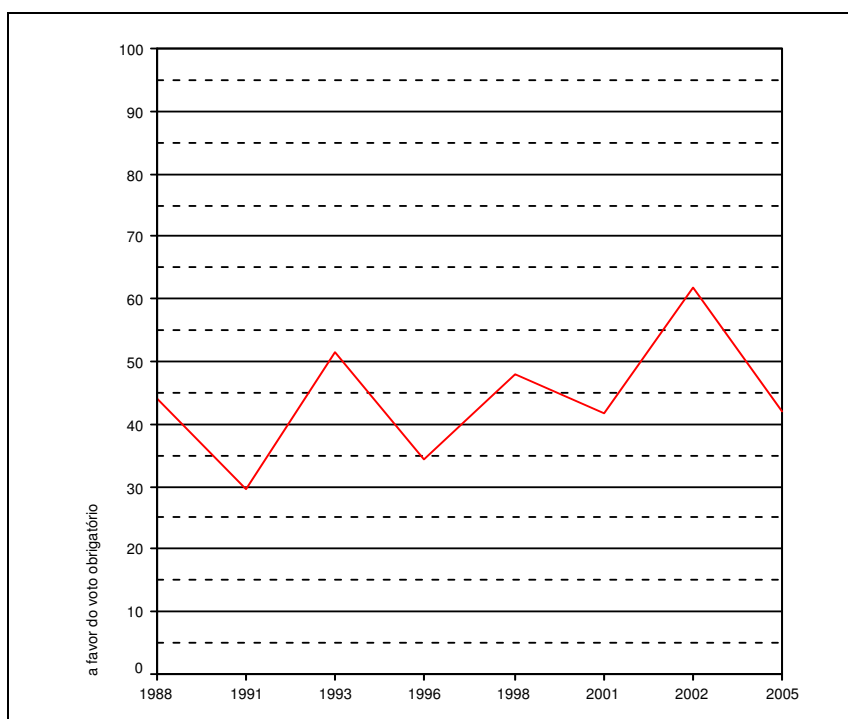


GRÁFICO 5.20 - SÉRIE HISTÓRICA DE OPINIÃO FAVORÁVEL AO VOTO OBRIGATÓRIO NO BRASIL (ID: 188 A 198 – ANEXO G)

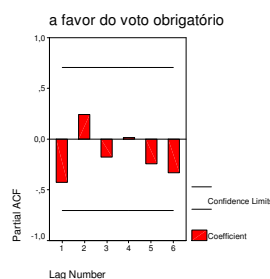
As estatísticas de tendência central da opinião favorável ao voto obrigatório mostram uma média de 44% ao longo do tempo, indicando que menos da metade dos eleitores brasileiros, na média do período entre 1988 e 2005, se posicionaram a favor do voto obrigatório. Some-se a isso os resultados da pesquisa citada por Figueiredo (1990), onde pouco mais de um terço dos eleitores afirmaram que se o voto não fosse obrigatório, não participariam dos processos eleitorais. Assim, teremos pouco mais de 20% dos eleitores que não são favoráveis ao voto obrigatório e participariam das eleições, mesmo que ele deixasse de existir.

TABELA 5.15 - MEDIDAS DE TENDÊNCIA DA OPINIÃO FAVORÁVEL AO VOTO OBRIGATÓRIO

ESTATÍSTICA	A FAVOR VOTO OBRIGATÓRIO
Média	44,10%
Desvio Padrão	9,94 pp
V. Máximo	61,69%
V. Mínimo	29,59%

A tabela 5.15 indica também uma variação acima do erro aceitável durante o período, indo de 29% a 61%, o que mostra a não estabilidade da opinião. Resta saber se essa variação da opinião a respeito da obrigatoriedade do voto tem uma direção ou é randômica ao longo do tempo. Os resultados da auto-regressão⁶¹ apresentados na tabela 5.16 indicam uma consistência na mudança da opinião a

⁶¹O teste de auto-regressão deve ser aplicado aqui por haver pelo menos um coeficiente próximo do limite de confiança no teste de autocorrelação parcial, como indica o gráfico abaixo:



favor do voto obrigatório ao longo do tempo. O nível de significância é aceitável, de 0,003, o que mostra uma forte relação entre as duas variáveis. O coeficiente Beta de 1,022 comprova que conforme o tempo passa, aumenta o percentual de favoráveis ao voto obrigatório na opinião pública brasileira durante o período analisado.

Um possível efeito interveniente nesta opinião é se ela foi coletada em ano eleitoral ou ano sem eleição, por considerarmos que em anos eleitorais os debates políticos são mais intensos e isso pode estimular a opinião pública à participação. No entanto, os resultados da auto-regressão considerando a série interrompida pelo "evento" ano eleitoral⁶² não se mostram significativos, com sig de 0,084, embora apresente um coeficiente Beta alto e positivo de 13,306. Em função dos valores de sig estarem acima do limite de confiança, não é possível dizer que em anos eleitorais há uma tendência de crescimento da opinião favorável ao voto obrigatório.

TABELA 5.16 - AUTO-REGRESSÃO DA OPINIÃO A FAVOR DO VOTO OBRIGATÓRIO AO LONGO DO TEMPO

REGRESSORA	DEPENDENTE	BETA	APPROX. PROB.
Ano	A favor voto obrigatório	1,022**	0,003
Ano eleitoral	A favor voto obrigatório	13,306	0,084

** Significativo ao nível de 0,01

Os resultados da auto-regressão acima devem ser relativizados pelos "picos" de opinião favorável ao voto obrigatório, principalmente em 2002, quando o percentual passou de 60%, para voltar aos níveis médios do período, pouco acima de 40% em 2005. Uma opinião complementar à obrigatoriedade do voto para ajudar a identificar o nível de participação eleitoral da opinião pública brasileira é a que trata do interesse em eleições. Para tanto será analisada a curva histórica do percentual de eleitores brasileiros que diz ter muito interesse nas eleições.

⁶²Durante o período analisado foram considerados como "ano eleitoral", todos aqueles em que houve uma disputa, não necessariamente de caráter federal, inclusive tendo sido incluído o ano de 1993, quando apesar de não ter havido eleições, aconteceu o referendo sobre sistema de governo, que também mobilizou os eleitores.

O gráfico 5.21 indica que esse percentual manteve-se estável ao longo do período analisado, oscilando entre 15% e 20% do total de eleitores. No final dos anos 90 até o início da década de 2000 esses percentuais excederam os 20%, enquanto em 1996 o percentual estava abaixo de 15%. Isso poderia demonstrar uma possibilidade de crescimento consistente ao longo do tempo, porém, não foi o que aconteceu, pois até 2004 a curva manteve-se estável.

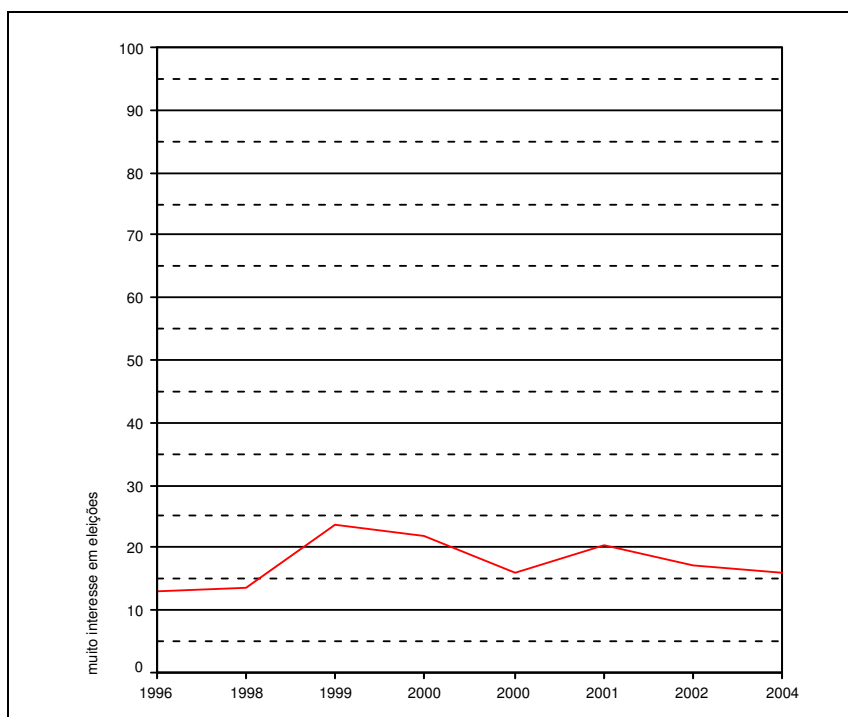


GRÁFICO 5.21 - PERCENTUAL DE ELEITORES QUE DIZ TER MUITO INTERESSE POR ELEIÇÕES (ID: 191 A 197 – ANEXO G)

Analisando as medidas centrais das manifestações de muito interesse em eleições, comprova-se a estabilidade ao longo do tempo, pois a amplitude entre o valor mínimo e máximo no período analisado fica em onze pontos percentuais, com variação de 12,9% a 23,6%. A média de 17,7% mostra que as variações para cima ou para baixo dessa média ficaram muito próximas dos cinco pontos percentuais que indicam a manutenção da curva.

TABELA 5.17 - MEDIDAS DE TENDÊNCIA SOBRE MUITO INTERESSE EM ELEIÇÕES

ESTATÍSTICA	MUITO INTERESSE EM ELEIÇÕES
Média	17,70%
Desvio Padrão	3,89 pp
V. Máximo	23,60%
V. Mínimo	12,90%

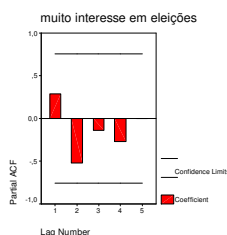
Os resultados do teste de auto-regressão⁶³ também apontam para a estabilidade da curva, pois o nível de significância está acima do aceitável (0,602), enquanto o coeficiente Beta é muito baixo, de 0,396, conforme tabela 5.18. Nesta tabela também estão os principais resultados da auto-regressão da série interrompida, considerando como variável regressora ser ano eleitoral. Os resultados mostram que também não há nenhuma relação entre os percentuais de eleitores muito interessados nos processos eleitorais e o fato da opinião ter sido colhida em ano eleitoral ou não.

TABELA 5.18 - AUTO-REGRESSÃO DE "MUITO INTERESSE EM ELEIÇÕES" AO LONGO DO TEMPO

REGRESSORA	DEPENDENTE	BETA	APPROX. PROB.
Ano	Muito interesse em eleições	0,396	0,602
Ano eleitoral	Muito interesse em eleições	-4,534	0,182

Comparando o comportamento da curva de opiniões favoráveis ao voto obrigatório e a dos percentuais de eleitores que têm muito interesse pelas eleições, nota-se que não há relação significativa entre elas. No entanto, percebe-se que excluindo os 44% de média que diz ser favorável ao voto obrigatório – possivelmente por conta da necessidade de estímulo para participação – e os 34% de eleitores que

⁶³O teste de auto-regressão deve ser aplicado aqui por haver pelo menos um coeficiente próximo do limite de confiança no teste de autocorrelação parcial, como indica o gráfico a seguir:



diz que não votaria se o voto não fosse obrigatório, sobram cerca de 20% do eleitorado, muito próximo do percentual de eleitores que diz ter muito interesse nas disputas. Isso explicaria a não relação entre as duas curvas de opiniões, pois não necessariamente o mais interessado nas disputas eleitorais deverá ter opinião favorável ao voto obrigatório, visto que ele pode ter outros estímulos para a participação.

QUADRO 5.1 - DEMONSTRATIVO DOS PADRÕES DE OPINIÕES SOBRE TEMAS POLÍTICOS NO BRASIL NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS

TEMA PÚBLICO	OPINIÃO	PERÍODO	COMPORTAMENTO DA CURVA	RESULTADOS DA AUTO-REGRESSÃO
Opinião mensal do governo federal	Avaliação Positiva	1987 a 2005	Volátil com mudanças randômicas.	Resultados não significativos ao longo do tempo.
Opinião anual do governo federal	Avaliação Positiva	1987 a 2004	Volátil com mudanças randômicas.	Resultados não significativos ao longo do tempo.
Opinião anual do governo federal	Avaliação Negativa	1987 a 2004	Volátil com mudanças randômicas.	Resultados não significativos ao longo do tempo.
Voto personalista	Decide votar no candidato e não no partido	1972 a 2004	Volátil com mudanças randômicas.	Resultados não significativos ao longo do tempo.
Ideologia política	Auto-identificação como sendo de esquerda	1989 a 2002	Estável a partir dos anos 90.	Resultados não significativos ao longo do tempo
Ideologia política	Auto-identificação como sendo de centro	1989 a 2002	Volátil com mudanças randômicas.	Resultados não significativos ao longo do tempo
Ideologia política	Auto-identificação como sendo de direita	1989 a 2002	Estável até 1997, quando passou a apresentar um crescimento, com estabilização em 2000.	Resultados não significativos ao longo do tempo
Democracia	Preferência pela Democracia	1988 a 2004	Estável até 2000, com queda rápida para em seguida estabilizar-se novamente.	Resultados não significativos ao longo do tempo
Confiança nas instituições	Confia na Justiça	1995 a 2003	Queda gradativa e constante ao longo de todo o período	Resultados são significativos ao longo do tempo
Confiança nas instituições	Confia no congresso	1972 a 2003	Estabilidade até 1989. Crescimento rápido até 1991. Queda gradativa e contínua até 2003	Resultados são significativos ao longo do tempo
Confiança nas instituições	Confia no Governo	1972 a 2003	Queda até 1989. Crescimento contínuo até 1995. Queda gradativa até 2003	Resultados significativos ao longo do tempo, indicando queda consistente.
Sistema de Governo	Prefere presidencialismo	1962 a 1999	Queda até 1988. Crescimento gradativo até 1993 e estabilidade a partir de então.	Resultados não significativos ao longo do tempo
Sistema de Governo	Prefere parlamentarismo	1988 a 1999	Queda gradativa e contínua até 1993, com estabilidade a partir de então.	Resultados significativos ao longo do tempo, indicando consistência na redução dos percentuais de opinião.
Voto Obrigatório	A favor do voto obrigatório	1988 a 2005	Percentual crescente com "pulsos" no tempo	Resultados significativos e positivos no tempo.
Participação eleitoral	Tem muito interesse em eleições	1996 a 2004	Percentual em estabilidade durante todo o período	Resultados não significativos ao longo do tempo.

QUADRO 5.2 - DEMONSTRATIVO DAS CORRELAÇÕES ENTRE OPINIÕES SOBRE TEMAS POLÍTICOS NO BRASIL DAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS

CORRELAÇÃO AO LONGO DO TEMPO	COEFICIENTE BETA	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA	RESULTADO
Avaliação positiva do presidente com expectativa de crescimento da renda nos próximos seis meses.	0,340	0,000	Correlação entre as duas variáveis ao longo do tempo altamente significativa, indicando coerência entre a variável econômica e a avaliação do governo.
Avaliação positiva do governo com opinião sobre crescimento da corrupção	-0,426	0,049	Correlação entre as duas variáveis significativa e inversa, indicando coerência entre as opiniões.
Avaliação negativa do governo com opinião sobre crescimento da corrupção	0,395	0,000	Correlação entre as duas variáveis significativa, indicando coerência entre as opiniões.
Avaliação positiva do governo com taxa anual de inflação.	-0,702	0,001	Correlação entre as duas variáveis significativa e inversa, indicando coerência entre as opiniões.
Avaliação negativa do governo com taxa anual de inflação.	0,997	0,000	Correlação entre as duas variáveis significativa, indicando coerência entre as opiniões.
Auto-identificação ideológica como sendo de Centro com Direita	-0,994	0,045	Correlação significativa e em sentido oposto entre as duas variáveis, indicando oposição de opiniões entre elas.
A favor do presidencialismo com favorável ao parlamentarismo	-0,990	0,005	Correlação significativa e em sentido oposto entre as duas variáveis, indicando oposição de opiniões entre elas.

5.2 OPINIÕES SOBRE TEMAS SOCIAIS

5.2.1 O Brasileiro e a Pena de Morte⁶⁴

A opinião pública do brasileiro a respeito da pena de morte entre 1995 e 2005 é um exemplo de opinião primária que se mantém, porém, em 2002, ela apresenta uma variação em forma de pulso (mudança abrupta e temporária), para voltar aos índices anteriores já no ano seguinte. Essa opinião secundária em 2002

⁶⁴O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo H.

que inverteu as posições das opiniões sobre pena de morte pode ter sido causada por um fato de grande intensidade naquele momento para o debate público. O período analisado também mostra uma consolidação das opiniões sobre o tema no Brasil. No início da curva, em 1995, 43% era contra a pena de morte e 56% favorável. Em 1999 percebe-se uma inversão da opinião, com os contrários passando a 47%, contra 53% de favoráveis. Não houve apenas uma inversão, mas um crescimento no percentual de pessoas com opinião formada sobre o tema no período de 1999 e 2005 perceber-se uma estabilidade – excetuando 2002 – na curva.

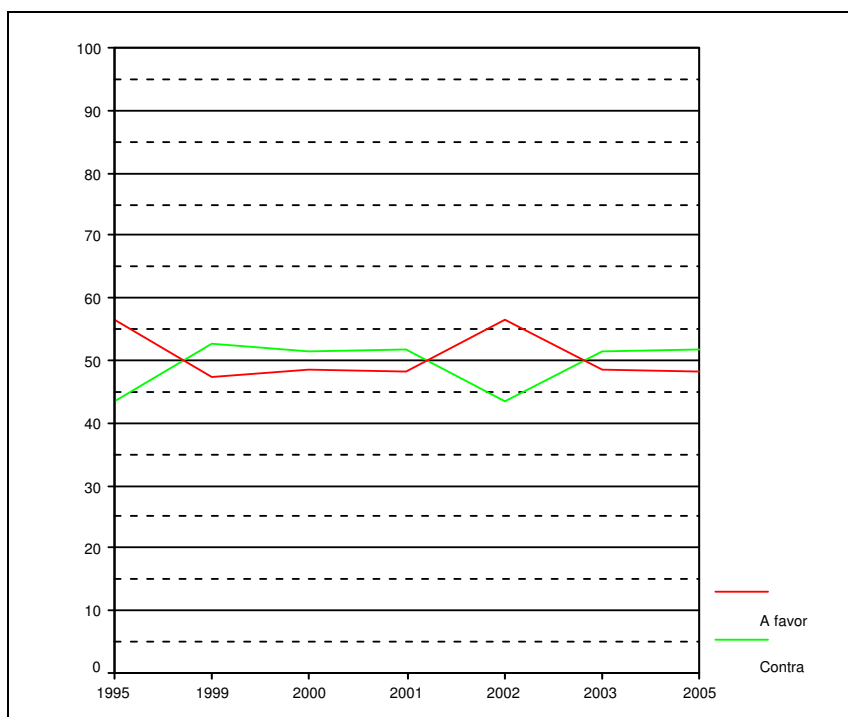


GRÁFICO 5.22 - SÉRIE HISTÓRICA DE OPINIÕES SOBRE PENA DE MORTE NO BRASIL
(ID: 199 A 205 – ANEXO H)

A pesquisa que aferiu a opinião do brasileiro sobre pena de morte em 2002 foi produzida no mês de janeiro, podendo ter refletido, portanto, alterações na opinião secundária devido a acontecimentos tratados no espaço público em 2001. Neste ano, não apenas os brasileiros, mas todos os países do ocidente acompanharam informações divulgadas pela mídia internacional a respeito da necessidade de endurecimento das regras no combate ao terrorismo, principalmente após os ataques

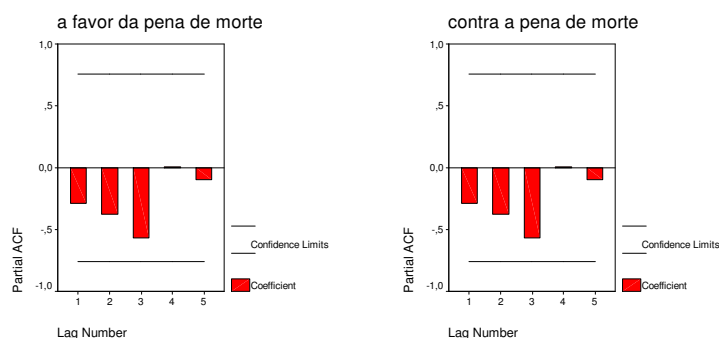
ao *World Trade Center* e Pentágono nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. O debate, naquele momento, tratava da redução dos direitos individuais em favor da manutenção da segurança coletiva. De qualquer maneira, alterações temporárias nas curvas das opiniões sobre pena de morte no Brasil podem ser explicadas pela entrada de novas pessoas com opinião formada no debate do que pela mudança de posicionamento daqueles que já possuíam uma opinião sobre o tema.

TABELA 5.19 - AUTO-REGRESSÃO COM OPINIÕES SOBRE PENA DE MORTE NO BRASIL

REGRESSOR	VAR. DEPENDENTE	COEFICIENTE BETA	NÍVEL SIGNIFICÂNCIA
Ano	A favor pena de morte	- 0,421	0,454
	Contra pena de morte	0,421	0,454

Quando as autoregressões⁶⁵ são feitas usando a variável tempo como regressora os resultados indicam uma estabilidade das opiniões favoráveis e contrárias no período analisado, mostrando a existência de uma manutenção das opiniões. Isso aponta para que as alterações apresentadas pela curva durante o período sejam explicadas principalmente pela inclusão de novos atores no debate, ou em outras palavras, ao fato de mais pessoas formularem opinião a favor ou contra o tema. A manifestação de indivíduos antes desinteressados no debate, levados pelos grupos de interesse através dos conteúdos divulgados pela mídia, mostra que houve uma tendência de benefício ao crescimento da opinião contrária à pena de morte.

⁶⁵O teste de auto-regressão deve ser aplicado, pois as autocorrelações parciais plotadas abaixo indicam a possibilidade de um comportamento não estacionário da série.



5.2.2 O Brasileiro e a Reforma Agrária⁶⁶

A opinião do brasileiro sobre a reforma agrária é um exemplo de tema público em que se percebe uma mudança de opinião contínua e gradativa até o início dos anos 90 e a partir daí uma estabilidade. O gráfico 5.23 mostra que de 1962 até 1987 as opiniões contrárias e favoráveis à reforma agrária seguiram curvas contínuas e em sentidos claramente opostos. Enquanto o percentual de favoráveis à reforma agrária passou de 47% em 1962, chegando a 71% em 1987, estabilizando-se entre 60% e 65% a partir de 1996; a opinião contrária foi de 34% em 1962 para até 8% em 1987, estabilizando-se a seguir entre 10% e 20% desde então, sendo o comportamento de uma curva o espelho do comportamento da outra.

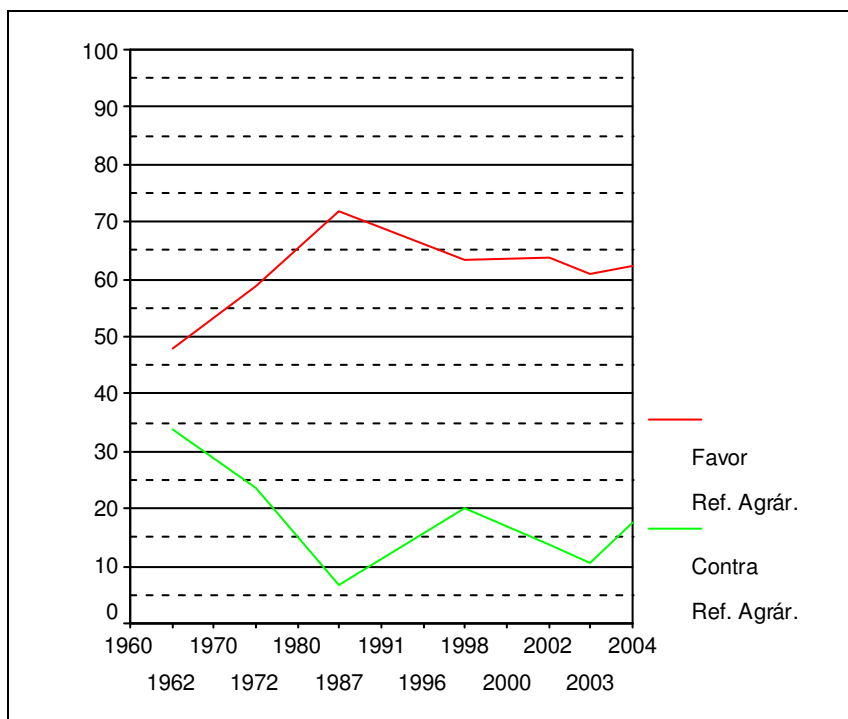


GRÁFICO 5.23 - SÉRIE HISTÓRICA DE OPINIÕES SOBRE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL
(ID: 207 A 218 – ANEXO I)

⁶⁶O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo I.

Pesquisas nacionais de opinião sobre esse tema têm origem nos anos 60 em função das discussões sobre reforma constitucional. Com a inclusão do tema na constituição brasileira, houve oportunidade para um debate público sobre a necessidade e/ou viabilidade de uma reforma no sistema de distribuição da propriedade rural brasileiro no século XX.

Não foi a primeira vez que o tema entrou em debate público no Brasil. O grau de concentração da propriedade fundiária que caracteriza a generalidade da estrutura agrária brasileira é um reflexo da natureza da economia nacional que vem dos primórdios da colonização (PRADO JR, 1969). Para o autor, desde a colonização até pelo menos meados do século XX houve uma série de modificações na sociedade brasileira que tiveram impacto direto ou indireto na organização agrária. Essas mudanças vão desde a ocupação do território brasileiro, com as fronteiras agrícolas ainda se expandindo no final do século XX; contínuo crescimento e adensamento demográfico, que só vão perder força nos anos 80 (IBGE); contingentes migratórios, principalmente para zonas urbanas e uma constante diversificação das atividades econômicas no período são alguns exemplos de modificações da forma de composição da sociedade brasileira que têm impacto na organização agrária e na opinião pública.

No entanto, como lembra Caio Prado Júnior, essas mudanças não são suficientes, per si, para alterar alguns elementos fundamentais da estrutura agrária que ainda persiste, como a obsoleta forma de utilização da terra e organização agrária, deixando à população de trabalhadores o mero papel de desempenhar a função de fornecer mão-de-obra a uma exploração agromercantil voltada para fora do país (PRADO JR, 1969). É esta contradição, que envolve por um lado as transformações geradas pela relação entre campo e cidade, e por outro a manutenção dos princípios de exploração agrícola no país, que o tema Reforma Agrária mantém-se presente no debate público de forma permanente desde, pelo menos, os anos 50 do século XX. Reflexo desse debate é a organização de grupos de pressão que fazem com que o cidadão desinteressado possa se decidir se é a favor ou contra a reforma agrária.

Os dois principais exemplos desses grupos de interesse são de um lado a União Democrática Ruralista (UDR) e de outro o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O primeiro defendendo a manutenção do sistema de propriedade agrária, o segundo a sua transformação.

A especialização das atividades da propriedade rural, que passou ao longo da segunda metade do século XX a buscar maior produtividade, intensificando suas atividades, causou uma diversificação interna do sistema agrário, gerando uma modificação na forma de se considerar a terra como elemento de produção. Além disso, as intensas correntes migratórias para zonas urbanas geraram, no mesmo período, uma forma distinta de tratamento que as massas fornecedoras de mão-de-obra tinham com os grandes latifúndios. Esse novo tratamento, dissociado e de maior independência em relação ao sistema agrário que demandava intensamente mão de obra; acabou tendo reflexos no posicionamento da opinião pública em relação à reforma agrária. Com menor dependência do sistema latifundiário para a sobrevivência econômica, cada vez mais as massas urbanas se desvinculam do sistema histórico de relações de trabalho rural e tendem a aproximar suas opiniões de um modelo de agricultura mais diversificado, onde os grandes proprietários voltados para a produção que visa a exportação são substituídos por pequenos produtores com suas atividades voltadas o atendimento das crescentes demandas internas.

Percebe-se que historicamente a opinião do brasileiro tende a ser mais favorável à reforma agrária do que contrária. Com respeito à opinião favorável, a curva crescente constante entre os anos de 1962 e 1991 apresentou uma pequena queda e se estabilizou na última década. Já a opinião contrária mostrou-se em queda dos anos 60 até 90, quando começou a oscilar entre 10% e 20%, o que indica uma mudança permanente e gradual das opiniões ao longo do tempo em ambas opiniões, para em seguida elas estabilizarem-se.

Para testar se as mudanças estruturais da sociedade brasileira no período, em especial a crescente desvinculação da população das relações diretas com a

produção latifundiária, pode-se utilizar como variável interveniente o percentual de população urbana no Brasil durante o mesmo período. Como mostra o gráfico 5.24, entre 1960 e 2000 o percentual de população urbana no Brasil apresentou uma curva crescente, passando de 44% em 1960 para 81% em 2000. Vale ressaltar que a partir dos anos 90 a velocidade de crescimento da curva caiu significativamente, chegando quase a estabilidade a partir de 1996, de acordo com levantamentos de censo e da pesquisa nacional de amostra domiciliar (Pnad) do IBGE.

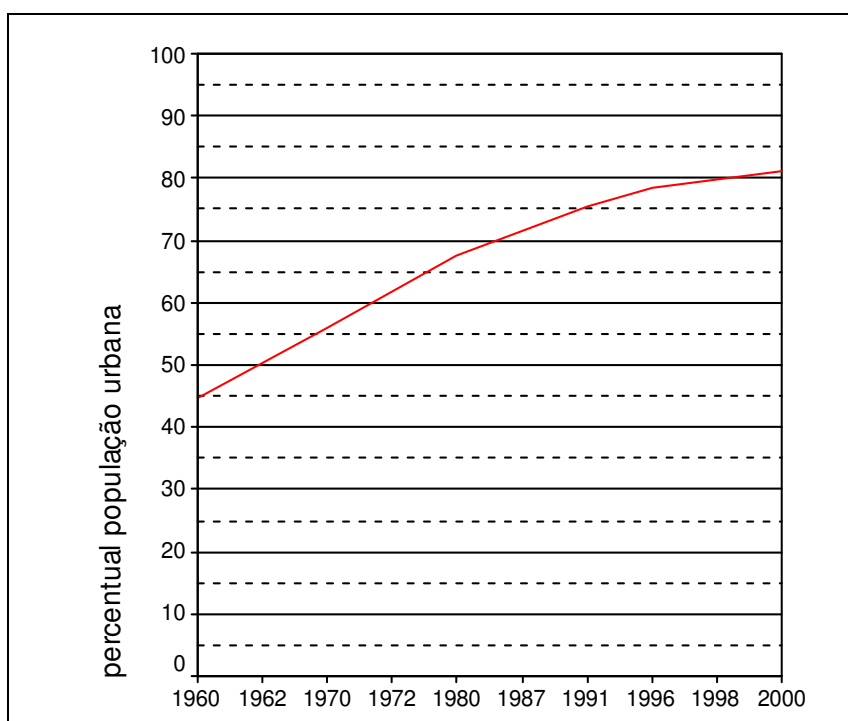


GRÁFICO 5.24 - CURVA DE CRESCIMENTO DA TAXA DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL (ID: 206 A 215 – ANEXO I)

Incluindo as opiniões e a variável interveniente em um teste de auto-regressão, temos como resultado que a relação da opinião favorável ao longo do tempo apresenta uma baixa relação estatística, com nível de significância de 0,215 e coeficiente Beta de 0,062, demonstrando que no período analisado não houve uma mudança consistente da opinião. Isso porque graficamente é possível perceber dois períodos de tempo distintos. Um que segue até 1987, com crescimento contínuo da opinião a favor da reforma agrária e a partir de então se percebe uma estabilidade

na opinião, mas, separando os dois momentos, os resultados são diferentes, de acordo com o que demonstra a tabela 5.16:

TABELA 5.20 - AUTO-REGRESSÃO OPINIÕES SOBRE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL EM DOIS PERÍODOS DISTINTOS

REGRESSOR	VAR. DEPENDENTE	COEFICIENTE BETA	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
Ano (1962 a 1987)	A Favor Ref. Agrária	0,709*	0,029
	Contra Ref. Agrária	-0,718**	0,006
Ano (1988 a 2004)	A Favor Ref. Agrária	0,134	0,306
	Contra Ref. Agrária	-0,556	0,790

* Significativo ao nível de 0,05

** Significativo ao nível de 0,01

Entre as décadas de 60 e 80 as opiniões sobre reforma agrária apresentaram mudanças consistentes ao longo do tempo, ambas com resultados dos testes significativos. A opinião favorável cresceu com coeficiente Beta positivo de 0,709 (sig 0,029) e a contrária decresceu -0,718 (sig 0,006). Já a partir de 1998, até 2004, as opiniões aferidas sobre esse tema apresentaram-se estáveis, com resultados muito baixos e sig acima do aceitável, comprovando a idéia de que a curva apresenta dois momentos distintos: o primeiro, de mudanças gradativas e consistentes ao longo do tempo; e o segundo, de estabilidade. Para dar prosseguimento à análise da opinião sobre reforma agrária no Brasil, incluo uma variável interveniente no modelo: taxa de urbanização do País.

Com respeito à correlação ao percentual de população urbana, as opiniões positivas apresentaram uma tendência muito próxima aos níveis de crescimento da taxa de urbanização anual até 1987, quando as duas curvas começaram a se distanciar, enquanto a urbanização continuou crescendo nos anos 90, o percentual de opiniões favoráveis à reforma agrária nesse período manteve-se estável. O mesmo movimento pode ser percebido em relação à taxa de urbanização e as opiniões contrárias à reforma agrária, porém, no sentido inverso. Até o fim dos anos 80, enquanto a taxa de urbanização crescia, o percentual de opiniões contra a reforma

agrária diminuía e, a partir de então, tornou-se estável, enquanto a primeira continuou em uma curva ascendente, como mostra o gráfico 5.25.

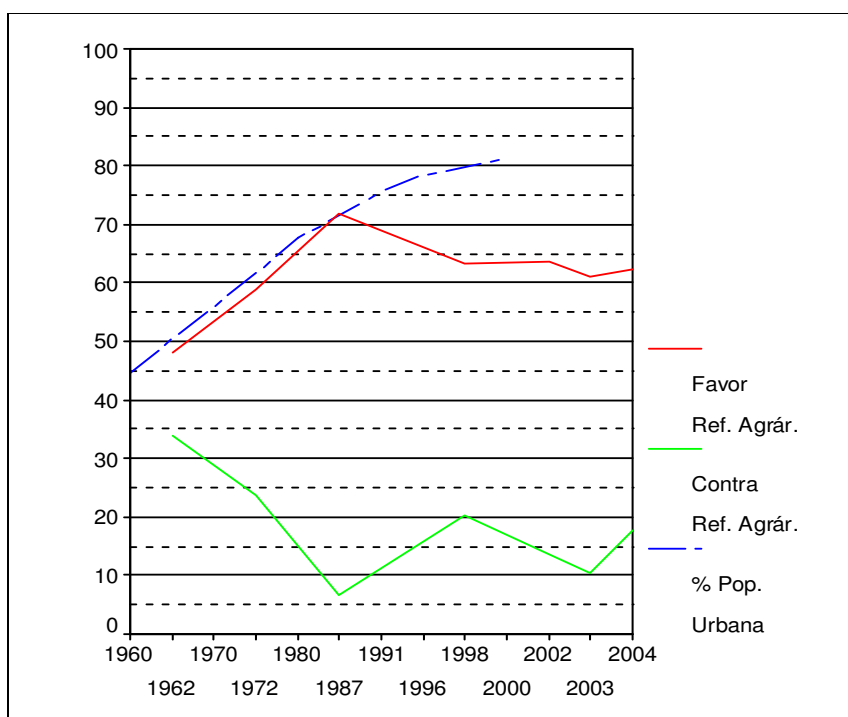


GRÁFICO 5.25 - COMPARAÇÃO ENTRE OPINIÕES SOBRE REFORMA AGRÁRIA E TAXA DE POPULAÇÃO URBANA NO BRASIL (ID: 206 A 218 – ANEXO I)

Quando colocadas em um modelo de auto-regressão⁶⁷, tendo como variável independente a taxa de urbanização brasileira, percebe-se que a relação de

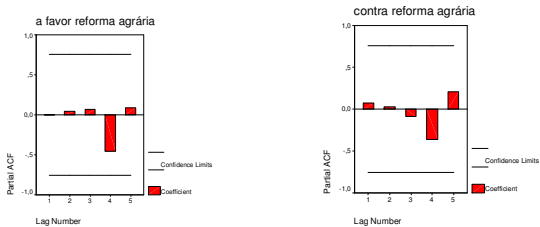
⁶⁷Os testes de estacionaridade por autocorrelação parcial indicam a existência de estacionaridade na variável "opinião a favor" e "opinião contra" a Reforma Agrária, como mostram os gráficos abaixo, o que possibilita a utilização de regressão linear para avaliar as relações entre as variáveis, considerando o tempo como variável independente. (em todos os casos, os coeficientes ficam abaixo do limite de confiança). Além disso, os testes de correlação cruzada entre taxa de urbanização e de opiniões a favor e contra a Reforma Agrária indicam apenas o fator de ordem Zero atingindo o limite de confiança, o que demonstra que não é necessário fazer nenhuma regressão ou aplicação de diferenças na variável original para realizar testes de regressão.

determinação do percentual de população urbana sobre a opinião favorável à reforma agrária é positiva e significativa, com coeficiente Beta de 0,195 e nível de significância dentro dos limites aceitáveis (0,035). Em relação à opinião contrária, a correlação é mais forte ainda, com nível de significância de 0,006 e coeficiente Beta de $-0,289$. Como o coeficiente é negativo e significativo, o teste mostra que a relação entre urbanização e opinião contrária à reforma agrária são significativamente opostas, ou seja, enquanto uma aumenta a outra diminui.

TABELA 5.21 - AUTO-REGRESSÃO ENTRE TAXA DE URBANIZAÇÃO E OPINIÕES SOBRE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

REGRESSOR	VAR. DEPENDENTE	COEFICIENTE BETA	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
Taxa de Urbanização	A Favor Reforma Agrária	0,195*	0,035
	Contra Reforma Agrária	-0,289*	0,006
* Significativo ao nível de 0,05			

Como o teste indicou, a relação é um pouco mais forte no sentido inverso de urbanização e população contrária à reforma agrária, comprovando que a taxa de urbanização colabora mais com a queda de resistências na opinião pública para a realização da reforma agrária do que propriamente com o aumento de seu apoio.



5.2.3 Opinião sobre Desemprego⁶⁸

Para a opinião pública brasileira, quando perguntada sobre o maior problema do país, desde os anos 80, a resposta mais freqüente tem sido o Desemprego. Os percentuais em favor dessa resposta variam de no mínimo 20%, chegando até 65%. Porém, no período de 15 anos, entre 1987 e 2004, a curva da opinião sobre desemprego ser o maior problema do país apresenta duas dinâmicas distintas. De T_0 que é 1987 até T_1 que é 1996, onde a curva mostrou-se crescente gradativamente, como indica o gráfico 5.24. Entre T_1 e T_2 que é 2004, a curva passa a apresentar variações randômicas, oscilando em ambas direções.

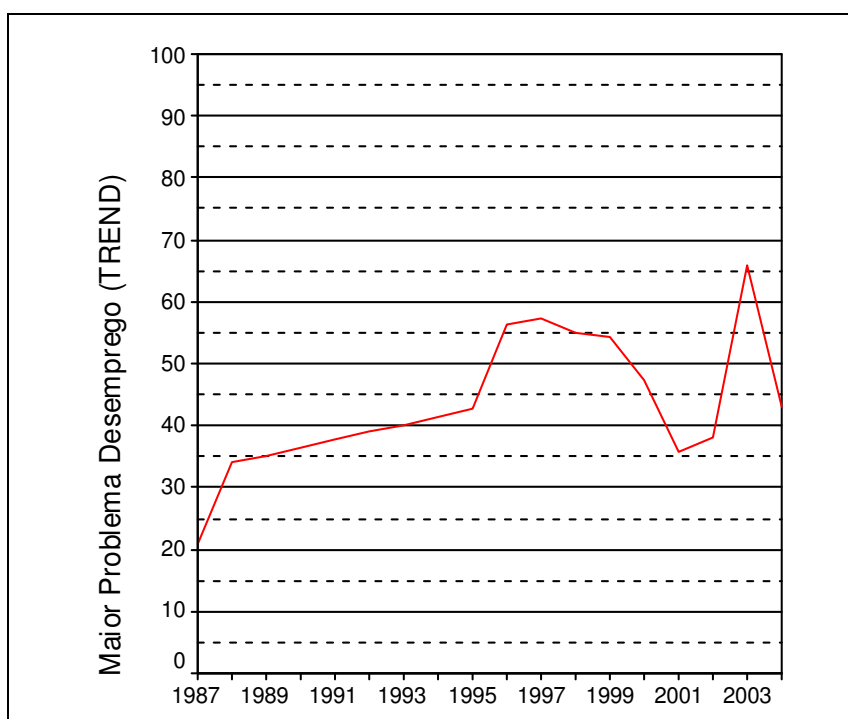


GRÁFICO 5.26 - SÉRIE HISTÓRICA DE OPINIÕES SOBRE DESEMPREGO SER MAIOR PROBLEMA DO BRASIL (ID: 219, 228 A 236 – ANEXO J)

⁶⁸O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo J.

A soma das diferenças entre os dois períodos mostra essa variação entre as curvas. De 1987 a 1996 a soma das diferenças de primeira ordem (o resultado de 1988 menos o resultado de 1987 e assim por diante) é alta, com 36,35%, o que indica um movimento crescente. Já no segundo período, o resultado da soma das diferenças é de -11,96%. O valor negativo indica que houve variações nos dois sentidos, mas que no geral os números obtidos com as variações para baixo foram maiores que os crescentes. Se as somas indicam dois comportamentos distintos da curva nos períodos analisados, as médias obtidas pela soma das diferenças é capaz de mostrar a direção da curva. Até 1996 as opiniões sobre desemprego ser o maior problema do país eram crescentes, pois a média das diferenças de primeira ordem resultou em um valor positivo de 3,6%, enquanto a partir de 1996 as médias das diferenças se inverteram, passando a -1,9%, o que indica uma queda na opinião de que o desemprego é o maior problema do país a partir da segunda metade da década de 90. Além disso, os números mostram que a intensidade de crescimento no primeiro período foi maior que a intensidade de queda no segundo período.

TABELA 5.22 - RESULTADOS DAS DIFERENÇAS DE PRIMEIRA ORDEM EM DOIS PERÍODOS PARA DESEMPREGO COMO MAIOR PROBLEMA DO PAÍS

SOMA DAS DIFERENÇAS		
	Dif. T ₀ a T ₁	Dif T ₁ a T ₂
Média	3,6350	-1,9933
Soma	36,35	-11,96

Uma variável interveniente que pode ser incluída no modelo para testar a existência de correlação com a opinião sobre desemprego é a própria taxa de desemprego médio anual. Considerando que o público sofre diretamente os efeitos do crescimento ou redução do desemprego no país e que esse público é capaz de formular opiniões consistentes com a realidade na qual está inserido, pode-se considerar que a opinião pública sobre desemprego tenha algum tipo de relação com os índices de desemprego real medido no país. O gráfico abaixo mostra que

houve um crescimento constante do percentual de brasileiros que consideravam o desemprego como maior problema do país entre 1987 e 1996. A partir de então a curva começou a apresentar oscilações nas duas direções, ascendente e descendente.

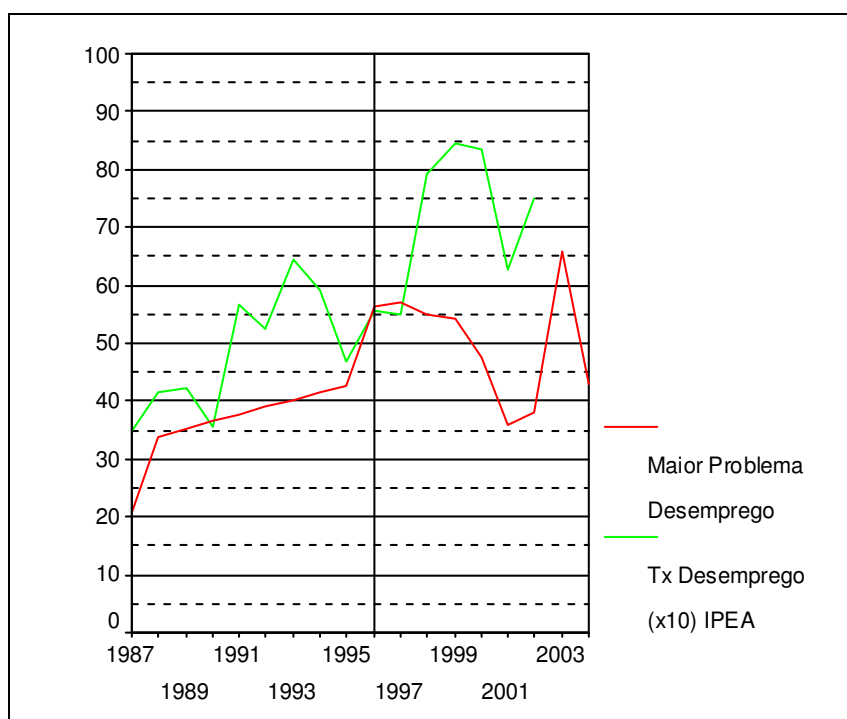


GRÁFICO 5.27 - SÉRIE HISTÓRICA DE OPINIÃO SOBRE DESEMPREGO E TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL (ID 219 A 236 – ANEXO J)

NOTA: Os valores da taxa de desemprego foram multiplicados por dez apenas para facilitar a visualização das curvas no gráfico. De fato, a taxa varia de 3,5% (mínimo) e 8,5% (máximo), no período.

Porém, essas tendências não estão relacionadas com a curva de taxa média de desemprego anual, medida pelo Ipea, que, apesar das oscilações, apresenta um movimento crescente durante todo o período em análise. Com isso, visualmente é possível indicar uma correlação mais forte entre a taxa de desemprego e opinião pública até 1996, do que no segundo período, onde o índice medido pelo Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), apesar das oscilações, continua a apresentar-se crescente, enquanto a opinião pública passa a ter quedas percentuais.

TABELA 5.23 - RESULTADOS DAS DIFERENÇAS DE PRIMEIRA ORDEM PARA TAXA DE DESEMPREGO EM DOIS PERÍODOS NO BRASIL

DIFERENÇAS DE PRIMEIRA ORDEM (Tx Desemprego Ipea x 10)		
	Tx. Desemprego até 1996	Tx. Desemprego 1996 a 2002
Média	0,2300	0,4040
Soma	2,07	2,02

As somas das diferenças de primeira ordem da curva de taxa de desemprego do Ipea mostra-se positiva nos dois períodos, o que indica, apesar das oscilações a partir de 1996, um crescimento constante da taxa, apontando para uma dissociação desse indicador com a opinião pública sobre desemprego, conforme tabela abaixo.

TABELA 5.24 - AUTO-REGRESSÃO DAS OPINIÕES SOBRE DESEMPREGO SER MAIOR PROBLEMA DO PAÍS

REGRESSOR	VAR. DEPENDENTE	COEFICIENTE BETA	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
Ano	Desemprego como maior problema	1,395	0,192
Tx. Desemprego (Ipea)	Desemprego como maior problema	2,726	0,253

Os testes de auto-regressão da opinião sobre desemprego ser o maior problema do país ao longo de todo o período analisado com e em correlação com as taxas de desemprego no período mostraram-se não significativos, como indica a tabela acima, com os dois níveis de significância acima do limite aceitável. Portanto, não há relação direta entre as oscilações da opinião sobre desemprego e a taxa anual de desemprego no País.

5.2.4 Corrupção como Maior Problema do País⁶⁹

A análise temporal da opinião pública brasileira indica uma série de opiniões que são constantes, sem apresentar alteração significativa ao longo do tempo. É o caso da opinião sobre corrupção ser o maior problema do país. Entre 1987 e 2002 o percentual de brasileiros que considerou a corrupção como maior problema do país oscilou abaixo da margem de cinco pontos percentuais de erro, ficando entre 5% e 2%, conforme mostra o gráfico 5.28.

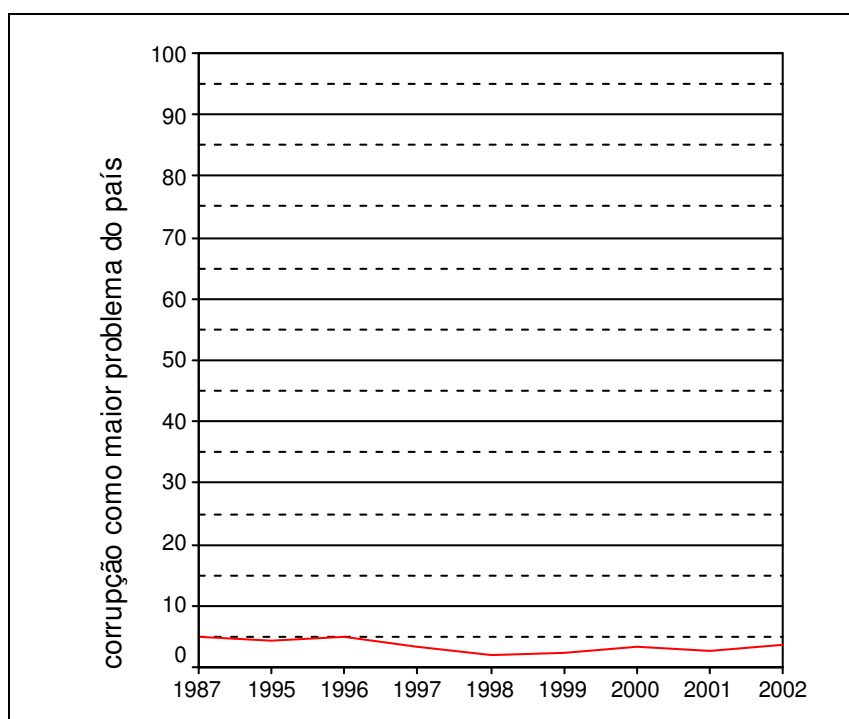


GRÁFICO 5.28 - SÉRIE HISTÓRICA DE OPINIÃO SOBRE CORRUPÇÃO SER MAIOR PROBLEMA DO BRASIL (ID: 237 A 245 – ANEXO K)

A estabilidade da opinião sobre corrupção ser o maior problema do país não significa que o brasileiro seja insensível aos processos de corrupção denunciados publicamente. O Gráfico 5.29 indica uma grande volatilidade entre

⁶⁹O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo K.

1995 e 2005, mostrando uma tendência de queda até 2003 e se estabilizando em torno de 30% até 2004, quando volta a subir.

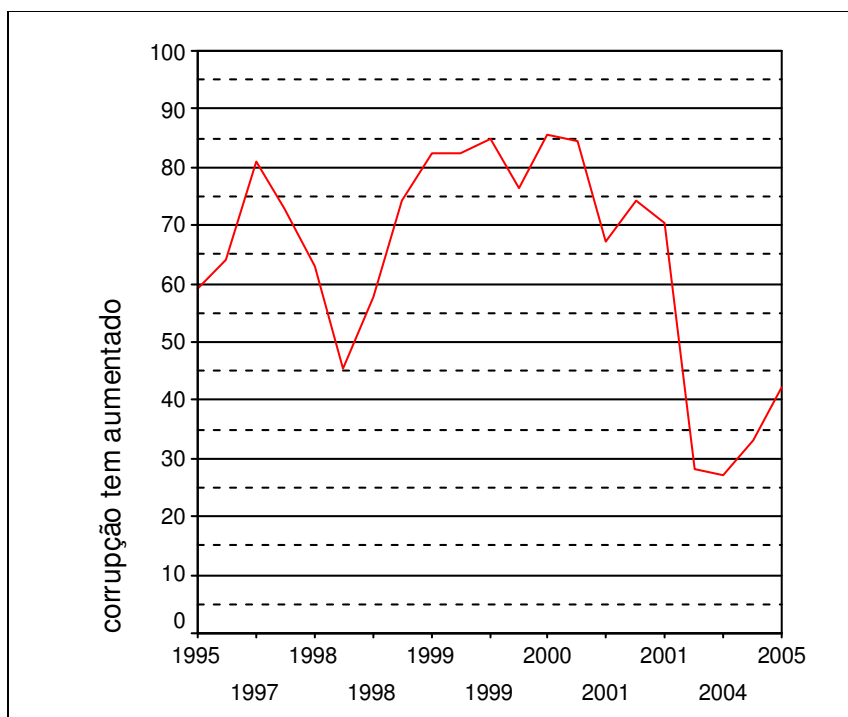


GRÁFICO 5.29 - SÉRIE DE OPINIÕES SOBRE AUMENTO DA CORRUPÇÃO NO BRASIL (ID: 246 A 265 – ANEXO K)

A percepção da opinião pública sobre crescimento da corrupção no Brasil indica uma sensibilidade aos acontecimentos, principalmente, na esfera federal, pois de 1997 a 2001 as denúncias de corrupção envolvendo instituições financeiras nos processos de privatizações e de fundos de pensões estiveram sempre presentes no debate público. O índice cai a partir do início do governo Lula, quando as denúncias de corrupção apresentam uma significativa redução, e volta a subir em 2005, quando torna-se público um novo escândalo de corrupção envolvendo o PT, recursos de empresas públicas para financiamento do partido e empresários prestadores de serviços a essas empresas. Apesar disso, a curva anterior, sobre a corrupção ser o maior problema do país, permanece estável, indicando que a opinião pública é capaz de reconhecer novas denúncias de corrupção como verdadeiras, porém, não

indica que a cada divulgação de novo acontecimento, isso seja capaz de "manipular" a opinião pública no sentido de transformar um fato isolado em um problema nacional. Aqui fica clara a distinção entre opinião pública primária e secundária. Enquanto a opinião sobre a corrupção ser o maior problema do país apresenta níveis históricos estáveis, não sofrendo influência de eventos específicos, mostrando-se como componente importante de uma opinião primária; a avaliação sobre aumento ou queda da corrupção no país está diretamente relacionada a acontecimentos pontuais e a entrada deles no debate público, demonstrando ser uma opinião suscetível a mudanças rápidas.

TABELA 5.25 - AUTO-REGRESSÃO DE OPINIÕES SOBRE CORRUPÇÃO NO BRASIL

REGRESSOR	VAR. DEPENDENTE	COEFICIENTE BETA	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA
Ano	Corrupção como maior problema	-0,138	0,135
Ano	Corrupção tem aumentado	-3,857	0,085

Os resultados dos testes de auto-regressão das duas opiniões sobre corrupção – como maior problema do País e se tem aumentado – apresentam-se não significativos por motivos distintos. A opinião sobre corrupção como maior problema do País é não significativo (0,135) por se tratar de uma opinião estável ao longo de todo o período analisado. Já a opinião sobre se a corrupção tem aumentado, o teste também é não significativo (0,085), porém, por se tratar de uma curva instável e com movimentos voláteis, indicando uma maior sensibilidade dessa opinião aos acontecimentos conjunturais.

5.2.5 A Opinião Pública e o Referendo 2005⁷⁰

Em 2005, mais notadamente no segundo semestre, um tema que mobilizou a opinião pública brasileira foi o referendo nacional sobre a manutenção da permissão para venda de armas de fogo e munições no país. O tema, polêmico, envolve questões sobre direitos civis, liberdades, segurança, criminalidade e, indiretamente, confiança no Estado. Além disso, some-se o fato da pouca tradição brasileira em realização de consultas populares diretas, como esta, onde os eleitores são chamados a decidir sobre um aspecto cuja deliberação normalmente fica restrita à elite política.⁷¹

Desde a discussão no congresso da lei do desarmamento, dois anos antes do referendo, a opinião pública brasileira já se mostrava a favor da maior restrição ao comércio e uso de armas de fogo no país. Com a proximidade do referendo e início do Horário Gratuito de Propaganda sobre o Referendo (HGPR), a ampliação do debate público gerou uma inversão nas opiniões. O público, que de maneira geral é favorável à restrição de armas de fogo; quando isso leva à restrição de liberdades, principalmente considerando os baixos índices de confiança da opinião pública no Estado, a posição predominante é a de que o cidadão tem que preservar o direito à própria segurança.

Nessas condições, a curva histórica de opinião sobre o tema do referendo pode ser analisada como uma série temporal interrompida (McDOWALL et al., 1980), onde o objetivo é identificar se o evento externo HGPR teve algum impacto na curva de opinião, ou seja, se em primeiro lugar houve mudança de opinião; caso sim, se ela foi consistente ao longo do tempo; e em caso positivo, se há alguma relação entre essa mudança com o evento externo HGPR. Para tanto, analiso primeiramente o gráfico de opiniões, as médias e somas das diferenças de primeira ordem e os

⁷⁰O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo L.

⁷¹O referendo foi previsto em um artigo na Lei do Desarmamento que entrou em vigor um ano antes do referendo e previa a consulta popular sobre a manutenção ou não da permissão da legalidade para a venda de armas de fogo e munições no País.

resultados dos testes de auto-regressão entre as variáveis dependentes "sim" (opinião favorável à restrição de armas no país) e "não" (opinião contrária à restrição de armas no país). A série começa com dados de julho de 2003 e segue até os resultados do referendo em outubro de 2005. Os dois primeiros pontos da série não dizem respeito à questão específica do referendo, mas sobre a opinião a respeito da proibição do porte de armas no país. Como também se trata de posições favoráveis ou contrárias à restrição de armas no país, elas foram acrescentadas à curva.

A primeira análise é do movimento das curvas ao longo do tempo, avaliando se houve ou não mudança significativa das opiniões a partir do gráfico 5.30:

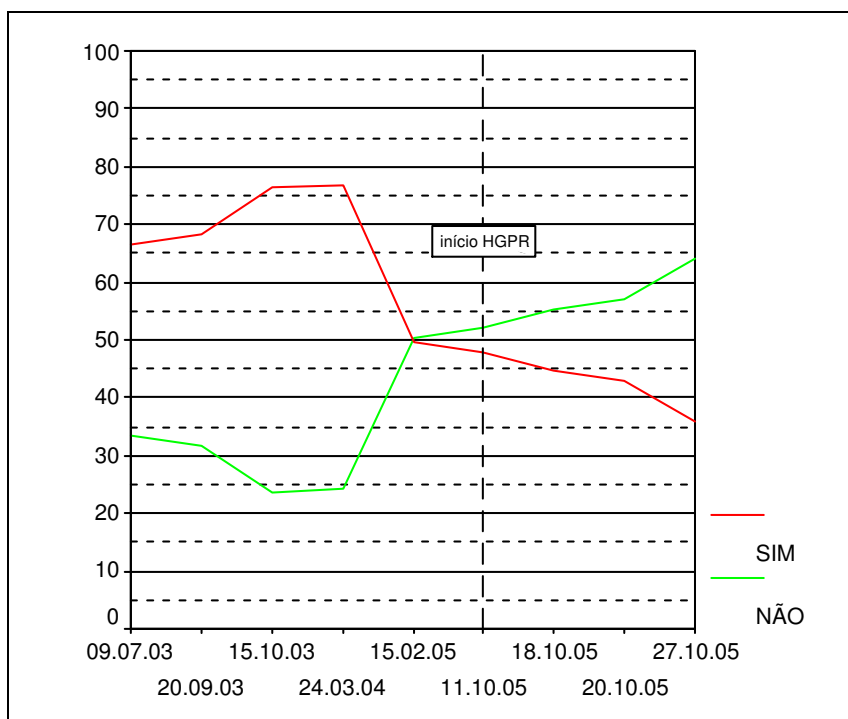


GRÁFICO 5.30 - SÉRIE DE OPINIÕES SOBRE TEMA DO REFERENDO 2005 (ID: 266 A 274 – ANEXO L)

Preliminarmente, as curvas mostram uma correlação negativa, ou seja, inversa, quase absoluta entre as duas opiniões. Isso significa que desde 2003 as alterações em uma das curvas foram consequência das mudanças na outra e não da entrada de novos indivíduos. Isso pode ser explicado pela grande saliência do tema na opinião pública brasileira, o que faz com que muitos queiram expressar uma posição pública, ao invés de oferecer "não-respostas". Como pode-se perceber, a curva da

opinião favorável à restrição de armas apresenta uma pequena tendência de crescimento até o início de 2004. Já em fevereiro de 2005 (portanto, sete meses antes do início do HGPR) ela começa a sofrer significativa queda. Movimento inverso e na mesma proporção acontece com a curva de opiniões contrárias à restrição de armas no País. O que se percebe é um crescimento na velocidade de queda ou crescimento das curvas a partir do início do impacto do HGPR, o que pode indicar a presença de efeitos significativos da variável interveniente da opinião pública.

As médias e somas das diferenças de primeira ordem para as duas opiniões mostram que os movimentos estão altamente correlacionados. A média das diferenças durante todo o período para a opinião "sim" foi de -3,80, enquanto para a opinião "não" esteve em 3,80. As somas das diferenças também foram exatamente as mesmas, com sinais opostos, de -34,20 para "sim" e 34,20 para "não". Isso comprova que durante todo o período analisado (2003 a 2005) houve uma forte migração da opinião a favor da restrição às armas para a opinião contrária a esta restrição.

Dividindo os resultados para os dois momentos, um antes do início do HGPR e outro após a influência deste, percebe-se pequenas diferenças no movimento da opinião pública entre eles. Antes do início do HGPR (entre setembro de 2003 e setembro de 2005), a redução média e a soma das primeiras diferenças na opinião "sim" foi pouco menor que o crescimento da média e soma das primeiras diferenças para a opinião "não". Isso significa que durante este período, o "não" à restrição às armas ganhou, além dos que mudaram de opinião, adeptos entre os que até então não haviam emitido opinião (soma de 20,73 contra a queda de -20,62 do "sim"). Após o início do HGPR isso mudou, pois houve uma redução maior dos favoráveis à restrição às armas do que o crescimento da opinião contrária, demonstrando que parte do público que até então optou pelo "sim" decidiu deixar de manifestar sua opinião publicamente ao invés de tornar-se favorável ao "não" (queda de -13,58 contra aumento de 13,47 do "não").

TABELA 5.26 - RESULTADOS DAS DIFERENÇAS DE PRIMEIRA ORDEM
DAS OPINIÕES SOBRE ARMAS NO BRASIL

VARIÁVEL	INDICADOR	DIF. 1.ª ORDEM	
		SIM	NÃO Dif. 1ª ordem
Antes HGPR	Média	-4,12	4,14
	Soma	-20,62	20,73
Durante HGPR	Média	-3,39	3,36
	Soma	-13,58	13,47
Todo período	Média	- 3,80	3,80
	Soma	-34,20	34,20

Para se saber o tamanho do impacto da variável interveniente na variável tempo e na relação entre as opiniões opostas é preciso fazer testes de auto-regressão,⁷² que já consideram o retorno de ordem um para tornar as curvas estacionárias. São usadas como variáveis regressoras dois indicadores temporais, um que inclui o dia e mês de realização da pesquisa (Data) e uma que inclui apenas o ano em que foi realizada a pesquisa (Ano). Outras variáveis regressoras são a presença ou ausência do horário gratuito de propaganda no rádio e televisão (HGPR) como intervenção e a variável "Sim" como regressora para explicar as mudanças nos percentuais da variável "Não". As duas variáveis dependentes são as opiniões favoráveis e contrárias à restrição de armas no país. Os resultados de todas as autoregressões mostraram-se significativos estatisticamente, como demonstra a tabela 5.27.

⁷²Os gráficos abaixo de correlações parciais indicam a necessidade de transformações de primeira ordem para possibilitar a realização de testes de regressão temporal em todos os quatro casos, pois apenas o primeiro coeficiente está acima ou muito próximo do limite de confiança. Como a método de análise por auto-regressão já considera automaticamente a regressão de primeira ordem, ele é o mais indicado para esse tipo de regressão temporal.

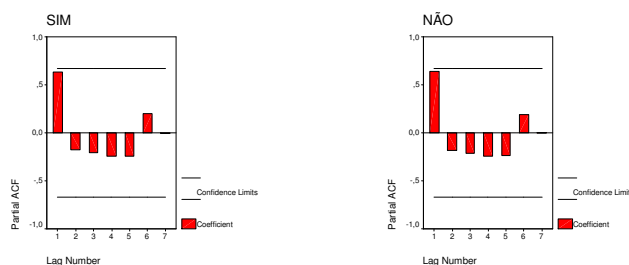


TABELA 5.27 - AUTO-REGRESSÃO DAS OPINIÕES "SIM" E "NÃO" NO REFERENDO 2005

REGRESSOR	DEPENDENTE	BETA	APPROX. PROB.
Data	"Sim"	-0,000**	0,002
	"Não"	0,000**	0,002
Ano	"Sim"	-13,566**	0,019
	"Não"	13,568**	0,017
HGPR	"Sim"	-26,436**	0,001
	"Não"	26,134**	0,001
"Sim"	"Não"	-0,989**	0,000

** Significativo ao nível de 0,01

Os resultados com a variável regressora "Data" mostraram-se significativos, mas com coeficiente Beta muito baixo. Já em relação à regressora "Ano" a regressão é significativa e os coeficientes Betas altos, com $-13,56$ pontos percentuais para a opinião "sim" a cada ano e $13,56$ pontos percentuais a mais para cada ano na variável "não". Já as autoregressões com as duas opiniões em relação à intervenção da propaganda gratuita mostraram-se ainda mais significativas, com valores de Beta subindo para $-26,43$ para a opinião "Sim" e $26,13$ pontos percentuais a mais para a opinião "Não". O coeficiente Beta na variável interveniente HGPR acima do coeficiente em relação à variável "Ano" indica que o impacto do horário gratuito no rádio e televisão foi maior para as mudanças na opinião pública ao longo do tempo, comprovando a importância da intervenção do debate através dos meios de comunicação de massa para a conformação da opinião pública a respeito do tema.

Porém, o que se percebe é que a mídia acelerou uma tendência de posição da opinião pública que já vinha se consolidando pelo menos desde o início do ano de 2005 e não inverteu ou alterou significativamente as posições públicas sobre o tema. Por fim, os resultados que se mostram mais fortemente significativos no modelo foram os provenientes da relação entre as mudanças de opinião "sim" e "não". Os níveis de significância foram os mais consistentes (0,000) e o coeficiente beta de $-0,989$ indica que para cada ponto percentual perdido pela opinião "sim", houve um ganho de $0,98$ ponto percentual para a opinião "não". Isso porque, como visto anteriormente, no final do processo de debate público houve uma parcela dos

favoráveis à opinião "sim" que deixaram de expressar sua opinião, principalmente após o início do HGPR, ao invés de mudarem para "não".

O objetivo desses testes não é explicar os motivos da mudança ou os critérios para aceitação de determinada opinião majoritária; se fosse, não seria feito a partir dos testes apresentados acima. O que se pretende aqui é mostrar o efeito de uma variável externa ao comportamento de uma curva histórica de opinião. Nesse caso, a importância do HGPR em relação à posição da opinião pública sobre a maior ou menor restrição às armas no País. A indicação os baixos índices de confiança no Estado, em especial nas áreas de segurança e justiça (ver item 5.1.6) apenas permite a aceitação como hipótese para o predomínio da manutenção dos direitos de venda de armas no Brasil para civis o fato de os integrantes do público brasileiro não se sentirem protegidos pelos aparatos estatais de combate à criminalidade e violência. Considerando os objetivos deste trabalho, pode-se afirmar que a opinião pública brasileira sobre as armas para civis apresentou tendência gradativa de aumento da opinião em favor da venda de armas e munições no Brasil, com uma aceleração dessa tendência após o início do Horário Gratuito de Propaganda do Referendo, que se mostrou como uma forte fonte de intervenção na série histórica.

Outra possível variável interveniente sobre a opinião a respeito da restrição de armas de fogo no Brasil é a taxa de crimes violentos no País. Pode-se considerar que regiões onde haja altas taxas de criminalidade, a opinião pública tenha um comportamento distinto sobre a restrição a armas de fogo, quando comparada à opinião de pessoas de regiões onde as taxas de crimes violentos é menor. Para testar essa hipótese, uso dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), que disponibiliza informações sobre criminalidade brasileira a partir de 2001. Como as informações da Senasp estão disponíveis apenas até 2003 e os dados de pesquisas de opinião sobre esse tema começam a ser coletados a partir de 2003, as informações usadas nos testes a seguir são resultado de preenchimento de informações não-existentes pelo método de "tendência linear entre pontos". Foram incluídos os dados categorizados pela Senasp como "crimes violentos letais

intencionais".⁷³ O gráfico 5.31, a partir de informações de tendências anuais⁷⁴ das três variáveis, mostra que enquanto as tendências de opiniões apresentam grandes alterações durante o período, as taxas de tendências de crimes violentos letais intencionais ficam praticamente estáveis.

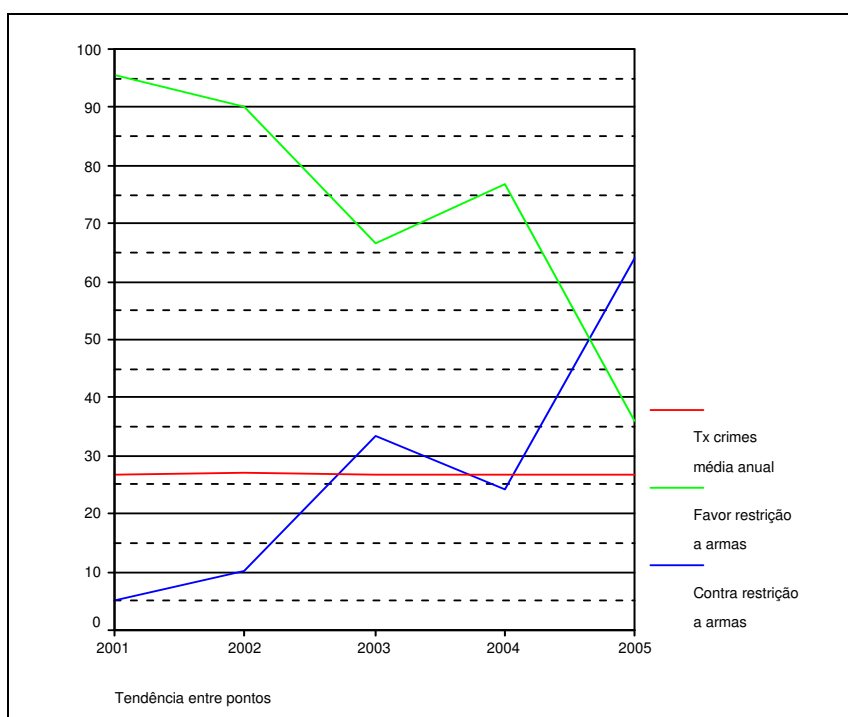


GRÁFICO 5.31 - TENDÊNCIA TEMPORAL DE MÉDIAS DE OPINIÕES SOBRE RESTRIÇÃO A ARMAS DE FOGO E TENDÊNCIA DE TAXA DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS (ID: 266 A 274 – ANEXO L)

As distintas dinâmicas das curvas de opiniões e taxa de crimes antecipa os resultados não significativos para a relação entre as variáveis, como demonstra a tabela a 5.28.

⁷³São incluídos nessa categoria o homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, morte suspeita e roubo seguido de morte. Os números representam o conjunto dessas ocorrências para cada 100 mil habitantes do País.

⁷⁴Para as tendências anuais das opiniões a favor e contra restrição a armas em 2003 e 2004 foram usadas as médias aritméticas dos resultados das pesquisas aplicadas nesses anos. Para 2005 foi usado o resultado do referendo.

TABELA 5.28 - AUTO-REGRESSÃO ENTRE TENDÊNCIA DE TAXA DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS E OPINIÕES SOBRE RESTRIÇÃO A ARMAS DE FOGO NO BRASIL

REGRESSOR	DEPENDENTE	BETA	APPROX. PROB.
Taxa de crimes violentos letais intencionais	"Sim"	90,614	0,103
	"Não"	-80,997	0,992

Os índices não apresentam nenhuma significância estatística, embora os coeficientes betas de ambas opiniões sejam bastante altos, quando comparados com a taxa de crimes. O sinal negativo na auto-regressão entre a opinião contra restrição a armas e munições e taxa de crimes violentos indica que se os resultados pudessem ser considerados significativos, indicaria que os momentos no tempo em que há uma redução da taxa de crimes violentos, há também um aumento da opinião contrária à restrição a armas e munições. No entanto, por não ser significativa, a taxa de crimes violentos não pode ser considerada uma variável interveniente na opinião do brasileiro a respeito da maior ou menor restrição às armas de fogo e munições no país.⁷⁵

⁷⁵Para testar a não interveniência das taxas de criminalidade nos resultados do referendo de 2005 foram tiradas as médias de crimes violentos letais intencionais por Estado da Federação entre 2001 e 2003, com esses resultados sendo considerados como variável independente em um teste de regressão linear simples cujas variáveis dependentes foram os percentuais de opinião "sim" e "não" no referendo. A tabela abaixo resume os principais resultados, que confirmam a não relação entre as variáveis ao longo do tempo, pois o coeficiente de correlação é baixo (13,6%); o coeficiente de determinação é muito baixo (1,9%), os coeficientes Betas para as duas variáveis dependentes seguem o mesmo nível do coeficiente Beta da auto-regressão e o nível de significância fica muito acima do aceitável (0,499), comprovando a inexistência de relação linear entre as taxas de criminalidade por Estado e os percentuais a favor ou contra a proibição de venda de armas e munições no Brasil.

REG. LINEAR – VARIÁVEL PREDITORA	DEPENDENTE	R	R ²	BETA	SIG
Taxa de crimes violentos letais intencionais (2001 a 2003) por Estado	Percentual Sim por Estado	0,136	0,019	0,108	0,499
	Percentual Não por Estado	0,136	0,019	-0,108	0,499

5.2.6 Agendamento Público do Maior Problema para o Brasileiro⁷⁶

Na teoria da *agenda-setting*, define-se como temas da agenda pública aqueles que os integrantes do público indicam de maneira espontânea ou estimulada nos questionários de *surveys* (McCOMBS e SHAW, 1972), ou seja, os de maior saliência para os cidadãos. Por exemplo, a questão: "Vou ler uma lista e quero que o senhor responda qual desses temas tem sido, na sua opinião, o maior problema do País nos últimos meses" (pergunta estimulada, seguida de uma lista de alternativas). Os temas que mais aparecem nas respostas, sejam elas estimuladas ou espontâneas, comparados com os demais, são os agendados pela sociedade em determinado momento. Para descobrir se esse agendamento público está relacionado com a tematização apresentada pela mídia é preciso comparar os percentuais das respostas com os de tratamento dos temas pela mídia. Estudos realizados desde os anos 60 para aferir o agendamento empiricamente têm comprovado a capacidade de *agenda-setting* dos meios de comunicação sobre a sociedade, em maior ou menor grau. A gradação da capacidade de agendamento da mídia em diferentes temas é feita a partir do conceito de zona de impacto. Quanto maior for a relação entre os temas indicados pelo público e o tipo de cobertura, mais ampla será a zona de impacto desta tematização.

A hipótese da tematização será testada, em parte, neste trabalho a partir de uma série histórica de respostas à mesma questão entre 1996 e 2002 em pesquisas aplicadas pelo instituto Datafolha para amostras nacionais. A pergunta é estimulada e apresenta dez alternativas de temas, onde o respondente deve escolher o que ele considera o maior problema do País naquele momento. Aqui, os resultados são distintos dos apresentados no item 5.2.3 por se tratar de outro tipo de formulação da pergunta. Como não há trabalho sobre a tematização da mídia

⁷⁶O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo M.

brasileira no mesmo período, é impossível precisar a zona de impacto; mas permite indicar quais temas estão na agenda pública do brasileiro em cada momento e se houve mudanças entre a saliência de determinado tema em relação a outros, conforme mostra o gráfico 5.32:

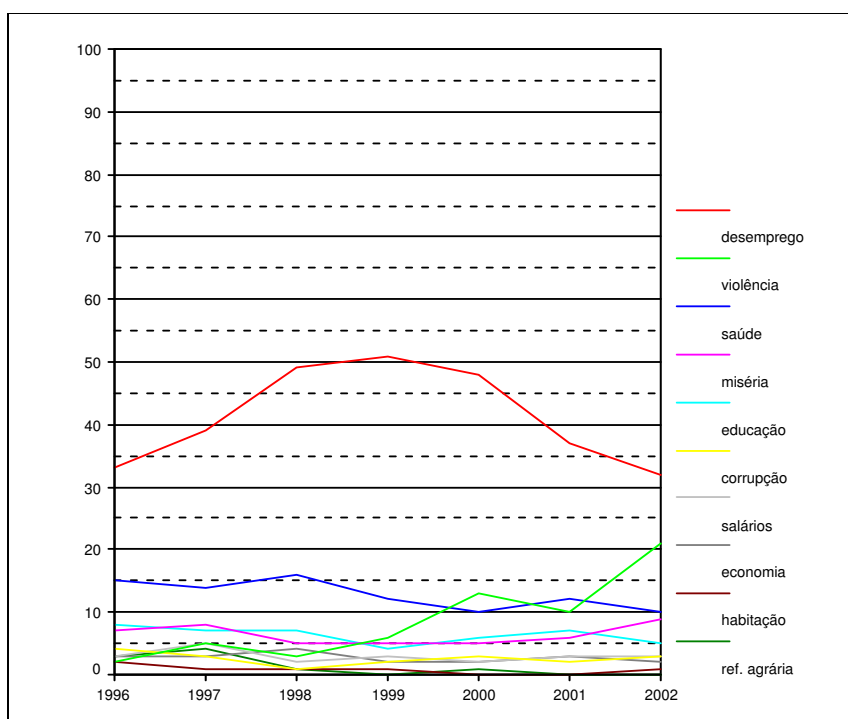


GRÁFICO 5.32 - SÉRIE DE TEMAS CONSIDERADOS MAIOR PROBLEMA DO BRASIL (ID: 275 A 281 – ANEXO M)

O tema "desemprego" dominou a agenda do maior problema do País durante todo o período, tendo apresentado crescimento significativo entre 1996 e 1998, estabilidade até 2000 e queda gradativa de então até 2002. Dentre os demais temas, a grande maioria encontra-se em posição de pouca relevância na agenda pública, abaixo de 10% de respostas e estáveis. Existem apenas duas exceções: o tema "saúde" apresentou uma tendência de queda ao longo do período, embora não tenha ultrapassado o limite de seis pontos percentuais de erro aceitável; enquanto o tema violência mostrou uma tendência de crescimento ao longo de todo o período – em especial a partir de 2001 –, o que indica uma maior tematização na agenda pública. De qualquer maneira, fica evidente que o principal tema na agenda pública

brasileira, quanto ao maior problema do País, foi o "Desemprego", com tendência de aproximação deste com a tematização de "Violência" a partir do início da década de 2000.

A tabela 5.29 sumariza as médias e somas das diferenças de primeira ordem para cada variável, permitindo quantificar as mudanças. A média das diferenças indica em que direção a curva caminhou, enquanto a soma quantifica a mudança da variável em si.

TABELA 5.29 - RESULTADOS DAS DIFERENÇAS DE PRIMEIRA ORDEM PARA TEMAS CONSIDERADOS MAIOR PROBLEMA DO PAÍS

VARIÁVEL	MÉDIA	SOMA
Dif. 1. ^a ordem - Emprego	-0,16	-1,00
Dif. 1. ^a ordem - Violência	3,16	19,00
Dif. 1. ^a ordem - Saúde	-0,83	-5,00
Dif. 1. ^a ordem - Miséria	0,33	2,00
Dif. 1. ^a ordem - Educação	-0,50	-3,00
Dif. 1. ^a ordem - Salários	0,00	0,00
Dif. 1. ^a ordem - Economia	-1,66	-1,00
Dif. 1. ^a ordem - Habitação	-1,66	-1,00
Dif. 1. ^a ordem - Ref. Agrária	-0,50	-3,00

Seguindo o que foi possível visualizar no gráfico anterior, as diferenças de primeira ordem da variável "Emprego" indicam uma mudança pequena, no sentido negativo, pois a curva apresentou movimentos nas três direções durante o período, com um neutralizando o outro. Já a variável "Violência" apresenta uma grande mudança ao longo do período, com ganho de 19 pontos percentuais nas diferenças de primeira ordem e uma média de 3,16, indicando crescimento consistente desse tema na agenda pública ao longo do tempo. Dentre as demais, apenas "Saúde" teve uma soma de diferenças de -5,00 pontos percentuais, que deve ser destacado. A variável "Salário" como maior problema mostrou-se com média de diferenças e soma zero, indicando uma absoluta estabilidade durante todo o período. A auto-regressão entre a variável independente "Ano" e as variáveis dependentes permite quantificar a mudança na opinião pública em função do período transcorrido.

TABELA 5.30 - AUTO-REGRESSÃO PARA MAIOR PROBLEMA DO PAÍS

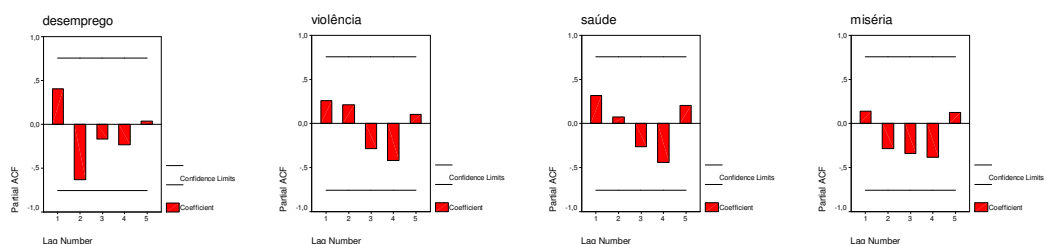
REGRESSOR	DEPENDENTE	BETA	APPROX. PROB.
Ano	Desemprego	-0,211	0,930
	Violência	2,573**	0,005
	Saúde	-0,905*	0,024
	Miséria	0,141	0,758
	Educação	-0,340	0,231
	Corrupção	-0,108	0,651
	Salário	-0,196	0,232
	Economia	-0,181	0,195
	Habitação	-0,229	0,060
	Ref. Agrária	-0,620*	0,032

* Significativo ao nível de 0,05
 ** Significativo ao nível de 0,01

Como é de se esperar, os coeficientes mais significativos da auto-regressão dizem respeito à variável violência, que apresentou um nível de significância de 0,005 e um coeficiente Beta de 2,537. A variável "Saúde" também apresentou índices significativos na auto-regressão com coeficiente Beta negativo, indicando mais uma vez a saída deste tema na agenda pública do maior problema do País no período em análise.

Como o teste de auto-regressão⁷⁷ apresenta uma precisão maior na avaliação do impacto do tempo percorrido nas alterações dos percentuais, aqui, a

⁷⁷Os testes de autocorrelação indicam que as curvas de todos os temas são estacionárias, não apresentando nenhum coeficiente próximo do limite de significância, como demonstram os gráficos abaixo. Apesar disso, usa-se o teste de auto-regressão por oferecer resultados estatísticos mais seguros na relação entre as diferentes variáveis e a variável independente "tempo".



variável "Reforma Agrária" aparece com nível de significância aceitável (0,032) e coeficiente Beta de -0,620. O sinal negativo indica uma pequena queda nos percentuais de reforma agrária como maior problema do País durante o período. Como visto no item 5.2.2 deste capítulo, nos anos 90 as opiniões favoráveis e contrárias à reforma agrária apresentavam estabilidade, após um período de mais de três décadas de gradativas alterações das curvas. É possível que com a estabilização das opiniões sobre a reforma agrária, este assunto perca cada vez mais força como tema agendado publicamente.

Como as curvas são estacionárias, é possível fazer uma correlação simples entre as diferentes variáveis para indicar possíveis consistências no desempenho de cada uma delas, através do coeficiente de Pearson. Os resultados na tabela 5.31 indicam poucas correlações entre os temas incluídos como possíveis maiores problemas na agenda pública do brasileiro. O tema "Saúde" apresenta uma correlação negativa com "Violência" e positiva com "Economia", enquanto "Miséria" tem correlação significativa apenas com "Desemprego".

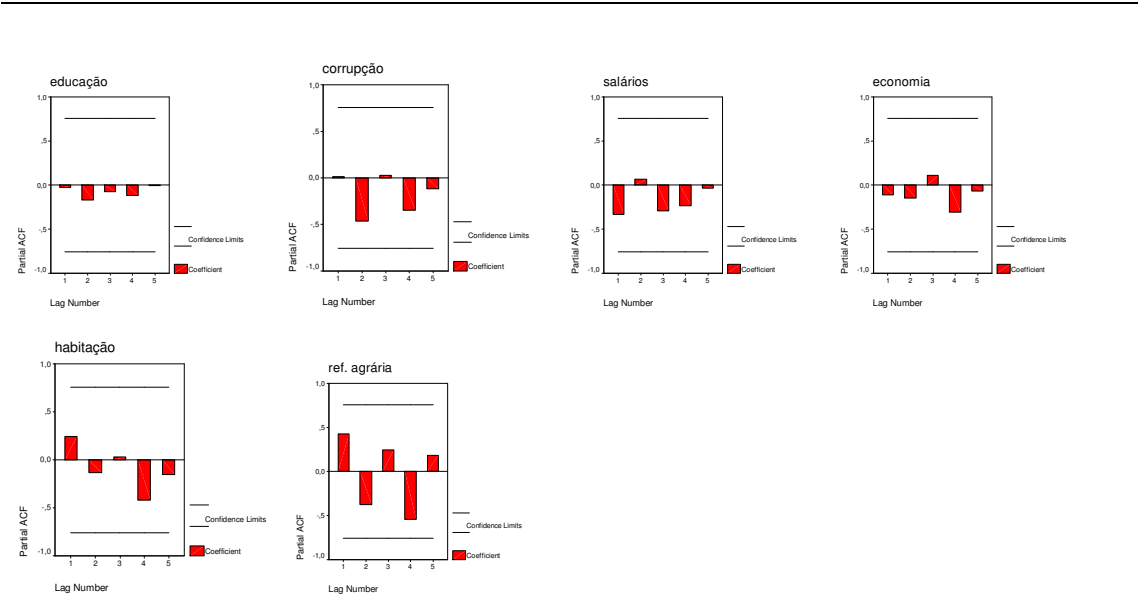


TABELA 5.31 - CORRELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS CONSIDERADAS MAIOR PROBLEMA DO PAÍS

	SAÚDE		MISÉRIA
Violência	-0,873* (0,010)	Desemprego	-0,842* (0,017)
Economia	0,881** (0,009)		
* Significativo ao nível de 0,05			
** Significativo ao nível de 0,01			

Esses resultados mostram baixa correlação entre potenciais maiores problemas da agenda pública brasileira, demonstrando que o determinante do crescimento de um tema no agendamento são variáveis externas às opiniões indicadas no modelo. Além disso, os testes apontam para uma estabilidade no agendamento público sobre o maior problema do País entre 1996 e 2002, pois excetuando o desempenho irregular da curva da variável "Desemprego" e o crescimento significativo da variável "violência", todas as demais ficaram próximas da estabilidade (com ressalvas para "Saúde" e "Reforma Agrária"). Também vale ressaltar que apesar da queda a partir de 2000, a variável "Desemprego" ainda se posicionava com mais de 10 pontos percentuais acima do segundo tema mais presente no agendamento público, portanto, com predomínio nesta agenda.

Como foi dito no início deste tópico, não é possível fazer inferências sobre as zonas de impacto da cobertura da mídia nos temas agendados pelo público devido a falta de informações sobre a tematização dos meios de comunicação no mesmo período.⁷⁸ Porém, apenas a título de ensaio, é possível fazer algumas relações dos temas mais salientes na opinião pública em 2002, comparando-os com a tematização da mídia brasileira a respeito das eleições presidenciais daquele ano. Para tanto,

⁷⁸Pesquisa empírica com o objetivo de identificar as zonas de impacto da cobertura da mídia na agenda pública pode ser encontrada no artigo "*Las Agendas Pública Y Personal em el tema del Prestige*". Nessa pesquisa, onde Fermín Bouza analisa a opinião pública espanhola em relação aos principais temas de cobertura da imprensa local em determinado período de cobertura entre o final de 2002 e 2003, quando acontece a principal repercussão sobre o acidente envolvendo o petroleiro *Prestige* na costa da Galícia, causando um dos maiores acidentes ambientais daquela região.

serão usadas duas fontes de dados complementares. Uma delas trata da cobertura feita pelos quatro principais jornais brasileiros com circulação nacional – Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil – sobre as eleições presidenciais de 2002⁷⁹ (CERVI, 2003). A outra fonte são informações coletadas sobre a cobertura feita pelos dois telejornais de maior audiência no Brasil – Jornal Nacional e Jornal da Record – também durante a campanha presidencial de 2002⁸⁰ (QUENEHEN, 2003). Com as informações sobre os temas das coberturas dos principais veículos de comunicação em 2002 é possível relacionar a agenda da mídia com a agenda pública, onde as principais questões naquele ano eram "Desemprego" e "Violência".

No caso da cobertura dos quatro principais jornais diários brasileiros sobre a campanha eleitoral de 2002, o total de entradas relacionadas com algum tema político ou econômico⁸¹ foi de 3.701. Destas, 22,5% foi sobre economia (835) e apenas 0,7% (26) sobre violência, considerando os quatro jornais agrupados. Como não há uma categoria específica "Desemprego" na variável, pode-se imaginar que a categoria economia abranja também questões relativas ao emprego, assim como uma série de outros assuntos, como inflação, produção industrial, etc. que também foram abrigados na categoria economia (CERVI, 2003).

⁷⁹A fonte primária dessas informações é o banco de dados do Doxa/IUPERJ, montado pelos pesquisadores ligados a ele entre 2002 e 2003, dentre eles o autor desta tese. O período de coleta teve início na segunda quinzena de fevereiro e seguiu até o fim do mês de outubro de 2002. Ao longo desses oito meses foram coletadas informações de 22.323 entradas jornalísticas nos quatro jornais diários analisados.

⁸⁰As informações foram extraídas da monografia de conclusão de curso de Jornalismo de Rômulo Quenehen, que foi orientado pelo autor desta tese. Ao todo foram analisadas 59 edições de cada telejornal, no período compreendido entre 19 de agosto de 2003 e 26 de outubro de 2003.

⁸¹A grande maioria das entradas, cerca de 92% delas, dizia respeito às questões vinculadas diretamente à campanha eleitoral, sem tratar de nenhum tema sócio-econômico como objeto principal. Aqui, estão sendo considerados apenas os 8% com alguma tematização.

Para os dois principais telejornais brasileiros, a cobertura da pesquisa é mais abrangente; os dados foram coletados de toda a edição e não apenas das notícias sobre a campanha eleitoral de 2002. Neles, durante o período analisado, a editoria de economia ocupou 6,5%, em média, do total de cada edição. Já a editoria de segurança foi responsável por 11% do tempo dos dois telejornais, em média. A editoria de política, onde foram tratadas as campanhas eleitorais, ocupou um espaço mais significativo que as duas anteriores, com 39% no Jornal Nacional e 30% no Jornal da Record. Na editoria de segurança, o principal assunto do jornal nacional foi Tráfico de Drogas, com 27% do tempo, e em segundo lugar, Tim Lopes (jornalista assassinado naquele ano por traficantes no Rio de Janeiro), com 22%. No jornal da Record o principal assunto também foi assassinato, com 19% do total, seguido por tráfico e rebeliões, com 18% cada. Já na editoria de economia, o principal assunto nos dois telejornais foi câmbio monetário, com 34% do tempo total no Jornal Nacional e 32% no Jornal da Record. O segundo principal assunto econômico no Jornal Nacional foi emprego, com 8% do tempo total, contra apenas 2% do total do Jornal da Record (QUENEHEN, 2003).

Os resultados da cobertura dos jornais diários impressos e dos telejornais, apesar de não serem suficientes para nenhuma inferência sobre as zonas de impacto no agendamento público ao longo do tempo, mas apenas de 2002, servem como indicadores de uma possível relação entre mídia de massa brasileira e agenda pública do País, embora essa relação não deva ser determinante da agenda pública. Nos telejornais, o tema público de maior saliência foi segurança, cujos assuntos principais foram tráfico de drogas e assassinatos, ambos relacionados à violência. Aqui, há um indicativo de relação entre a agenda da mídia e o crescimento do tema "violência" na agenda pública em 2002, como visto no gráfico 5.29. Porém, em 2002 o tema mais presente na agenda pública como maior problema do País ainda era "Desemprego". Na agenda dos telejornais esse tema aparece apenas como o

segundo ou terceiro mais saliente dentro da editoria de Economia, que ocupa a metade do espaço da editoria de segurança.

No caso dos telejornais, também aparecem indicativos de relação entre a agenda estabelecida pela cobertura da editoria política e a agenda pública, pois dentre os temas mais salientes, o principal é Economia, do qual faz parte desemprego. Em segundo lugar, com cerca de 30 vezes menos aparições, aparece a violência. No entanto, é preciso alertar que aqui trata-se apenas da cobertura feita sobre as campanhas presidenciais. Pode-se imaginar que nas editorias de economia e de geral os temas desemprego e violência apareceram com mais ênfase, além das aparições que tiveram na cobertura feita a respeito das candidaturas a presidente da República. Como o objetivo desse trabalho não é tratar especificamente do agendamento, mas da opinião pública, esses resultados indicam a viabilidade de estudos futuros a respeito da relação entre agenda da mídia e agenda pública brasileira através das zonas de impacto.

5.2.7 Consistência da Opinião Pública quanto a Temas Correlatos⁸²

Além da consistência nas manutenções ou mudanças nas curvas de opinião, a verificação da racionalidade da opinião pública também passa pela relação entre opiniões sobre temas correlatos, que formam *clusters* de opiniões. A opinião pública poderá ser considerada mais racional, quanto maior for a relação entre as tendências de opiniões correlatas. Para testar essa hipótese, o gráfico 5.31 apresenta as opiniões sobre violência ser o maior problema do País, confiança na polícia e confiança na justiça entre 1995 e 2004.

Quanto mais racional for a opinião pública, mais próximas estarão as curvas de confiança na justiça e na política, por tratarem-se de duas instituições

⁸²O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo N.

interrelacionadas às áreas de segurança e direitos. Além disso, é possível estabelecer algum grau de relação entre a crença nas instituições relacionadas à área de segurança e direito e a dinâmica da curva de opinião sobre a violência, no tópico 5.2.3. O gráfico a seguir indica que, de maneira geral, a credibilidade da justiça e da polícia apresentaram a mesma tendência gradativa de queda na opinião pública brasileira durante o período analisado. A diferença é que a confiança na polícia apresentou queda entre 1995 e 1999, estabilidade entre 1999 e 2001, para voltar a cair a partir de então, enquanto a confiança na justiça mostrou-se em queda também entre 1995 e 1999, estabilizou-se até 2000, apresentou crescimento até 2001 – em forma de opinião secundária –, para voltar a cair até 2003. Paralelo a estes processos de queda na credibilidade das instituições política e judiciário, houve um constante e gradativo crescimento da opinião sobre violência ser o maior problema do País ao longo de todos os dez anos.

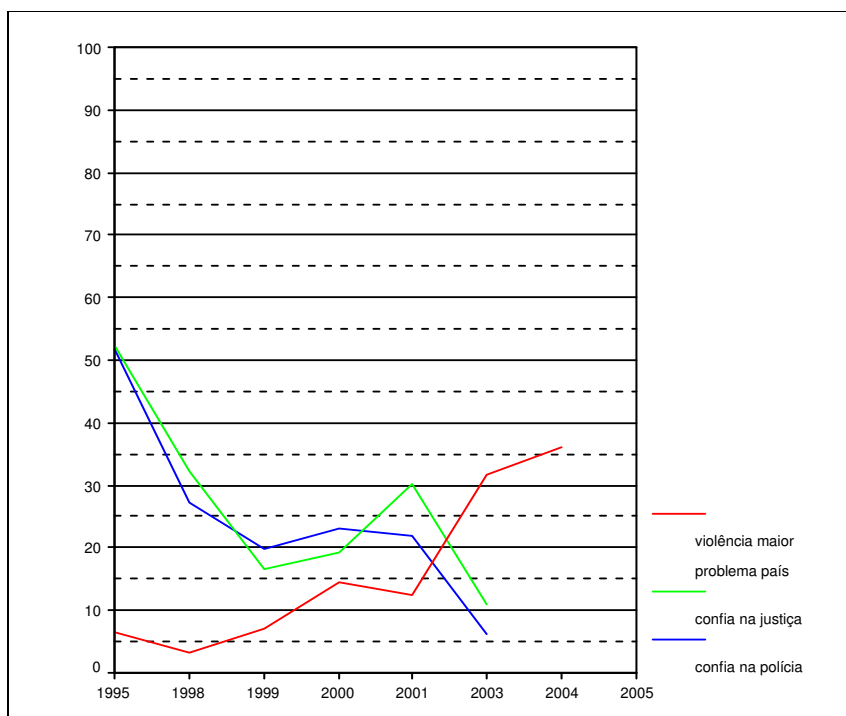


GRÁFICO 5.33 - SÉRIE DE OPINIÕES SOBRE CONFIANÇA EM INSTITUIÇÕES E VIOLÊNCIA
(ID: 282 A 288 – ANEXO N)

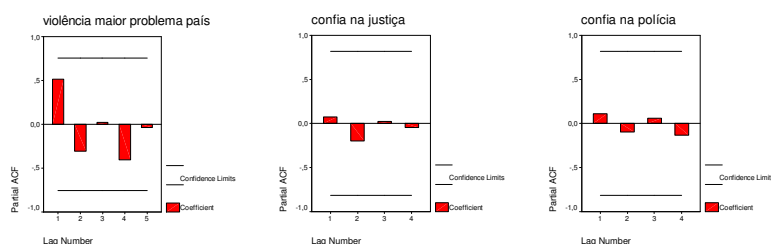
Para quantificar as mudanças nas diferentes curvas, permitindo comparação, é preciso olhar para as médias e somas das diferenças de primeira ordem das seqüências temporais. A tabela 5.32 indica as diferenças, mostrando que a média das diferenças no caso da opinião sobre violência foi crescente, da ordem de 4,91 pontos, enquanto as médias das confianças na justiça e política apresentaram resultados negativos de -8,25 pontos e -9,13 pontos, respectivamente. Isso indica que é possível não existir uma relação direta entre perda de confiança e opinião sobre aumento da violência, pois a queda nas crenças às instituições foi o dobro das opiniões sobre violência como maior problema do País, embora as diferenças entre sinais indiquem uma oposição entre a opinião e confiança nas instituições. As somas das diferenças mostram que as velocidades das mudanças seguem proporcionalmente a mesma lógica das médias. O resultado da soma das primeiras diferenças sobre violência é de 29,48, pouco a menos da metade da soma das diferenças na confiança na Justiça -41,25 (com sinal inverso) e na polícia -45,68.

TABELA 5.32 - RESULTADOS DAS DIFERENÇAS DE PRIMEIRA ORDEM PARA CONFIANÇA EM INSTITUIÇÕES E VIOLÊNCIA NO BRASIL

	VIOLÊNCIA – MAIOR PROBLEMA PAÍS	CONFIA NA JUSTIÇA	CONFIA NA POLÍCIA
Média – Dif. 1. ^a ordem	4,91	- 8,25	- 9,13
Soma – Dif. 1. ^a ordem	29,48	- 41,25	- 45,68

As relações entre as mudanças das variáveis dependentes ao longo do tempo, tendo como regressora o ano da aferição da opinião, podem ser indicadas através dos testes de auto-regressão.⁸³ A relação mais significativa ao longo do tempo é com a queda da confiança na polícia, com nível de significância de 0,016 e coeficiente Beta de $-5,373$. A violência como maior problema do País aparece com o segundo maior nível de significância, de 0,019, e Beta de $3,727$. A queda da confiança na justiça fica um pouco acima do limite aceitável do nível de significância, 0,070, mas com um coeficiente Beta alto, de $-4,688$. Esse efeito é resultado do período em que a curva de opiniões sobre o judiciário manteve-se estável durante a série. Assim, em relação ao tempo, todas as variáveis apresentam altos coeficientes Beta, com variação negativa para confiança na polícia e na justiça, e variação positiva quanto a violência ser o maior problema do País. No entanto, isso não é suficiente para dizer se existe uma interdependência entre as curvas ou se elas estão apenas se alterando ao longo do tempo de maneira similar, mas com independência, ou seja, sem relação de causalidade entre elas.

⁸³Os testes de autocorrelação mostram a existência de estacionaridade nas curvas das três opiniões, como mostram os gráficos abaixo, porém serão usados os testes de auto-regressão por garantir uma maior confiabilidade aos resultados.



A auto-regressão, considerando como variável independente a confiança na justiça e dependente a confiança na polícia mostra uma forte relação entre as duas variáveis, com sig de 0,014 e coeficiente Beta de 0,936, demonstrando que as duas curvas movem-se na mesma direção e a mudança de um ponto percentual na confiança na polícia está relacionado a 0,936 ponto percentual a menos na confiança ao judiciário.

TABELA 5.33 - AUTO-REGRESSÃO PARA CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES E VIOLÊNCIA NO BRASIL

REGRESSOR	DEPENDENTE	BETA	APPROX. PROB.
Ano	Violência - maior problema do País	3,727**	0,019
	Confia na Justiça	- 4,689	0,070
	Confia na Polícia	- 5,373**	0,016
Confia na Justiça	Confia na Polícia	0,936**	0,014

** Significativo ao nível de 0,01

Apesar da forte relação nos níveis de confiança entre as duas instituições – o que é esperado em uma opinião pública racional – os testes de auto-regressão não indicaram resultados estatisticamente significativos entre a confiança na polícia e justiça com o crescimento da opinião sobre violência ser o maior problema do País. Isso significa que apesar das primeiras impressões geradas pela análise do gráfico, a queda de confiança nas instituições não tem relação direta com o aumento nos índices de opinião sobre violência ser o maior problema do País. Isso deve ser explicado pela relação com outras variáveis.

Como as curvas são estacionárias, uma correlação linear entre as variáveis pode ajudar a confirmar ou rejeitar os resultados anteriores.

TABELA 5.34 - CORRELAÇÕES ENTRE CONFIANÇA EM INSTITUIÇÕES E VIOLÊNCIA NO BRASIL

	VIOLÊNCIA MAIOR PROBLEMA	CONFIA NA JUSTIÇA	CONFIA NA POLÍCIA
Ano	0,871* (0,011)	-0,848* (0,033)	-0,944** (0,005)
Confia na Justiça			0,947** (0,004)

* Significativo ao nível de 0,05

** Significativo ao nível de 0,01

A tabela 5.34 indica forte correlação entre as mudanças de opiniões nas três variáveis em relação ao tempo, todas significativas estatisticamente. Porém, nas correlações entre as três variáveis analisadas (violência como maior problema do País, confiança na justiça e confiança na polícia) a única estatisticamente significativa é entre as duas confianças, com coeficiente de 0,947 e nível de significância de 0,004.

Como análise dos testes apresentados acima pode-se dizer que a confiança entre as diferentes instituições forma um *cluster* consistente ao longo do tempo, pois as opiniões variam na mesma direção em instituições interrelacionadas, como é o caso do judiciário e da polícia. No entanto, a queda na confiança das instituições estatais que são responsáveis pelo combate à criminalidade e ampliação da segurança pública não é capaz de explicar a sensação de crescente violência pela opinião pública, identificada pelo crescimento dos índices de pessoas que consideram a violência como maior problema do País. Essa percepção da violência como problema deve ser explicada por outras variáveis, que estão além da credibilidade nas instituições públicas.

QUADRO 5.3 - DEMONSTRATIVO DAS OPINIÕES SOBRE TEMAS SOCIAIS NO BRASIL NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS

continua

TEMA PÚBLICO	OPINIÃO	PERÍODO	COMPORTAMENTO DA CURVA	RESULTADOS DA AUTO-REGRESSÃO
Pena de Morte	A favor	1995 a 2005	Estável no período analisado, com um único momento de alteração significativa.	Resultados não significativos ao longo do tempo
Pena de Morte	Contra	1995 a 2005	Estável no período analisado, com um único momento de alteração significativa.	Resultados não significativos ao longo do tempo
Reforma Agrária	A favor	1962 a 1987	Curva em crescimento constante.	Resultados significativos ao longo do tempo, com coeficiente positivo.
Reforma Agrária	Contra	1962 a 1987	Curva em queda constante.	Resultados significativos ao longo do tempo, com coeficiente negativo.
Reforma Agrária	A favor	1988 a 2004	Estável no período analisado.	Resultados não significativos ao longo do tempo.
Reforma Agrária	Contra	1988 a 2004	Estável no período analisado.	Resultados não significativos ao longo do tempo.
Maior problema do País	Desemprego	1987 a 2003	Curva crescente até 1996, com movimentos voláteis a partir de então.	Resultados não significativos ao longo do tempo.

QUADRO 5.3 - DEMONSTRATIVO DOS PADRÕES DE OPINIÕES SOBRE TEMAS SOCIAIS NO BRASIL NAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS

conclusão

TEMA PÚBLICO	OPINIÃO	PERÍODO	COMPORTAMENTO DA CURVA	RESULTADOS DA AUTO-REGRESSÃO
Maior problema do País	Corrupção	1987 a 2002	Curva estável em todo o período	Resultados não significativos ao longo do tempo.
Corrupção	Tem aumentado no País	1995 a 2005	Curva instável no período, com variações significativas e voláteis.	Resultados não significativos ao longo do tempo.
Plebiscito Desarmamento	A favor	2003 a 2005	Curva em queda constante no período.	Resultados significativos ao longo do tempo.
	Contra	2003 a 2005	Curva em crescimento constante no período.	Resultados significativos ao longo do tempo.
Maior Problema do País	Violência	1996 a 2002	Curva em crescimento constante no período.	Resultados significativos ao longo do tempo.
	Saúde e Ref. Agrária	1996 a 2002	Curva em leve e constante declínio durante o período analisado.	Resultados significativos ao longo do tempo.
	Miséria, educação, corrupção, salário, economia, habitação.	1996 a 2002	Curva estável durante o período analisado.	Resultados não significativos ao longo do tempo.
Confiança órgãos segurança e violência	Confiança na justiça	1995 a 2004	Curva em queda durante o período analisado.	Resultados pouco acima dos limites de confiança, portanto, não significativos.
	Confiança na polícia	1995 a 2004	Curva em queda durante todo o período	Resultados significativos ao longo do tempo.
	Violência como maior problema	1995 a 2004	Curva em crescimento gradativo durante todo o período	Resultados altamente significativos ao longo do período.

QUADRO 5.4 - DEMONSTRATIVO DAS CORRELAÇÕES ENTRE OPINIÕES SOBRE TEMAS SOCIAIS NA OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRA DAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS

CORRELAÇÃO AO LONGO DO TEMPO	COEFICIENTE BETA	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA	RESULTADO
Opinião favorável à pena de morte com opinião contrária à pena de morte.	0,062	0,835	Correlação entre as duas variáveis ao longo do tempo não significativa.
Opinião favorável à Reforma Agrária e Taxa de População em áreas urbanas no Brasil	0,195	0,035	Correlação entre as duas variáveis ao longo do tempo significativa e positiva.
Opinião contrária à Reforma Agrária e Taxa de População em áreas urbanas no Brasil	-0,289	0,006	Correlação entre as duas variáveis ao longo do tempo significativa e negativa.
Opinião favorável ao desarmamento em relação ao início do HGPR	-26,436	0,001	Correlação entre as duas variáveis ao longo do tempo altamente significativa.
Opinião favorável ao desarmamento em relação ao início do HGPR	26,134	0,001	Correlação entre as duas variáveis ao longo do tempo altamente significativa.
Saúde e violência como maior problema do País	-0,873	0,010	Correlação significativa entre as duas variáveis ao longo do tempo.
Saúde e economia como maior problema do País	0,881	0,009	Correlação altamente significativa entre as duas variáveis ao longo do tempo.
Desemprego e miséria como maior problema do País	-0,842	0,017	Correlação significativa entre as duas variáveis ao longo do tempo.
Confia na polícia e confia na justiça	-0,944	0,005	Correlação altamente significativa entre as duas variáveis ao longo do tempo.

CAPÍTULO 6

OPINIÃO PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO ENTRE 1940 E 1970

No capítulo anterior foram discutidos os resultados das curvas de opinião pública brasileira em dezenas de temas. A partir de agora apresentam-se os resultados de curvas históricas da opinião pública do carioca entre as décadas de 50 e 70. Os dados para a formação das curvas temporais foram extraídos de boletins e pesquisas especiais publicadas pelo Ibope durante esse período na cidade do Rio de Janeiro, que era até os anos 60 a capital do país. Desde o final dos anos 40, em toda a década de 50 e em parte dos anos 60, o Ibope produziu um boletim semanal com resultados de pesquisas de opinião pública e análises na capital do País, chamado Boletim da Classe Dirigente. Além disso, também foram produzidas Pesquisas Especiais sobre temas públicos e políticos no Rio de Janeiro pelo Ibope durante o mesmo período. Essa é a melhor forma de aproximação que um estudo de opinião pública pode ter sobre a opinião do brasileiro médio daquele período, pois as pesquisas com amostras nacionais começaram a ser produzidas no país com frequência apenas no final dos anos 70.

6.1 O CARIOCA E A MUDANÇA DA CAPITAL⁸⁴

A primeira opinião diz respeito à mudança da capital federal do Rio de Janeiro para o Estado de Goiás. Apesar da existência de algumas mudanças abruptas, a curva apresenta uma tendência permanente de crescimento em favor da mudança. Os refluxos dessa tendência podem ser devido aos diferentes momentos do debate político a respeito do tema, com variações da opinião secundária, em

⁸⁴O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo O.

função de influências geradas por interesses próprios de diferentes grupos da elite política e econômica local, como mostra o gráfico 6.1.

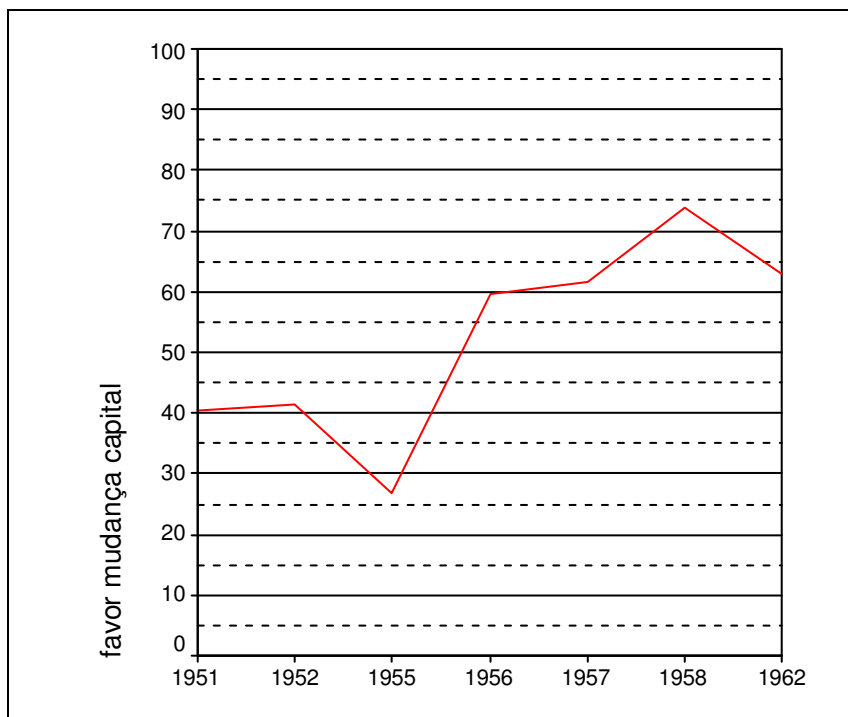


GRÁFICO 6.1 - SÉRIE DE OPINIÕES FAVORÁVEIS À MUDANÇA DA CAPITAL (ID: 295 A 301 – ANEXO O)

Como o tema esteve presente no espaço público carioca pelo menos desde a constituição de 1946, quando se previa a transferência da capital para o interior do País, os resultados indicados acima mostram as mudanças da opinião do carioca no período imediatamente anterior à transferência, que se tornou irreversível em 1958, embora legalmente ela só tenha ocorrido em 1960. Percebe-se que, a partir de 1955, a opinião do carioca favorável à mudança deixa de apresentar uma curva descendente e passa a ter uma característica ascendente contínua até 1958, quando a opinião favorável apresenta uma pequena queda no gráfico. Pode-se dizer que, a partir de 1956, a opinião favorável à mudança da capital no carioca médio ficou estabilizada em torno de 65%, o que indica uma maioria aprovando a interiorização da capital. Como a curva apresenta-se em dois momentos de continuidade, o teste

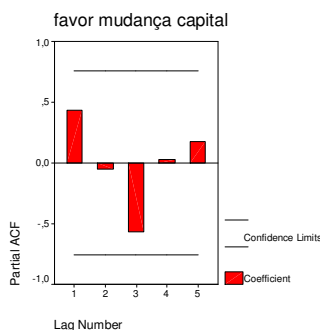
de auto-regressão⁸⁵ indica uma baixa significância em relação à mudança da opinião ao longo do tempo (sig 0,075). Porém, o resultado do coeficiente de auto-regressão é positivo e alto, ficando em 3,34 pontos percentuais de mudança a cada ano do período analisado, como mostra a tabela a seguir.

TABELA 6.1 - AUTO-REGRESSÃO DAS OPINIÕES SOBRE MUDANÇA DA CAPITAL

REGRESSORA	DEPENDENTE	B	APROX. PROB.
Ano	A favor da mudança da capital	3,434	0,0757

Os coeficientes da regressão indicam um nível de significância acima do limite de confiança que, ao ser comparado com o gráfico, evidencia que o resultado se deve ao primeiro movimento da curva, entre 1951 e 1958, que foi de decréscimo da opinião favorável à mudança, para se inverter a partir de então, até 1961, quando o movimento passa a ser crescente, estabilizando-se em torno de 60% de opiniões favoráveis à mudança da capital. A opinião variou de maneira consistente quando analisada nesses tempos distintos, em função do debate público travado no período, com possibilidades de influência da elite política sobre os integrantes do público.

⁸⁵Os testes de autocorrelação parcial da opinião favorável à mudança de capital indicam que existe estacionaridade nas variáveis, conforme mostram os gráficos abaixo, possibilitando o uso da regressão linear, mas, para maior segurança, será usado o teste de auto-regressão.



6.2 O CARIOCA E O DIVÓRCIO⁸⁶

Uma opinião estável durante todo o período com informações disponíveis para o Rio de Janeiro, que nesse caso contempla 17 anos, entre 1950 e 1966, foi a opinião favorável ao divórcio que oscilou entre 71% e 59%, como demonstra o gráfico 6.2.

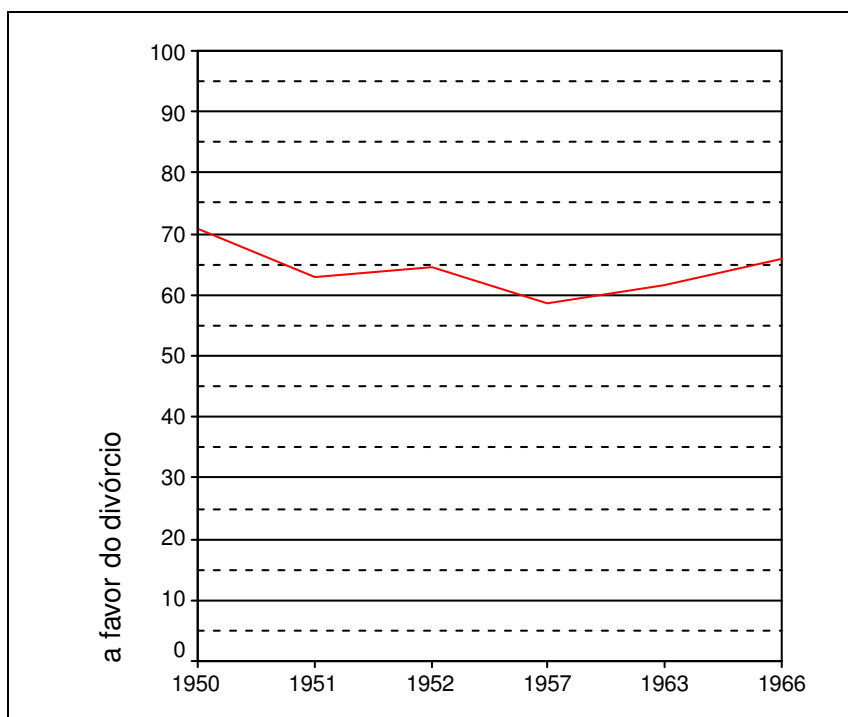


GRÁFICO 6.2 - SÉRIE DE OPINIÕES FAVORÁVEIS AO DIVÓRCIO NO RIO DE JANEIRO
(ID: 302 A 307 – ANEXO P)

Os testes de auto-regressão aplicados à variável ao longo do tempo mostram que as relações de mudança entre opinião favorável ao divórcio e sequência temporal

⁸⁶O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo P.

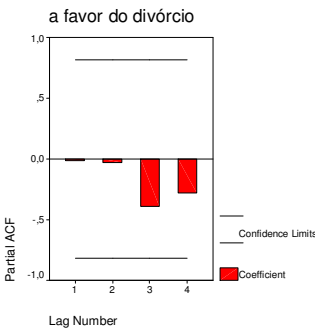
não se correlacionam.⁸⁷ O coeficiente Beta é de $-0,184$, ou seja, uma mudança de menos de 1 ponto percentual a cada ano ao longo do período, o nível de significância da auto-regressão é de $0,587$; portanto, bem acima do aceitável estatisticamente para indicar uma diferença real. Esses resultados indicam a manutenção do padrão de opinião favorável ao divórcio em termos de estabilidade no período, com média de $64,10\%$ a favor do divórcio.

TABELA 6.2 - AUTO-REGRESSÃO DE OPINIÕES SOBRE DIVÓRCIO NO RIO DE JANEIRO

REGRESSORA	DEPENDENTE	B	APROX. PROB.
Ano	A favor do divórcio	-0,184	0,587

Os resultados do teste de auto-regressão mostram que não há relação entre as mudanças na opinião ao longo do tempo, apesar do tema ter estado na agenda pública brasileira nos anos 60 por conta do debate travado no congresso sobre a legislação que trataria do tema. Com sig de $0,587$ e coeficiente Beta de $-0,185$, esse é um exemplo de opinião sobre tema pública não sensível aos argumentos apresentados durante o debate entre elite política e público carioca.

⁸⁷Os testes de PACF e de correlação transversal da variável tempo e opinião favorável ao divórcio indicam que existe estacionaridade nas variáveis, conforme mostram os gráficos abaixo, possibilitando o uso da regressão linear, mas, para maior segurança será feito um teste por auto-regressão.



6.3 O CARIOCA, OS PARTIDOS POLÍTICOS E AS ELEIÇÕES⁸⁸

Com relação às opiniões políticas, a exemplo do que acontece no Brasil dos anos 90, a opinião pública carioca dos anos 50 e 60 apresenta uma mudança abrupta durante o período analisado no que diz respeito à escolha personalista dos candidatos nas eleições. Embora a preferência da escolha por nomes e não em função dos partidos seja majoritária durante todo o período, como no Brasil dos anos 90, há variações significativas, partindo de 80% de escolhas por nomes em 1950, chegando a 60% em 1954 e subindo até 83% em 1966, com tendência, a partir daí, de crescimento permanente, conforme mostra o gráfico 6.3. É nesse período que ocorre a adoção do sistema bipartidário no Brasil.

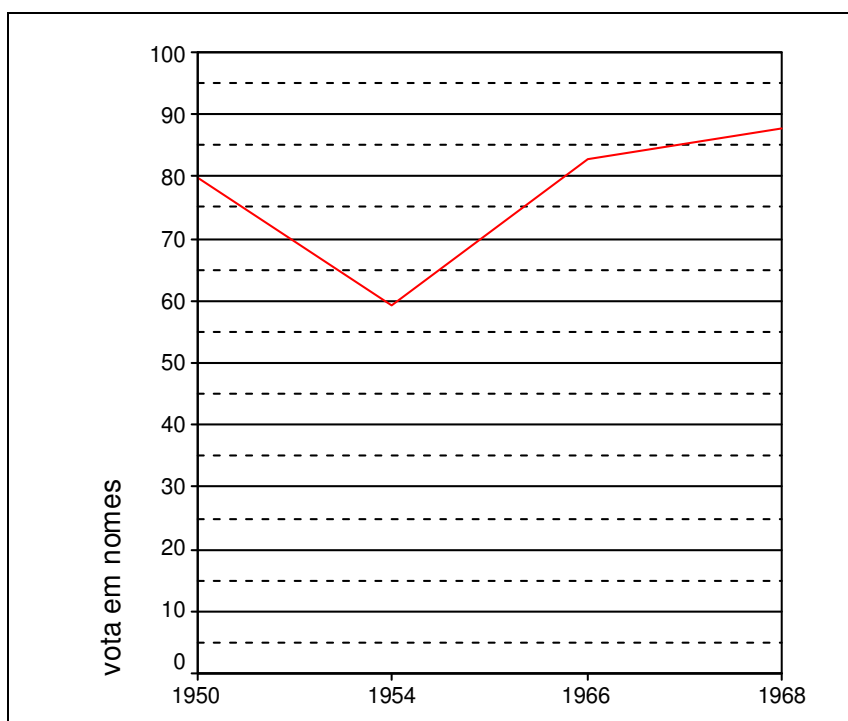


GRÁFICO 6.3 - SÉRIE DE OPINIÕES SOBRE VOTO PERSONALISTA NO RIO DE JANEIRO
(ID: 309, 311, 320, 321 – ANEXO Q)

⁸⁸O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo Q.

Como resultado do teste de auto-regressão, o coeficiente Beta em todo o período é de 0,840, com nível de significância de 0,593, bastante acima do aceitável, como consta na tabela 6.3.

TABELA 6.3 - AUTO-REGRESSÃO PARA OPINIÕES SOBRE VOTO PERSONALISTA

REGRESSORA	DEPENDENTE	B	APROX. PROB.
Ano	Vota em candidato	0,840	0,593

Não há um número de casos suficientes para fazer o teste considerando os dados a partir de 1954, mas visualmente o gráfico mostra uma mudança significativa, acima de cinco pontos percentuais durante todo o período. Mesmo em 1968, houve um crescimento do percentual de cariocas indicando votar nos candidatos do que em partidos, três anos após a implantação do bipartidarismo no Brasil.

É preciso ressaltar que o ponto de inflexão da curva, ano de 1954, é o momento em que as duas grandes lideranças políticas populares no Rio de Janeiro perdem espaço. O presidente Getúlio Vargas, que comete suicídio, e o deputado Carlos Lacerda, populista opositor de Getúlio, que é perseguido publicamente pelos getulistas. A ausência de grandes lideranças políticas no cenário local pode abrir espaço para uma recomposição temporária da opinião sobre decisão do voto personalista. Todo o movimento da curva no período seguinte indica uma tendência de recomposição dos percentuais de decisão personalista de voto acima de 80% entre os eleitores do Rio de Janeiro. A personalização da política nos momentos eleitorais é um indicativo da fragilidade dos partidos políticos brasileiros naquele período.

A mesma tendência de enfraquecimento da identificação dos partidos políticos na opinião pública é possível notar na curva das indicações de pessoas que dizem ter preferência por um partido político. Ela alcança o maior ponto em 1950, com 89% dos entrevistados que dizem ter preferência por um partido. A partir daí a curva apresenta uma queda permanente, com momentos de mudanças abruptas até 1968, quando o percentual alcança o ponto mais baixo, de 36%, com preferência

por algum partido. As duas informações, aumento da escolha por nomes e queda da preferência por partidos mostram uma coerência interna da opinião pública no período.

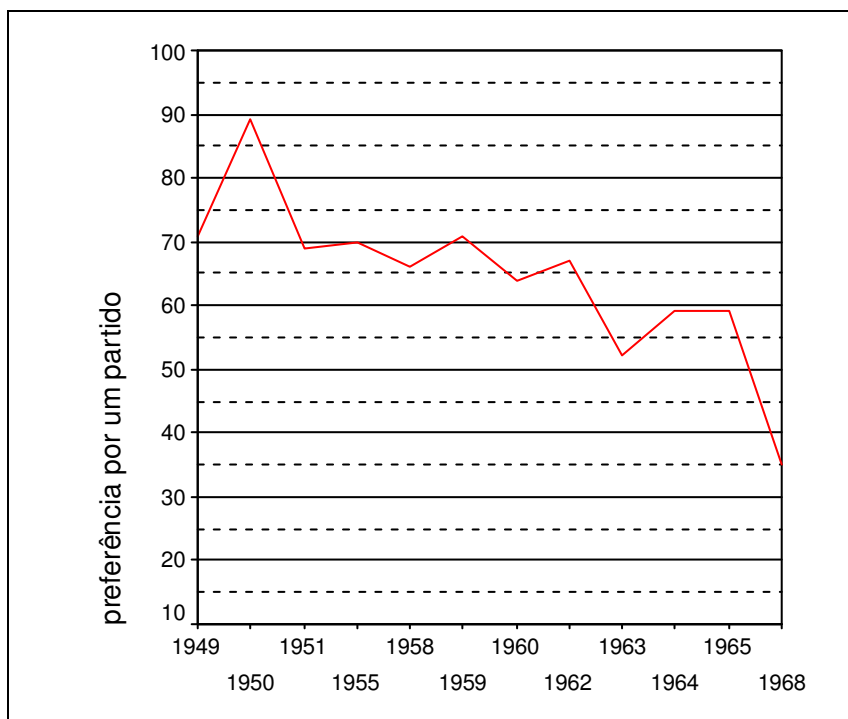


GRÁFICO 6.4 - SÉRIE DE PREFERÊNCIAS POR PARTIDO POLÍTICO (ID: 308 A 310; 312 A 319; 321 – ANEXO Q)

Aqui é preciso considerar que a partir de 1965 torna-se possível perceber uma queda mais acentuada no percentual de eleitores que dizem ter preferência por algum partido, o País passa a contar com um sistema bipartidário, com siglas que não tinham tradição nem aderência na vida política brasileira. Ao contrário do que poderiam imaginar as elites políticas, para a opinião pública o bipartidarismo não fortaleceu os partidos políticos nacionais. No entanto, apesar de menos intensa, a curva de preferência por algum partido político no Rio de Janeiro já vinha se apresentando em queda constante desde 1951. A auto-regressão indica uma mudança significativa ao longo do tempo, com um coeficiente Beta de $-1,560$, ou seja, uma queda de 1,5 ponto percentual a cada ano ao longo do período para os

eleitores que diziam ter preferência por algum partido político. O nível de significância é de 0,000, o que indica uma robustez nos resultados do teste.

TABELA 6.4 - AUTO-REGRESSÃO DAS PREFERÊNCIAS POR PARTIDO POLÍTICO

REGRESSORA	DEPENDENTE	B	APROX. PROB.
Ano	Tem preferência por um partido político	- 1,560**	0,000

** Significativo ao nível de 0,01

Uma auto-regressão entre as duas variáveis, voto em pessoa e preferência por partido, mostra correlação significativa entre elas no sentido inverso, diferente do que aconteceu com os resultados dos testes para as mesmas variáveis da opinião pública brasileira nos anos 90. A tabela 6.5 indica que para cada 1 ponto percentual a mais de eleitores que dizia votar em candidato, 2,34 ponto percentual a menos indicava ter preferência por um partido político a cada ano ao longo do período analisado.

TABELA 6.5 - AUTO-REGRESSÃO ENTRE PREFERÊNCIA POR PARTIDO E VOTO PERSONALISTA

REGRESSORA	DEPENDENTE	B	APROX. PROB.
Tem preferência por um partido político	Voto personalista	- 2,340**	0,002

** Significativo ao nível de 0,01

Os testes mostram que no Rio de Janeiro dos anos 50 e 60 havia uma relação direta e inversa entre não ter um partido de preferência e definir o voto em função da personalidade do candidato. Porém, no Brasil dos anos 90, isso não acontece. A opinião em relação aos partidos políticos está dissociada do tipo de escolha do candidato.

6.4 O CARIOCA, O GOVERNO FEDERAL E A DEMOCRACIA⁸⁹

A avaliação positiva do governo federal, também a exemplo das tendências dos anos 90, mostra uma curva com mudanças abruptas, geralmente relacionadas a

⁸⁹O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo R.

determinados momentos de governo. Interessante notar que o ponto mais baixo da curva ocorre em 1955, quando apenas 19% dos cariocas faziam uma avaliação positiva do governo, de acordo com gráfico 6.5. Em 1963, quando supostamente a opinião pública estaria contrariada, justificando o golpe, a avaliação positiva era de 35%, quase o dobro notado no governo provisório após o fim do mandato de Getúlio Vargas.

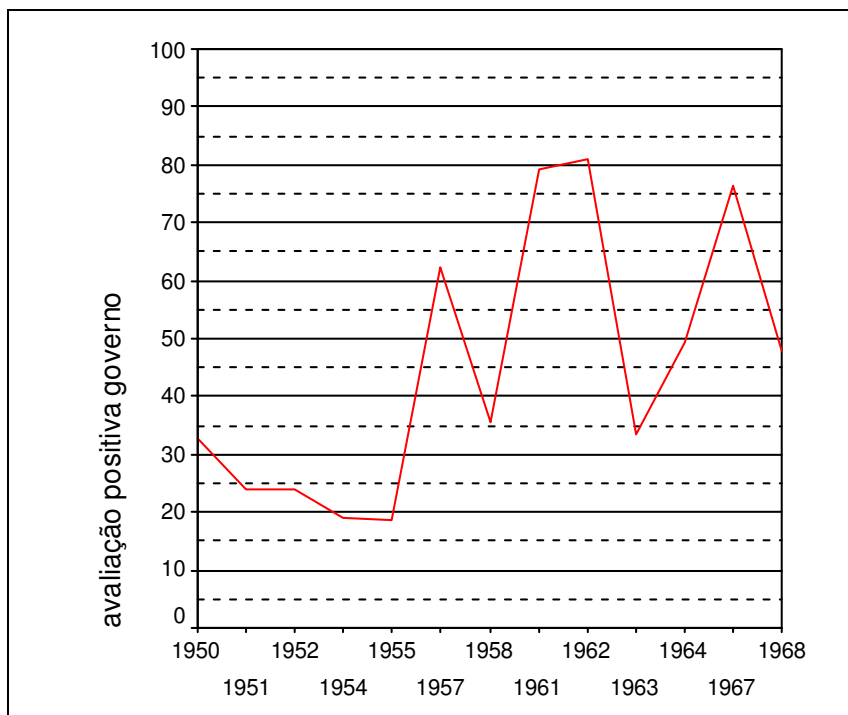


GRÁFICO 6.5 - SÉRIE DE AVALIAÇÃO POSITIVA DO GOVERNO FEDERAL PELO CARIOCA
(ID: 322 A 334 – ANEXO R)

Apesar das oscilações na avaliação do governo, o que coincide com os resultados da opinião pública brasileira nos anos 90, o teste de autocorrelação ao longo do tempo indicou uma consistência no crescimento da avaliação positiva do governo no período. Com um índice de significância de 0,015; portanto, aceitável do ponto de vista estatístico, o coeficiente Beta ficou em 2,475, o que indica que, respeitando as margens de erro, ao longo do período em análise houve uma tendência de queda da avaliação positiva do governo de 2,4 ponto percentual ao ano, como demonstra a tabela 6.6.

TABELA 6.6 - AUTO-REGRESSÃO PARA AVALIAÇÃO POSITIVA DO GOVERNO

REGRESSORA	DEPENDENTE	B	APROX. PROB.
Ano	Avaliação positiva do governo	-2,475*	0,015

* Significativo ao nível de 0,05

Outra opinião curiosa, porém, por motivo inverso, por se mostrar em constante estabilidade, diz respeito às respostas sobre a melhor forma de escolha do presidente da república. Entre 1964 e 1968, durante o primeiro período do regime militar, majoritariamente o carioca indicava uma preferência pela eleição direta para a presidência. Essa foi uma opinião estável durante o período analisado, variando de 88% a 96% do total.

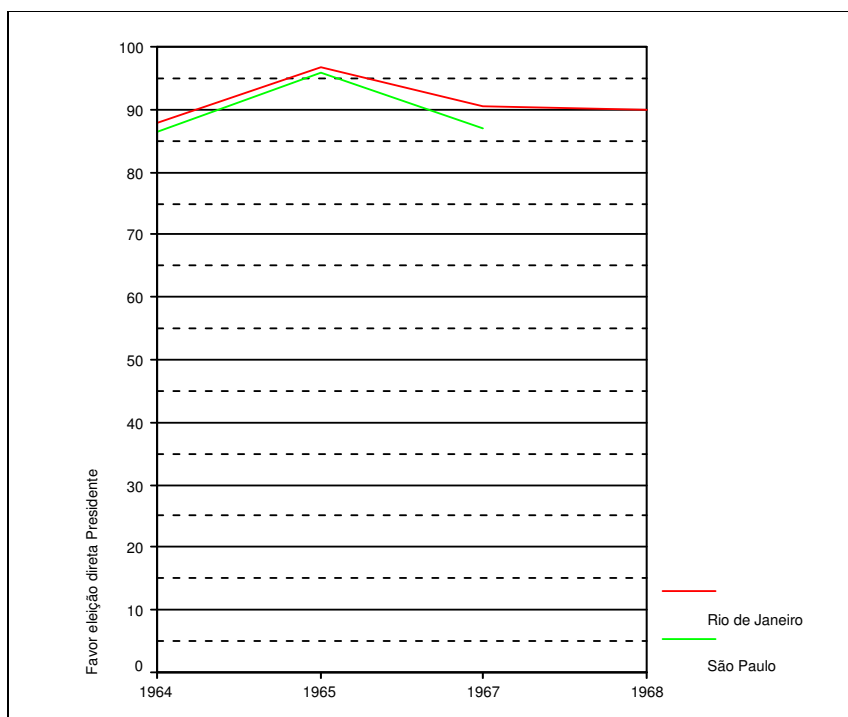


GRÁFICO 6.6 - SÉRIE DE OPINIÕES FAVORÁVEIS À ELEIÇÃO DIRETA PARA PRESIDENTE NO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO (ID: 336 A 339 – ANEXO R)

Como se pode imaginar a partir do gráfico 6.6, os resultados do teste de auto-regressão para a preferência por eleição direta para presidente foram baixos e

não-significativos do ponto de vista estatístico, o que comprova a estabilidade da opinião ao longo do período analisado. Com um índice de significância de 0,664, muito acima do aceitável pela estatística inferencial e um coeficiente Beta de $-0,626$, o que indica uma mudança não-significativa ao longo do tempo nessa opinião.

No mesmo período, o Ibope reproduziu essa questão para os eleitores da cidade de São Paulo e os resultados válidos foram muito parecidos com a curva obtida no Rio de Janeiro, demonstrando haver também uma ampla maioria de eleitores favoráveis à eleição direta para presidente da república nos primeiros anos do regime militar.

6.5 O CARIOCA E A REFORMA AGRÁRIA⁹⁰

A exemplo da preferência pela escolha direta do presidente, a opinião contrária à reforma agrária manteve-se estável entre 1963 e 1968 no Rio de Janeiro, variando de 15% a 11%, o que indica alta manutenção da opinião. O mesmo aconteceu na cidade de São Paulo, onde entre 1963 e 1964, únicos anos com dados disponíveis sobre essa questão, a opinião contrária à realização da Reforma Agrária ficou estável entre 15% e 16% do total de entrevistados. Foi nesse período que a elite política brasileira discutia a necessidade e viabilidade da realização da reforma agrária no bojo dos debates políticos da constituinte. Os resultados apontados na curva de opinião pública indicam que, em relação a esse tema, o debate da elite política não conseguiu permear a opinião pública, conforme mostra o gráfico 6.7.⁹¹

⁹⁰O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo S.

⁹¹Como no período houve uma pesquisa a menos com pergunta para aferir a opinião favorável à reforma agrária, o número de ponto no tempo ficou muito baixo, inviabilizando a análise temporal para essa opinião. Por esse motivo, foi incluída no trabalho apenas a opinião contrária à Reforma Agrária, aferida mais vezes no Rio de Janeiro.

O teste de auto-regressão para a opinião contrária do carioca à reforma agrária nos anos 60 aponta para um resultado não significativo (sig 0,483) e um coeficiente Beta de $-0,380$. Isso demonstra a estabilidade da opinião no período.

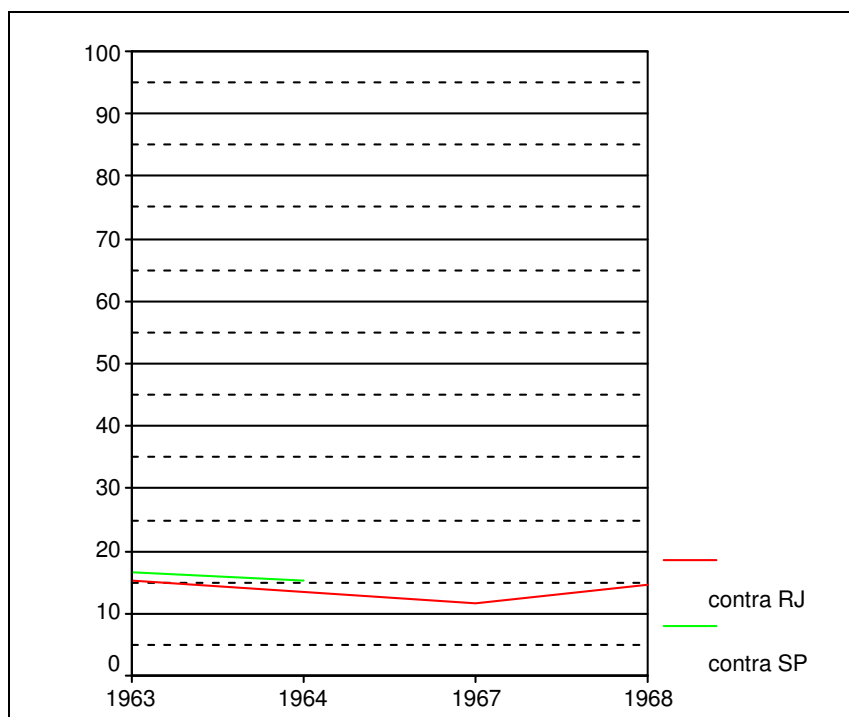


GRÁFICO 6.7 - SÉRIES DE OPINIÕES CONTRÁRIAS À REFORMA AGRÁRIA NO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO (ID: 340 A 434 – ANEXO S)

A mesma dinâmica da estabilidade da opinião no Rio de Janeiro é percebida em São Paulo. Apesar de haver apenas duas tomadas de opinião ao longo do tempo, ela se mostra estável nos mesmos patamares em torno de 15%, a exemplo do que acontece no Rio de Janeiro naquele período.

6.6 O CARIOCA E A PETROBRÁS⁹²

A opinião sobre a participação do Estado na economia será medida a partir dos resultados de pesquisas realizadas na década de 50 a respeito da exploração de petróleo no Brasil. As pesquisas perguntavam, basicamente, se o carioca era favorável ou contrário à exploração de petróleo pela Petrobrás, uma empresa estatal. A curva da opinião mostra uma tendência favorável ao intervencionismo estatal na economia, ou pelo menos nesse setor da economia. Entre 1951 e 1957 a curva de opiniões favoráveis à exploração de petróleo exclusivamente pela Petrobrás apresenta uma tendência de crescimento permanente e gradual, passando de 50% no início do período, para quase 74% em 1957.

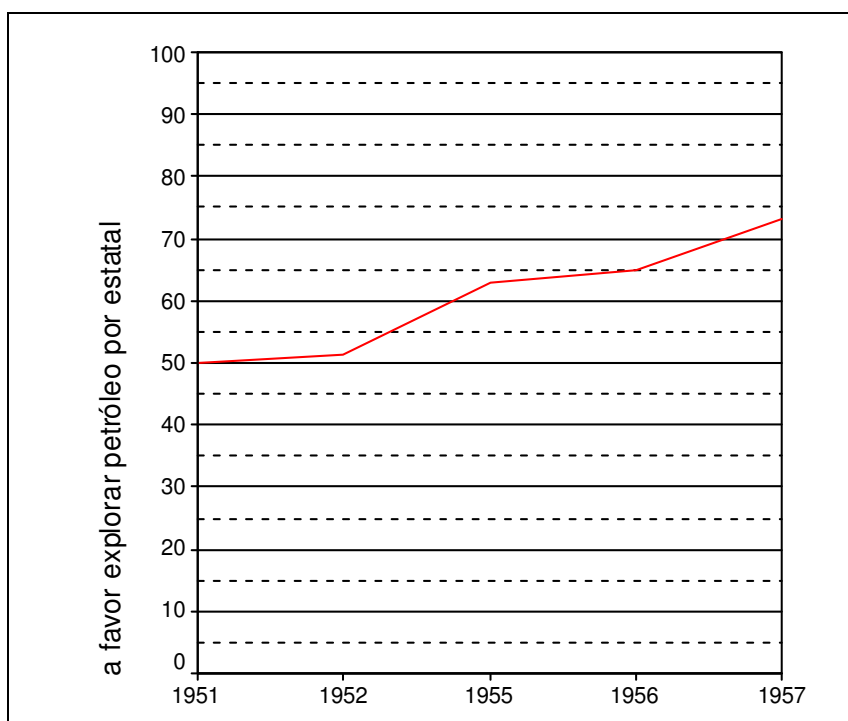


GRÁFICO 6.8 - SÉRIE DE OPINIÕES FAVORÁVEIS À EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO POR EMPRESA ESTATAL BRASILEIRA (ID: 344 A 348 – ANEXO T)

⁹²O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo T.

Os resultados do teste de auto-regressão para a mudança dessa variável ao longo do tempo mostraram-se estatisticamente significativos (sig 0,005) e o coeficiente Beta de 3,638, ou seja, uma mudança gradual de 3,6 ponto percentual de crescimento ao ano durante o período analisado a favor da exploração de petróleo em áreas nacionais exclusivamente por uma estatal brasileira.

6.7 O CARIOCA E A POLÍTICA EXTERNA⁹³

Outro tema político constante no debate público daquele período, com informações em *surveys*, dizia respeito às relações conflituosas entre os blocos liderados pelos Estados Unidos, de um lado, e pela União Soviética, de outro. Os governos brasileiros sempre foram mais próximos dos Estados Unidos, tanto que, no início dos anos 50, o Brasil rompeu relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética. Apesar disso, a opinião pública brasileira sobre a manutenção de algum tipo de relação, seja diplomática ou comercial, com a URSS, apresentou uma tendência de crescimento permanente, com alguns picos de mudanças abruptas. Ela parte de 32% em 1951, alcançando 66% em 1962 e chegando a 54% em 1963, conforme mostra o gráfico 6.9.

⁹³O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo U.

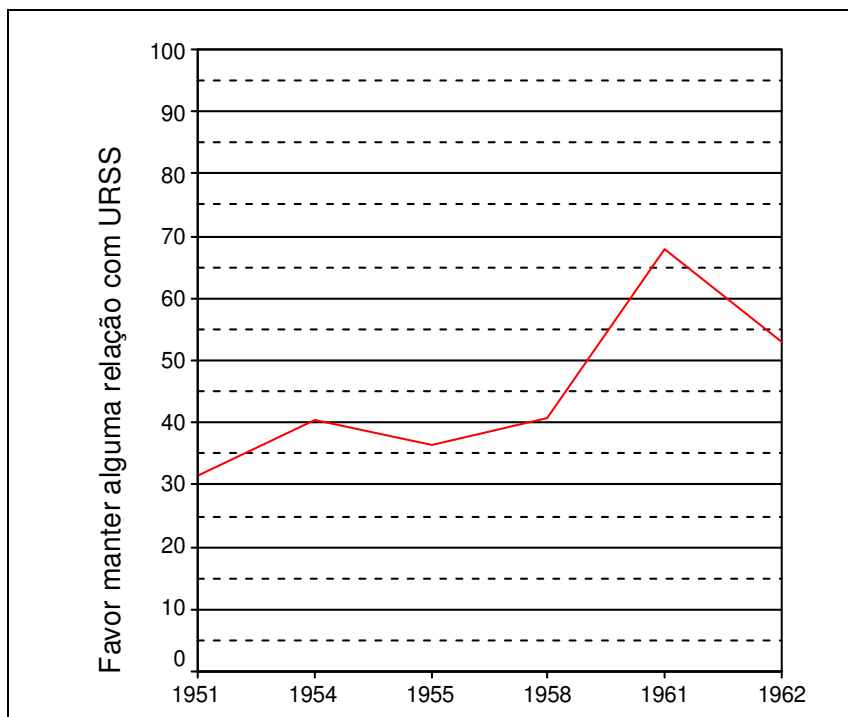


GRÁFICO 6.9 - SÉRIE DE OPINIÕES FAVORÁVEIS ÀS RELAÇÕES COM URSS NO RIO DE JANEIRO (ID: 349 A 354 – ANEXO U)

Mesmo com a mudança abrupta em 1961, o que gerou uma queda entre esse ano e a opinião favorável à URSS em 1962, o teste de auto-regressão para o período mostrou-se significativo (sig 0,021) e um coeficiente Beta de 2,750, ou seja, o modelo indica uma alteração positiva de 2,7 ponto percentual a mais nas opiniões favoráveis dos cariocas em relação à manutenção de algum tipo de relação oficial do Brasil com a URSS entre 1951 e 1962. A seguir apresenta-se, então, um quadro demonstrativo sobre o desempenho da opinião pública em relação aos diversos temas durante o período.

Não é possível montar séries históricas nacionais sobre opinião pública além de 30 anos por falta de pesquisas empíricas que tivessem amostras brasileiras. Porém, como há disponibilidade de informações sobre a opinião pública carioca entre 1950 e 1970 e a brasileira a partir dos anos 80 sobre os mesmos temas, na próxima seção apresentam-se as comparações entre os resultados para os cariocas e brasileiros, abrangendo dos anos 50 até 2005. Lembra-se que o objetivo aqui não é propor uma inferência automática para a opinião pública brasileira a partir da carioca, mas apenas indicar se é possível encontrar continuidades ou rupturas entre a primeira e a segunda para os temas em que há informações disponíveis.

6.8 COMPARAÇÃO ENTRE OPINIÃO PÚBLICA CARIOCA E BRASILEIRA

A análise segue a mesma metodologia das seções anteriores. É feita uma descrição visual da curva de opinião, seguida de verificação das medidas de tendência central e dos resultados dos testes de auto-regressão. A variável interveniente (regressora) presente em todos os temas é chamada de "Período" e indica a relação entre os resultados da variável dependente em função da diferença do Período da amostra, se Rio de Janeiro (anos 50 a 70) ou Brasil (a partir dos anos 80). Como se trata de uma variável interveniente categórica, pertencer a um ou outro período, os testes seguirão a metodologia descrita por McDowall et al. (1980) que trata de séries temporais interrompidas.

Todos os dados são provenientes de séries anuais. A primeira opinião a ser analisada é a "Avaliação Positiva do Presidente da República". Também serão comparadas para os dois períodos as opiniões sobre "Reforma Agrária", "Voto Personalista" e "Preferência por Partido Político".

6.8.1 Avaliação Positiva do Governo Federal⁹⁴

A respeito das opiniões positivas sobre os presidentes da república nos períodos analisados, tanto no público carioca quanto no brasileiro, a curva mostrou-se volátil e randômica, indicando uma alta sensibilidade da opinião secundária em responder rapidamente a novas políticas públicas ou denúncias de escândalos, como os que envolvem corrupção. O gráfico 6.10 confirma essa volatilidade para os dois períodos, porém, no Rio de Janeiro, o patamar das opiniões favoráveis é superior ao do Brasil.

⁹⁴O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo V.

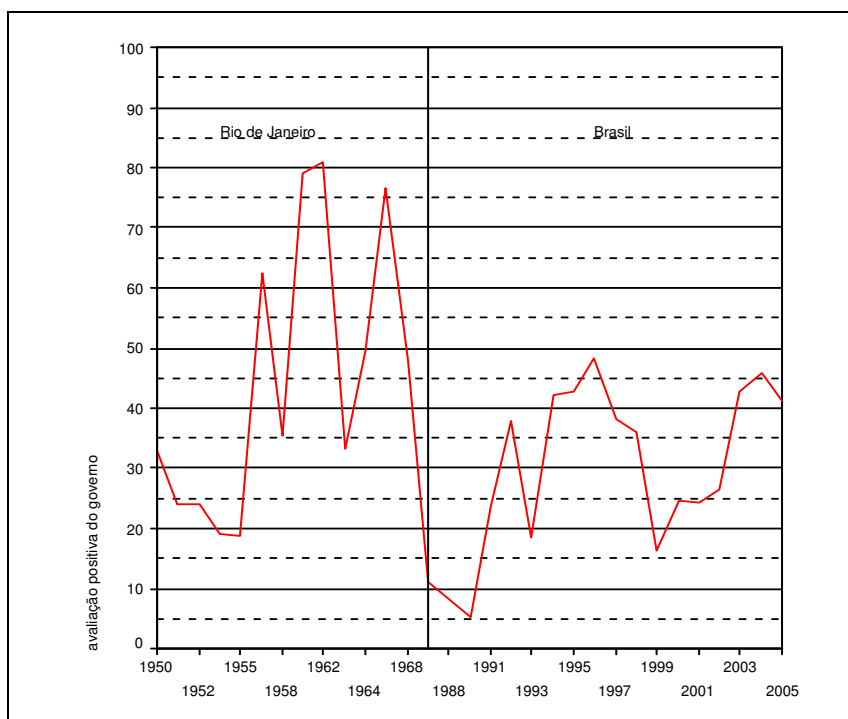


GRÁFICO 6.10 - COMPARAÇÃO DE AVALIAÇÕES POSITIVAS SOBRE GOVERNO NO RIO DE JANEIRO E BRASIL (ID: 322 A 334; 4 A 7, 9 A 11, 15, 25, 31, 36, 64, 79, 91, 107, 119, 131, 138 – ANEXO V)

A análise das medidas de tendência central para cada período (Rio de Janeiro e Brasil) confirma a impressão transmitida pelo gráfico. Enquanto no Rio de Janeiro a média da avaliação positiva do governo federal ficou em 44,92%, no Brasil ela é de 29,66%. A variação no primeiro período também é maior, como indicam os desvios-padrões na tabela 6.7. A diferença entre o percentual máximo e mínimo das avaliações cariocas ficou, portanto, acima de 63 pontos percentuais, contra 43 pontos percentuais no Brasil. Isso indica que no segundo período, apesar das mudanças randômicas, a opinião é relativamente mais estável que no primeiro.

TABELA 6.7 - COMPARAÇÃO DAS MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL SOBRE AVALIAÇÃO POSITIVA DO GOVERNO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO E BRASIL

PERÍODO	ESTATÍSTICAS	AVALIAÇÃO POSITIVA
Rio de Janeiro	Média	44,92%
	Desvio Padrão	23,10pp
	V. Máximo	81,01%
	V. Mínimo	18,68%
Brasil	Média	29,66%
	Desvio Padrão	13,81pp
	V. Máximo	48,45%
	V. Mínimo	5,15%

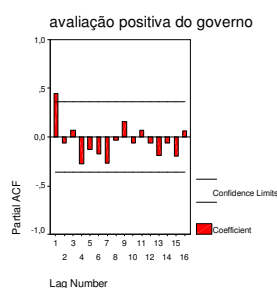
As somas das diferenças de primeira ordem indicam que a velocidade das mudanças nas opiniões dos brasileiros foi mais acentuada (30,16) que a dos cariocas (15,14) no sentido positivo, ou seja, de crescimento da opinião positiva em relação ao governo federal no período. Também pode ser comprovado pelas médias das diferenças de primeira ordem, quando a brasileira é superior à carioca, como indica a tabela 6.8. Isso pode ser explicado em função do ponto inicial da curva da opinião brasileira estar muito baixo. Em 1988, apenas 10% da opinião pública avaliava positivamente o governo federal; enquanto, durante este período, apesar das oscilações, fica evidente o crescimento percentual dessa opinião. No caso da opinião carioca, ela não começa tão baixa, o que reduz a capacidade de crescimento ao longo do tempo.

TABELA 6.8 - ESTATÍSTICAS DAS DIFERENÇAS DE PRIMEIRA ORDEM SOBRE AVALIAÇÃO POSITIVA DO GOVERNO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO E BRASIL

PERÍODO	ESTATÍSTICAS	DIF. 1.ª ORDEM AVALIAÇÃO POSITIVA
Rio de Janeiro	Média	1,26%
	Soma	15,14%
Brasil	Média	1,77%
	Soma	30,16%

Os resultados para a auto-regressão⁹⁵ com a variável independente "ano" indicam um coeficiente Beta negativo e baixo, com nível de significância bastante

⁹⁵O teste de auto-regressão é necessário por se tratar de uma curva não estacionária a de opinião favorável ao governo, como mostra o gráfico de autocorrelação a seguir.



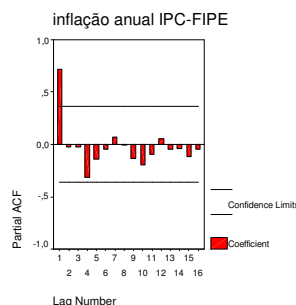
acima do aceitável, demonstrando que não se pode dizer que houve uma mudança significativa em uma única direção ao longo do tempo para a avaliação positiva dos governos. Os resultados para a regressão, considerando como variável independente pertencer ao período "Rio de Janeiro" ou ao período "Brasil", também apresentam nível de significância acima do aceitável, porém com um coeficiente Beta negativo e bastante alto (–16,91 pontos percentuais).

TABELA 6.9 - AUTO-REGRESSÃO DAS AVALIAÇÕES POSITIVAS DO GOVERNO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO E BRASIL

REGRESSORA	DEPENDENTE	BETA	APPROX. PROB.
Ano	Avaliação Positiva	-0,220	0,413
Período	Avaliação Positiva	-16,918	0,081

De acordo com os resultados da auto-regressão na tabela 6.9, a opinião positiva do brasileiro sobre o governo federal tende a ser menor ao longo do tempo que a opinião do carioca dos anos 50 a 70, embora as curvas mostrem movimentos randômicos. Como demonstrado no item 5.1.3, variáveis independentes de ordem econômica apresentaram altos índices de explicação para as mudanças na opinião do brasileiro sobre o governo federal. Para testar⁹⁶ essa hipótese com a comparação das opiniões cariocas e brasileiras, foi incluído no modelo o Índice de Preços ao Consumidor (IPCs), um dos indicadores de inflação medidos pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) ao longo de todo o período. Para plotar as informações

⁹⁶Aqui também será usado o teste de auto-regressão por se tratar de uma série temporal estacionária de primeira ordem a variável IPC-FIPE, como demonstra o gráfico de autocorrelação abaixo.



em gráfico, foi usado o logaritmo dos IPCs anuais e o logaritmo das opiniões, pois as diferenças nos valores reais inviabilizariam a visualização em um único gráfico. A imagem abaixo indica a existência de alguma similaridade em direções opostas entre os logaritmos, do IPC à opinião favorável ao governo no segundo período.

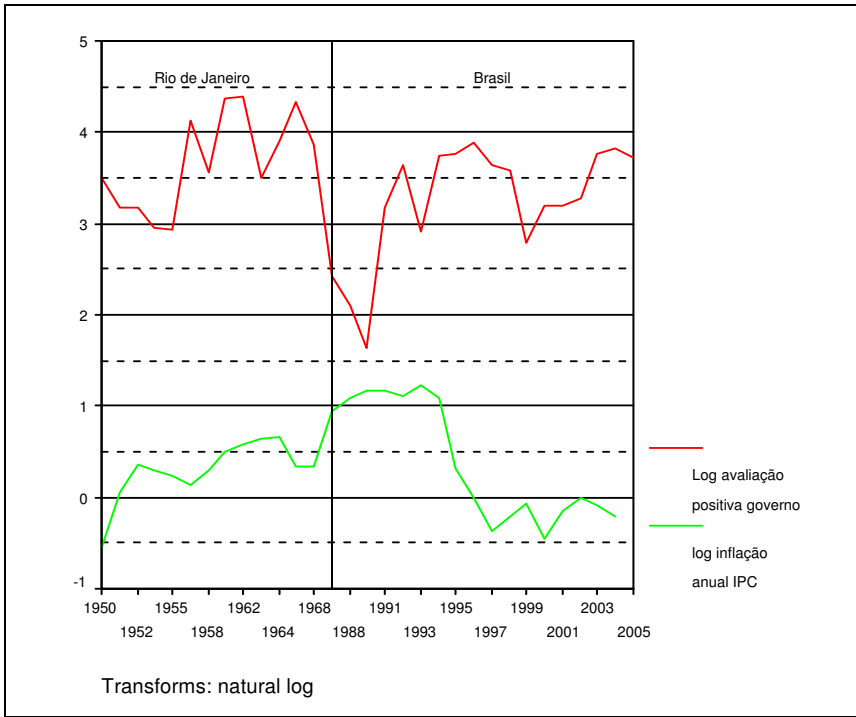


GRÁFICO 6.11 - SÉRIES DE LOGS DAS AVALIAÇÕES POSITIVADAS DO GOVERNO FEDERAL E INFLAÇÃO PARA O RIO DE JANEIRO E BRASIL (ID: 322 A 334; 4 A 7, 9 A 11, 15, 25, 31, 36, 64, 79, 91, 107, 119, 131, 138 – ANEXO V)

Os resultados da auto-regressão mostram a mesma tendência indicada no gráfico 6.11. Há uma relação estatisticamente significativa entre a avaliação positiva do presidente e o IPC apenas no período da medição de opiniões do brasileiro, com coeficiente Beta de $-0,011$ e nível de significância de $0,018$. No primeiro período – o da opinião pública carioca - a relação mostra-se não significativa ao longo do tempo.

TABELA 6.10 - AUTO-REGRESSÃO ENTRE AVALIAÇÃO POSITIVA DO GOVERNO FEDERAL E INFLAÇÃO PARA O RIO DE JANEIRO E BRASIL

REGRESSORA	DEPENDENTE	BETA	APPROX. PROB.
Inflação – Rio de Janeiro	Avaliação Positiva Governo	0,179	0,551
Inflação – Brasil	Avaliação Positiva Governo	-0,011**	0,018

** Significativo ao nível de 0,01

As diferenças entre as médias de IPCs anuais entre os dois períodos podem indicar uma explicação, pois durante a medição de opiniões no Rio de Janeiro a média de IPC anual foi de 33,95%. Porém, o período das medições no Brasil, ela saltou para 539,83%, como indicado na tabela 6.11.

TABELA 6.11 - MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL PARA INFLAÇÃO NOS PERÍODOS DO RIO DE JANEIRO E BRASIL

PERÍODO	ESTATÍSTICAS	INFLAÇÃO ANUAL – IPC
Rio de Janeiro	Média	33,95
	Desvio Padrão	26,19
Brasil	Média	539,83
	Desvio Padrão	778,95

O tamanho do impacto da inflação na sociedade pode explicar se ela é interveniente ou não na avaliação dos governantes, pois com índices menores no Rio de Janeiro não houve determinação, enquanto que os níveis maiores dos anos 80 e 90 no Brasil transformaram a inflação em um fator determinante da avaliação pública sobre o governo federal.

6.8.2 Comparação das Opiniões sobre Reforma Agrária⁹⁷

As opiniões do carioca e do brasileiro, favoráveis ou contrárias à Reforma Agrária, também podem ser comparadas ao longo do tempo. Essa comparação indica a força da hipótese de impacto da urbanização para a maior aceitação à Reforma Agrária, como demonstrado no item 5.2.2, pois a opinião pública carioca dos anos 60 era mais influenciada por valores urbanos que a média nacional dos anos 70 a 90. O gráfico 6.12 mostra que a opinião do carioca favorável à Reforma Agrária nos anos 60 era superior à opinião do brasileiro no segundo período. Logo,

⁹⁷O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo W.

as opiniões contrárias nos dois períodos oscilaram praticamente dentro das margens de erro entre 1963 e 2004, sem marcar nenhuma grande diferença.

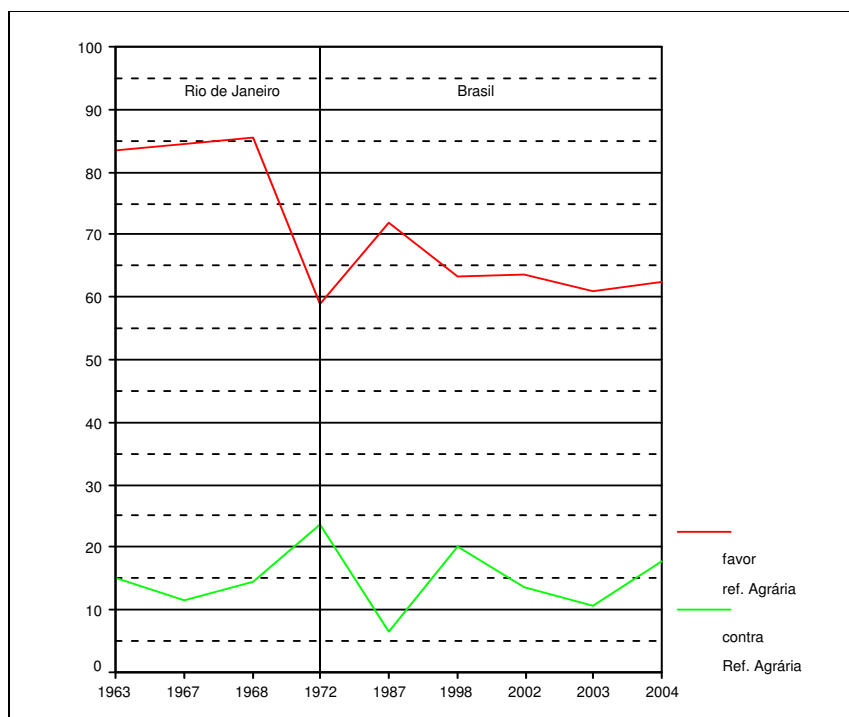


GRÁFICO 6.12 - SÉRIES DE OPINIÕES SOBRE REFORMA AGRÁRIA NO RIO DE JANEIRO E BRASIL (ID: 340 A 342; 207, 209, 211, 214, 216, 218 – ANEXO W)

As médias e amplitudes das opiniões nos dois períodos confirmam a impressão visual. Enquanto no Rio de Janeiro a opinião favorável à Reforma Agrária oscilou entre 85% e 60% em estabilidade. Para a opinião pública brasileira esta posição oscilou entre 71% e 58%, mostrando uma variação maior, mesmo que, a partir de 1998, tenha havido uma estabilidade em torno de 63%. Em relação às opiniões contrárias, a dinâmica é a mesma: de estabilidade no Rio de Janeiro e oscilação maior para o Brasil.

TABELA 6.12 - MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL PARA OPINIÕES SOBRE REFORMA AGRÁRIA NO RIO DE JANEIRO E BRASIL

PERÍODO	ESTATÍSTICAS	A FAVOR REF. AGRÁRIA	CONTRA REF. AGRÁRIA
Rio de Janeiro	Média	84,55%	13,70%
	Desvio Padrão	1,42pp	1,95pp
	V. Máximo	85,56%	15,19%

	V. Mínimo	83,54%	11,59%
	Média	63,50%	15,37%
	Desvio Padrão	4,42pp	6,34pp
	V. Máximo	58,90%	23,64%
Brasil	V. Mínimo	71,80%	6,53%

Essa maior oscilação também pode ser constatada nas medidas de diferenças de primeira ordem. Enquanto a soma das diferenças para a opinião contrária no Rio de Janeiro é de apenas $-0,75$, para o Brasil, no período seguinte, a mudança foi de $-5,89$.⁹⁸

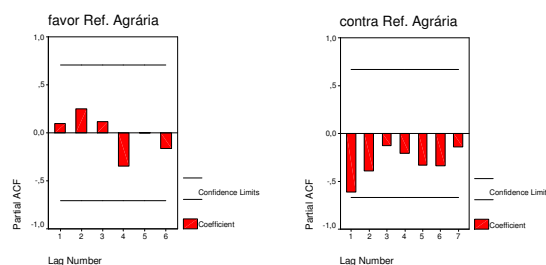
TABELA 6.13 - DIFERENÇAS DE PRIMEIRA ORDEM SOBRE OPINIÃO CONTRÁRIA À REFORMA AGRÁRIA NO RIO DE JANEIRO E BRASIL

PERÍODO	ESTATÍSTICAS	DIF. 1. ^a ORDEM CONTRA REF. AGRÁRIA
Rio de Janeiro	Média	- 0,37%
	Soma	-0,75%
Brasil	Média	-1,17%
	Soma	-5,89%

Aplicando os dados sobre as opiniões coletadas pelas pesquisas a testes de auto-regressão⁹⁹, percebe-se que os únicos resultados estatisticamente significativos são a relação entre opinião favorável à Reforma Agrária e mudança de período.

⁹⁸Como para o período do Rio de Janeiro há um dado a menos sobre a opinião a favor da Reforma Agrária, não é possível fazer as diferenças de médias para essa opinião. Por isso, estão sendo apresentados os resultados apenas para a opinião contrária à Reforma Agrária.

⁹⁹A auto-regressão é usada para dar mais consistência aos resultados, apesar do gráfico de autocorrelação quanto a opinião favorável à Reforma Agrária indicar a existência de estacionaridade e a opinião contrária ser não estacionária.



Como o coeficiente Beta é negativo (-19,51), isso indica que no segundo período (opinião pública brasileira), os índices de opinião favorável à Reforma Agrária são menores que os indicados no primeiro período. O mesmo acontece na auto-regressão com variável independente "ano", quando há também uma queda gradativa de opinião favorável à Reforma Agrária.

TABELA 6.14 - AUTO-REGRESSÃO DAS OPINIÕES SOBRE REFORMA AGRÁRIA NO RIO DE JANEIRO E BRASIL

REGRESSORA	DEPENDENTE	BETA	APPROX. PROB.
Período	A favor Reforma Agrária	-19,512**	0,002
	Contra Reforma Agrária	0,599	0,802
Ano	A favor Reforma Agrária	-0,259**	0,013
	Contra Reforma Agrária	-0,192	0,772

** Significativo ao nível de 0,01

A relação significativa e negativa na auto-regressão, considerando a série temporal interrompida com variável regressora "período", comprova a importância da taxa de urbanização para os posicionamentos públicos sobre a Reforma Agrária. No primeiro momento, na população mais urbanizada da capital do País nos anos 60, a opinião favorável à Reforma Agrária mostrou ser maior que a opinião média brasileira dos anos 70 a 90.

6.8.3 Comparação entre Preferências Partidárias nos dois Períodos¹⁰⁰

Uma opinião que mostra curvas diferentes entre os dois períodos comparados – em oposição à opinião contrária à Reforma Agrária, em que não houve diferenças significativas – é a que trata das preferências partidárias. O período compreendido pela opinião pública carioca apresenta uma curva em gradativa queda no percentual de eleitores que dizem ter preferência por algum partido político. Já no segundo período, a partir de 1989, a opinião pública brasileira indica uma maior estabilidade –

¹⁰⁰O banco de dados deste tópico e resultados completos das auto-regressões estão no Anexo X.

apesar das variações acima dos limites de erro –, quando comparada com o período anterior, como se percebe no gráfico 6.13.

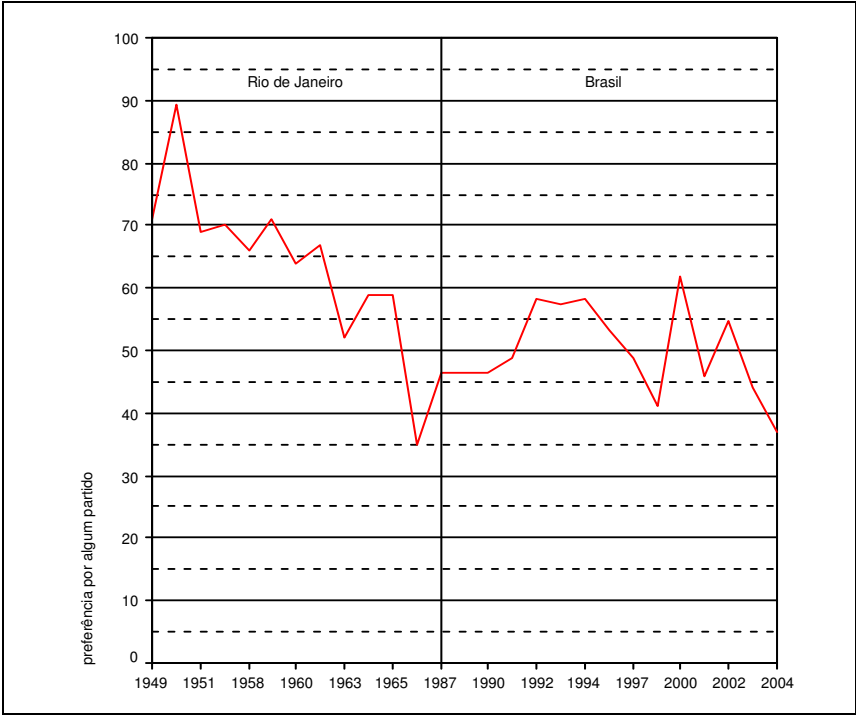


GRÁFICO 6.13 - SÉRIES DE PREFERÊNCIAS PARTIDÁRIAS NO RIO DE JANEIRO E BRASIL
(ID: 308 A 319; 142, 144 A 153, 155 A 159 – ANEXO X)

Ainda assim, a média dos cariocas que dizem ter preferência por um partido político é maior que a média dos brasileiros, com 64% para o primeiro contra 49% para o segundo. A amplitude das opiniões cariocas também é maior, com diferença entre valor máximo e mínimo no período de 49 pontos percentuais; contra uma diferença de 24 pontos percentuais entre os valores máximo e mínimo para a opinião pública brasileira, como mostra a tabela 6.15.

TABELA 6.15 - MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL PARA PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA NO RIO DE JANEIRO E BRASIL

PERÍODO	ESTATÍSTICAS	PREFERÊNCIA POR ALGUM PARTIDO
Rio de Janeiro	Média	64,36
	Desvio Padrão	12,94
	V. Máximo	89,30
	V. Mínimo	35,05

Brasil	Média	49,91
	Desvio Padrão	7,12
	V. Máximo	61,90
	V. Mínimo	37,00

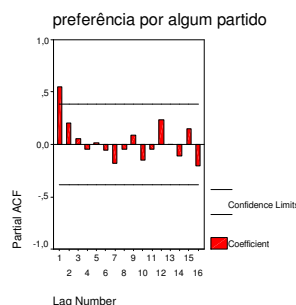
A mesma tendência é apontada nos resultados das diferenças de primeira ordem, quando, enquanto para o carioca a soma das diferenças apresentou um resultado de – 35,95, para o brasileiro, essa soma foi de apenas – 9,52.

TABELA 6.16 - DIFERENÇAS DE PRIMEIRA ORDEM PARA PREFERÊNCIAS PARTIDÁRIAS NO RIO DE JANEIRO E BRASIL

PERÍODO	ESTATÍSTICAS	DIF. 1.ª ORDEM PREFERÊNCIA POR PARTIDO
Rio de Janeiro	Média	-3,226
	Soma	-35,95
Brasil	Média	-0,68
	Soma	-9,52

As autoregressões¹⁰¹, tanto para "Período" quanto para "Ano", mostraram-se significativas. Quando comparados os dois períodos ao longo do tempo, percebe-se que, para o segundo, a preferência por um partido é menor (Beta de –12,820), indicando que a opinião pública brasileira mostrou ter menor índice de preferência partidária que a opinião pública carioca do período anterior. O mesmo acontece com o coeficiente Beta para o regressor "ano", que é de – 0,435 e nível de

¹⁰¹A auto-regressão é necessária para estacionarizar a série temporal "preferência por partido" que apresenta um coeficiente acima do limite de significância, sendo, portanto, não estacionária naturalmente.



significância de 0,000, mostrando que ao longo do tempo a queda na opinião é estatisticamente significativa.

TABELA 6.17 - AUTO-REGRESSÃO PARA PREFERÊNCIAS PARTIDÁRIAS NO RIO DE JANEIRO E BRASIL

REGRESSORA	DEPENDENTE	BETA	APPROX. PROB.
Período	Preferência por algum partido	-12,820*	0,020
Ano	Preferência por algum partido	-0,435**	0,000

* Significativo ao nível de 0,05
 ** Significativo ao nível de 0,01

Se a opinião pública carioca pudesse ser representante fiel da opinião pública brasileira naquele período, teria-se constatado que o brasileiro dos anos 60 tinha uma relação mais forte com os partidos políticos que o brasileiro dos anos 90. Além disso, essa relação apresentou forte queda até os anos 70, para se estabilizar a partir dos anos 90. Várias abordagens teóricas oferecem explicações a esse fenômeno, desde o artificialismo gerado pelo bipartidarismo a partir de 1965 - característica específica da política brasileira - até as explicações mais gerais sobre a substituição dos partidos políticos por outras instituições para o fornecimento de informações ao eleitor, o que reduz os vínculos entre eles, sendo uma característica da democracia de público, como definida por Manin (1995).

6.8.4 Personalismo Eleitoral nos Dois Períodos¹⁰²

O personalismo eleitoral foi indicado nos capítulos anteriores a partir do percentual de eleitores que dizem decidir o voto pelas características do candidato, deixando em segundo plano o partido político ou ideologia a que, supostamente, o representante está ligado. O gráfico 6.14 mostra uma intensa volatilidade dos eleitores que dizem votar no candidato em ambos períodos.

¹⁰²O banco de dados utilizado neste tópico e os resultados completos de todas as auto-regressões estão no Anexo Y.

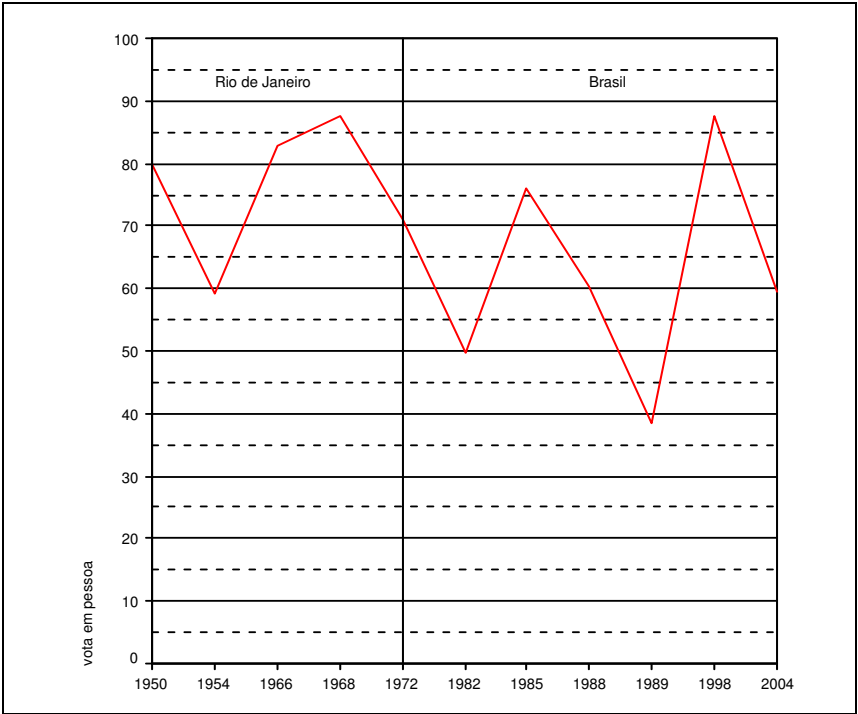


GRÁFICO 6.14 - SÉRIES DE VOTOS PERSONALISTAS NO RIO DE JANEIRO E BRASIL (ID: 309, 311, 320, 321, 139 A 141, 143, 144, 153, 159 – ANEXO Y)

A média para o período carioca ficou acima de 77%, contra 63% do segundo período. Essa diferença de médias entre os dois períodos pode ser explicada pela maior amplitude percentual para o Brasil em relação ao Rio de Janeiro. Enquanto a distância entre valor máximo e mínimo na opinião pública brasileira ficou em 49 pontos percentuais, para o período carioca foi de 37 pontos percentuais, com o ponto mínimo em 50%, enquanto no segundo período o ponto mínimo foi de 38%, como demonstrado na tabela 6.18.

TABELA 6.18 - MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL DO VOTO PERSONALISTA NO RIO DE JANEIRO E BRASIL

PERÍODO	ESTATÍSTICAS	VOTO PERSONALISTA
Rio de Janeiro	Média	77,41%
	Desvio Padrão	12,48pp
	V. Máximo	87,60%
	V. Mínimo	59,30%
Brasil	Média	63,24%
	Desvio Padrão	16,55pp
	V. Máximo	87,64%
	V. Mínimo	38,32%

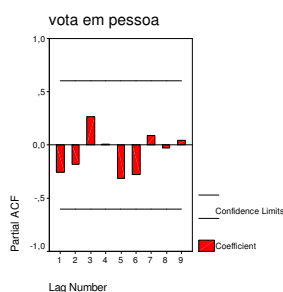
As médias e somas das diferenças de primeira ordem das séries temporais indicam que, enquanto no período carioca os valores eram positivos, com soma de 7,7 e média de 2,5 de crescimento de voto personalista, na opinião pública brasileira, a partir dos anos 80, passou a haver quedas, de -1,89 na média de -11,35 na soma das diferenças de primeira ordem, como indicado na tabela 6.19. Por isso, é possível afirmar que, por trás da volatilidade da opinião pública, a tendência no período das opiniões de brasileiros foi de queda no voto personalista, enquanto que, no período anterior, entre os cariocas havia uma tendência de crescimento no número de eleitores que escolhia seu candidato principalmente pelas características pessoais do representante.

TABELA 6.19 - DIFERENÇAS DE PRIMEIRA ORDEM SOBRE VOTO PERSONALISTA PARA RIO DE JANEIRO E BRASIL

PERÍODO	ESTATÍSTICAS	DIF. 1. ^a ORDEM VOTO PERSONALISTA
Rio de Janeiro	Média	2,56%
	Soma	7,70%
Brasil	Média	-1,89%
	Soma	-11,35%

Porém, tanto a auto-regressão¹⁰³ para série interrompida, com "Período" como regressora, quanto o tempo percorrido com a variável "Ano" como independente, mostraram-se não-significativas, com valores de significância de 0,086 para

¹⁰³ Apesar de já ser estacionária, como mostra o gráfico de autocorrelação a seguir, o teste de auto-regressão será utilizado para dar maior consistência aos resultados.



"Período" e 0,319 para "Ano", acima dos limites aceitáveis – principalmente no segundo caso. Isso mostra que, apesar dos dados estáticos de tendência central (médias e somas) terem indicado uma pequena diferença entre os dois períodos, as auto-regressões mostram que essas diferenças não são suficientes para inferir a toda população.

TABELA 6.20 - AUTO-REGRESSÃO DE VOTO PERSONALISTA NO RIO DE JANEIRO E BRASIL

REGRESSORA	DEPENDENTE	BETA	APPROX. PROB.
Período	Voto personalista	-13,537	0,086
Ano	Voto personalista	-0,259	0,319

No item 5.1.4 do capítulo 5, foram realizados testes estatísticos para medir a relação que existe entre a mudança ao longo do tempo nos índices de preferência partidária e o percentual de eleitor que escolhe candidato de maneira personalista. A hipótese de que poderia haver uma correlação entre a queda do voto personalista e o crescimento da preferência partidária não se comprovou no capítulo anterior, pois os resultados mostraram uma relação muito baixa, acima dos limites de níveis de significância aceitáveis, entre as duas variáveis. O gráfico 6.15 mostra a relação entre as duas variáveis, porém divididas nos dois períodos: "carioca" e "brasileiro".

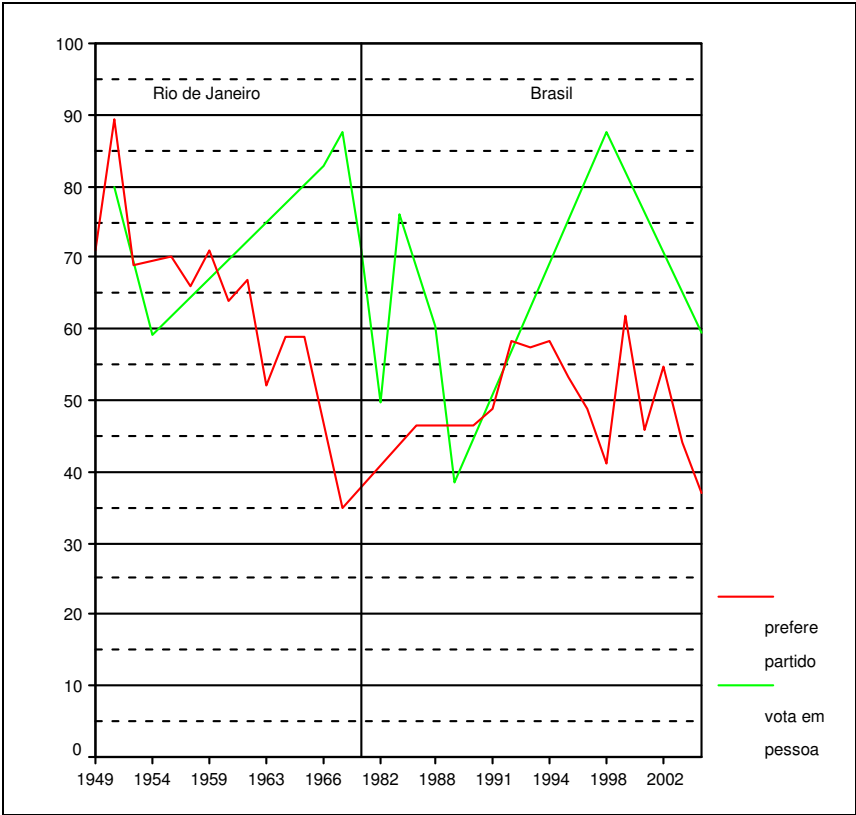


GRÁFICO 6.15 - SÉRIES DE VOTO PERSONALISTA E PREFERÊNCIA POR PARTIDO POLÍTICO NO RIO DE JANEIRO E BRASIL (ID: 309, 311, 320, 321, 139 A 141, 143, 144, 153, 159 – ANEXO Y)

As curvas mostram uma volatilidade maior na variável "vota em pessoa", nos dois períodos do que na variável "prefere partido". Essa diferença no comportamento das curvas reflete-se em uma relação não-significativa do ponto de vista estatístico entre as duas variáveis, pois o nível de significância do teste de auto-regressão que considerou a preferência partidária como regressora e o voto personalista como dependente foi de 0,886 e um coeficiente Beta de 0,119, como foi constatado anteriormente.

TABELA 6.21 - AUTO-REGRESSÃO ENTRE PREFERÊNCIA POR PARTIDO E VOTO PERSONALISTA NO BRASIL E RIO DE JANEIRO

REGRESSORA	DEPENDENTE	BETA	APPROX. PROB.
Prefere algum partido	Voto personalista	0,119	0,886

O curioso aqui é o fato de que o coeficiente Beta apresenta sinal positivo. Logo, se a relação fosse significativa, ela indicaria que poderíamos inferir para toda a população que o percentual de eleitores que afirma ter preferência por algum partido cresce ao mesmo tempo em que aumenta o percentual do que dizem escolher candidato pelo perfil pessoal, prioritariamente. Isso tanto poderia ser considerado um comportamento irracional da opinião pública, como poderia servir de indicativo para a possibilidade de inexistência de relação, ou seja, que o público se identifica com partidos político em outros momentos, que não estão relacionados à decisão do voto propriamente dita. Como nota conclusiva, ainda, é possível registrar que a relação da opinião pública brasileira com os partidos políticos, no que diz respeito ao processo de escolha de voto, apresenta significativas alterações. Isso é, comparada com a relação da opinião pública carioca com os partidos brasileiros durante os processos eleitorais dos anos 50. De fato, conforme o século XX se aproximou do seu final, menor a importância dos partidos políticos para a definição do voto.

QUADRO 6.1 - DEMONSTRATIVO DOS PADRÕES DA OPINIÃO PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO ENTRE 1950 E 1970

TEMA PÚBLICO	OPINIÃO	PERÍODO	COMPORTAMENTO DA CURVA	RESULTADOS DA AUTO-REGRESSÃO
Mudança da Capital	A favor da mudança	1951 a 1962	Mudança gradual e contínua positiva, passando de 40% para 62%	Significativa, com coeficiente Beta de 3,43
Divórcio	A favor do divórcio	1950 a 1966	Estabilidade durante todo o período, com média de 65%	Não significativa e coeficiente Beta de - 0,180
Personalismo Político	Voto no candidato	1950 a 1968	Mudança gradual e negativa até 1954 e depois gradual positiva até 1968, começa com 79% e termina com 89%, tendo chegado a 54% em 1954	Não significativa e coeficiente Beta de 0,840
Identificação Partidária	Preferência por partido	1949 a 1968	Mudança gradual e negativa, começando com 70% e terminando em 37%.	Altamente significativa, com coeficiente Beta de -1,560.
Avaliação de Governo	Opinião Positiva ao governo federal	1950 a 1968	Mudança volátil ao longo do tempo, com rápidas alterações de direção da opinião, indicando forte presença de aleatoriedade.	Apesar da volatilidade interna, o teste mostra-se significativo para mudança em favor da redução de opinião positiva ao longo do tempo, com coeficiente Beta de -2,475.
Democracia	A favor da eleição direta para presidente	1964 a 1968	Alta estabilidade, com opinião variando de 88% no início para 90% no final do período. Para o município de São Paulo, entre 1964 e 1967, os resultados são praticamente os mesmos.	Não significativo, com coeficiente Beta de -0,626 para o Rio de Janeiro.
Reforma Agrária	Contra a Reforma Agrária	1963 a 1968	Alta estabilidade, variando de 15% em 1963 para 11% em 1967 para depois voltar a 15% em 1968. O mesmo acontece na cidade de São Paulo entre 1963 e 1964	Não significativo, com coeficiente Beta de - 0,380 para o Rio de Janeiro.
Tamanho do Estado	A favor da exploração de Petróleo por Estatal	1951 a 1957	Crescimento contínuo e gradual ao longo de todo o período, passando de 50% em 1951 para 73% em 1957.	Altamente significativo, com coeficiente Beta de 3,638.
Política Externa	A favor da manutenção de Relações oficiais com URSS	1951 a 1962	Crescimento contínuo, com mudança acelerada até 1961, para depois apresentar pequena queda. Começa com 31% em 1951 e chega a 53% em 1962.	Resultado significativo, com coeficiente Beta de 2,750.

QUADRO 6.2 - DEMONSTRATIVO DAS CORRELAÇÕES ENTRE OPINIÕES SOBRE TEMAS INTER-RELACIONADOS NO RIO DE JANEIRO ENTRE 1950 E 1970

CORRELAÇÃO AO LONGO DO TEMPO	COEFICIENTE BETA	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA	RESULTADO
Voto no candidato e Preferência por partido	-2,340	0,002	Correlação entre as duas variáveis ao longo do tempo altamente significativa, indicando coerência entre as posições.

QUADRO 6.3 - DEMONSTRATIVO DA COMPARAÇÃO ENTRE OPINIÃO PÚBLICA CARIOCA DOS ANOS 50 A 70 E OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRA DAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS

OPINIÃO COMPARADA NOS DOIS PERÍODOS	COEFICIENTE BETA	NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA	RESULTADO
Avaliação positiva do governo federal	-16,918	0,081	Resultado da série interrompida não significativo, com médias de avaliação positiva superiores no período carioca em relação à opinião pública brasileira.
Avaliação positiva do governo em relação ao índice de inflação	0,179	0,551	Período carioca não há relação significativa entre inflação e avaliação positiva do governo
	-0,011	0,018	Período brasileiro a relação é significativa e o sinal é negativo, o que indica que conforme cresce a inflação, diminui a avaliação positiva do governo.
Opinião sobre Reforma Agrária	-19,512	0,002	Opinião favorável a relação é significativa e negativa indicando que no período da opinião pública brasileira há menores índices a favor da reforma agrária que na opinião pública carioca.
	0,599	0,802	Opinião contrária não apresenta diferenças significativas entre os dois períodos.
Preferência partidária	-12,820	0,020	A série temporal interrompida indica que a preferência por algum partido político é menor na opinião pública brasileira, quando comparada com a opinião do carioca no período anterior.
Voto personalista	-13,537	0,086	A série temporal interrompida indica não existir diferenças estatisticamente significativas entre as variações de percentuais de votos personalistas entre os dois períodos.
Preferência partidária e voto personalista	0,119	0,886	Não há relação significativa entre a preferência partidária e voto personalista ao longo do tempo, quando consideradas as opiniões nos dois períodos.

CONCLUSÃO

Mesmo parecendo contraditório – mas não sendo – a conclusão deste trabalho precisa começar concordando com a afirmação de *Bourdieu* de que a Opinião Pública não pode ser apreendida a partir de um único ponto no tempo para a coleta de informações a respeito do que os integrantes do público pensam sobre temas de interesse comum – o que é diferente de concordar que a opinião pública não existe. De fato, a opinião pública faz parte do espaço público, mas como integra complexos sistemas de relações entre atores e instituições, ora sendo parte destes processos, ora como resultado deles, é preciso uma análise ao longo do tempo para apreendê-la.

Como demonstrado nesta tese, a opinião pública pode ser considerada como parte de processos de comunicação social, interpressonal ou através dos meios de comunicação de massa, quando racional, e, em outras vezes, como o resultado desse processo, quando manipulativa. Em ambos casos, é preciso que haja um estímulo ou mensagem com determinado conteúdo produzido por um emissor, de um lado, e alguém disposto para captar toda a mensagem ou pelo menos parte dela, de outro – o receptor. A polêmica conceitual sobre opinião pública cresceu ao longo da história do debate a seu respeito. De fato, nasceu simples, com opinião pública significando a descrição da opinião popular ou uma opinião geral, a partir da manifestação de pessoas que dizem o que pensam. Porém, esse conceito começou a ficar cada vez mais complexo, conforme cresciam as críticas aos resultados sociais da Revolução Francesa e conforme os processos democráticos foram ampliados. A opinião pública passou a causar mudanças históricas, através da sua transformação em força política concreta, como o voto universal, por exemplo. A crítica parte principalmente dos autores elitistas e conservadores, que têm uma desconfiança permanente a respeito da capacidade das massas, ou do povo, em tomar decisões. Principalmente nas sociedades que surgem com o período industrial, quando o pensamento do cidadão comum é, também, fortemente marcado pela participação dos meios de comunicação de massa.

Na primeira parte deste trabalho, tratou-se da importância da incorporação conceitual do cidadão comum nos processos decisórios pelas teorias democráticas, para que estas possam se aproximar do que ocorre nas democracias reais. A distância entre elas já foi criticada por Schattschneider nos anos 70, mas também por outros autores. A opinião pública poderia, se não fosse uma confusão conceitual que ronda o termo há séculos, servir como "ponte" na relação entre a teoria democrática e as democracias reais, caso fosse incorporada às análises acadêmicas.

Como resultado desse debate, o conceito de opinião pública na ciência política, pode ser dividido em dois tipos principais. Há um conceito teórico-político, ensaísta, e está tradicionalmente ligado às análises jurídicas, que giram em torno de uma concepção legitimadora da democracia. Aqui a opinião pública pode aparecer como manifestação de opinião geral ou popular, sem nenhum caráter pejorativo, ou pode ganhar aspectos de fenômeno com força opressiva sobre o indivíduo, tornando-se negativa – esse negativismo no conceito cresce conforme nos distanciamos da revolução francesa e nos aproximamos do século XX. O outro tipo de análise da opinião pública está ligado a um conceito sociológico, cujas conclusões nascem das verificações de resultados das pesquisas de opinião. Essa tradição é bem mais recente que a primeira, tendo surgido apenas nas primeiras décadas do século XX, com os estudos empíricos da escola sociológica norte-americana. O que ainda falta na literatura sobre opinião pública é uma aproximação entre os dois tipos de conceitos, com o teórico-jurídico apresentando as questões para a pesquisa empírica e os resultados destas servindo para a validação ou rejeição das teorias já existentes.

Esta tese está filiada à linha de análises empíricas sobre opinião pública, o que não significa que a discussão conceitual deva ser negligenciada. Dentro dessas condições, foi demonstrado que a opinião pública pode ser não apenas compreendida como um elemento que pertence às práticas de representação política nas democracias modernas, mas que também apresenta condições mínimas para ser levada em consideração pelos tomadores de decisões na esfera política.

Isso é diferente de aceitar que a opinião pública seja uma manifestação autônoma dos públicos, ou seja, do cidadão médio na democracia; ou livre de influências dos interesses da elite política. Ela é o resultado de dois processos que podem ocorrer simultaneamente no público. Um processo de tentativa de persuasão e convencimento pela elite política que se manifesta principalmente através dos meios de comunicação de massas, materializado na propagação de informações e mensagens supostamente objetivas, mas que sempre trazem em si algum grau de subjetividade de quem as produz ou está influenciando os produtores. O outro processo se dá pela reformulação de crenças e conceitos que o próprio público faz, independente dos interesses da elite política. Nesse caso, a motivação para os processos de automodelação das opiniões está diretamente ligada a mudanças estruturais no meio social a que o público está inserido e na maioria das vezes à remodelação de opiniões que acontece a partir dos processos de comunicação interpessoal, com líderes de opinião horizontais e apenas sofrendo uma influência dos meios de comunicação de massa.

Com a transposição da primeira etapa do trabalho, qual seja, identificar o que é e como se forma a opinião pública, foi tratado do objetivo principal que é identificar se a variável empírica "opinião pública brasileira" pode ser considerada estável, previsível, enfim, explicada como resultado de processos racionais. Se sim, abre-se espaço no debate sobre democracia para que a elite política, tomadora de decisões sobre políticas públicas, possa levar em consideração essas manifestações de opinião sem o temor da inconsistência e da volatilidade randômica, supostamente resultado da manipulação das massas por lideranças políticas nem sempre preocupadas com o bem comum, de acordo com os teóricos elitistas.

Considerando as curvas de opinião analisadas aqui sobre 24 temas públicos, incluindo as opiniões dos brasileiros dos anos 80 e 90 e dos cariocas dos anos 40 a 70, encontramos um total de 30% (sete) de opiniões estáveis. Outros 45% (onze) de opiniões com mudanças consistentes ao longo do tempo e 25% (seis) de

opiniões voláteis, com alterações randômicas ao longo do tempo. Como as mudanças consistentes podem ser explicadas por variáveis intervenientes e resultam de avaliações racionais, temos um percentual de 75% das opiniões como provenientes de processos racionais de interpretação do mundo em que o cidadão vive e das relações em que ele tem com outros integrantes dessa sociedade, sejam pessoas comuns ou líderes de opinião.

Ao considerarmos apenas o grupo de variáveis das opiniões brasileiras dos últimos 25 anos, temos 15 temas públicos, sobre os quais, em 27% (quatro) houve manutenção das opiniões ao longo do tempo, em outros 40% (seis) a mudança da opinião foi consistente ao longo do tempo e em 33% (cinco) dos temas as opiniões se alteraram de maneira volátil, em diferentes direções. Para o caso das opiniões do carioca entre as décadas de 40 e 70, das nove curvas apresentadas, 34% (três) apresentaram estabilidade ao longo do tempo; 56% (cinco) tiveram mudanças consistentes no período e apenas 11% (uma) das curvas houve variação randômica.

Como se pode perceber, os resultados das análises da opinião pública brasileira a partir da metodologia aplicada ao público norte-americano mostraram uma instabilidade maior no Brasil, que apresentou 30% de opiniões estáveis, contra 57% encontrados no público dos Estados Unidos por Page e Shapiro. Já no que diz respeito à forma de mudança das opiniões não-estáveis, enquanto nos Estados Unidos apenas 43% mostrou-se gradual e consistente, contra 57% de opiniões com mudanças abruptas. No Brasil, os resultados mostraram-se inversos, com 65% das alterações gerais de forma consistente e apenas 35% de maneira randômica e sem explicação racional¹⁰⁴.

¹⁰⁴Uma diferença nos dois resultados precisa se levar em consideração para fins comparativos: os resultados apresentados por Page e Shapiro dizem respeito às perguntas repetidas ao longo de 50 anos, enquanto aqui os resultados estão relacionados ao comportamento geral da curva. Por isso, tem-se a impressão de que o número de opiniões analisadas por Page e Shapiro (1.128 casos) é maior que a do caso brasileiro. Na verdade, os temas públicos a que essas opiniões norte-americanas se referem também não passam de dezenas, divididas entre temas internos e de política internacional. O número de casos em Page e Shapiro também é maior porque na segunda parte do

Outro ponto importante a ser destacado dos resultados gerais é o fato de que grande parte das opiniões que se mostraram voláteis ao longo do tempo, com alterações abruptas de direção na curva ao longo do tempo, dizia respeito a avaliações de governos, políticas e governantes; portanto, são mais sensíveis aos efeitos das correntes de opinião, que resultam de efeitos a curto prazo, sejam eles positivos ou negativos, das políticas implantadas pelos governantes. Em boa medida, essas alterações abruptas apresentaram um alto nível de correlação com mudanças também abruptas nos indicadores de desempenho econômico do País, o que em si indica uma racionalidade na opinião pública.

Mostraram-se voláteis ao longo do tempo as avaliações positivas mensais e anuais do governo federal e a avaliação negativa do governo federal entre 1987 e 2004; a opinião sobre crescimento da corrupção do País entre 1995 e 2005 também apresentou alta volatilidade; além da volatilidade percebida na avaliação positiva do governo federal pelo carioca entre 1950 e 1968. No entanto, as alterações na avaliação positiva do governo federal para o público brasileiro foram explicadas pelas mudanças na expectativa de crescimento de renda do brasileiro na mesma direção, ou seja, conforme crescia a expectativa de ter maior renda, aumentava a avaliação positiva do governo. Outra variável interveniente negativa na avaliação positiva do governo é a taxa de inflação. Os testes mostraram uma relação estatisticamente significativa entre o crescimento da média de inflação anual e a queda na avaliação positiva do governo. A determinação da taxa de inflação sobre a opinião do brasileiro a respeito do governo é mais forte ainda quando consideradas as avaliações negativas sobre o

livro eles analisam o comportamento da opinião pública por segmentos sociais, o que não foi realizado para o caso brasileiro por não ser objetivo deste trabalho. Vários estudos, inclusive brasileiros, já demonstraram que há diferenças no comportamento político dos indivíduos em função de nível educacional, forma de introdução na esfera pública, pertencimento a grupos de minorias, etc. No entanto, este trabalho se propôs a analisar o comportamento da opinião pública brasileira como um todo e não dos subgrupos do público, pois a medida de tendência central que deve ser ouvida e levada em consideração pela elite política no momento da tomada da maioria de suas decisões políticas é a opinião média do público.

mesmo governo. Isso significa que o aumento da taxa da inflação faz crescer mais o percentual de opinião negativa sobre o desempenho do governo do que diminuir a sua avaliação positiva. Uma terceira variável interveniente importante na avaliação positiva do governo é o crescimento da corrupção, que indicou uma relação significativa e em direções opostas, ou seja, conforme cresce a percepção na opinião pública brasileira de que a corrupção ganha espaço na arena política, diminui a avaliação positiva do governo. Quando comparada à avaliação negativa do governo, a relação é estatisticamente ainda mais forte e na mesma direção, ou seja, o crescimento da corrupção, assim como a inflação, tem mais impacto no crescimento dos índices de avaliação negativa do governante do que na queda da avaliação positiva. Aqui, é possível ampliar os resultados de trabalhos anteriores que já identificaram a importância de variáveis econômicas na decisão do voto para a conformação da opinião pública como um todo.

Quanto às opiniões ligadas aos principais comportamentos eleitorais, a opinião pública brasileira mostrou-se volátil em relação ao voto personalista, apresentando grandes mudanças abruptas, principalmente em anos eleitorais. Já em relação à preferência partidária, o movimento tem sido gradual e em contínua queda ao longo das últimas duas décadas, com indicadores de estabilidade em torno da metade dos brasileiros com preferência por algum partido político. Os mesmos movimentos podem ser notados na opinião pública carioca em meados do século XX, quando há uma mudança randômica nos percentuais de eleitores que dizem preferir escolher pelo candidato, ou seja, voto personalista, caindo entre 1950 e 1954 e depois mostrando um aumento até 1968. Quanto à identificação partidária do carioca entre 1949 e 1968, apesar de apresentar médias maiores que a opinião pública brasileira de duas décadas depois, já é possível perceber o mesmo movimento de queda, passando de 70% no início do período, para cerca de 40% no final. A diferença, no caso carioca, é o fato de que a auto-regressão mostrou índices estatisticamente significativos na relação entre aumento do voto personalista e

queda na preferência eleitoral, enquanto que os testes para as curvas do Brasil não mostraram relação consistente entre as duas variáveis.

Essa tendência de queda nas preferências partidárias pela opinião pública vem sendo notada nas últimas décadas na maioria das democracias consolidadas, conforme apresentado pela literatura internacional sobre o tema. Ela é descrita por *Bernard Manin* como uma consequência da alteração de um tipo de democracia, a chamada democracia de partidos, para outro tipo, a democracia de público, em que as agremiações políticas tradicionais deixam de ter exclusividade no papel de formadores e organizadores das preferências políticas, dividindo esse papel com outros agentes sociais, dentre os quais estão os meios de comunicação de massa. Isso explica a não-existência de relação estatisticamente significativa entre as duas variáveis nos períodos mais recentes.

Em relação à ideologia política do brasileiro médio, a opinião mais estável entre 1989 e 2002 foi a dos que se auto-identificam como sendo de direita, pois apresentaram estabilidade até 1997 e crescimento abrupto até 2000, quando voltou a se estabilizar. Já a auto-identificação como sendo de esquerda apresentou um crescimento abrupto no final dos anos 80, depois uma queda, e se estabilizou a partir da década de 90. As auto-identificações como sendo de centro mostraram-se randômicas ao longo de todo o período, porém, em uma análise temporal com a variável interveniente auto-identificação de direita, as tendências das curvas ficaram estatisticamente significativas e negativas. A mesma relação não se mostra significativa entre esquerda e centro e menos ainda entre esquerda e direita, indicando que a tendência mais provável dos que deixaram de se auto-identificar como esquerda durante os anos 90 foi de saída do espectro, ou seja, deixaram de manifestar sua posição, ao invés de fazer a troca.

Sobre as opiniões a respeito da democracia, a preferência por esse regime em relação aos demais se mostrou estável para o brasileiro médio até 2000, em torno de 50%, quando apresentou uma abrupta queda, voltando a estabilizar-se em

um patamar inferior, próximo a 40%, na década de 90. Esse mesmo comportamento pode ser encontrado em outros países latino-americanos no período, segundo dados de pesquisas do *latinobarómetro*. A queda na preferência pela democracia ocorre ao mesmo tempo em que há uma redução nos índices de confiança das principais instituições públicas democráticas. É o caso da confiança na justiça que apresenta gradativa queda entre 1995 e 2003. A confiança no congresso, medida entre 1972 e 2003 fica estável até 1989, mostrando crescimento durante toda a década de 90 e uma queda gradativa e contínua até o fim do período. A confiança no governo, crescente continuamente entre 1972 e 1995, começa a cair gradativamente durante toda a última década no Brasil. Ainda sobre a democracia, os dados da opinião pública carioca e paulistana nos anos 60 mostram uma tendência pouco explorada pela literatura política brasileira, que é a expressiva preferência pela eleição direta para presidente da república durante os primeiros anos do regime militar. Entre 1964 e 1968, a preferência pela eleição direta para presidente é estável, variando entre 87% e 90% das opiniões, o que, se não é suficiente para indicar uma opinião favorável à democracia, pelo menos mostra um descontentamento com a eleição indireta para presidente da república.

Presidencialismo é, historicamente, o sistema de governo ideal para a opinião pública brasileira, embora entre 1962 e 1988 a opinião favorável a esse sistema apresentou uma queda. A partir de então, a curva mostrou-se em gradativo crescimento até 1993, quando estabilizou-se acima do percentual de preferência pelo parlamentarismo, que entre 1988 e 1993 esteve em queda, para estabilizar-se desde então. A auto-regressão entre as duas opiniões mostrou um grau de correlação estatisticamente significativo, indicando que o crescimento de uma preferência depende da queda de outra e não do aumento de público com opinião formada sobre o tema.

No caso da opinião pública a respeito do tema do Referendo de 2005, a série histórica houve uma alteração significativa da curva, mas de maneira

consistente, não aleatória. Essa alteração mostrou-se bastante sensível à variável interveniente "ampliação do debate público", identificado a partir do início do Horário Gratuito de Propaganda do Referendo (HGPR) no rádio e na televisão. Este evento aumentou o ângulo da curva, o que indica uma aceleração nas mudanças de opinião a partir do debate através da mídia.

As opiniões sobre o maior problema do País também se mostraram consistentes ao longo do tempo, embora com comportamentos variados. Enquanto o "desemprego" como maior problema tenha apresentado três movimentos distintos da curva durante o período, houve significativa alteração nas opiniões sobre saúde e reforma agrária serem "maior problema do País" durante o período – ambas em queda. Os demais temas pesquisados como maior problema do País ficaram estáveis ao longo do tempo. Esses resultados são indicadores de que podem sustentar hipóteses de pesquisas futuras a respeito do agendamento pela mídia, para possível comprovação do argumento de agendamento da mídia sobre os temas públicos, de acordo com a teoria da *Agenda-Setting*.

Testes sobre a consistência de opiniões interdependentes mostram coerência na opinião pública brasileira quando avalia instituições ligadas às áreas de segurança e justiça. A confiança na justiça e no judiciário apresentaram alterações consistentes e para baixo durante todo o período analisado, indicando correlação significativa entre elas. Isso aponta para a formação de um *cluster* de opiniões coerentes a respeito de temas próximos no espectro alcançado pela opinião pública – para este caso específico, podendo não ser válido a outros conjuntos de opiniões.

Uma opinião do público carioca entre 1951 e 1957, disponível a partir das pesquisas do Ibope, diz respeito à intervenção direta do Estado na economia, mais especificamente sobre a exploração de petróleo ser feita por uma empresa estatal brasileira. A opinião favorável à exploração de petróleo pela Petrobrás no Rio de Janeiro apresentou um crescimento contínuo e gradual ao longo de todo o período, passando de 50% para 73% durante o período de análise. Outros dois temas públicos

que apresentaram o mesmo comportamento de mudança gradual e contínua na opinião pública carioca, entre os anos 50 e 60, foram a opinião a favor da manutenção de algum tipo de relação oficial com a URSS (antiga União Soviética), que passou de 31% para 53% ao final do período, e a opinião favorável à mudança da capital federal para o centro do País, que passou de 40% no início da década de 50, chegando a mais de 60% em 1962. As duas últimas foram formadas em um ambiente de intensa comunicação entre público e elite política. No caso da mudança da capital, o governo brasileiro fez várias campanhas de "esclarecimento" e informação sobre questões de segurança nacional e integração regional que só seriam resolvidas com a transferência da capital. Esse tema esteve presente em todas as campanhas eleitorais do período. Assim como a polêmica sobre as relações internacionais, em especial com a União Soviética comunista, no período mais intenso da guerra fria, quando parte da elite política brasileira – seja formada por comunistas seja por anti-americanistas – mobilizava o debate público em favor do restabelecimento das relações diplomáticas e comerciais, ou apenas uma das duas, com a URSS.

No entanto, há também um exemplo de tema público que foi objeto de intenso debate entre elite e massa durante os anos 50 e 60 no Rio de Janeiro e que, apesar dos debates e das conseqüentes tentativas de mobilização do público, manteve-se a curva totalmente estável no período. É o caso da opinião carioca sobre o divórcio, quando a média das opiniões favoráveis a ele, medidas entre 1950 e 1956, ficou em 65%, com diferenças entre os pontos dentro do intervalo de cinco pontos percentuais, mostrando estabilidade, apesar de naquele período existirem debates a respeito de mudanças na legislação que legalizaria o divórcio no Brasil.

Voltando às opiniões dos brasileiros nas últimas décadas, outro exemplo de opinião social estável é sobre a pena de morte. Entre 1995 e 2005, a opinião pública brasileira manteve-se dividida praticamente em 50%, com uma pequena vantagem para a opinião contrária em relação aos favoráveis à pena de morte. Houve apenas um momento da série, em 2001, cuja opinião favorável ultrapassou

os índices de opinião favorável, com uma mudança abrupta e temporária, para logo em seguida voltar aos patamares históricos de opinião. Nesse caso, a auto-regressão entre as duas opiniões mostrou-se não significativa estatisticamente, o que indica que possíveis mudanças nas curvas podem ser explicadas pela inclusão de novos integrantes do público, que até então não manifestavam posição pública a respeito do tema.

Outro tema social tratado a partir da opinião pública neste trabalho diz respeito à Reforma Agrária e aos dados que compreendem um dos maiores períodos de análise, indo de 1962 até 2004 no caso da opinião brasileira. Até a segunda metade dos anos 80, a curva da opinião favorável à Reforma Agrária manteve-se em constante crescimento, enquanto a opinião contrária à Reforma Agrária apresentou permanente queda.

Entre 1988 e 2004, a opinião a favor da reforma agrária mostrou-se estável, em torno de 60%, enquanto a opinião contrária manteve-se também estável, em torno de 15%. Quando as curvas de opinião sobre Reforma Agrária são testadas com a variável interveniente "taxa de população urbana do país", os resultados das auto-regressões são estatisticamente significativos, o que significa uma forte correlação entre ambas opiniões e taxa de urbanização do país. A correlação entre a variável interveniente e a opinião a favor da Reforma Agrária é positiva, indicando que conforme aumenta o percentual de pessoas vivendo nas cidades, cresce a opinião favorável à Reforma Agrária. No entanto, a relação é ainda mais forte e negativa entre a variável interveniente e opinião contra Reforma Agrária. Isso mostra que o efeito da urbanização é maior para a redução na resistência à realização da reforma agrária do que nas opiniões favoráveis a ela.

Outro ponto importante é o fato de que, apesar da taxa de urbanização ter continuado a crescer durante todo o período, as curvas de opinião a favor e contra a Reforma Agrária se estabilizaram a partir dos anos 90, indicando terem chegado a seus patamares de manutenção, o que faz com que a variável interveniente deixe de

ter impacto sobre a direção da curva de opinião. O debate sobre Reforma Agrária entre elite e massa esteve presente na esfera pública brasileira durante todo o período da análise, e continua sendo um tema permanente na agenda da mídia por conta da organização de movimentos sociais. No entanto, na última década e meia, essa visibilidade temática não foi suficiente para gerar transformações no padrão da opinião pública brasileira sobre o tema.

Durante o período de 1963 e 1968, o Ibope ouviu cariocas e paulistanos sobre a reforma agrária. As opiniões contrárias à reforma agrária, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo durante o período, mostraram-se estáveis e girando em torno de 15% do total. Vale ressaltar que durante esse mesmo período, a opinião pública nacional contrária à Reforma Agrária apresenta índices maiores que os das duas capitais. Essa diferença aponta para a mesma direção do impacto da crescente urbanização para a redução das resistências de opinião pública em relação à realização da Reforma Agrária, pois as opiniões coletadas nas duas capitais refletem o público mais urbanizado do Brasil nos anos 50 e 60, enquanto as pesquisas com amostras nacionais também levaram em consideração as opiniões do público ainda rural e vinculado às relações econômicas e sociais pertinentes ao tipo de organização social baseada na produção agrícola latifundiária, principal foco de origem e transmissão de informações e argumentos contrários à realização da reforma agrária no Brasil. Na comparação entre os dois períodos, ficou provado que na opinião pública carioca havia um índice significativamente superior de opinião favorável à Reforma Agrária que na opinião pública brasileira do período posterior. Essa diferença corrobora os resultados anteriores indicando relação entre nível de urbanização e posição da opinião pública sobre o tema. Quanto à opinião contrária à reforma agrária, ela se manteve estável durante toda série temporal que inclui os dois períodos (opinião pública carioca e brasileira).

Diante desses resultados, é possível afirmar, assim como *Page* e *Shapiro* nos Estados Unidos e *Bélanger* e *Pétry* no Canadá, que as opiniões coletivas brasileiras

e suas preferências a respeito da política são reais, reconhecíveis, coerentes e apresentam padrões que podem ser explicados. Além disso, quando não são estáveis, elas tendem a apresentar tendências previsíveis e raramente mudam randomicamente sem que haja uma variável interveniente com algum grau de impacto significativo na curva. Dos temas cujas curvas de opinião foram analisadas neste trabalho, três em cada quatro ou apresentavam estabilidade ou a mudança era consistente e previsível.

A comparação entre a opinião pública carioca de meados do século XX e a opinião pública brasileira a partir dos anos 80 permitiu a ampliação de algumas séries temporais analisadas no trabalho. Para tanto estabeleceu-se como objetivo identificar possíveis alterações significativas de opinião entre os dois períodos, nunca perdendo de vista a ressalva de que a opinião carioca não representa, necessariamente, a opinião do brasileiro daquele período, não sendo possível a leitura dos resultados dessa forma. Dentre as opiniões disponíveis, foi possível constatar que a variável interveniente de origem econômica "inflação" apresentou significativo impacto na avaliação positiva do governo federal a partir dos anos 80, porém não foi capaz de explicar as mudanças na avaliação positiva que o carioca fez do governo federal no período anterior. O que se destaca como diferente entre os dois períodos são as médias de inflação anual que, nos anos 80, foram cerca de 15 vezes superiores às dos anos 60, demonstrando que a capacidade de intervenção da variável econômica na opinião pública pode estar relacionada ao tamanho de seu impacto na sociedade.

Os testes de séries interrompidas entre os dois períodos mostraram uma significativa redução na preferência partidária entre a opinião pública carioca e a brasileira. Já em relação ao voto personalista, os resultados das diferenças entre os dois períodos mostraram-se um pouco acima do nível aceitável de significância. A relação entre as duas variáveis: voto personalista e preferência partidária mostrou-se fraca na série temporal que engloba os dois períodos. Isso indica, por um lado, que a opinião pública brasileira não relaciona o processo de decisão de voto com o partido político e sim com as características pessoais do postulante ao cargo eletivo,

e, por outro, que os partidos políticos podem desempenhar outras funções na opinião pública, mas não a de ajudar nos processos de decisão do voto. Esse comportamento do público brasileiro se aproxima do que vem sendo identificado pela literatura internacional que trata do tema nas democracias mais consolidadas, em que os partidos políticos cada vez mais cedem espaço para outras instituições de propagação de informações na arena eleitoral, embora eles continuem desempenhando papel importante na arena estatal, por organizarem as elites políticas em bancadas, e nos processos de arregimentação e formação de novos integrantes da elite política.

Considerando que a esfera pública é um espaço independente da esfera estatal e da esfera privada, em que os cidadãos formulam e emitem suas opiniões sobre temas de interesse coletivo, deve-se aceitar a partir das tendências das curvas de opinião que o cidadão comum brasileiro é capaz de buscar, de maneira autônoma, informações para formar suas próprias opiniões em favor de seus interesses ou do interesse comum. Porém, isso não pode ser feito ao se analisar a opinião pública em apenas um momento; depende de informações longitudinais, que permitem identificar se determinada constatação de opinião pública é resultado de adequações graduais que o público vai fazendo às novas condições sociais (mudança de opinião pública primária) ou se é resultado da difusão de informações sobre fatos específicos que acabam gerando determinados comportamentos de opinião devido ao "embate" público que existe entre elites e públicos (mudança de opinião secundária).

Torna-se fundamental para qualquer análise consistente sobre opinião pública levar em consideração a existência de duas dimensões de opinião – a primária e a secundária. O público geralmente reage a novas situações de forma racional – o que não é uma negação da presença de elementos emocionais no seu processo decisório – para buscar novas informações. Como as opiniões tendem a ser racionais ao longo do tempo, é possível que a participação do público nas deliberações políticas através da observação da opinião pública pelos tomadores de decisões tenda a aproximar as práticas que surgem na esfera estatal das demandas

e expectativas dos integrantes do público, que não participaram diretamente das deliberações políticas, mas têm posições sobre elas.

Da mesma forma, mas no sentido oposto, governantes que desconsideram as manifestações expressas na opinião pública por identificá-las como incoerentes ou irracionais tendem a gerar governos não responsivos e aumentar a distância entre esfera estatal e esfera pública. Por outro lado, isso não significa que a opinião pública possa assumir a responsabilidade por todas as decisões políticas em uma democracia, pois em um sistema representativo ela se faz representar por uma elite política que na maioria das vezes tem mais informações relevantes para a formação da opinião individual que o cidadão comum e como a opinião pública também é (re)formada pelo debate entre elite e público, os diferentes níveis informacionais do primeiro lhe dão uma vantagem em relação ao público em geral, permitindo que a manipulação de preferências políticas constituídas possa, em determinadas condições, gerar uma corrente de opinião que modifica as tendências históricas, ainda que temporariamente.

REFERÊNCIAS

- ALDÉ, Alessandra. **A construção da Política**: cidadão comum, mídia e atitude política. Tese de doutorado, IUPERJ, 2001.
- ALLPORT, Floyd H. Toward a Science of Public Opinion. **Public Opinion Quarterly**, n.1, p.7-23, 1937.
- ALMEIDA, Carlos Alberto. **Como são feitas as pesquisas eleitorais e de opinião**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- ALMEIDA, Gilberto. **Do conceito de esfera pública para a interpretação da cultura democrática**. Textos de cultura e comunicação, Salvador, 1996.
- ALMEIDA, Jorge. Mídia, **Opinião pública ativa e esfera pública democrática**. Paper apresentado na Compós, 1999.
- ALMOND, G.; POWELL G. B. **Comparative politics**: a developmental approach. Boston: Little, Brown, 1996.
- AMARAL, Roberto. Imprensa e controle da opinião pública. **Revista Comunicação e Política**, Rio de Janeiro, v.7, n.3, 2000.
- AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v.47, n.4, 2004.
- BAQUERO, Marcello. **Opinião pública e pesquisas eleitorais**. In: BAQUERO, Marcello (Org). Brasil: transição, eleições e opinião pública. Porto Alegre (RS): Ed. da Universidade, 1995.
- BÉLANGER, Éric; PÉTRY, François. The Rational Public? A Canadian test of the Page and Shapiro Argument. **International Journal of Public Opinion Research**, n.15, December 2004.
- BENETT, W. L. **The uncivic culture**: communication, identity, and the rise of lifestyle politics. *Political Science y Politics*, 31. p.741-761. 1998.
- BENIGER, J. R.; HERBST, S. **Mass Media and the Public Opinion**. In: HALLINAN, M. T. Et al (ed.) *Change in Societal Institutions*. New York: Plenum Press. 1990
- BLANCO, Victor Francisco Sampedro. Efectos de los medios de comunicación sobre la opinión pública: los paradigmas sobre el poder del público. **Revista Comunicação & Política**, v.6, n.1, jan./abr. 1999.
- BLUMER, Herbert. A massa, o público e a opinião pública. In: COHN, Gabriel. **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- BOBBIO, Norberto, et al. Dicionário de Política. **Verbetes Opinião Pública**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 11ª ed., 1998.

BORBA, Julian. Cultura Política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Revista Opinião Pública**, v.11 n.1, p.147-168, 2005.

BOUDON, Raymond. **The Art os Self-Persuasion**. New York: Polity Press, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOUZA, Fermín. La influencia política de los medios de comunicación: mitos y certezas del nuevo mundo. **Revista El Debate de La Comunicación**, Fundación General de la Universidad Complutense de Madrid, p.237-252, 1998.

_____. **Las Agendas Pública Y Personal en el Tema del Prestige**. Versão preliminar, para publicação pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Vigo – Campus de Pontevedra, 2004.

BRAGA, Malco C. Do bolso para as urnas: a influência da economia da escolha entre Fernando Henrique Cardoso e Lula nas eleições de 1998. 1999. Dissertação (Mestrado) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

BRETON, Philipe. **Sociologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2002.

BUCHANAN, James. Democracia Ilimitada o Limitada. **Revista Estudios Públicos**, Santiago (Chile), n.6, 1982.

CAMPBELL, A. et al. **The American Voter**. New York: John Wiley & Sons, 1964.

_____. **Elections and the Political Order**. 2.ed. New York: John Wiley & Sons, 1976.

CARREIRÃO, Yan. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis (SC): Ed. da UFSC, 2002a.

_____. Identificação ideológica e voto para presidente. **Revista Opinião Pública**, v. 8, n.1, p.54-79, 2002b.

CERVI, Emerson Urizzi. A cobertura da imprensa e as eleições presidenciais 2002. **Revista Eletrônica da Biblioteca On Line da Ciência da Comunicação (BOCC)**, 2003.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião**. São Paulo: Vozes, 1998.

COHEN, B. C. **The Press and Foreign Policy**. Princeton: Princeton University Press, 1963.

CORRÊA, Tupã Gomes. **Contato imediato com a opinião pública: os bastidores da ação política**. São Paulo: Global, 1993.

COSTA, Sérgio. **A democracia e a dinâmica da esfera pública**. Lua Nova, São Paulo, 36, 1995.

CUCURELLA, Margarita Boladeras. La opinión pública em Habermas. **Revista Anàlisis**, n.26, p.51-70, 2001.

DADER, Jose Luis. La evolución de las investigaciones sobre la influencia de los medios y su primera etapa: teoría del impacto directo. In: ALONSO, Alejandro et al. **Opinión Pública y Comunicación Política**. Madrid: Eudema Universidad, 1990.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**. São Paulo: EdUsp, 1997.

DAVISON, Philip. Public Opinion. In: SHILLS: International Encyclopedia of The Social Sciences. New York. The MacMillan Co. Free Press, 1968.

DEBRUN, M. A ocultação ideológica: da ideologia primária à ideologia secundária. In: DASCAL, M. **Conhecimento, linguagem e ideologia**. São Paulo: Edusp, 1989.

DEWEY. J. **The public and its problems**. New York: Holt, 1927.

DI PALMA, Giuseppe. (1990), **To Craft Democracies. An Essay on Democratic Transitions**. Berkeley, University of California Press.

DOOB, L.W. **Public Opinion and Propaganda**. New York: 1948.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

ESTEVES, João Pissara. **opinião pública e democracia na sociedade de informação**. Universidade Nova de Lisboa. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 1997. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt>.

FAVA, Vera Lucia. Análise de série de tempo. In: VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; ALVES, Denisard (Coord.) **Manual de econometria**. São Paulo: Atlas, 2000a.

FAVA, Vera Lucia. Modelos de função de transferência e de análise de intervenção. In: VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; ALVES, Denisard (Coord.). **Manual de econometria**. São Paulo: Atlas, 2000b.

FIGUEIREDO, Marcus. **O voto obrigatório**: comportamento do eleitor brasileiro. São Paulo: Idesp, 1990. (Série Textos Idesp, n.36).

_____. **A decisão do voto**: democracia e racionalidade. São Paulo: Sumaré, 1991.

_____. "Mídia, mercado de informação e opinião pública". In: C. Guimarães e Chico Júnior (orgs.). **Informação e democracia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

_____; ALDÉ, Alessandra. Opinião pública e audiências. In: LUSOCOM, 6., 2004, Portugal. **Paper...** Portugal: Universidade da Beira Interior Covilhã, 2004.

FIGUEIREDO, Rubens; CERVellini, Sílvia. Contribuições para o conceito de opinião pública. **Revista Opinião Pública**, Campinas (SP), v.3. n.3, 1995.

FIORINA, Morris. **Retrospective Voting in American National Elections**. New Haven and London Yale University Press, 1981.

FRASER, Nancy. **Pensando de nuevo la esfera pública**: una contribución a la crítica de las democracias existentes. In *Iustitia Interrupta*. Bogotá: Siglo del Hombre, 1998.

GIDDENS, Anthony. **La Constitución de la Sociedad**: bases para la teoría de la estructuración. Buenos Aires. Amorrortu, 1995.

GOLDMANN, Lucien. Consciência possível e comunicação. In: COHN, Gabriel. **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOTMAN, John M. **Time-Series analysis**: a comprehensive introduction for social scientists. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

GRABER, Doris. The Media and Democracy: beyond myths and stereotypes. **Annual Review Politic Science**, n.6, p.139-160, 2003.

HABERMAS, Jünger. Opinião pública e poder. In: COHN, Gabriel. **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

_____. **Historia y critica de la opinión pública**: la transformación estructural de la vida pública. Barcelona: G. Gili, 1981.

HADENIUS, Axel. **Institutions and democratic citizenship**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

HALEBSKY, Sandor. **Sociedade de massa e conflito político**. São Paulo: Zahar, 1978.

HALL, Stuart. Encoding/Decoding. In: HALL, S.; HOBSON, D.; WILLIS P. **Culture, Media, Language**. Working papers in cultural studies, 1972-1979. London: Hutchinson, 1980. p.128-138.

HALL, P e TAYLOR, R. **Political Science and the Four New Institutionalisms**. Political Studies. nº 44. 1996.

HERBST, Susan. Public Opinion Infrastructures: meanings, measures, media. **Review Political Communication**, n.18, p.451-464, 2001.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo: Editora Noval Cultural, 1999.

HOHLFELDT, A. et al. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

HOWLETT, Michael. A dialética da opinião pública: efeitos recíprocos da política pública e da opinião pública em sociedades democráticas contemporâneas. **Revista Opinião Pública**, Campinas (SP), v.6, n.2, 2000.

INGLEHART, Ronald. The Renaissance of political culture. **American Political Science Review**, n.82, 1988.

_____. Trust, well-being and democracy. In: WARREN, M. **Democracy and Trust**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ISAACS, Maxine. Two Different Words: the relationship between elite and mass opinion on American Foreign Policy. **Review Political Communication**, n.15, p.323-345, 1998.

JIMENEZ, Alfredo Ramos. Las **Formas Modernas de la Política**: estudio sobre la democratización de América Latina. Mérida (Venezuela): Universidad de los Andes, 1997.

KATZ, E. **The Two-Step Flow of Communication**: an up-to-date report on an hypothesis. Public Opinion Quartely, vol. 21 n. 1. 1957

KELSEN, Hans. **General Theory of Law and State**. New York: Russell and Russell, 1945.

KEY, Victor O. An introduction to public opinion and American Democracy. In: WELCH, Terry e COMER, Douglas. **Public Opinion**. Palo Alto (Califórnia): Mayfield Pub., 1968.

KINZO, Maria D'Alva Gil. O papel dos partidos. In: LAMOUNIER, Bolívar et al. **Cem anos de eleições presidenciais**. São Paulo: Idesp, 1990. (Série textos Idesp, n.36).

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

KUNGZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo**. São Paulo: Edusp, 1997.

LAGE, Nilson. **Controle da opinião pública**: ensaio sobre a verdade conveniente. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

LANE, Robert E.; SEARS, David O. **Public Opinion**. New Jersey. Prentice-Hall, 1964.

LANOUE, David. **Retrospective and Prospective Voting in Presidential Year Elections**. Political Research Quartely. Vol. 47. Mar. 1994. pp. 193-205

LAZARSFELD, P. **Radio and the printed page**. An introduction to the study of radio and its role in the comunication of ideas. New York: Duell, Sloanne and Pearce, 1940.

LAZARSFELD, P. et al. **The people's Choice**. Duel, Sloan and Pearce: New York, 1944.

LASSWELL, Harold. D. **Politics: Who gets what, when, how**. McGraw-Hill, New York. 1936.

LE BON, Gustave. **Psicologia das multidões**. Portugal: Publicações Europa-América, 1999.

LIMA, Venício A. **Mídia**: teoria e política. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do efêmero**. São Paulo, Companhia da Letras, 1989.

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion**. New York: Free Press Paperbacks, 1997. (1.ed.: 1922).

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. Trad.: de Alex Marins. São Paulo: Martin Clare, 2002.

LUHMANN, Niklas. **La realidad de los medios de massas**. México: Anthropos, 2000.

MAHAN, Elizabeth. Media, Politics and Society in Latin America. **Latin American Research Review**, v.30, n.3, p.138-162, 2003.

MAINWARING, Scott P. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.29, ano 10, out. 1995.

MANNHEIM, Karl. **The Analysis of Ideology**. Chicago: Polity Press Cambridge, 1989.

MAQUIAVEL, N. (1469-1527). **O príncipe**. Trad. de Roberto Grassi. 20.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

MARTINO, Luís Mauro. S. **Mídia e poder simbólico**. São Paulo: Paulus, 2003.

MAZZOLENI Gianpietro; SHCULZ, Winfried. "Mediatization" of politics: a challenge of democracy? **Review Political Communication**, n.16, p 247-261, 1999.

McCOMBS Max; KIOUSIS, Spiro. Agenda-setting Effects and Attitude Strength. **Communication Research**, v.31, n.1, p.36-57, 2004.

McCOMBS, M.; SHAW, D. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, n.36, p.176-187, 1972.

McDOWALL, David; MCLEARY, Richard; MEIDINGER, Errol E.; HAY, Richard A. Jr. **"Interrupted Time Series Analysis"**. Sage University Paper Series on Quantitative Applications in the Social Sciences, n.07-021. Beverly Hills and London: Sage Publications, 1980.

MENARD, Scott. **"Longitudinal Research"**. Paper Series on Quantitative Application in the Social Sciences, n.07-076. Newbury Park, CA: Sage, 1991.

MIGUEL, Luis Felipe. Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. BIB**, Rio de Janeiro, n.49, 2000a.

_____. **Mito e discurso político**: uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2000b.

MILLER, Warren E. Ordem temporal e inferência causal. **Revista Opinião Pública**, Campinas (SP), v.2, n.2, 2001.

MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia**. São Paulo: Ática, 1995.

MONTERO, José Ramón et al. Legitimidad, Descontento y Desafección: el caso español. **Revista Estudios Públicos**, Chile, n.74, 1999.

MONTOYA, Ancizar Navárez. Cultura Política y Cultura mediática: esfera pública, intereses y códigos. **Revista de Economía Política de las tecnologías de la información y comunicación**. v.6, n.1, jan./abr. 2004.

MORETTIN, Pedro A.; TOLOI, Clélia M. C. **Análise de séries temporais**. São Paulo: Edgard Blücher, 2004.

MUÑOZ-ALONSO, Alejandro et al. Opinión Pública Y Comunicación Política. Madrid (Espanha): Editora Eudema, 1992.

MUSZYNSKI, Judith. **Cultura política, democracia e eleições**. São Paulo: Idesp, 1990. (Série Textos Idesp, n.36).

NOELLE-NEUMAN, Elisabeth. The Spiral of Silence. A Theory of Public Opinion. **Journal of Communication**, Spring, 1974.

_____. Pesquisa eleitoral e clima de opinião. **Revista Opinião Pública**, Ano 1, v.1, n.2, 1993.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia e desenvolvimento econômico-social**: alguns problemas metodológicos e conseqüentes resultados espúrios. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

_____. Teoria democrática e política comparada. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v.42. n.4, 1999.

OROZCO, Guilherme. **Viendo detras de la pantalla. Una Forma de explorar la relación entre televisión e ideología**. IN: OROZCO, G. Televisión y producción de significados. Guadalajara, Universidad de Guadalajara, 1994-a.

ORTEGA Y GASSET, Jose. **A rebelião das massas**. Edição Eletrônica. Tradutor Herrera Filho, 2001.

ORTIZ, Renato. **Uma cultura internacional-popular**. In: Mundialização e cultura. São Paulo, Brasiliense, 1994.

OSTRAM, Charles W. Jr. **"The Time Series Analysis: regression techniques"**. Sage University Paper series on Quantitative Applications in the Social Sciences, serie n.07-009. Beverly Hills and London: Sage Publications, 1978.

PAGE, Benjamim; SHAPIRO, Robert. **The Racional Public**. Chicago: Chicago University Press, 1992.

PATTERSON, Thomas E. The News Media: as effective political actor? **Review Political Communication**, n.14, p.445-455, 1997.

PHARR, Susan J. **Disaffected democracies**: what's troubling the trilateral countries? Princeton: Princeton University Press, 2000.

POWER, Timothy J.; JAMISON, Giselle D. Desconfiança política na América Latina. **Revista Opinião Pública**, v.11, n.1, p 64-93, 2005.

PRADO JR, Caio. **Agricultura subdesenvolvida**: caminhos brasileiros 2.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1969.

PRZEWORSKI, Adam et al. What Makes Democracies Endure?. **Journal of Democracy**, v.7, n.1, 1996.

PUTNAM, R. D. Et al. **What's troubling the trilateral democracies?** In. PHARR, S (ed.) Disaffected democracies: what's troubling the trilateral countries? Princeton: Princeton University Press, 2000.

QUENEHEN, Rômulo. A cobertura do JN e do JR durante as eleições de 2002. 2003. Monografia de conclusão de curso) – Bacharelado em Jornalismo – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2003.

RAWLS, John. **Political Liberalism**. New York: Columbia University Press, 1993.

REZENDE, Maria José. Opinião pública e democracia na América Latina. **Revista Espaço Acadêmico**, n.38, jul. 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ROSENBERG, M. **Misanthropy and Political Ideology**. American Sociological Review. V. 21. pp. 690-695, 1956

RUESCHEMEYER, Dietrich et al. **Capitalist Development & Democracy**. Cambridge, Polity Press, 1992.

SAMUELS, David. The initial emergence of mass partisanship: evidence from Brazil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA (ABCP), 4., 2004. **Paper...** Painel 1 da Área de Representação e Partidos Políticos. Rio de Janeiro, 2004.

SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

_____. **A política**. Brasília (DF): Ed. UnB, 1997.

_____. **Homo Videns**: televisão e pós-pensamento. Bauru (SP): Edusc, 2001.

SCHATTSCHNEIDER, Elmer E. **The Semisovereign People**: a realist's view of democracy in America. New York: Wadsworth, 1975.

SCHUDSON, Michael. **Was there ever a public sphere? If so, When? Reflections on the american case**. In: CALHOUN, Craig, Habermas and the public sphere. Cambridge and London, 1994.

SCHUMPETER, Joseph (1942). **Capitalism, Socialism, and Democracy**. New York, Harper, 1975.

SINGER, André. **A esquerda e a direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2000.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e da mídia**. Florianópolis (SC): Letras Contemporâneas, 2004.

STRÖMBÄCK, Jesper. In search of a standard: four models of democracy and their normative implications for journalism. **Review Journalism Studies**, v.6, n.3, 2005.

TALAVERA, Arturo Fontaine. Significado del eje derecha-izquierda. **Estudios Públicos**, n.58, 1995.

THOMPSON, John. **Los medijos y la modernidad**. Barcelona (Espanha): Piados, 1998.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

USLANER, Eric. M. **Social Capital and Participation in Everyday Life**. London and New York: Routledge, 2001.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público**. São Paulo: Ática, 1996.

ZALLER, John R. **The Nature and Origins of Mass Opinion**. New York: Cambridge University Press, 1992.

_____. Mônica Lewinsky's contribution to political science. *Political Science & Politics*, nº 31. pp. 182-189. 1998.

Fontes de dados empíricos

AEL (Arquivo Edgard Leuenrout), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

CESOP (Centro de Estudos de Opinião Pública) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

CNI/IBOPE - Banco eletrônico de relatórios das pesquisas de opinião pública nacional
CNI/Ibope <http://www.cni.org.br/produtos/diversos/cnlbope>

CNT/SENSUS - Banco eletrônico de relatórios das pesquisas de opinião pública nacional
CNT/Sensus <http://www.cnt.org.br/>

DATAFOLHA - Banco eletrônico de relatórios de pesquisas de opinião do Instituto de Pesquisas Datafolha <http://www1.folha.uol.com.br/folha/datafolha/>

DOXA – Laboratório de Pesquisas em Comunicação Política e Opinião Pública, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)/UCAM.

IBOPE - Banco eletrônico de relatórios de pesquisas de opinião pública nacional do Ibope
<http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/>

IPEA - Banco de dados sócio-econômicos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), IpeaData: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/>

LATINOBARÓMETRO - Banco eletrônico de relatórios de pesquisas de opinião pública do latinobarómetro <http://www.latinobarometro.org/>.

APÊNDICE

APÊNDICE METODOLÓGICO A

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE SÉRIES TEMPORAIS PELO MÉTODO DE AUTO-REGRESSÃO NO SPSS

Segundo o manual do SPSS 13.0, a auto-regressão é um procedimento de estimação verdadeira por coeficientes de regressão em séries temporais com erros autocorrelacionados de primeira ordem. Ela oferece três algoritmos; dois deles (Prais-Winsten e Cochrance-Orcutt) transformam a equação de regressão para remover a autocorrelação. O terceiro, (máxima semelhança), usa o mesmo algoritmo que o procedimento ARIMA para estimar a autocorrelação.

A estimação por máxima semelhança (ML) é mais usada por oferecer melhores resultados – e pode tolerar ausência de dados na série. Por este motivo, todos os testes realizados aqui foram a partir do algoritmo de máxima semelhança (*exact maximum-likelihood*), que equivalente a um modelo ARIMA (1,0,0).

Dados: tanto a variável dependente quanto a independente são numéricas, sendo que algumas variáveis independentes podem ser categóricas, para os testes de intervenção, transferência e de séries interrompidas.

Para Criar um Modelo de Auto-regressão no SPSS:

No menu escolha:

Analyse,
Time Series,
Autoregression

Transfere-se a variável dependente para a caixa *Dependent*.

Transfere-se a variável independente para a caixa *Independent*.

Para os testes realizados aqui foi mantida a Constant nos resultados.

Na caixa *SAVE*, para todos os testes foram mantidos 95% de intervalo de confiança.

Na caixa *OPTIONS*, o parâmetro inicial autoregressivo (Rho) é 0 (zero).

O número máximo de interações é de 10 (dez).

A seguir, basta pedir para que o teste seja realizado na caixa principal de auto-regressão. Os resultados serão gerados em forma em um arquivo de output do SPSS.

Na interpretação dos resultados, as principais estatísticas são:

B: equivalente ao coeficiente Beta de uma regressão linear, indica o volume de mudança da variável dependente em função da mudança na variável independente.

Approx. Prob: equivalente ao Sig da regressão linear, indica o nível de significância estatística da relação entre as variáveis.

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

A	AVALIAÇÃO MENSAL SOBRE GOVERNO E GOVERNANTES NO BRASIL	317
B	AVALIAÇÃO ANUAL DO PRESIDENTE, DE GOVERNANTES E DO PAÍS	324
C	VOTO PERSONALISTA, PREFERÊNCIA POR PARTIDO E CORRUPÇÃO.....	328
D	O BRASILEIRO E A IDEOLOGIA POLÍTICA	329
E	PREFERÊNCIA POR DEMOCRACIA E CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES ESTATAIS	330
F	PREFERÊNCIA POR SISTEMA DE GOVERNO	331
G	OPINIÕES SOBRE OBRIGATORIEDADE DO VOTO E INTERESSE EM ELEIÇÕES.....	332
H	OPINIÕES SOBRE PENA DE MORTE.....	333
I	OPINIÕES SOBRE REFORMA AGRÁRIA	334
J	DESEMPREGO E VIOLÊNCIA COMO MAIOR PROBLEMA DO PAÍS	336
K	CORRUPÇÃO COMO MAIOR PROBLEMA DO PAÍS.....	337
L	REFERENDO 2005	338
M	TEMAS PÚBLICOS SOBRE MAIOR PROBLEMA DO PAÍS (AGENDAMENTO)	340
N	COMPARAÇÃO DA OPINIÃO ENTRE TEMAS CORRELATOS.....	343
O	OPINIÃO DO CARIOCA SOBRE A MUDANÇA DA CAPITAL	344
P	OPINIÃO DO CARIOCA SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIVÓRCIO.....	345
Q	VOTO PERSONALISTA E PREFERÊNCIA POR PARTIDO POLÍTICO NO RIO DE JANEIRO.....	346
R	AVALIAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO	347
S	OPINIÃO CONTRÁRIA À REFORMA AGRÁRIA NO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO.....	348
T	OPINIÃO DO CARIOCA SOBRE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NO PAÍS	349
U	O CARIOCA E A POLÍTICA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	350
V	COMPARAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO POSITIVA DO GOVERNO FEDERAL PELO CARIOCA E PELO BRASILEIRO.....	351

W	COMPARAÇÃO ENTRE OPINIÕES SOBRE REFORMA AGRÁRIA NO RIO DE JANEIRO E BRASIL	353
X	COMPARAÇÃO ENTRE PREFERÊNCIA POR PARTIDO POLÍTICO ENTRE O CARIOCA E O BRASILEIRO	354
Y	COMPARAÇÃO ENTRE VOTO PERSONALISTA NO RIO DE JANEIRO E BRASIL.....	355

ANEXO A

AVALIAÇÃO MENSAL SOBRE GOVERNO E GOVERNANTES NO BRASIL

continua

ID	ANO	MES	INSTITUTO	RENTA ÚLTIMOS MESES	RENTA PRÓXIMOS MESES	AVALIAÇÃO POSITIVA PRESIDENTE	AVALIAÇÃO NEGATIVA PRESIDENTE	APROVAÇÃO DESEMPENHO GOVERNO	AVALIAÇÃO POSITIVA GOVERNADOR	AVALIAÇÃO POSITIVA PREFEITO	AVALIAÇÃO POSITIVA PAÍS
1	1987	fevereir	Ibope			33	20				54
2	1987	junho	Ibope			21	32				46
4	1987	novembro	Datafolha			11	59				
5	1988	dezembro	Datafolha			08	66				
6	1989	setembro	Datafolha			05	70				
7	1991	dezembro	Datafolha			24	35				
9	1992	dezembro	Datafolha			38	12				
10	1993	dezembro	Datafolha			19	35				
11	1994	dezembro	Datafolha			42	08				
12	1995	março	Ibope			41	17				
13	1995	junho	Ibope			41	17		44		68
14	1995	dezembro	Ibope			52	17		49		
15	1995	dezembro	Datafolha			43	16				
16	1996	fevereir	Ibope			42	17	67			81
17	1996	fevereir	Cesop			42	17	60			
18	1996	maio	Ibope					84			
19	1996	maio	Ibope			37	25	61			
20	1996	maio	Cesop			37	25	54			
21	1996	agosto	Ibope			39	19	59			77
22	1996	agosto	Cesop					56			
23	1996	setembro	Ibope					68			70
24	1996	novembro	Ibope			47	16	71			
25	1996	novembro	Cesop			47	16	66			
26	1996	dezembro	Datafolha			48	12				
27	1997	outubro	Ibope			50	08	66			76
28	1997	outubro	Cesop			44	18	60			
29	1997	dezembro	Ibope			40	18	64			
30	1997	dezembro	Cesop			40	18	57			
31	1997	dezembro	Datafolha			38	21				70
32	1998	janeiro	Ibope			42	16	64			80
33	1998	janeiro	Cesop			42	16	58			
34	1998	março	Ibope			39	21	61			75
35	1998	março	Cesop			38	22	55	38		
36	1998	maio	Cesop	13	38	22	38				
37	1998	junho	CNT/Sensus			06	05				
38	1998	junho	Ibope			33	24	56			
39	1998	junho	Cesop			36	15	50			
40	1998	julho	Ibope			36	19	61			76
41	1998	agosto	Ibope	12	40	36	19	63			
42	1998	agosto	Cesop			36	18	56			
43	1998	setembro	Ibope			39	17	65			69
44	1998	setembro	Cesop			39	17	58			
45	1998	novembro	Cesop	11	35			58			77
46	1998	dezembro	CNT/Sensus			33	23				
47	1998	dezembro	Datafolha			36	26				54
48	1999	janeiro	CNT/Sensus			28	34		40		
49	1999	fevereir	CNT/Sensus	05	25	19	48			29	67
50	1999	março	CNT/Sensus			16	44				

continua

ID	ANO	MES	INSTITUTO	RENDA ÚLTIMOS MESES	RENDA PRÓXIMOS MESES	AVALIAÇÃO POSITIVA PRESIDENTE	AVALIAÇÃO NEGATIVA PRESIDENTE	APROVAÇÃO DESEMPENHO GOVERNO	AVALIAÇÃO POSTIVA GOVERNADOR	AVALIAÇÃO POSTIVA PREFEITO	AVALIAÇÃO POSITIVA PAÍS
51	1999	março	CNT/Sensus					39			42
52	1999	abril	CNT/Sensus			17	47		37		
53	1999	maio	CNT/Sensus	08	30	15	52			30	
54	1999	maio	Ibope			18	46				
55	1999	junho	Ibope			16	53	28			
56	1999	julho	CNT/Sensus			12	54				
57	1999	julho	Cesop			16	53	26			44
58	1999	agosto	CNT/Sensus			12	60		34		
59	1999	setembro	CNT/Sensus			08	66			29	70
60	1999	setembro	Ibope	07	19	17	53	28			
61	1999	outubro	CNT/Sensus			08	64				41
62	1999	novembro	CNT/Sensus			11	60		33		74
63	1999	novembro	Ibope			17	50	29			
64	1999	novembro	Cesop			17	50	26			
65	1999	dezembro	CNT/Sensus	09	32	12	61		33	34	
66	1999	dezembro	Datafolha			16	47				
67	2000	janeiro	CNT/Sensus			16	43				53
68	2000	fevereir	CNT/Sensus			16	50		34	35	
69	2000	março	CNT/Sensus	08	38	16	52		39	35	
70	2000	abril	CNT/Sensus			14	52		34	36	48
71	2000	maio	CNT/Sensus			15	54		34	35	
72	2000	junho	CNT/Sensus	11	31	13	60		32	37	
73	2000	julho	CNT/Sensus	13	33	20	45		38	41	72
74	2000	agosto	Cesop					32			75
75	2000	setembro	CNT/Sensus			24	39		46	47	
76	2000	outubro	CNT/Sensus	13	41	20	37		43	44	74
77	2000	novembro	CNT/Sensus	13	47	24	40		45	43	76
78	2000	dezembro	CNT/Sensus			24	40		45	43	78
79	2000	dezembro	Datafolha	14	52	24	36				79
80	2001	janeiro	CNT/Sensus	15	54	26	32		41	60	80
81	2001	fevereir	CNT/Sensus	13	51	27	31		48	60	77
82	2001	março	CNT/Sensus	12	48	34	28	50	54	57	77
83	2001	abril	CNT/Sensus	11	47	31	29		49	52	74
84	2001	maio	CNT/Sensus	13	35	23	39		42	49	76
85	2001	junho	CNT/Sensus	16	37	18	46		44	49	76
86	2001	julho	CNT/Sensus	13	34	20	45		43	47	73
87	2001	agosto	CNT/Sensus	11	33	22	41		42	48	80
88	2001	setembro	CNT/Sensus	14	33	22	41		45	49	78
89	2001	outubro	CNT/Sensus	13	35	23	37		45	48	77
90	2001	dezembro	CNT/Sensus	12	36	24	37		47	46	78
91	2001	dezembro	Datafolha			24	35				74
92	2002	janeiro	CNT/Sensus	13	40	28	32		44	46	75
93	2002	fevereir	CNT/Sensus	12	36	29	30		45	48	73
94	2002	março	CNT/Sensus	12	43	29	30	43	44	45	72
95	2002	abril	CNT/Sensus	10	35	27	34	41	44	47	76
96	2002	maio	CNT/Sensus	16	37	30	31		42	47	76
97	2002	junho	CNT/Sensus	19	37	31	27		43	45	64
98	2002	julho	CNT/Sensus	19	37	27	28		40	45	72
99	2002	julho	Cesop			23	31	39			73
100	2002	agosto	CNT/Sensus	17	34	28	30	00	43	47	63
101	2002	agosto	Ibope	15	36	23	33	38			73
102	2002	setembro	CNT/Sensus	13	38	26	35		42	47	68
103	2002	setembro	Ibope			24	36	41			73
104	2002	outubro	CNT/Sensus	13	38	25	35	39	45	45	73
105	2002	outubro	Ibope	11	44	23	36	33			

conclusão

ID	ANO	MES	INSTITUTO	RENTA ÚLTIMOS MESES	RENTA PRÓXIMOS MESES	AVALIAÇÃO POSITIVA PRESIDENTE	AVALIAÇÃO NEGATIVA PRESIDENTE	APROVAÇÃO DESEMPENHO GOVERNO	AVALIAÇÃO POSITIVA GOVERNADOR	AVALIAÇÃO POSITIVA PREFEITO	AVALIAÇÃO POSITIVA PAÍS
106	2002	novembro	Ibope	11	44			38			65
107	2002	dezembro	Datafolha			27	37				73
108	2003	janeiro	CNT/Sensus	11	60	74	03	93			81
109	2003	março	CNT/Sensus	10	48	53	09	87			79
110	2003	abril	CNT/Sensus	12	49	52	10	84			79
111	2003	maio	CNT/Sensus	16	44	55	08	86	47	42	75
112	2003	julho	CNT/Sensus	16	42	49	11	84	49	39	78
113	2003	agosto	CNT/Sensus	15	43	50	10	83	46	38	74
114	2003	outubro	CNT/Sensus	13	44	43	13	77	46	40	77
115	2003	dezembro	CNT/Sensus	13	47	43	13	77	49	40	80
116	2003	julho	CNI/Ibope		35	47	12	80			
117	2003	setembro	CNI/Ibope		29	44	14	74			
118	2003	dezembro	CNI/Ibope		30	42	14	73			
119	2003	dezembro	Datafolha			43	15				
120	2004	fevereir	CNT/Sensus	12	45	42	16	73	50	38	81
121	2004	março	CNT/Sensus	10	42	36	20	66	44	39	77
122	2004	maio	CNT/Sensus	11	38	35	20	65	47	43	81
123	2004	junho	CNT/Sensus	15	39	30	25	59	48	39	78
124	2004	agosto	CNT/Sensus	16	41	40	18	64	46	42	80
125	2004	setembro	CNT/Sensus	16	48	43	17	66	46	43	80
126	2004	dezembro	CNT/Sensus	14	51	46	15	71	48	44	82
127	2004	março	CNI/Ibope		25	35	23	58			
128	2004	junho	CNI/Ibope		24	30	27	55			
129	2004	setembro	CNI/Ibope		26	39	20	60			
130	2004	novembro	CNI/Ibope		26	42	16	67			
131	2004	dezembro	Datafolha			46	13				
132	2005	fevereir	CNT/Sensus	13	51	44	14	71	48	50	82
133	2005	março	CNI/Ibope		28	40	18	64			
134	2005	abril	CNT/Sensus	12	46	43	16	68	46	45	79
135	2005	maio	CNT/Sensus	13	46	41	19	57	46	44	82
136	2005	junho	CNI/Ibope			36	22	59			
137	2005	junho	Datafolha		23	36	18				
138	2005	julho	CNT/Sensus	18	40	41	21	66	47	45	78

Variável: Avaliação Positiva Presidente

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,81160	,04962	16,356654	,00000000
ANO	1,07809	,66305	1,625969	,10645474
CONSTANT	-2124,13036	1325,57801	-1,602418	,11156719

Variável: Avaliação Negativa Presidente

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,86290	,04317	19,990521	,00000000
ANO	-1,48167	,90139	-1,643767	,10271735
CONSTANT	2990,99231	1802,00033	1,659818	,09943797

Variável: Aprovação do Desempenho

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,82650	,05394	15,322207	,00000000
ANO	1,80854	1,77047	1,021500	,31063822
CONSTANT	-3564,33760	3541,78348	-1,006368	,31780630

Variável: Avaliação Positiva de Governadores

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,79804	,06782	11,766204	,00000000
ANO	,70278	,49038	1,433147	,15780105
CONSTANT	-1363,36719	981,15853	-1,389548	,17058729

Variável: Avaliação Positiva de Prefeitos

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,93346	,02995	31,164166	,00000000
ANO	3,22185	1,20459	2,674643	,01019777
CONSTANT	-6408,85649	2411,29383	-2,657850	,01064998

Variável: Avaliação Positiva de Prefeitos

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,93346	,02995	31,164166	,00000000
ANO	3,22185	1,20459	2,674643	,01019777
CONSTANT	-6408,85649	2411,29383	-2,657850	,01064998

Variável: Avaliação Positiva de Prefeitos

Regressora: ELEICAO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,938214	,0307537	30,507359	,00000000
ELEICAO	1,347552	3,3378022	,403724	,68820848
CONSTANT	40,229605	4,0091462	10,034457	,00000000

Variável: Avaliação Negativa Presidente

Regressora: ELEICAO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,855851	,0429895	19,908386	,00000000
ELEICAO	2,226970	2,9703801	,749725	,45481763
CONSTANT	28,471104	4,6278676	6,152100	,00000000

Variável: Aprovação do Desempenho

Regressora: ELEICAO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,833002	,0531266	15,679566	,00000000
ELEICAO	-13,761560	7,7986496	-1,764608	,08212027
CONSTANT	57,302525	5,7695998	9,931802	,00000000

Variável: Avaliação Positiva do País

Regressora: ELEICAO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,761898	,0658679	11,567060	,00000000
ELEICAO	,047874	3,7365169	,012812	,98981343
CONSTANT	70,292441	2,8566055	24,606983	,00000000

Variável: Avaliação Positiva do Presidente

Regressora: NOME DO PRESIDENTE

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,7933289	,0517126	15,341111	,00000000
PRESIDEN	8,2882771	2,9135000	2,844784	,00518827
CONSTANT	4,8413219	9,6879236	,499728	,61813851

Variável:Avaliação Negativa Presidente

Regressora: NOME DO PRESIDENTE

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,853081	,043430	19,642693	,00000000
PRESIDEN	-10,683141	3,746158	-2,851759	,00508263
CONSTANT	62,736996	12,613558	4,973775	,00000210

Variável:Aprovação do Desempenho

Regressora: NOME DO PRESIDENTE

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,807973	,056933	14,191565	,00000000
PRESIDEN	10,725549	9,658574	1,110469	,27070818
CONSTANT	16,833612	33,481501	,502774	,61674803

Variável:Avaliação Positiva do País

Regressora: NOME DO PRESIDENTE

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,641721	,0871440	7,3639153	,00000000
PRESIDEN	7,982375	2,5962127	3,0746229	,00299064
CONSTANT	44,513075	8,7183595	5,1056710	,00000265

Variável:Avaliação Positiva do Presidente

Regressora: LULA

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,780914	,0525025	14,873833	,00000000
LULA	7,955938	4,7415630	1,677915	,09584256
CONSTANT	28,372611	3,2205668	8,809819	,00000000

Variável:Avaliação Negativa Presidente

Regressora: LULA

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,832441	,0460214	18,088108	,00000000
LULA	-7,919874	6,0420882	-1,310784	,19231475
CONSTANT	31,877775	4,4901785	7,099445	,00000000

Variável:Aprovação do Desempenho

Regressora: LULA

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,807973	,0569334	14,191565	,00000000
LULA	10,725549	9,6585736	1,110469	,27070818
CONSTANT	49,010261	6,3783765	7,683814	,00000000

Variável:Avaliação Positiva do País

Regressora: LULA

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,691550	,0802281	8,619800	,00000000
LULA	7,895819	4,0113354	1,968377	,05292991
CONSTANT	67,643995	2,6154334	25,863399	,00000000

Variável:Avaliação Positiva do Presidente

Regressora: Dois mandatos de FHC

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,830354	,0464470	17,877450	,00000000
FHC_TUDO	3,583255	4,4443252	,806254	,42161546
CONSTANT	29,298580	4,3061660	6,803867	,00000000

Variável:Avaliação Negativa Presidente

Regressora: Dois mandatos de FHC

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,875725	,0394734	22,185208	,00000000
FHC_TUDO	-6,354787	5,2649710	-1,206994	,22969563
CONSTANT	32,230266	5,9532499	5,413894	,00000030

Variável:Aprovação do Desempenho

Regressora: Dois mandatos de FHC

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,807973	,0569334	14,191565	,00000000
FHC_TUDO	-10,725549	9,6585736	-1,110469	,27070818
CONSTANT	59,735810	7,3298566	8,149656	,00000000

Variável:Avaliação Positiva do País

Regressora: Dois mandatos de FHC

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,738767	,0720543	10,252917	,00000000
FHC_TUDO	-3,564289	4,3832997	-,813152	,41884943
CONSTANT	72,452528	3,5715884	20,285800	,00000000

Variável:Avaliação Positiva do Presidente

Regressora: Primeiro mandato de FHC

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,783314	,0540611	14,489417	,00000000
FHC1	6,538259	4,3729072	1,495174	,13736932
CONSTANT	29,620617	3,0421644	9,736692	,00000000

Variável:Avaliação Negativa Presidente

Regressora: Primeiro mandato de FHC

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,827091	,0488929	16,916399	,00000000
FHC1	-4,569843	5,3176933	-,859366	,39177087
CONSTANT	30,170823	4,2119315	7,163180	,00000000

Variável:Aprovação do Desempenho

Regressora: Primeiro mandato de FHC

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,817277	,055429	14,744544	,00000000
FHC1	12,435622	10,387667	1,197153	,23540389
CONSTANT	49,911637	5,905631	8,451533	,00000000

Variável:Avaliação Positiva do País

Regressora: Primeiro mandato de FHC

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,759183	,0661375	11,478855	,00000000
FHC1	,716381	5,4256595	,132036	,89532946
CONSTANT	70,169665	3,0603548	22,928605	,00000000

Variável:Avaliação Positiva do Presidente

Regressora: Segundo Mandato de FHC

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,709378	,0589720	12,029062	,00000000
FHC2	-20,917426	3,1155014	-6,713984	,00000000
CONSTANT	40,067092	2,3017586	17,407165	,00000000

Variável:Avaliação Negativa Presidente

Regressora: Segundo Mandato de FHC

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,704727	,0611008	11,533842	,00000000
FHC2	22,069343	3,6521114	6,042900	,00000002
CONSTANT	19,941239	2,6881658	7,418158	,00000000

Variável:Aprovação do Desempenho

Regressora: Segundo Mandato de FHC

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,501968	,1014042	4,950174	,00000516
FHC2	-32,442109	3,7145200	-8,733863	,00000000
CONSTANT	66,465621	2,1871015	30,389819	,00000000

Variável:Avaliação Positiva do País

Regressora: Segundo Mandato de FHC

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,717365	,0769385	9,323876	,00000000
FHC2	-5,399217	3,9629837	-1,362412	,17737419
CONSTANT	72,870306	2,9228139	24,931558	,00000000

Variável:Avaliação Positiva do Presidente

Regressora: Primeiro mandato de FHC

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,823131	,0632706	13,009691	,00000000
FHC1	7,416383	3,6142973	2,051957	,04381106
CONSTANT	25,806529	3,5811702	7,206172	,00000000

Variável:Avaliação Negativa Presidente

Regressora: Primeiro mandato de FHC

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,879165	,0518521	16,955247	,00000000
FHC1	-3,238323	5,0219577	-,644833	,52108485
CONSTANT	32,697236	6,4266929	5,087723	,00000278

Variável:Aprovação do Desempenho

Regressora: Primeiro mandato de FHC

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,065273	,2224497	,293429	,77114988
FHC1	29,098931	2,9507957	9,861385	,00000000
CONSTANT	32,349729	2,5511263	12,680568	,00000000

Variável:Avaliação Positiva do País

Regressora: Primeiro mandato de FHC

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,558520	,1410555	3,959575	,00035088
FHC1	5,572870	5,1860236	1,074594	,28990919
CONSTANT	66,491573	3,4481051	19,283511	,00000000

Variável:Avaliação Positiva do País

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,67034	,08271	8,1049089	,00000000
ANO	1,49826	,49848	3,0056288	,00366141
CONSTANT	-2925,56640	996,86264	-2,9347738	,00449363

ANEXO B

AVALIAÇÃO ANUAL DO PRESIDENTE, DE GOVERNANTES E DO PAÍS

ID	ANO	MÊS	INSTITUTO	SATISFAÇÃO COM PAÍS	INSTITUTO	AVALIAÇÃO POSITIVA PRESIDENTE	AVALIAÇÃO NEGATIVA PRESIDENTE	SALÁRIO MÍNIMO (R\$)	% POP. ABAIXO LINHA POBREZA	OPINIÃO CORRUPÇÃO TEM AUMENTADO	OPINIÃO INFLAÇÃO VAI SUBIR	OPINIÃO INFLAÇÃO SUBIU	OPINIÃO DESEMPREGO VAI AUMENTAR	INFLAÇÃO MENSAL (INPC)	TAXA DE DESEMPREGO (SP)
4	1987	novembro	Cesop	37	Datafolha	11	59	211	22					15	09
5	1988	dezembro			Datafolha	08	66	224	28					28	09
6	1989	setembro			Datafolha	05	70	243	26					48	07
7	1991	dezembro			Datafolha	24	35	155						26	10
9	1992	dezembro			Datafolha	38	12	156	28					23	15
10	1993	dezembro			Datafolha	19	35	190	29					36	14
11	1994	dezembro			Datafolha	42	08	175						03	13
15	1995	dezembro	Cesop	68	Ibope	43	16	205	22	59	44	44	54	02	14
25	1996	dezembro	Cesop	70	Cesop	48	12	207	23	64				00	15
31	1997	dezembro	Ibope	70	Datafolha	38	21	213	24	81	51		74	00	17
36	1998	dezembro	Ibope	77	Cesop	36	26	225	22	74		50	64	00	18
64	1999	dezembro	Ibope	74	Cesop	16	47	218	24	85		62	79	01	19
79	2000	dezembro	CNT/Sensus	78	Datafolha	24	36	229		85	67		69	00	16
91	2001	dezembro	CNT/Sensus	77	Datafolha	24	35	250	25	70				01	18
107	2002	dezembro	CNT/Sensus	73	Datafolha	27	37	247	20					03	19
119	2003	dezembro	CNT/Sensus	80	Datafolha	43	15	263		28	42	75	24	00	20
131	2004	dezembro	CNT/Sensus	82	Datafolha	46	13	269		27	55			00	17
138	2005	julho	CNT/Sensus	78	CNT/Sensus	41	21	260		42	54	69	55	01	18

Variável: Avaliação Positiva do Presidente

Regressora: Salário Mínimo

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,54856156	,20052691	2,7356007	,01466149
SALMINIM	,12096488	,02715865	4,4540087	,00039985

Variável: Avaliação Positiva do Presidente

Regressora: POBREZA

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,52550047	,25774909	2,0388063	,06878454
POBREZA	,95661870	,27680083	3,4559820	,00616409

Variável: Avaliação Positiva do Presidente

Regressora: Corrupção está crescendo

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,99423734	,00960604	103,50127	,00000000
CORRUPAU	-,42649700	,18403962	-2,31742	,04911690

Variável: Avaliação Positiva do Presidente

Regressora: Taxa anual de Inflação

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,98098036	,04175457	23,493963	,00000000
INFLACME	-,70286157	,18238761	-3,853669	,00140442

Variável: Avaliação Positiva do Presidente

Regressora: Taxa Anual de Desemprego

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,4615697	,21950433	2,1027817	,05166530
TXDESEMP	2,0126278	,28256427	7,1227259	,00000242

Variável: Avaliação Positiva do Presidente

Regressora: Nome do Presidente

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,9608403	,0615282	15,616247	,00000000
PRESIDEN	-2,5882612	2,3206788	-1,115304	,28119235

Variável: Avaliação Positiva do Presidente

Regressora: Anos de Governo

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,92914706	,0884850	10,500615	,00000001
ANOSGOVE	,12323054	1,8120898	,068005	,94662453

Variável: Avaliação Negativa do Presidente

Regressora: ANOSGOVE

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,056426	,2544338	,2217699	,82729879
ANOSGOVE	11,610841	1,6163813	7,1832315	,00000218

Variável: Avaliação Negativa do Presidente

Regressora: Salário Mínimo

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,75214454	,15132513	4,9703876	,00013893
SALMINIM	,16707495	,04799388	3,4811720	,00308376

Variável: Avaliação Negativa do Presidente

Regressora: POBREZA

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,5744465	,24345095	2,3595986	,03998062
POBREZA	1,5442522	,38006007	4,0631793	,00227492

Variável: Avaliação Negativa do Presidente

Regressora: Corrupção está crescendo

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,52046079	,29346702	1,7734899	,11407758
CORRUPAU	,39500005	,06780215	5,8257750	,00039345

Variável: Avaliação Negativa do Presidente

Regressora: Taxa anual de Inflação

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,92963305	,07255787	12,812297	,00000000
INFLACME	,99767803	,24430448	4,083748	,00086556

Variável: Avaliação Negativa do Presidente

Regressora: Taxa Anual de Desemprego

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,89824436	,0974243	9,2199168	,00000008
TXDESEMP	-,01166205	1,4581256	-,0079980	,99371748

Variável: Avaliação Negativa do Presidente

Regressora: Nome do Presidente

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,6497731	,1813011	3,5839445	,00248199
PRESIDEN	8,4218001	2,0889896	4,0315185	,00096588

ANEXO C

VOTO PERSONALISTA, PREFERÊNCIA POR PARTIDO E CORRUPÇÃO

ID	ANO	INSTITUTO	VOTA EM CANDIDATO	INSTITUTO	TEM PREFERÊNCIA POR PARTIDO	INSTITUTO	A FAVOR DO VOTO OBRIGATÓRIO	INSTITUTO	CORRUPÇÃO TEM AUMENTADO	INSTITUTO	CORRUPÇÃO É MAIOR PROBLEMA DO PAÍS
139	1972	ISR/luperj	71								
140	1982	Idesp	50								
141	1985	Idesp	76								
142	1987			Cesop	47					Sensus	06
143	1988	Idesp	60			Datafolha	44				
144	1989	Datafolha	38	Cesop	46						
145	1990			Cesop	46						
146	1991			Cesop	49	Datafolha	30				
147	1992			Cesop	58						
148	1993			Datafolha	57	Datafolha	51				
149	1994			Datafolha	58						
150	1995			Cesop	53	Cesop	22	Latinobarómetro	59	Latinobarómetro	04
151	1996					Cesop	34	Latinobarómetro	64	Datafolha	05
152	1997			Cesop	49			Latinobarómetro	81	Datafolha	03
153	1998	CNT/Sensus	88	Cesop	41	Cesop	48	Latinobarómetro	73	Cesop	03
154	1999							CNT/Sensus	82	Datafolha	02
155	2000			Ibope	62			CNT/Sensus	72	Datafolha	03
156	2001			CNT/Sensus	46	CNT/Sensus	42	CNT/Sensus	67	Datafolha	03
157	2002			Ibope	55	CNT/Sensus	62	CNT/Sensus		Datafolha	03
158	2003			Ibope	44			CNT/Sensus	28		
159	2004	CNT/Sensus	60	Latinobarómetro	37			CNT/Sensus	27		
160	2005					CNT/Sensus	42	CNT/Sensus	33		

Variável: Vota em candidato

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,91254	,10067	-9,0647821	,00082089
ANO	-,64317	,62054	-1,0364687	,35852808
CONSTANT	1333,68778	1230,87239	1,0835305	,33951893

Variável: Vota em candidato (tendência)

Regressora: Tem preferência por partido (tendência)

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,029909	,230127	-,1299690	,89795704
PREFPA_1	-,060323	,349380	-,1726578	,86474635
CONSTANT	67,922658	17,654684	3,8472883	,00108597

Variável: Tem preferência por partido

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,22265	,34370	,64780798	,52930886
ANO	-,23168	,42644	-,54329766	,59687297
CONSTANT	511,96586	851,01363	,60159537	,55863797

ANEXO D

O BRASILEIRO E A IDEOLOGIA POLÍTICA

ID	ANO	AUTO-LOCALIZAÇÃO COMO SENDO DE ESQUERDA	AUTO-LOCALIZAÇÃO COMO SENDO DE CENTRO	AUTO-LOCALIZAÇÃO COMO SENDO DE DIREITA
161	1989	40	21	39
162	1990	17	50	33
163	1993	23	42	35
164	1997	17	47	36
165	2000	23	16	60
166	2002	24	32	45

Variável: ESQUERDA

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,71535	,32203	-2,2213860	,11289742
ANO	-,32266	,48862	-,6603490	,55620590
CONSTANT	666,43292	974,84971	,6836263	,54327914

Variável: CENTRO

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,55160	,41573	-1,3268407	,27651359
ANO	-1,09286	,96319	-1,1346264	,33899012
CONSTANT	2216,10910	1921,69339	1,1532064	,33236825

Variável: DIREITA

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,59680	,45641	-1,3075960	,28219240
ANO	1,47275	,50487	2,9171083	,06164034
CONSTANT	-2896,93179	1007,27163	-2,8760185	,06373594

Variável: DIREITA

Regressora: ESQUERDA

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,159928	,521560	,3066340	,77917253
ESQUERDA	,222023	,655637	,3386367	,75719950
CONSTANT	36,067127	17,103931	2,1087039	,12552161

Variável: CENTRO

Regressora: ESQUERDA

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,159928	,521560	,3066340	,77917253
ESQUERDA	-1,222023	,655637	-1,8638701	,15921769
CONSTANT	63,932873	17,103931	3,7379052	,03339263

Variável: CENTRO

Regressora: DIREITA

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,723851	,320675	-2,2572724	,10920092
DIREITA	-,994856	,301768	-3,2967561	,04584486
CONSTANT	77,103875	12,687735	6,0770403	,00894540

ANEXO E

PREFERÊNCIA POR DEMOCRACIA E CONFIANÇA

NAS INSTITUIÇÕES ESTATAIS

ID	ANO	INSTITUTO	CONFIANÇA NA JUSTIÇA	CONFIANÇA NA POLÍCIA	INSTITUTO	CONFIANÇA NO GOVERNO	CONFIANÇA NO CONGRESSO	INSTITUTO	PREFERÊNCIA POR DEMOCRACIA
167	1972				ISR/luperj	77	21		
168	1988							Idesp	40
169	1989				Ibope	25	22	Latinobarómetro	44
170	1990				Ibope	43			
171	1991						52		
172	1995	Ibope	52	52	Ibope	57	34	Latinobarómetro	48
173	1996							Latinobarómetro	50
174	1997							Latinobarómetro	50
175	1998	CNT/Sensus	32	27	CNT/Sensus	24	20	Latinobarómetro	48
176	1999	CNT/Sensus	13	17	CNT/Sensus	11	10		
177	2000	CNT/Sensus	22	25	CNT/Sensus	17	14	Latinobarómetro	39
178	2001							Latinobarómetro	30
179	2002							Latinobarómetro	37
180	2003	CNT/Sensus	11	06	CNT/Sensus	05	02	Latinobarómetro	35
181	2004							Latinobarómetro	41

Variável: Prefere democracia

Regressors: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,58223	,30017	1,9396780	,10048675
ANO	-,06564	,29877	-,2197129	,83337902
CONSTANT	171,22181	595,08351	,2877274	,78323515

Variável: Confia na Justiça

Regressors: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,09028	,75186	-,1200793	,91539555
ANO	-5,14148	1,81172	-2,8378923	,10497657
CONSTANT	10303,83301	3621,64087	2,8450731	,10452742

Variable: Confia no Governo

Regressors: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,00694	,43310	,0160248	,98783435
ANO	-2,11709	,59860	-3,5367651	,01661966
CONSTANT	4252,28799	1193,15697	3,5638965	,01614774

Variable: Confia no Congresso

Regressors: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,55230	,37322	1,4798216	,19899215
ANO	-,43486	,69329	-,6272432	,55802541
CONSTANT	886,98016	1380,95541	,6422946	,54896895

ANEXO F

PREFERÊNCIA POR SISTEMA DE GOVERNO

ID	ANO	INSTITUTO	PREFERE PRESIDENCIALISMO	PREFERE PARLAMENTARISMO
182	1962	Ibope	67	
183	1988	Datafolha	51	49
184	1991	Ibope	65	37
185	1992	Ibope	63	39
186	1993	Datafolha	71	29
187	1999	Datafolha	69	31

Variável: Prefere Presidencialismo

Regressors: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,38107	,41564	-,91682729	,42684259
ANO	,19198	,29195	,65756396	,55776821
CONSTANT	-317,82689	580,46796	-,54753563	,62211602

Variable: Prefere Parlamentarismo

Regressors: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,91154	,30133	-3,0250510	,09410662
ANO	-1,89626	,39594	-4,7892669	,04093893
CONSTANT	3814,26200	788,86535	4,8351242	,04021205

Variable: Prefere Parlamentarismo

Regressors: Prefere Presidencialismo

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,022124	,6577217	,033637	,97622160
PRESIDEN	-,990218	,0708098	-13,984188	,00507469
CONSTANT	99,979334	4,5398953	22,022388	,00205556

ANEXO G

OPINIÕES SOBRE OBRIGATORIEDADE DO VOTO E INTERESSE EM ELEIÇÕES

ID	ANO	INSTITUTO	A FAVOR VOTO OBRIGATÓRIO	INSTITUTO	MUITO INTERESSE EM ELEIÇÕES
188	1988	Datafolha	44,05		
189	1991	Datafolha	29,59		
190	1993	Datafolha	51,38		
191	1996	Cesop	34,29	Cesop	12,9
192	1998	Cesop	47,9	Cesop	13,6
193	1999			Cesop	23,6
194	2000			CNT/Sensus	22
195	2001	CNT/Sensus	41,82	CNT/Sensus	20,3
196	2002	CNT/Sensus	61,69	CNT/Sensus	17,2
197	2004			CNT/Sensus	16
198	2005	CNT/Sensus	42,08		

Variável: Muito interesse em eleições

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,08415	,46490	,18099794	,86347727
ANO	,39663	,71495	,55476651	,60295515
CONSTANT	-775,63156	1429,89732	-,54243864	,61080923

Variável: A Favor do voto obrigatório

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,91735	,14162	-6,4774271	,00130715
ANO	1,02237	,19770	5,1713886	,00355076
CONSTANT	-1997,20177	394,75822	-5,0593038	,00390232

Variável: A Favor do voto obrigatório

Regressora: Ano Eleitoral

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,283584	,4257825	,6660301	,53488362
ANOELEIT	13,306751	6,1910195	2,1493634	,08431286
CONSTANT	35,839862	5,9639007	6,0094666	,00183316

Variável: Muito interesse em eleições

Regressora: Ano eleitoral

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,220607	,4361623	,5057912	,63960379
ANOELEIT	-4,534254	2,8161619	-1,6100829	,18266708
CONSTANT	21,017203	2,7123893	7,7485938	,00149456

ANEXO H

OPINIÕES SOBRE PENA DE MORTE

ID	ANO	INSTITUTO	A FAVOR DA PENA DE MORTE	CONTRA A PENA DE MORTE
199	1995	Datafolha	56	44
200	1999	CNT/Sensus	47	53
201	2000	CNT/Sensus	48	52
202	2001	CNT/Sensus	48	52
203	2002	CNT/Sensus	56	44
204	2003	CNT/Sensus	48	52
205	2005	CNT/Sensus	48	52

Variável: A favor da Pena de Morte

Regressors: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,25163	,44395	-,56678370	,60115262
ANO	-,42195	,50938	-,82836883	,45402563
CONSTANT	894,61117	1019,14510	,87780550	,42961235

Variável: Contra a Pena de Morte

Regressors: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,25163	,44395	-,56678370	,60115262
ANO	,42195	,50938	,82836883	,45402563
CONSTANT	-794,61117	1019,14510	-,77968404	,47913282

ANEXO I

OPINIÕES SOBRE REFORMA AGRÁRIA

ID	ANO	INSTITUTO	A FAVOR DA REFORMA AGRÁRIA	CONTRA A REFORMA AGRÁRIA	PERCENTUAL DE POPULAÇÃO URBANA
206	1960				45
207	1962	Ipom	48	34	
208	1970				56
209	1972	ISR/IUPERJ	59	24	
210	1980				68
211	1987	Cesop	72	07	
212	1991				76
213	1996				78
214	1998	Cesop	63	20	
215	2000				81
216	2002	CNT/Sensus	64	14	
217	2003	CNT/Sensus	61	11	
218	2004	CNT/Sensus	62	18	

Variável: A favor da Reforma Agrária (1962 a 1987)

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,76539	,56919	-1,3446979	,31092874
ANO	,70926	,12458	5,6932889	,02949326
CONSTANT	-1341,38230	245,93722	-5,4541655	,03201046

Variável: Contra a Reforma Agrária (1962 a 1987)

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,86130	,30177	-2,8541763	,06488616
ANO	-,71823	,10710	-6,7064339	,00676522
CONSTANT	1440,03758	211,14379	6,8201750	,00644842

Variável: A favor da Reforma Agrária (1998 a 2004)

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,04841	,49583	-,0976334	,92691998
ANO	,13497	,11525	1,1710896	,30656510
CONSTANT	-207,73746	230,41141	-,9015937	,41825230

Variável: Contra a reforma agrária (1988 a 2004)

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,35278	,63288	-,5574209	,60695923
ANO	-,55645	,23746	-2,3433304	,07908975
CONSTANT	1128,81221	474,75525	2,3776719	,07618197

Variável: A favor da Reforma Agrária

Regressora: Percentual de População Urbana

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,377320	,9554336	,394920	,73103914
PER_URBA	,195705	,0378065	5,176481	,03535199
CONSTANT	46,134613	2,7151698	16,991428	,00344581

Variável: Contra a Reforma Agrária

Regressora: Percentual de População Urbana

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,607295	,4768821	1,273471	,29256512
PER_URBA	-,289253	,0426967	-6,774583	,00657301
CONSTANT	40,374501	2,8907182	13,966945	,00079471

ANEXO J

DESEMPREGO E VIOLÊNCIA COMO MAIOR PROBLEMA DO PAÍS

ID	ANO	INSTITUTO	DESEMPREGO MAIOR PROBLEMA DO PAÍS	INSTITUTO	DESEMPREGO VAI AUMENTAR	TAXA DE DESEMPREGO NO PAÍS	INSTITUTO	VIOLÊNCIA MAIOR PROBLEMA DO PAÍS
219	1987	Sensus	21			03	Sensus	36
220	1988					04		
221	1989					04		
222	1990					04		
223	1991					06		
224	1992					05		
225	1993					06		
226	1994					06		
227	1995			Datafolha	65	05		
228	1996	Cesop	56			06	Cesop	01
229	1997	Cesop	57	Datafolha	74	05	Cesop	01
230	1998	Datafolha	55	Datafolha	64	08	Datafolha	03
231	1999	Cesop	54	Datafolha	71	08	Cesop	00
232	2000	CNT/Sensus	47	Datafolha	69	08	CNT/Sensus	24
233	2001	CNT/Sensus	36			06	CNT/Sensus	18
234	2002	Ibope	38			08	Ibope	19
235	2003	Ibope	66	CNT/Sensus	24		Ibope	32
236	2004	CNT/Sensus	43				CNT/Sensus	36

Variável: Desemprego como Maior Problema do País

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,22970	,40726	,5640184	,59034622
ANODESEM	1,39539	,96671	1,4434358	,19211592
CONSTANT	-2742,10312	1931,63921	-1,4195731	,19869496

Variável: Desemprego como Maior Problema do País

Regressora: Taxa de Desemprego anual

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,840967	,199929	4,2063229	,00843803
TXDESEMP	2,726719	2,114055	1,2898056	,25355103
CONSTANT	21,662012	15,140970	1,4306886	,21192419

ANEXO K

CORRUPÇÃO COMO MAIOR PROBLEMA DO PAÍS

ID	ANO	INSTITUTO	CORRUPÇÃO COMO MAIOR PROBLEMA DO PAÍS	ID	ANO	INSTITUTO	CORRUPÇÃO TEM AUMENTADO
237	1987	Cesop	4,86	246	1995	Latinobarómetro	59
238	1995	Lationbarómetro	4,35	247	1996	Latinobarómetro	64
239	1996	Datafolha	5	248	1997	Latinobarómetro	81
240	1997	Datafolha	3,37	249	1998	Latinobarómetro	73
241	1998	Cesop	2,05	250	1998	CNT/Sensus	62,89
242	1999	Datafolha	2,33	251	1998	CNT/Sensus	45,36
243	2000	Datafolha	3,33	252	1998	CNT/Sensus	57,73
244	2001	Datafolha	2,5	253	1998	CNT/Sensus	74,23
245	2002	Datafolha	3,49	254	1999	CNT/Sensus	82,29
				255	1999	CNT/Sensus	82,47
				256	1999	CNT/Sensus	84,69
				257	2000	CNT/Sensus	76,29
				258	2000	CNT/Sensus	85,71
				259	2000	CNT/Sensus	84,54
				260	2001	CNT/Sensus	67,42
				261	2001	CNT/Sensus	74,14
				262	2001	CNT/Sensus	70,39
				263	2003	CNT/Sensus	28,3
				264	2004	CNT/Sensus	27,18
				265	2005	CNT/Sensus	33,23

Variável: Corrupção é maior problema do País

Regressors: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,23563	,41441	,5685902	,59026522
ANO	-,13806	,08005	-1,7246282	,13535605
CONSTANT	279,23133	159,86736	1,7466438	,13129860

Variable: Corrupção tem aumentado no País

Regressors: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,67374	,16546	4,0720122	,00071542
ANOCO	-3,85731	2,11988	-1,8195868	,08549551
CONSTANT	7776,16109	4239,35493	1,8342793	,08319827

ANEXO L

REFERENDO 2005

ID	DATA	INSTITUTO	ANO	A FAVOR DA RESTRIÇÃO ÀS ARMAS	CONTRA A RESTRIÇÃO ÀS ARMAS
266	09.07.03	CNT/Sensus	2003	66,46	33,54
267	20.09.03	CNT/Sensus	2003	68,29	31,71
268	15.10.03	CNT/Sensus	2003	76,31	23,69
269	24.03.04	CNT/Sensus	2004	76,91	24,12
270	15.02.05	CNT/Sensus	2005	49,64	50,47
271	11.10.05	Ibope	2005	47,87	52,13
272	18.10.05	Ibope	2005	44,57	55,43
273	20.10.05	Datafolha	2005	43,00	57,00
274	23.10.05	TSE (resultado oficial)	2005	36,06	63,94

Variável: SIM

Regressora: DATA

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,14397938	,43640144	,3299242	,75267174
DATA	-,00000044	,00000009	-4,8440291	,00286901
CONSTANT	5906,23771586	1207,64696026	4,8906989	,00273647

Variável: NÃO

Regressora: DATA

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,14773760	,43782487	,3374354	,74728053
DATA	,00000044	,00000009	4,9804284	,00250066
CONSTANT	-5774,47216875	1168,22059779	-4,9429638	,00259620

Variável: NÃO

Regressora: SIM

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,076393	,45281676	-,16871	,87157203
SIM	-,989878	,00750359	-131,92055	,00000000
CONSTANT	99,555264	,43846953	227,05173	,00000000

Variável: NÃO

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,45826	,38967	1,1760161	,28413190
ANO	13,56878	4,17442	3,2504604	,01745626
CONSTANT	-27150,00311	8366,31809	-3,2451555	,01757281

Variável: SIM

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,43697	,39157	1,1159442	,30713436
ANO	-13,56666	4,29298	-3,1601962	,01956016
CONSTANT	27245,95319	8603,95000	3,1666796	,01940015

Variável: SIM

Regressora: HGPR

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,326307	,4040838	-,807524	,45018378
HGPR	-26,436674	4,9736617	-5,315334	,00180319
CONSTANT	68,539442	3,2211075	21,278222	,00000070

Variável: NÃO

Regressora: HGPR

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,309948	,4084728	-,7587966	,47671442
HGPR	26,134707	4,9890639	5,2383990	,00194139
CONSTANT	31,736500	3,2339673	9,8134882	,00006448

Variável: SIM

Regressora: Taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,81614	,34423	-2,3709203	,14117738
VAR000_1	90,61447	31,73524	2,8553265	,10389078
CONSTANT	-2356,86524	852,04015	-2,7661434	,10961841

Variável: NÃO

Regressora: Taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,79238	,45323	-1,7482753	,22252532
VAR000_1	-80,99772	27,60943	-2,9336973	,09920157
CONSTANT	2200,42481	741,26098	2,9684886	,09721594

ANEXO M

TEMAS PÚBLICOS SOBRE MAIOR PROBLEMA DO PAÍS (AGENDAMENTO)

ID	ANO	INSTITUTO	DESEMPREGO É MAIOR PROBLEMA	VIOLÊNCIA É MAIOR PROBLEMA	SAÚDE É MAIOR PROBLEMA	MISÉRIA É MAIOR PROBLEMA	EDUCAÇÃO É MAIOR PROBLEMA	CORRUPÇÃO É MAIOR PROBLEMA	SALÁRIO É MAIOR PROBLEMA	ECONOMIA É MAIOR PROBLEMA	HABITAÇÃO É MAIOR PROBLEMA	REFORMA AGRÁRIA É MAIOR PROBLEMA
275	1996	Datafolha	33	02	15	07	08	04	03	03	02	03
276	1997	Datafolha	39	05	14	08	07	03	05	03	01	04
277	1998	Datafolha	49	03	16	05	07	01	02	04	01	01
278	1999	Datafolha	51	06	12	05	04	02	03	02	01	00
279	2000	Datafolha	48	13	10	05	06	03	02	02	00	01
280	2001	Datafolha	37	10	12	06	07	02	03	03	00	00
281	2002	Datafolha	32	21	10	09	05	03	03	02	01	00

Variável: Desemprego como maior problema do País

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,58459	,38764	1,5080963	,20601989
ANO	-,21192	2,27817	-,0930225	,93035863
CONSTANT	462,39705	4554,07423	,1015348	,92401201

Variável: Violência como maior problema do País

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,62267	,57251	-1,0875984	,33791906
ANO	2,57367	,43963	5,8541577	,00424819
CONSTANT	-5136,54840	878,82177	-5,8448125	,00427303

Variável: Saúde como maior problema do País

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,27409	,47129	-,5815696	,59205520
ANO	-,90544	,25889	-3,4974506	,02495372
CONSTANT	1822,69820	517,51143	3,5220443	,02440499

Variável: Miséria como maior problema do País

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,27869	,69978	,39825175	,71078649
ANO	,14120	,42945	,32879656	,75880336
CONSTANT	-275,67763	858,47189	-,32112599	,76419345

Variável: Educação como maior problema do País

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,14724	,48734	-,3021322	,77760940
ANO	-,34012	,24114	-1,4104762	,23121906
CONSTANT	686,17498	482,03417	1,4234986	,22768636

Variável: Corrupção como maior problema do País

Regressors: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,01829	,50353	,03632847	,97276113
ANO	-,10808	,22172	-,48748302	,65142701
CONSTANT	218,63401	443,21088	,49329568	,64765955

Variável: Salário como maior problema do País

Regressors: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,53146	,41126	-1,2922720	,26586380
ANO	-,19614	,13960	-1,4049536	,23273368
CONSTANT	395,07858	279,06882	1,4157031	,22979461

Variável: Economia como maior problema do País

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,33631	,46122	-,7291631	,50630260
ANO	-,18159	,11698	-1,5522669	,19555064
CONSTANT	365,72448	233,84752	1,5639443	,19287503

Variável: Habitação como maior problema do País

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,45244	,70046	-,6459250	,55351637
ANO	-,22984	,08844	-2,5986863	,06013122
CONSTANT	460,24365	176,80068	2,6031781	,05984768

Variável: Reforma Agrária como maior problema do País

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,15727	,51837	-,3033964	,77671344
ANO	-,62073	,19301	-3,2159820	,03240402
CONSTANT	1242,11233	385,83420	3,2192904	,03230228

ANEXO N

COMPARAÇÃO DA OPINIÃO ENTRE TEMAS CORRELATOS

ID	ANO	INSTITUTO	VIOLÊNCIA MAIOR PROBLEMA PAÍS	ID	INSTITUTO	CONFIANÇA NA JUSTIÇA	CONFIANÇA NA POLÍCIA
282	1995	Latinobarômetro	6,52	289	Ibope	52,25	51,8
283	1998	Datafolha	3,37	290	CNT/Sensus	32,32	27,27
284	1999	Datafolha	6,98	291	CNT/Sensus	16,67	19,72
285	2000	Datafolha	14,44	292	CNT/Sensus	19,23	23,08
286	2001	Datafolha	12,5	293	CNT/Sensus	30,14	21,92
287	2003	Ibope	31,71	294	CNT/Sensus	11,00	6,12
288	2004	CNT/Sensus	36,00				

Variável: Violência como maior problema do País

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,08186	,46718	-,1752280	,86941296
ANO	3,72708	,99262	3,7547810	,01986453
CONSTANT	-7438,39556	1985,25993	-3,7468119	,02000235

Variável: Confia na Justiça

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,07119	,55814	,1275501	,90657460
ANO	-4,68918	1,70023	-2,7579728	,07027141
CONSTANT	9402,25463	3399,31217	2,7659286	,06980546

Variável: Confia na Polícia

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,15524	,51090	,3038648	,78108733
ANO	-5,37359	1,09798	-4,8940514	,01632141
CONSTANT	10768,70447	2195,21599	4,9055330	,01621727

Variável: Confia na Polícia

Regressora: Violência como maior problema do País

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,340369	,5182321	-,6567885	,55820383
VIOLMAIP	-1,033349	,5641378	-1,8317314	,16438588
CONSTANT	37,000012	8,0604811	4,5902982	,01942282

Variável: Confia na Justiça

Regressora: Violência como maior problema do País

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,188843	,520687	,3626804	,74088966
VIOLMAIP	-,909730	,674596	-1,3485556	,27025046
CONSTANT	39,150912	11,399978	3,4342972	,04140790

Variável: Confia na Justiça

Regressora: Confia na Polícia

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,0819302	,5880318	-,1393296	,89801739
CONFPOLI	,9364652	,1816796	5,1544868	,01415759
CONSTANT	3,5123608	5,0929324	,6896539	,53997006

ANEXO O

OPINIÃO DO CARIOCA SOBRE A MUDANÇA DA CAPITAL

ID	ANO	INSTITUTO	A FAVOR DA MUDANÇA DA CAPITAL
295	1951	Ibope (AEL)*	40,48
296	1952	Ibope (AEL)	41,54
297	1955	Ibope (AEL)	26,78
298	1956	Ibope (AEL)	59,72
299	1957	Ibope (AEL)	61,58
300	1958	Ibope (AEL)	73,97
301	1962	Ibope (AEL)	62,77

Variável: A Favor da mudança da capital

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,25938	,52423	-,4947750	,64670279
ANO	3,43428	1,44122	2,3828950	,07575040
CONSTANT	-6664,36619	2818,76850	-2,3642829	,07730103

* Fonte: Arquivos do Ibope no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

ANEXO P

OPINIÃO DO CARIOCA SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIVÓRCIO

ID	ANO	INSTITUTO	A FAVOR DO DIVÓRCIO
302	1950	Ibope (AEL)	70,79
303	1951	Ibope (AEL)	63,02
304	1952	Ibope (AEL)	64,58
305	1957	Ibope (AEL)	58,59
306	1963	Ibope (AEL)	61,62
307	1966	Ibope (AEL)	66,00

Variável: A Favor do divórcio

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,19321	,62954	-,30689942	,77898908
ANO	-,18469	,30508	-,60539656	,58764481
CONSTANT	425,19349	596,86521	,71237773	,52763711

ANEXO Q

VOTO PERSONALISTA E PREFERÊNCIA POR PARTIDO

POLÍTICO NO RIO DE JANEIRO

ID	ANO	INSTITUTO	TEM PREFERÊNCIA POR PARTIDO	VOTO PERSONALISTA
308	1949	Ibope (AEL)	71,00	
309	1950	Ibope (AEL)	89,30	79,93
310	1951	Ibope (AEL)	69,00	
311	1954	Ibope (AEL)		59,30
312	1955	Ibope (AEL)	70,00	
313	1958	Ibope (AEL)	66,00	
314	1959	Ibope (AEL)	71,00	
315	1960	Ibope (AEL)	64,00	
316	1962	Ibope (AEL)	67,00	
317	1963	Ibope (AEL)	52,00	
318	1964	Ibope (AEL)	59,00	
319	1965	Ibope (AEL)	59,00	
320	1966	Ibope (AEL)		82,80
321	1968	Ibope (AEL)	35,05	87,63

Variável: Voto personalista

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,000063	8,6308	-,00000729	,99999536
ANO	,840729	1,1331	,74198185	,59361395
CONSTANT	-1569,992570	2220,2975	-,70710911	,60817246

Variável: Tem preferência por partido político

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,79691	,23420	-3,4027148	,00783954
ANO	-1,56094	,22809	-6,8435868	,00007527
CONSTANT	3123,79252	446,70226	6,9930082	,00006374

Variável: Tem preferência por partido político

Regressora: Voto personalista

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,69287	,213361	-3,2474017	,01003902
VOTOPE_1	-2,34075	,576415	-4,0608708	,00283824
CONSTANT	247,01905	44,468981	5,5548619	,00035421

ANEXO R

AVALIAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO

ID	ANO	INSTITUTO	AVALIAÇÃO O POSITIVA GOVERNO FEDERAL (RJ)	AVALIAÇÃO O POSITIVA GOVERNO FEDERAL (SP)	ID	ANO	INSTITUTO	A FAVOR ELEIÇÃO DIRETA PRESIDENTE (RJ)	A FAVOR ELEIÇÃO DIRETA PRESIDENTE (SP)
322	1950	Ibope (AEL)	32,86		336	1964	Ibope (AEL)	87,91	86,52
323	1951	Ibope (AEL)	24		337	1965	Ibope (AEL)	96,84	95,89
324	1952	Ibope (AEL)	23,98		338	1967	Ibope (AEL)	90,43	86,96
325	1954	Ibope (AEL)	19,1		339	1968	Ibope (AEL)	89,9	
326	1955	Ibope (AEL)	18,68						
327	1957	Ibope (AEL)	62,43						
328	1958	Ibope (AEL)	35,53						
329	1961	Ibope (AEL)	79,12						
330	1962	Ibope (AEL)	81,01						
331	1963	Ibope (AEL)	33,33	63,27					
332	1964	Ibope (AEL)	49,45						
333	1967	Ibope (AEL)	76,54	86,25					
334	1968	Ibope (AEL)	48						
335	1969	Ibope (AEL)		89,07					

Variable: Avaliação positiva do Governo Federal

Regressors: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,11472	,33583	-,3416017	,73972033
ANO	2,47553	,85209	2,9052612	,01569156
CONSTANT	-4803,60234	1668,91043	-2,8782865	,01643371

Variable: A Favor da eleição direta para presidente da república

Regressors: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,80049	,37541	-2,1322962	,27917271
ANO	-,62642	1,07820	-,5809869	,66493303
CONSTANT	1323,48352	2119,73408	,6243630	,64467633

Variável: A Favor da eleição direta para presidente (RJ)

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,80049	,37541	-2,1322962	,27917271
ANO	-,62642	1,07820	-,5809869	,66493303
CONSTANT	1323,48352	2119,73408	,6243630	,64467633

ANEXO S

OPINIÃO CONTRÁRIA À REFORMA AGRÁRIA NO

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO

ID	ANO	INSTITUTO	CONTRA REFORMA AGRÁRIA (RJ)	CONTRA REFORMA AGRÁRIA (SP)
340	1963	Ibope (AEL)	15,19	16,44
341	1964	Ibope (AEL)		15,19
342	1967	Ibope (AEL)	11,49	
343	1968	Ibope (AEL)	14,44	

Variável: Contra a realização da Reforma Agrária (RJ)

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,69582	1,43174	-,4859939	,71200592
ANO	-,38012	,36102	-1,0529075	,48359668
CONSTANT	760,63916	709,57658	1,0719620	,47789822

ANEXO T

OPINIÃO DO CARIOCA SOBRE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NO PAÍS

ID	ANO	INSTITUTO	A FAVOR EXPLORAÇÃO PETRÓLEO PELA PETROBRAS
344	1951	Ibope (AEL)	49,87
345	1952	Ibope (AEL)	51,36
346	1955	Ibope (AEL)	62,77
347	1956	Ibope (AEL)	65,00
348	1957	Ibope (AEL)	73,27

Variável: A favor da exploração de petróleo pela Petrobrás

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,77210	,77720	-,993441	,42518253
ANO	3,63810	,27996	12,995143	,00586950
CONSTANT	-7049,50645	547,10661	-12,885069	,00596931

ANEXO U

O CARIOCA E A POLÍTICA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ID	ANO	INSTITUTO	A FAVOR DA MANUTENÇÃO DE RELAÇÕES COM URSS
349	1951	Ibope (AEL)	31,43
350	1954	Ibope (AEL)	40,48
351	1955	Ibope (AEL)	36,44
352	1958	Ibope (AEL)	40,58
353	1961	Ibope (AEL)	67,78
354	1962	Ibope (AEL)	53,00

Variável: A favor da manutenção de relações diplomáticas com a URSS

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,53876	,51093	-1,0544648	,36908874
ANO	2,75082	,61810	4,4504519	,02110865
CONSTANT	-5337,70497	1209,54605	-4,4129820	,02159230

ANEXO V

COMPARAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO POSITIVA DO

GOVERNO FEDERAL PELO CARIOCA E PELO BRASILEIRO

ID	PERÍODO	INSTITUTO	ANO	AVALIAÇÃO POSITIVA GOVERNO FEDERAL	TAXA INFLAÇÃO ANUAL
322	Rio de Janeiro	Ibope (AEL)	1950	32,86	3,72
323	Rio de Janeiro	Ibope (AEL)	1951	24,00	11,27
324	Rio de Janeiro	Ibope (AEL)	1952	23,98	27,16
325	Rio de Janeiro	Ibope (AEL)	1954	19,10	22,57
326	Rio de Janeiro	Ibope (AEL)	1955	18,68	18,44
327	Rio de Janeiro	Ibope (AEL)	1957	62,43	13,74
328	Rio de Janeiro	Ibope (AEL)	1958	35,53	22,60
329	Rio de Janeiro	Ibope (AEL)	1961	79,12	43,51
330	Rio de Janeiro	Ibope (AEL)	1962	81,01	61,73
331	Rio de Janeiro	Ibope (AEL)	1963	33,33	80,53
332	Rio de Janeiro	Ibope (AEL)	1964	49,45	85,60
333	Rio de Janeiro	Ibope (AEL)	1967	76,54	25,33
334	Rio de Janeiro	Ibope (AEL)	1968	48,00	25,22
4	Brasil	Datafolha	1987	11,22	367,12
5	Brasil	Datafolha	1988	8,16	891,67
6	Brasil	Datafolha	1989	5,15	1636,61
7	Brasil	Datafolha	1991	23,71	1639,08
9	Brasil	Datafolha	1992	37,78	1129,45
10	Brasil	Datafolha	1993	18,56	2490,99
11	Brasil	Datafolha	1994	42,27	941,25
15	Brasil	Datafolha	1995	42,75	23,17
25	Brasil	Datafolha	1996	48,45	10,03
31	Brasil	Datafolha	1997	38,14	4,83
36	Brasil	Datafolha	1998	36,08	-1,80
64	Brasil	Datafolha	1999	16,33	8,63
79	Brasil	Datafolha	2000	24,49	4,38
91	Brasil	Datafolha	2001	24,24	7,13
107	Brasil	Datafolha	2002	26,53	9,90
119	Brasil	Datafolha	2003	42,86	8,18
131	Brasil	Datafolha	2004	45,92	6,56
138	Brasil	CNT/Sensus	2005	41,38	

Variável: Avaliação Positiva do Governo Federal

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,41909	,17093	2,4518289	,02071016
ANOAVALI	-,22023	,26538	-,8298807	,41362603
CONSTANT	472,25963	525,58090	,8985479	,37655585

Variável: Avaliação Positiva do Governo Federal

Regressora: PERÍODO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,388616	,173153	2,2443529	,03289684
LOCALAVA	-16,918145	9,356335	-1,8082022	,08132823
CONSTANT	62,795482	15,556919	4,0364987	,00038100

Variável: Avaliação Positiva do Governo Federal (Rio de Janeiro) Regressora: INFLACAO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,168100	,312085	,5386350	,60192214
INFLACAO	,179737	,291576	,6164312	,55138389
CONSTANT	38,792509	12,496681	3,1042250	,01116999

Variável: Avaliação Positiva do Governo Federal (Brasil)

Regressora: INFLACAO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,718062	,1674085	4,2892798	,00074892
INFLACAO	-,011543	,0043115	-2,6772432	,01804256
CONSTANT	34,176463	7,7241117	4,4246464	,00057681

ANEXO W

COMPARAÇÃO ENTRE OPINIÕES SOBRE REFORMA

AGRÁRIA NO RIO DE JANEIRO E BRASIL

ID	PERÍODO	INSTITUTO	ANO	A FAVOR REFORMA AGRÁRIA	CONTRA REFORMA AGRÁRIA
340	Rio de Janeiro	Ibope (AEL)	1963	83,54	15,19
341	Rio de Janeiro	Ibope (AEL)	1967		11,49
342	Rio de Janeiro	Ibope (AEL)	1968	85,56	14,44
207	Brasil	ISR/Iuperj	1972	58,90	23,64
209	Brasil	Ibope	1987	71,80	6,53
211	Brasil	Cesop	1998	63,30	20,15
214	Brasil	Sensus	2002	63,7	13,59
216	Brasil	Ibope	2003	61,00	10,59
218	Brasil	Sensus	2004	62,30	17,75

Variável: A Favor da Reforma Agrária

Regressora: Período

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,42357	,3441607	-1,230729	,27315875
LOCALREF	-19,51298	3,5077149	-5,562874	,00258278
CONSTANT	102,85052	6,5877660	15,612352	,00001959

Variável: Contra a Reforma Agrária

Regressora: Período

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,592394	,3106043	-1,9072289	,10511100
LOCALREF	,599794	2,2995806	,2608273	,80294690
CONSTANT	13,661426	3,9941028	3,4203991	,01413680

Variable: Contra a Reforma Agrária

Regressors: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,602766	,31470	-1,9153455	,10393473
ANOREFAG	-,019246	,06354	-,3028856	,77220359
CONSTANT	52,872335	126,13737	,4191647	,68968818

Variável: A favor da Reforma Agrária

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,91312	,10098	-9,0424772	,00027643
ANOREFAG	-,25924	,06885	-3,7652230	,01308702
CONSTANT	581,71938	137,10273	4,2429454	,00814660

Variável: A favor da Reforma Agrária

Regressora: Contra Reforma Agrária

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,662725	,287126	2,3081359	,06906767
RJCOREAG	-,849605	,445862	-1,9055349	,11504337
CONSTANT	84,404340	10,565400	7,9887504	,00049617

ANEXO X

COMPARAÇÃO ENTRE PREFERÊNCIA POR PARTIDO

POLÍTICO ENTRE O CARIOCA E O BRASILEIRO

ID	PERÍODO	ANO	TEM PREFERÊNCIA POR PARTIDO
308	Rio de Janeiro	1949	71,00
309	Rio de Janeiro	1950	89,30
310	Rio de Janeiro	1951	69,00
311	Rio de Janeiro	1955	70,00
312	Rio de Janeiro	1958	66,00
313	Rio de Janeiro	1959	71,00
314	Rio de Janeiro	1960	64,00
315	Rio de Janeiro	1962	67,00
316	Rio de Janeiro	1963	52,00
317	Rio de Janeiro	1964	59,00
318	Rio de Janeiro	1965	59,00
319	Rio de Janeiro	1968	35,05
142	Brasil	1987	46,52
144	Brasil	1989	46,38
145	Brasil	1990	46,38
146	Brasil	1991	48,80
147	Brasil	1992	58,30
148	Brasil	1993	57,37
149	Brasil	1994	58,31
150	Brasil	1995	53,35
152	Brasil	1997	48,80
153	Brasil	1998	41,00
155	Brasil	2000	61,90
156	Brasil	2001	45,90
157	Brasil	2002	54,64
158	Brasil	2003	44,00
159	Brasil	2004	37,00

Variável: Tem preferência por partido político

Regressors: PERÍODO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,305228	,2155863	1,4158046	,16968013
LOCALPAR	-12,824336	5,1780471	-2,4766742	,02069965
CONSTANT	76,186307	8,4833025	8,9807367	,00000000

Variável: Tem preferência por partido político

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	,19827	,20446	,9697610	,34183801
ANOPARTI	-,43516	,10929	-3,9816442	,00055192
CONSTANT	917,57138	216,32321	4,2416686	,00028564

ANEXO Y

COMPARAÇÃO ENTRE VOTO PERSONALISTA

NO RIO DE JANEIRO E BRASIL

ID	PERÍODO	INSTITUTO	ANO	VOTO PERSONALISTA
309	Rio de Janeiro	Ibope (AEL)	1950	79,93
311	Rio de Janeiro	Ibope (AEL)	1954	59,30
320	Rio de Janeiro	Ibope (AEL)	1966	82,80
321	Rio de Janeiro	Ibope (AEL)	1968	87,63
139	Brasil	Michigan/Iuperj	1972	70,92
140	Brasil	Idesp	1982	49,80
141	Brasil	Idesp	1985	76,12
143	Brasil	Idesp	1988	60,31
144	Brasil	Datafolha	1989	38,32
153	Brasil	Sensus	1998	87,64
159	Brasil	Sensus	2004	59,57

Variável: Voto personalista

Regressora: Período

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,418091	,315468	-1,3253046	,22166773
LOCALPER	-13,537089	6,928948	-1,9537004	,08649618
CONSTANT	90,573929	11,824553	7,6598185	,00005962

Variável: Voto personalista

Regressora: ANO

	B	SEB	T-RATIO	APPROX. PROB.
AR1	-,31966	,33038	-,9675521	,36160446
ANOPERSO	-,25956	,24441	-1,0620099	,31923631
CONSTANT	581,71092	483,41814	1,2033287	,26324705